



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO**

MOISÉS DINIZ DE ALMEIDA

**PARA QUE NÃO HAJA NOVOS CANUDOS: A IMPRENSA DE PERNAMBUCO E
SUAS NARRATIVAS SOBRE O CONTESTADO, CALDEIRÃO E PAU DE COLHER**

RECIFE

2022

MOISÉS DINIZ DE ALMEIDA

**PARA QUE NÃO HAJA NOVOS CANUDOS: A IMPRENSA DE PERNAMBUCO E
SUAS NARRATIVAS SOBRE O CONTESTADO, CALDEIRÃO E PAU DE COLHER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende

RECIFE

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A447p Almeida, Moisés Diniz de.
Para que não haja novos Canudos : a imprensa de Pernambuco e suas narrativas sobre o Contestado, Caldeirão e Pau de Colher / Moisés Diniz de Almeida. – 2022.
209 p. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Brasil - História. 2. Brasil – História – Guerra de Canudos, 1897. 3. Brasil – História – Campanha do Contestado, 1912-1916. 4. Imprensa - Pernambuco. I. Rezende, Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-017)



Moisés Diniz de Almeida

**PARA QUE NÃO HAJA NOVOS CANUDOS: A IMPRENSA DE PERNAMBUCO
E SUAS NARRATIVAS SOBRE O CONTESTADO, CALDEIRÃO E PAU DE COLHER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: **08/02/2022**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Membro Titular Externo (Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Thereza Didier de Moraes

Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Cristiana Santos

Membro Titular Externo (Universidade do Estado da Bahia)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Roberto Joaquim de Oliveira

Membro Titular Externo (Universidade Metodista de São Paulo)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RECIFE

2022

*A Davi, Mahatma e Janilly
Minha família!*

AGRADECIMENTOS

Não é uma tarefa fácil agradecer, pois nem sempre nos lembramos de todos(as) que ajudaram nesta tarefa árdua, especialmente, porque o processo de elaboração desta tese não durou apenas o período do curso. Então, não poderia deixar de mencionar minha querida orientadora do mestrado, Professora Sílvia Cortez, mesmo sem saber onde se encontra e quais suas condições de bem-estar. Com ela, fiz a transição do século XX para o XXI, deixando esse legado de informações para ser percorrido nos quase vinte anos de interregno entre uma formação e outra.

Agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público de Pernambuco, que me atenderam tão bem e me deixaram à vontade quando coletei parte das informações dos jornais. Foram idas e vindas, jornadas diárias, às vezes, cansativas, mas prazerosas.

Dentre os meus planos, quando terminei o mestrado estava o de concluir, em pouco tempo, o doutorado, mas as minhas inserções nas gestões, seja de coordenação de colegiado de História por mais de uma vez, Presidência do Conselho Municipal de Educação, na Superintendência Geral de Educação do Município de Petrolina e na Direção da UPE Campus Petrolina, adiaram a meta. Confesso que fazer o doutorado já não atendia mais àquele pressuposto antigo, de concatenar uma formação com outra e dar outros passos nas instituições das quais faço parte. Resolvi fazê-lo porque, cada vez mais, nós, docentes, vivemos as duras penas, com salários achatados, típicos da política de governantes que não priorizam a educação. A qualificação, pelo menos, servirá para que eu possa mudar de nível e já pensar com mais tranquilidade na minha aposentadoria.

Agradecimentos também ao Colegiado de História da UPE Campus Petrolina, que, prontamente, aprovou a minha liberação total, proporcionando, assim, maior tranquilidade e tempo, para cursar as disciplinas em Recife, continuar o processo de investigação e a escrita da tese. Infelizmente, não posso dizer o mesmo da Autarquia Educacional do Vale do São Francisco onde sou docente assistente com contrato de vinte horas semanais. Durante todo esse período de doutoramento, ministrei as três disciplinas de sessenta horas, obrigatórias para quem fez o concurso vinte horas semanais. Nem sequer seus dirigentes me perguntaram como estava o doutoramento e se eu estava precisando de alguma coisa. Todavia, meu título contará pontos nas avaliações externas da instituição.

Também agradeço ao colega Marcus Vinícius, docente da UNIVASF e que, na época da seleção, foi meu companheiro de reflexões sobre as leituras para a prova, sobre o projeto, as disciplinas e bons papos traçados, seja nas idas e vindas para Recife ou, até mesmo, nos corredores do programa de pós-graduação.

Também não poderia deixar de citar o companheiro de longas datas, o professor Roberto Oliveira, pela leitura, sugestões e disponibilidade em ajudar na construção desta tese; a minha companheira de grupo de estudo Professora Maria Jorge, pelas contribuições em relação à introdução do texto. A professora Andrea Cristiana disse que se sentia honrada em participar da minha qualificação, mas a honra foi toda minha. Ela é uma pessoa singular, tem pesquisas com jornais e fez um doutorado brilhante, utilizando a micro-história. Seu olhar atencioso, seu parecer e sua amizade contribuíram por demais nesta empreitada.

Agradeço também aos funcionários e funcionárias da Secretaria do Programa, que sempre com atenção e eficiência, respondiam rapidamente às nossas dúvidas. À Sandra nosso agradecimento especial.

À minha esposa Janilly Carvalho pela disponibilidade de sempre. Companheira de todas as horas, dividiu comigo o texto, olhando, sugerindo, corrigindo. Com você tenho compartilhado amores e de você apreendido os limites da investigação e da produção do saber. Obrigado, meu amor.

Por fim, ao meu orientador Professor Antônio Paulo de Moraes Rezende. Nossa amizade já pode ser considerada de longa duração. Fui seu aluno no mestrado, aprendendo coisas novas, especialmente, as que dizem respeito ao sentimento. Sua maneira de ser cativa seus alunos, que se transformam em seus amigos. Nessa longa duração, nós nos encontramos algumas vezes, seja compartilhando questões de vestibular, em mesas redondas, na ANPUH e em encontros e palestras. No Programa de Pós-Graduação em História, não poderia escolher outra pessoa para me orientar. Sou grato pelo aceite, como também pela liberdade que tive em todo o processo de doutoramento. Com Antônio Paulo refletimos a incompletude do ser e aprendemos que “a história existe porque somos incompletos”. Obrigado, Antônio.

Podemos dizer que a combinação dos signos resulta do sentido, pois enfim o mundo não é só feito de pessoas que interpretam o discurso dos outros; para que aqueles existam, é preciso primeiro que eles tenham falado, e falar já é escolher signos, hesitar, corrigir-se, retificar os signos escolhidos – em função de um sentido. (CASTORIADIS, 1991, p. 167).

RESUMO

A Guerra de Canudos foi um marco decisivo nas narrativas de episódios congêneres, até a redescoberta do grande conflito pelos movimentos populares na década de 1980. Por um período de quase cem anos, observamos as mesmas perspectivas, pautadas sob o olhar do litoral para o interior. As narrativas centrais sobre a Guerra foram elaboradas na época, principalmente, pela imprensa. Para perceber como foram construídas essas formações discursivas, elaboramos esta tese, focando principalmente nas lembranças ou comemorações pós-conflito sertanejo, nos eventos do Contestado, do Caldeirão e de Pau de Colher, tendo como escopo as informações divulgadas pela imprensa de Pernambuco, entre os anos de 1897 a 1940. Os textos compostos de expressões, frases e palavras, são importantes nas análises dos signos e símbolos criados em torno dos movimentos em questão. A pesquisa é de caráter qualitativa, utilizando-se da análise de discurso para compreensão dos fatos, na medida que há uma integração entre o escrito manifesto, o que estava visível e invisível no texto. Entretanto, nem todos leem a história contada pelo historiador, podendo ficar perpassados os fatos construídos pela imprensa, que produz seus sentidos sobre misticismos, fanatismo, religiosidade popular, jaguncismo, violência e a imagem caricatural do sertanejo. Ressalta-se que foi construída uma formação de opinião, enraizando-se na cultura, produzindo sentidos que, nem sempre, são apagados facilmente. Neste sentido, a tese mostra que depois de quarenta anos do conflito nos sertões, o medo de Canudos continuava nas perspectivas das classes dominantes e a guerra sertaneja será uma experiência a ser combatida, por meio da imprensa de Pernambuco, que reverbera sua posição de poder, nos discursos sobre os conflitos do Contestado, do Caldeirão e de Pau de Colher.

Palavras-chave: Canudos; Contestado; Caldeirão; Pau de Colher; Imprensa.

ABSTRACT

The “Canudos’ War” was a decisive mark in the narratives of similar events, until the rediscovery of the great conflict by the popular movements in the ‘80s. In a period of almost a hundred years, we observed the same perspectives, listed under the eye of the coast to the countryside. The major narratives about the War were elaborated during that period, especially, by the press. To understand how these discursive formations were built, we developed this thesis, focusing principally in the memories or commemorations of the “sertanejo” post-conflict, in the events of “Contestado,” “Caldeirão,” and “Pau de Colher,” having as a scope the informations disclosed by the press of Pernambuco, between 1897 to 1940. The texts composed of expressions, phrases and words, are important in the analysis of the signs and symbols created around these movements in question. The research is of a qualitative character, utilizing speech analysis for the comprehension of the facts, in the means that there is an integration between the written manifesto, what was visible and invisible in the text. However, not everybody read the history told by the historian, being able to become unnoticed the facts constructed by the press, which produces the senses of mysticism, fanaticism, popular religiosity, “jaguncismo,” violence, and the caricature image of the sertanejo. The construction of a formation of opinion stands out, rooting itself in the culture, producing senses that, not always, are easily erased. In this sense, the thesis shows that after 40 years from the conflict in the “sertões,” the fear of Canudos continued in the perspectives of the dominant classes and the sertanejo war will be an experience to be fought, through the press of Pernambuco, which reverbs their position of power, in the discussions about the conflicts of Contestado, Caldeirão, and Pau de Colher.

Keywords: Canudos; Contestado; Caldeirão, Pau de Colher; Press.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	ME ACERCANDO DA TEMÁTICA	12
1.2	O SURGIMENTO DA TESE	13
1.3	A TESE	14
1.4	CANUDOS COMO PONTO DE PARTIDA	16
1.4	ORGANIZANDO OS CAPÍTULOS	21
2	DA FONTE PRINCIPAL AO CERCO TEÓRICO E METODÓGICO	25
2.1	A IMPRENSA COMO FONTE PRINCIPAL	25
2.2	BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DOS JORNAIS	27
2.3	ESMIUÇANDO OS JORNAIS UTILIZADOS	31
2.3.1	Diário de Pernambuco	32
2.3.2	Jornal do Recife	32
2.3.3	A Cidade	33
2.3.4	Gazeta da Tarde	33
2.3.5	Comércio de Pernambuco	34
2.3.6	Estado de Pernambuco	35
2.3.7	A Província	35
2.3.8	Jornal Pequeno	35
2.3.9	Diário da Manhã	36
2.3.10	O Pharol	36
2.4	A ATENÇÃO AOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS	37
2.5	O CERCO TEÓRICO E METODOLÓGICO	39
3	DEBELAR, DESMOBILIZAR E DESTRUIR PARA CANUDOS NÃO EXISTIR	45
4	FEITOS “GLORIOSOS” RELEMBRADOS, MORTES RECOBERTAS, CANUDOS REVIVIDO	75
5	DOS SERTÕES DA BAHIA À REGIÃO CONTESTADA DE SANTA CATARINA E PARANÁ: CANUDOS REVERBERA NO CONTESTADO	105
6	A DESTRUIÇÃO DO CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ: O NOVO CANUDOS, COMUNISTA	141

7	NOVO CANUDOS NA BAHIA, DE NOVO?	167
8	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	190
	BIBLIOGRAFIA	200

INTRODUÇÃO

1.1 ME ACERCANDO DA TEMÁTICA

A nossa dissertação sobre a Guerra de Canudos na Imprensa de Pernambuco e o desvendamento das representações discursivas, trouxe para o debate, sobre o conflito sertanejo, um novo olhar (ALMEIDA, 2001)¹. Especialmente, porque a maioria das pesquisas realizadas anteriormente não tinham esse viés e não deram destaque sistemático à participação de Pernambuco no conflito, tampouco analisaram as narrativas que foram construídas a partir dos órgãos formadores de opinião.

O interesse pelo tema Canudos surgiu em 1993 quando trabalhávamos na coordenação do setor de comunicação da Diocese de Juazeiro-BA. Nesse ano, foi organizado um grande evento para comemorar os cem anos de fundação do Belo Monte e a Diocese integrou a comissão organizadora. Muitos bispos do Nordeste naquele ano prepararam-se para o acontecimento por meio de um subsídio que foi entregue às comunidades, material importante para termos contato com a temática. O acontecimento foi bastante divulgado e, no dia da celebração, Canudos recebeu uma multidão de pessoas, que se deslocaram de diversas regiões do país. Coordenávamos, na época, o setor de comunicação, e organizamos um grupo para documentá-lo com entrevistas. Depois, vários programas radiofônicos foram produzidos a partir do material coletado, fonte da memória individual e/ou coletiva daquele evento e instrumento importante para a história oral².

Ainda em 1993, na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, mediado pelo Departamento de Geografia e História, promovemos um Seminário sobre Canudos, com a participação de José Calazans, um dos maiores pesquisadores no assunto. Quatro anos mais tarde, levamos um grupo de alunos do Curso de História para participar da celebração dos cem anos de destruição de Canudos. Nesse evento, realizamos, mais uma vez, documentação em

¹ A dissertação versou sobre as lutas partidárias e as representações moderadas e sensacionalistas sobre a Guerra de Canudos na Imprensa de Pernambuco. A tese apresentada no trabalho foi que a política partidária em Pernambuco, determinou os rumos da escrita sobre o grande conflito que ocorreu nos sertões da Bahia.

² Apesar de não utilizarmos as entrevistas para compor a dissertação, pois não era foco do texto, utilizamos o material como aporte ao conhecimento do evento naquela atualidade.

entrevistas e registramos em imagens VHS para posteriores discussões e produções acadêmicas³.

Cursando mestrado na Universidade Federal de Pernambuco no período de 1998 a 2001, acercamo-nos novamente do tema, quando preparávamos um trabalho final de uma das disciplinas eletivas. No primeiro momento, aportamo-nos de uma pesquisa do Prof. Acácio Catarino, da Universidade Federal da Paraíba, que, em 1989, publicou um artigo na Revista do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, que constava de informações do *Jornal do Recife* e a maioria do *Diário de Pernambuco*, pois, segundo seu autor, os dois jornais representavam “segmentos significativos do universo burguês da época: um órgão oficioso da fração governante e outro de 'oposição'” (CATARINO, 1989, p. 139). No período em que o trabalho foi realizado, ainda, segundo informações de Catarino, o *Jornal do Recife* estava em processo de microfilmagem, não estando à disposição a consulta; por isso, o artigo faz mais referência ao *Diário de Pernambuco*. Salientamos ainda, que o autor explicitou que seu texto não se preocupou em tirar a limpo todas as respostas possíveis de serem extraídas do tema. Isso nos incentivou a buscar mais informações e consultar outros periódicos, no intuito de perseguir o que vinha sendo levantado pelo professor Catarino.

Em 2001, defendemos a Dissertação de Mestrado, que versou sobre a Guerra de Canudos e suas representações nos editoriais da imprensa de Pernambuco. O resultado da pesquisa nos mostrou que as influências partidárias determinaram as formações discursivas sobre o evento, tendo havido então duas batalhas, uma no sertão e outra no litoral, onde os partidos políticos utilizaram o conflito como plataforma eleitoral, visando às eleições presidenciais que ocorreriam em 1898. Ainda por ocasião da pesquisa para a dissertação do Mestrado, continuamos a investigação nos jornais pernambucanos para perceber como se desdobraria a rememoração do evento, especialmente em anos que ocorreram fatos que se assemelhavam à Guerra de Canudos: Contestado (1912), Caldeirão (1937) e Pau de Colher (1938).

1.2 O SURGIMENTO DA TESE

Começávamos a verificar como reverberava Canudos nos movimentos sociais e religiosos, procurando notícias sobre beatos, conselheiros, padres, entre outras lideranças, que formavam

³ Esse material ficou arquivado no Sedica – Setor Diocesano de Comunicação e Audiovisual, da Diocese de Juazeiro-BA. Com o fechamento do setor na década de 2010, não soubemos mais qual o destino do material.

seus movimentos, muitos dos quais não durariam e seriam rapidamente desmobilizados e esquecidos. Nossa investigação iniciou-se em períodos significativos: março⁴, julho⁵ e outubro⁶ observando, sobretudo, se os jornais rememorariam os fatos ocorridos naquelas datas.⁷ Ao longo dessa revisitação, foram aparecendo vários movimentos; então, resolvemos transcrever as informações para irmos pensando como organizaríamos a nossa narrativa na elaboração da tese de doutorado.

É importante ressaltarmos que, depois da realização do Mestrado, publicamos alguns artigos tecendo considerações sobre os desdobramentos do evento em questão: “Canudos e a derrota dos jacobinos⁸”, “A instauração do regime republicano em Pernambuco⁹” e “Os primeiros anos da República brasileira e sua conturbada estabilização: militares, civis e monarquistas¹⁰”. Em 2017, fizeram cento e vinte anos da destruição da cidadela de Canudos e, na região, como somos uma referência na temática, participamos de dois grandes eventos realizados na Universidade do Estado da Bahia – UNEB e na Universidade de Pernambuco – UPE. A revista Contexto, órgão da Secretaria Municipal de Educação de Petrolina publicou um texto nosso sobre Canudos¹¹ e publicamos o livro “A guerra do fim do mundo e a Imprensa de Pernambuco”¹², resultado da dissertação de mestrado. Essas publicações me animaram a continuar o processo de investigação, combinando, claro, com a possibilidade de realização do doutorado, que estava esperando, havia quase vinte anos.

1.3 A TESE

O contexto apresentado acima é para dizer que avançamos nesta discussão e ampliamos o recorte histórico, buscando, através das narrativas sobre a Guerra de Canudos, verificar de que

⁴ Morte do Coronel Moreira César na Bahia, marco decisivo da Guerra de Canudos.

⁵ Suposta vitória sobre os conselheiristas comemorada em Pernambuco e muito lamentada logo após a notícia que a guerra ainda continuava.

⁶ Vitória das forças legais sobre Canudos.

⁷ Para Traquina (2005), o fator tempo destaca-se por mostrar que um acontecimento já publicado pode servir de gancho para outros acontecimentos a ele ligado.

⁸ In: Perspectivas Latinoamericanas, v.01, n. 03, Centro de Estudios Latinoamericanos, Universidad Nanzan, Nagoya, Japón, 2006, p. 145-160.

⁹ In: Índice, V. 1, ano 1, p. 74-77, 2005.

¹⁰ In: Perspectivas Latinoamericanas, n. 01, Centro de Estudios Latinoamericanos, Universidad Nanzan, Nagoya, Japón, 2004, p. 193-206.

¹¹ Canudos: 120 anos do massacre, história viva da República Brasileira. CONTEXTO, v. 14, p. 16-19, 2017.

¹² A Guerra do Fim do Mundo na Imprensa de Pernambuco. Recife: EDUPE, 2018, v.01. 388 p.

forma os jornais em Pernambuco recorreram, a lembrança da guerra sertaneja, quando foram noticiar ou opinar sobre os eventos em questão. Motivados ainda mais pelo processo de seleção para o doutoramento e aprovação em 2018, iniciamos uma nova fase de investigação, compreensão e narrativa para a composição da tese. Lembramos, que na Dissertação, passamos meses na hemeroteca do arquivo público de Pernambuco, transcrevendo as notícias; já nesta nova fase, utilizamos os recursos da busca digital, por meio do site da Biblioteca Nacional, facilitando o acesso aos jornais, que estavam digitalizados e disponibilizados para consulta pública.

Muitas novidades foram aparecendo, e uma série de questionamentos foram surgindo, especialmente quando está demarcada uma linha tênue entre as os movimentos sociais e religiosos e suas representações na imprensa de Pernambuco. Por isso, escolhemos nossa problemática, a partir do seguinte questionamento: De que maneira as formações discursivas, sobre a Guerra de Canudos, foram determinantes nas narrativas sobre os conflitos do Contestado, do Caldeirão e de Pau de Colher, na imprensa de Pernambuco, entre os anos de 1897 a 1940?

Pelo modo como os eventos podem ser pautados, ocupam e envolvem os meios de comunicação, são processados pelo público e repercutem na sociedade, torna-se possível identificar e tentar compreender o papel e a presença dos meios de comunicação na constituição de um universo de significações, tendo em vista um contexto de conflitos políticos, econômicos, religiosos e sociais que servem como elementos para a constituição dos sentidos históricos. (WOITOWICZ, 2015, p. 28).

Sabemos que a Guerra de Canudos é um marco nas narrativas de qualquer evento congênere, e em se tratando dos eventos que vamos analisar, será lembrada não para tê-la como evento positivo, mas como exemplo negativo, corroborando para uma narrativa, que induz a qualquer custo, o desmantelamento de outras manifestações. A guerra travada no sertão baiano será nosso ponto de partida e não esperamos que seja o ponto de chegada, já que, nas tessituras da revisitação, em diversas páginas dos jornais pernambucanos e em outros escritos, existem constantes inter-relações nos movimentos analisados.

Desse modo, considerando a atividade jornalística para além das funções básicas de pautar eventos, trabalhar os fatos, anunciar posicionamentos e publicizar informações e polêmicas, pode-se dizer que o trabalho simbólico de anunciabilidade dos fatos, em incorporação e constante (re)processamento

na sociedade, representa uma forma de construção histórica e social da realidade. (WOITOWICZ, 2015, p. 25).

Em nossa dissertação sobre a Guerra de Canudos, identificamos que as razões político-partidárias foram responsáveis pelas narrativas elaboradas na imprensa de Pernambuco. Subjacente a esse fio condutor, estavam as representações que as classes dominantes tinham sobre a população do sertão: ignota, incivilizada, sem instrução e suscetível ao fanatismo religioso. Alguns discursos dos articulistas se apoiavam nas teorias raciais do século XIX e até mesmo na condenação dessa população ao fracasso. Depois de quase quarenta anos do conflito no sertão, o medo de Canudos continuava nas narrativas das classes dominantes. Só para termos uma ideia dessa acepção, Pau de Colher, o ajuntamento de menor proporção, em 1938, fora chamado de “pequena Canudos”, demonstrando, assim, o receio de outros Canudos ressurgirem.

Nesse sentido, a Guerra de Canudos foi o grande laboratório discursivo da imprensa em fins do século XIX, haja vista a quantidade de informações e opiniões publicadas em todo o Brasil. O discurso elaborado, ancorado em suas diversas matizes: sociológicas, antropológicas, médicas, religiosas e culturais, criou lastro e se tornou pedra angular para qualquer discussão posterior, seja para rememorar o evento em datas significativas ou, principalmente, para inter-relacionar com outros fatos congêneres, que aconteceram posteriormente. A tese confirmará Canudos como experiência a ser combatida, por meio das narrativas da imprensa de Pernambuco, nos movimentos sociais religiosos ocorridos no Ceará com o Caldeirão de Santa Cruz; na Bahia, em Pau de Colher e nas regiões contestadas de Santa Catarina e Paraná.

1.4 CANUDOS COMO PONTO DE PARTIDA

Como nosso ponto de partida, é a Guerra de Canudos, cabe aqui, uma breve análise sobre esse evento, que continua sendo objeto de estudo em todos os recantos deste país. Brasileiros e estrangeiros se debruçam sobre o tema e não esgotam o assunto. Historiadores¹³,

¹³ DOBRORUKA, Vicente. **Antônio Conselheiro: o Beato endiabrado de Canudos**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997; HARDMAN, Francisco Foot. **Morte e Progresso: Cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: UNESP, 1998; LEVINE, Robert. **O Sertão prometido: O massacre de Canudos no Nordeste brasileiro (1893-1897)**. São Paulo: EDUPS, 1995; MELO, Frederico Pernambucano. **Que foi a Guerra de Canudos**. Recife: Sthli, 1997;

antropólogos¹⁴, sociólogos¹⁵, músicos¹⁶, economistas¹⁷, literatas¹⁸ e cientistas das mais variadas tendências encontram, a cada leitura das fontes primárias e secundárias, substâncias novas para dissertações, teses, romances, artigos, músicas e livros sobre a problemática¹⁹. Conforme pesquisa realizada por um site²⁰ sobre a História de Canudos, já foram publicados mais de duzentos livros e quase cinquenta dissertações e teses sobre o assunto, indicando que um fato nunca é esgotável em seu objeto.

Canudos situava-se a duzentos quilômetros da estrada de ferro em Queimadas na Bahia, não havendo povoados importantes entre as duas localidades, sendo o transporte feito a pé ou em lombo de animal. Segundo Villa (1995, p. 55), Conselheiro não escolheu o local por acaso:

Não é possível concordar com a ideia de que Antônio Conselheiro escolheu a região pensando na possibilidade de um ataque governamental e daí buscou um local distante de difícil acesso, pensando em transformá-lo em uma fortaleza inexpugnável. Dada a manutenção dos contatos econômicos e sociais com as vilas e cidades da região, o arraial teria de ser criado em uma área que possibilitasse o acesso dos simpatizantes do Conselheiro. Devido ao número de seguidores, o peregrino tinha de encontrar um local próximo a uma fonte de água e que tivesse razoável base econômica inicial, permitindo atender as necessidades mais imediatas.

¹⁴ BASTOS, Jose Augusto Cabral Barreto. **Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos**. Salvador: EDUFBA, 1995; OTTEN, Alexandre H. **Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Loyola, 1990;

¹⁵ HELLER, Frederico. **Canudos símbolo de um conflito cultural**. São Paulo, 1942; MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973; MOURA, Clóvis. **Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo o Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965;

¹⁶ CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. **Canudos na música e poesia populares**. São Paulo: PUC/SP, 1999. (Dissertação de Mestrado); SANTOS, Eurides de Souza. **A música em Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Fundação Cultural da Bahia, 1998;

¹⁷ BLOCH, Didier (Org.). **Canudos 100 anos de produção: vida cotidiana e economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997; MARTINS, Paulo Emilio Matos. **A reinvenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001;

¹⁸ AMORIM, José Américo. **A poesia de Canudos**. Salvador: Portfolium, 1997; AQUINO, Ivânia Campigotto. **Literatura e história em diálogo: Um olhar sobre Canudos**. Passo Fundo: UPF, 2000; BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. **Canudos: História em versos**. São Paulo: Hedra, 2002; CANÁRIO, Eldon. **Cativos da terra: romance**. Petrópolis: Vozes, 1988; GARCIA, Simone Pereira. **Canudos Reconstruída: Elementos para uma hermenêutica aplicada aos estudos históricos literários**. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação de Mestrado); LIMA, José Américo: **Canudos: a maldição do excluídos**. Recife: Fundarpe, 1997; VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981 – entre outros.

¹⁹ A obra o Clarim e a Oração: Cem anos de os Sertões, organizado por Rinaldo Fernandes (2002), reúne textos de historiadores, sociólogos e críticos literários sendo um dos mais completo na temática.

²⁰ A HISTÓRIA DE CANUDOS. Coordenação de Antônio Olavo. Desenvolvido pela PORTFOLIUM Laboratório de Imagens.

Pouco a pouco, muitos simpatizantes do trabalho de Conselheiro foram chegando e o lugarejo foi tomando aspecto de cidade. Para Villa (1995, p. 78) “a migração para o arraial e a construção da comunidade, longe de representar uma ameaça para a ordem pública, era para o sertanejo um momento de independência frente ao poder autocrático secular dos dominantes”. O autor salientou, ainda, que, com o crescimento da cidadela, tornou-se necessária uma rede de intercâmbio envolvendo toda a região circunvizinha. Essa atitude tornava-se peculiar na região, pois os conselheiristas mantiveram sua autonomia produtiva “sem ter que romper os contatos de toda ordem com as outras comunidades ou de se submeter à lógica imposta pelo padrão de acumulação de capital da época” (VILLA, 1995, p. 81). Já para Levine (1995, p. 324), Conselheiro rompeu com “o sistema tradicional de controle social e ofereceu aos fiéis a possibilidade de uma nova vida, especialmente quando estava no seu auge, antes dos ataques à comunidade”. A vida em Canudos, apesar das peculiaridades, foi simples e não diferia muito da existência em outras localidades no sertão. Segundo Moniz (1987, p. 45),

na cidade sempre em crescimento, reinavam a ordem e o afã do trabalho. Não existiam autoridades policiais, nem coletores de impostos. Não havia lugar para tabernas, nem prostíbulos. As mulheres não precisavam prostituir-se para ganhar a vida. Eram na maioria recatadas, boas esposas e boas mães, solidárias umas com as outras.

Havia, com certeza, uma organização administrativa que provocava inveja em outras localidades adjacentes. Apesar de um clima religioso reinante, as pessoas não eram obrigadas a participar dos momentos de oração. Na cidadela, os sertanejos podiam experimentar uma vida nova, sonhada e propagada pelas pregações de beatos e missionários do sertão.

O arraial permitiu integrar as necessidades econômico-sociais às religiosas, concretizando plenamente o que para o sertanejo nunca deveria estar dissociado: a religião e a vida. Assim, Canudos acabou se constituindo na materialização do sonho sertanejo e, mesmo sem querer, em obstáculo ao pleno domínio do coronelismo. (VILLA, 1995, p. 83).

A busca por um lugar sagrado, nos moldes de uma “nova Jerusalém”, estava, com certeza, na esperança daqueles que seguiram o Conselheiro. Para Levine (1995, p. 355), “o Belo Monte não é o paraíso, não é a terra da promessa, mas é o lugar que garante a salvação, é a ‘arca de noé’. Antônio Maciel se manteve fiel à sua vocação e condição de peregrino, criou uma comunidade que, segundo o modelo de igreja primitiva, peregrina no horizonte dos fins dos tempos ao encontro do Cristo glorioso”.

Não tardou para que a notícia de “vida nova” promulgada a partir da fundação do arraial se espalhasse pelo sertão. Uma multidão de sertanejos afluiu para o local, determinando, segundo pesquisas²¹, um crescimento populacional em cerca de 10.400 % em menos de quatro anos. A estrutura física da cidadela apresentava características primitivas, tendo apenas uma rua principal, que a atravessava do começo ao fim. As casas de taipa, quase todas idênticas, tinham um só andar, com dois cômodos e telhado de cobertura vegetal ressecada. Conselheiro era o líder espiritual da comunidade e dividia o poder com outros líderes também importantes, como João Abade, Antônio Beato, Leão da Silva, João Félix, Timóteo, Manoel Quadrado, Vila Nova, Pajeú entre outros. Todos tinham funções específicas, colaborando com o funcionamento administrativo do arraial. Se o crescimento alarmante da cidade provocou migração da população da região em sua direção, também assustou os principais coronéis, dentre eles, o poderoso Barão de Jeremoabo. Segundo Sampaio (1999, p. 35),

indiretamente e sem que o percebesse, a comunidade criada por Antônio Conselheiro atingiu a propriedade privada, por feri-la naquilo que lhe conferia sentido, que a tornava produtiva e rentável: a força de trabalho. Fazendeiros e criadores de gado, que haviam assistido à abolição dos seus escravos, assistiam agora, impotentes, à partida dos que em suas terras resolveram permanecer. E foram muitos os que preferiram servir a Conselheiro.

O crescimento de Canudos significava, por todos os meios, a diminuição da força de trabalho nas grandes fazendas da região, bem como a diminuição de população em muitas cidades do sertão. Levine (1995, p. 300), analisando a problemática que Sampaio compreendeu (1999) - a questão da propriedade da terra - argumenta que,

no sertão os grandes proprietários dedicados à agricultura e à pecuária procuravam ter à mão grandes quantidades de trabalhadores sedentários, tanto posseiros como jornaleiros. Além disso, o sistema republicano também se baseava na existência de uma classe baixa dócil, cujos votos eram controlados pelos coronéis locais. Canudos desestabilizava ambos os sistemas. Sem dúvida, não chegava a ameaçar a República, mas, na medida em que abalava o status quo local, era natural que os interesses regionais se opusessem à comunidade.

Os Coronéis da região, capitaneados pelo Barão de Jeremoabo, estiveram constantemente solicitando providências contra o séquito do Conselheiro. Uma das investidas das autoridades contra o arraial, de forma pacífica, foi o envio da missão capuchinha, coordenada pelo frei João

²¹ MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Belo Monte: A construção do Sonho** (o trabalho na comunidade de Antônio Conselheiro). Disponível em: <http://www.Portfolium.com.br/artigo-pemilio.htm>. Acesso em: 15 ago. 2000.

Evangelista do Monte Marciano. Ele foi encarregado de pregar uma missão no arraial com o objetivo de dispersar a multidão, ou “*fazer voltar para suas casas*” os conselheiristas que ali residiam. Porém, essa e outras investidas não deram certo, tendo a cidadela continuado sua vida normal até novembro de 1896, quando foi iniciado, oficialmente, o conflito.

Foram quatro expedições responsáveis pela destruição de Canudos, sendo a quarta a maior e mais bem equipada de que se tem notícia na República Brasileira. Foram necessários cerca de dez mil homens, envolvendo batalhões de quase todos os Estados, numa Expedição que não parecia ter fim. Antônio Conselheiro morreu antes do término da Guerra, no dia 22 de setembro, provavelmente, por causa de complicações oriundas do próprio processo belicoso (estilhaços de balas, enfraquecimento do organismo devido à falta de alimentação etc.). Seu sonho cristão tinha sido encerrado ali, naquele nefasto combate. No dia 05 de outubro de 1897, estava declarado, oficialmente, o término da Guerra de Canudos e a sua história ficaria viva para todo o sempre da República Brasileira. Foi o maior conflito armado da jovem nação republicana neste continente. Passados 120 anos do massacre, os sertanejos, especialmente do norte/nordeste baiano, jamais esquecerão esse episódio marcante de sua História.

Lembramos que esta História foi narrada à luz das representações na imprensa de Pernambuco em nossa Dissertação de Mestrado. A tabela a seguir indica a quantidade de editoriais e algumas notícias transcritas dos jornais pesquisados, que serviram para compor nosso trabalho e indicar outras possibilidades, tais como esta que estamos elaborando agora.

Jornais	Quantidade
A Cidade	79
A Província ²²	03
Comércio de Pernambuco	164
Diário de Pernambuco	61
Estado de Pernambuco	35
Gazeta da Tarde	139
Jornal do Recife	65

²² Como o jornal estava deteriorado e ainda não digitalizado, não utilizamos o pouco material pesquisado na análise.

Para termos uma ideia da quantidade de material investigado, foram 546 (quinhentos e quarenta e seis) editoriais e/ou notícias analisadas na pesquisa, que alimentou a Dissertação do Mestrado²³.

1.5 ORGANIZANDO OS CAPÍTULOS

Organizamos nossa tese em seis capítulos, dedicando o primeiro ao cerco teórico e metodológico, inserindo, também, algumas informações, que servem de espelho para a análise que propomos. Partimos da imprensa como fonte principal, pois é o centro do nosso olhar em relação aos movimentos sociais e religiosos. Para melhor situar essa fonte singular, achamos necessário fazer um breve relato da história dos jornais e esmiuçar cada órgão que investigamos, dando maior compreensão sobre a identidade dos veículos pesquisados. Entendemos também ser necessário escrever, mesmo que brevemente, acerca dos gêneros jornalísticos, pois foi a partir deles que compreendemos a estrutura das narrativas, especialmente, ao utilizarmos o gênero opinativo. Por fim, apresentamos as nossas principais inspirações teóricas e metodológicas, que nos ajudaram a chegar às observações que estão elencadas ao longo dos outros capítulos.

O segundo capítulo desta tese versa sobre os diversos eventos sociais e religiosos que foram sendo denunciados na imprensa de Pernambuco e, posteriormente, desmantelados pelo Estado, através do seu poder de polícia, no ano da Guerra de Canudos (1897). Em várias partes do país, surgiram denúncias de ajuntamento, envolvendo não apenas a religiosidade popular católica, mas também as crenças de matrizes africanas. Como Canudos estava sendo alvo, os demais ajuntamentos tiveram que pagar amargamente, sendo desarticulados. Fazemos um destaque especial neste capítulo, ao evento, que ocorreu em Bom Jardim, próximo à região metropolitana do Recife, tendo como líder principal José Guedes, que denunciado, foi preso e recolhido ao asilo da Tamarineira, no auge do conflito nos sertões da Bahia. Utilizaremos como fonte sobre esses movimentos, os jornais *A Cidade* e o *Diário de Pernambuco*. Do primeiro, foram analisadas 10 (dez) notícias e do segundo 01 (uma) notícia. Como este capítulo inclui a história do José Guedes, o Beato de Bom Jardim, utilizamos para análise e narrativa: 05 (cinco) notícias

²³ Consta armazenado em arquivo de pastas eletrônicas, 717 (setecentas e dezessete) páginas; 9.710 (nove mil, setecentos e dez) parágrafos; 25.905 (vinte e cinco mil, novecentas e cinco) linhas; 269.017 (duzentas e sessenta e nove mil e dezessete) palavras e 1.408.560 (um milhão, quatrocentos e oito mil, quinhentos e sessenta) caracteres.

do *Gazeta da Tarde*, 01 (uma) de *A Província*, 08 (oito) do *Jornal do Recife*, 10 (dez) do *Diário de Pernambuco* e 01 (uma) do *Comércio de Pernambuco*. Portanto, para a elaboração do capítulo, utilizamos 37 (trinta e sete) informações em formato de notícias, cartas, relatórios e artigos de opinião.

O terceiro capítulo aborda a rememoração de Canudos depois da Guerra de Canudos, tendo como recorte temporal 1898 a 1948, anos em que encontramos informações dos que vivenciaram diretamente o conflito nos sertões baianos, comemorações de fatos decisivos, relatórios, artigos ou cartas. O principal fio condutor, ao investigar esse período, foi observar de que forma Canudos seria rememorado e como foi apresentado ao público leitor as lembranças daquele fatídico evento. Salientamos, de antemão, que descobrimos diversos atores nessa rememoração e destacamos, neste capítulo, a presença significativa de Euclides da Cunha, desde suas passagens por Recife até o seu trágico assassinato em 1909. Apresentaremos alguns enxertos de textos que estavam sendo elaborados com vistas à escritura de sua obra, lançada em 1902. É bom lembrar que “Os Sertões” continua ainda sendo uma espécie de “bíblia” da Guerra de Canudos, apesar de uma vasta publicação sobre o tema. Para elaboração deste terceiro capítulo, utilizamos 13 (treze) informações do *Jornal do Recife*, 06 (seis) do *Gazeta da Tarde*, 01 (uma) de *A Cidade*, 09 (nove) do *Diário de Pernambuco* e 10 (dez) do *Diário da Manhã*, totalizando 38 (trinta e oito) documentos, nos mesmos formatos elencados no capítulo anterior: notícias, cartas, relatórios e artigos de opinião.

O quarto capítulo faz uma análise da Guerra do Contestado, que, apesar de ocorrer no Sul do país, tornou-se nacionalmente conhecida e comentada, ocupando um espaço considerável na imprensa pernambucana.

Tem sido comentadíssimo o levante dos fanáticos de Campos Novos, neste estado. Toda a imprensa publica extensos artigos sobre os acontecimentos. O governo do estado e a inspetoria militar da região mantêm uma ativíssima correspondência, sobre as medidas a serem empregadas na dispersão dos fanáticos. (JORNAL DO RECIFE, 1912).

O Contestado foi um evento longo, durando de 1912 a 1916, com muitas baixas de civis e militares. A região já era palco de problemas desde o século XVIII, onde aconteceram lutas com os nativos e, posteriormente, pela disputa de terras entre algumas famílias. Como foi um conflito duradouro e mais próximo no tempo ao de Canudos, os jornais dedicaram um considerável espaço para publicações de notícias ao longo dos anos que sucederam a guerra.

Para entendê-lo melhor, tomamos como base bibliográfica as narrativas de Woitowicz (2015), Auras (1997), Queiroz (1977) e Carvalho (2009), tendo destaque, entre esses, a obra “Messianismo e Conflito Social” de Maurício Vinha de Queiroz. Foi possível também traçar um sucinto quadro da política central, a época do evento, pois, como ocorreu com Canudos, os interesses político-partidários interferiram no discurso que foi elaborado pelos jornais. As fontes jornalísticas utilizadas foram: o *Jornal Pequeno*, com 19 (dezenove) informações; *Jornal do Recife*, com 138 (cento e trinta e oito); *Diário de Pernambuco* com 71 (setenta e um) e *A Província* com 22 (vinte e duas). Nos quatro anos de conflito (1912-1916), registramos em nossos arquivos 257 (duzentos e cinquenta e sete) informações, também nos mesmos formatos elencados no capítulo anterior: notícias, cartas, relatórios e artigos de opinião.

O quinto capítulo analisará as narrativas sobre o movimento do Caldeirão de Santa Cruz, que ocorreu entre os anos de 1936 e 1937 no interior do Ceará. O Caldeirão está intimamente ligado à história do Padre Cícero Romão Batista, sacerdote que soube cativar muitos adeptos para a sua missão. Dentre esses, muitos tornaram-se beatos, espécies de missionários e propagadores da evangelização do “santo juazeirense” (LOBO, 2000). A história de Caldeirão começou, então, com um desses beatos, José Lourenço, afilhado do Padre Cícero, que recebeu a incumbência de cuidar dos flagelados no sítio Caldeirão, município do Crato e bem próximo a Juazeiro do Norte. Não tardou muito para que o sítio virasse um centro de convergência dos romeiros e de retirantes da seca que iam para Juazeiro e eram recambiados para o local, muitas vezes, a pedido do “santo juazeirense”. A localidade, com o passar dos anos, chegou a ter aproximadamente cinco mil pessoas, que viviam sob as ordens de Lourenço, praticando uma agricultura de subsistência e uma vida religiosa severa. Com a morte de Cícero em 1934, muitos romeiros que visitavam seu túmulo aproveitavam também a ocasião para visitar o Caldeirão, referência das obras daquele sacerdote. Para compreender melhor a História do Caldeirão de Santa Cruz, utilizamos como pensadores centrais Alves (2012), Silva (2009) e Gomes (2009). Em relação à quantidade de informações transcritas dos jornais, utilizamos: 01 (uma) do *Jornal Pequeno*; 02 (duas) do *Diário de Manhã*; 10 (dez) do *Diário de Pernambuco* e 02 (duas) de *O Pharol*, totalizando 15 (quinze), nos formatos de notícias, cartas, relatórios e artigos de opinião.

O sexto capítulo, praticamente, continua a discussão do capítulo anterior, já que está imbricadamente ligado ao Caldeirão: o movimento de Pau de Colher,²⁴ que ocorreu em Casa Nova, na Bahia. No início dos acontecimentos, a localidade não representava um povoado de grande porte, tendo apenas três ou quatro casas, situadas à beira da estrada. Segundo Duarte (1972), viviam, naquela localidade, três famílias chefiadas por Romualdo, Rosendo e Luiz de Carlota - os mais velhos das famílias - sendo numerosas em virtude do grande número de filhos. Além de uma feira, concorria para a aglomeração de pessoas naquela região, uma cacimba, que amenizava a sede no período de estiagem das famílias que ali viviam. Como a presença da Igreja Oficial dava-se esporadicamente, os habitantes dos povoados praticavam uma religião popular, manifestada através de ofícios, novenas, terços, visitas de covas e festas de santos populares. Também era praticada uma medicina natural, realizada por muitos curandeiros com inspiração desse tipo de religiosidade. Essa comunidade ligou-se ao Caldeirão, por meio das peregrinações do Beato Severino, que fazia prosélitos em favor do Padre Cícero e da comunidade de Lourenço na região do Vale do São Francisco. Em pouco tempo, alguns moradores de Pau de Colher visitaram o Caldeirão e mantiveram laços de amizade e de religiosidade. O grupo, então, foi crescendo em torno da liderança de Senhorinho, que pretendia juntar os habitantes e “*fazer a caminhada até Caldeirão*”. O movimento teve seu fim em janeiro de 1938 quando tropas de Pernambuco, Bahia e Piauí entraram no reduto e debelaram o ajuntamento. Ajudaram-nos a compreender o evento as obras de Silva (2008), Pompa (1995), Monteiro (2011) e Estrela (1988). Os jornais utilizados foram o *Diário da Manhã* com 03 (três) informações; *Diário de Pernambuco* com 06 (seis) e *O Pharol* com 11 (onze), totalizando 20 (vinte), nos formatos de notícias, cartas, relatórios e artigos de opinião.

²⁴ Sobre esse evento, já orientamos as seguintes monografias de conclusão de curso de licenciatura Plena em História da UPE – Campus Petrolina: EVANGELISTA, Jean Lucia Santos. **A importância da religião católica para a formação e desenvolvimento do movimento de pau-de-colher**. Petrolina: UPE, 2007; CARVALHO, Silvânio Antônio de. **Pau-de-Colher: fanatismo religioso**. Petrolina: UPE, 2007; SANTOS, Francisco Osmá. **Pau-de-Colher: História, Historiografia e Literatura**. Petrolina: UPE, 2007; SANTANA, Gerson. **As relações entre os eventos de Canudos e Pau-de-Colher**. Petrolina, UPE, 2008.

2 DA FONTE PRINCIPAL AO CERCO TEÓRICO E METODÓLOGICO²⁵

2.1 A IMPRENSA COMO FONTE PRINCIPAL

A imprensa²⁶ tem sido veículo singular da memória no cotidiano, contribuindo com o fazer das diversas ciências humanas. A vida continua sendo retratada nas páginas dos periódicos, que utilizam as mais diversas narrativas para o processo de representação, revisitação e ressignificação social. Os jornais são espaços privilegiados da memória e da representação, sendo “não só os *lugares de memória*, mas com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea.” (SÁ, 2006, p. 308, grifos do autor).

Compreendemos que, por muitos anos, a imprensa permaneceu com status de fonte secundária, mas as considerações de Sodré (1999) marcaram uma nova postura frente às colunas dos periódicos. No caso específico dos movimentos religiosos que estamos estudando, o marco principal foi a obra de Galvão (1994), que reuniu, num só livro, notícias publicadas na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro sobre a Guerra de Canudos, tornando-se referência para a investigação em jornais. A autora dedica mais tempo em sua obra, a transcrição das notícias, do que a análise dos fatos, porém, o interesse pela publicação das matérias nos ajudou na aproximação dessa fonte privilegiada. “O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que, por si só, já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. (LUCA, 2006, p. 140). A autora demonstra ainda, que os jornais não são obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem muitas pessoas, abordam projetos coletivos, que agregam ideias, crenças e valores, difundidos a partir da palavra escrita.

Por sua vez, Capellato (1988, p. 36) afirma que o estudo da imprensa, possibilita ao historiador “acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, levando em conta que acompanhar a trajetória sinuosa dos sujeitos na produção jornalística é tarefa complexa, destacando qualidades intrínsecas à imprensa: registra, comenta e participa da história”. Já Grazzotini (2005) diz que há uma importância peculiar quando são tratados textos orais e escritos que têm informações históricas, etnológicas e linguísticas. Nesse caso, o texto, que tem referenciais

²⁵ Como estamos utilizando uma numeração progressiva desde a introdução e apesar deste título ser o primeiro capítulo, tem a numeração 2.

²⁶ O conceito de imprensa para o período analisado refere-se aos jornais impressos.

históricos nos impressos, traduz o legado dos fatos que podem ser analisados à luz dos critérios historiográficos. A autora afirma, ainda, que os jornais são meios pelos quais se pode entrar no universo das relações pessoais e políticas da região, além de perceber as tomadas de posição, o pensamento, os ideais e os costumes de cada época. “Ainda que a imprensa não seja o espelho mais fiel do mundo, ela é de alguma forma o refletor dos acontecimentos e se expressa nos movimentos da história”. (GRAZZOTINI, 2005, p. 3). Já para Alves e Guarniere (2007), a utilização da imprensa não pode se limitar à pesquisa de um ou outro texto isolado, pois requer uma análise detalhada do seu lugar de inserção, fonte e objeto de pesquisa no seu espaço delimitado.

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1998, p. 24-25).

Para o jornalista Dines (1986), o papel do jornal é o de suprir a necessidade histórica do homem e de identificar-se com o outro. “O homem precisa saber para continuar o desafio de existir; precisa saber o que acabou de acontecer, mas precisa relacioná-lo com o que ocorreu no passado, para assim compor a informação total”. (DINES, 1986, p. 70). A memória torna-se, então, o único recurso para vencer o tempo do esquecimento e o jornal é a memória da sociedade e tem a obrigação de organizar-se nesse sentido, afirma o autor. Para ele, os veículos de comunicação representam os sentidos e o caminhar em círculos da humanidade, que se copia permanentemente. A análise deve buscar os elementos constituintes do fazer discursivo, pois “nem sempre a exatidão domina o conteúdo editorial. [...] Há uma mistura do imparcial e do tendencioso”. (RODRIGUES, 1968, p. 198). Contudo, os estabelecimentos desses vínculos dependem do olhar atento a esse fazer: “Ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo o ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de forças que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”. (GINZBURG, 2002, p. 43).

Por isso, que não existe narrativa neutra na imprensa, pois toda escrita parte de um ponto, de uma aceção sobre a realidade vivida. A parcialidade é explícita, especialmente quando os órgãos pertencem aos partidos e/ou famílias que dominam os setores econômicos da sociedade.

Nesse sentido, o jornal detém qualidades especiais para a pesquisa histórica, especialmente para compreender o universo político. “De todos os objetos de pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo”. (ALBERT; TERROU, 1990, p. 10). Enquanto pesquisador que utiliza essa fonte privilegiada de investigação, as conexões com outras fontes precisam estar na base da compreensão, pois nem todos os aspectos da realidade estão explícitos no texto. Daí a atenção às entrelinhas, que dizem muito; por isso, a pesquisa em jornais tem suas qualidades peculiares.

O jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade os jornais constituem-se em verdadeiros 'arquivos do cotidiano', nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. E outro aspecto singular do material jornalístico é o tipo de censura sofrida, pois a imprensa recebe apenas a censura instantânea e imediata, diferentemente de outras fontes que poderão ser submetidas a uma triagem antes de serem arquivadas. Segundo Zicman, ‘Com raríssimas exceções, para os historiadores o jornal é antes de tudo uma fonte onde se 'recupera' o fato histórico - uma ponte ou trampolim em direção à realidade - não havendo, entretanto, interesse por sua crítica interna’. (ESPIG, 1998, p. 274).

Mas, desde quando a sociedade brasileira, ou pequena parte desta sociedade, tem acesso aos jornais? Para sabermos brevemente, entendemos ser necessário apresentar um rápido apanhado da História da imprensa no Brasil.

2.2 BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DOS JORNAIS

A história da imprensa remete ao século XV quando foi possível produzir um papel maleável, permitindo a impressão de livros. O papel foi fundamental para que textos pudessem circular com mais rapidez e romper assim o círculo de comunicação, que estava muito restrito à época ao estado e à igreja. Aos poucos, uma pequena parte da população foi tendo acesso à leitura. Mas é bom salientarmos que a invenção do tipógrafo é também marco decisivo para a produção dos impressos e, conseqüentemente da sua circulação. Via de regra, ao comentarmos sobre o aparecimento dos impressos, não podemos deixar de citar Gutenberg, que foi o responsável pela criação dos tipos móveis, com possibilidade de impressão em papel. Não tardou para que não apenas livros fossem impressos, mas também pasquins, folhetos, libelos, gazetas entre outros meios de informação.

Então, a partir do século XVII, foi se consolidando uma imprensa periódica e já no século XVIII, os jornais fomentavam uma espécie de espaço público para debates políticos, culturais, literários etc. A Inglaterra, Alemanha, França e, posteriormente, os Estados Unidos passaram a contar com seus periódicos e, logo, os demais países tiveram seu meio de informação. Salientamos que a Revolução Industrial também contribuiu com a aceleração do uso dos impressos, especialmente, dos jornais como meios de divulgação, pois a mecanização tornou o processo de impressão muito mais rápido.

Sobre a imprensa nesse vasto continente americano e, especialmente, sobre a América portuguesa, segundo Terraguinha (1989), antes de 1808, existiam mais de trinta periódicos entre 1749 e 1807, além de quinze jornais no período pombalino. Os primeiros jornais brasileiros foram o *Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A partir daí, outras províncias foram incorporando, em seus cotidianos, a presença dos impressos, especialmente como meios oficiais das classes dominantes.

Em Pernambuco, o *Preciso* foi o primeiro documento impresso, precedendo, assim, o fervilhar das letras nessa província, pois, até 1821 o Estado não teve imprensa propriamente dita. Com o que sobrara do confisco da tipografia que imprimira aquele documento, o governador de Pernambuco, Luís do Rego, mandou confeccionar o primeiro jornal governista *Aurora Pernambucana*, tendo como objetivo, estampado em primeira página, “predispôr aos povos a abraçarem as novas instituições que a augusta assembleia está formando em Lisboa para estabelecer-se a nossa liberdade política, e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os direitos de majestade e os direitos da nação”. (JAMBO, 1975, p. 57). O órgão oficial de Luís do Rego circulou apenas no ano de sua fundação, de março a setembro, com apenas trinta exemplares. Depois dessa experiência, surgiram os jornais conhecidos como “revolucionários”.

Responsáveis por eles, foram duas figuras imponentes de nossa história: Cipriano Barata²⁷ e Frei Caneca²⁸.

Cipriano Barata participou da Revolução Pernambucana de 1817, trabalhando na Bahia pelos conspiradores do regime, sentindo-se solidário. Denunciado, foi ameaçado, mas não se intimidou. Foi eleito deputado às cortes constitucionais de Lisboa, representando a Bahia. Com o agravamento da crise entre Portugal e Brasil e com a possibilidade de retaliação aos deputados brasileiros que contestaram a constituição portuguesa, Cipriano deixou o país e foi para a Inglaterra. Após a Independência do Brasil, voltou e dedicou-se novamente à imprensa, defendendo seus velhos ideais. Em Pernambuco, fundou o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, circulando de 09 de abril de 1823 a novembro daquele mesmo ano, quando seu redator foi preso. Barata também colaborou com a *Gazeta Pernambucana*, que circulou desde 14 de setembro de 1822 a 12 de abril de 1824, tendo como fundador Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque. As ideias dele, segundo afirmam alguns historiadores, eram profundamente republicanas e tomavam corpo nas diversas folhas em que escrevia. Preso em Pernambuco, foi levado para o Rio de Janeiro, passando de prisão em prisão por mais de 07 anos. Voltou à Bahia em 1831, falecendo em 11 de junho de 1838 no Rio Grande do Norte.

Frei Caneca é outra personagem importante na imprensa pernambucana. Sua trajetória foi longa, vivenciando o período colonial e o Império, tendo nesse último período se destacado, principalmente com a Proclamação da Independência, que a observou com desconfiança. Um ano após, na época da elaboração da Constituição, o Frei resolveu enveredar pelos caminhos do jornalismo. Decorre que a Constituição não chegara ao fim, gerando motins e revoltas. Em Pernambuco, a notícia da dissolução da Constituinte, que ocorrera em novembro, prenunciou lutas inevitáveis. No mês seguinte, lançou, nessa província, o *Typhis Pernambucano*, periódico,

²⁷ Cipriano José Barata de Almeida, nasceu na freguesia de São Pedro Velho, cidade de Salvador, no dia vinte e seis de setembro de 1762. Fez seus estudos primários na Bahia e na Universidade de Coimbra onde cursou Filosofia e Matemática. Voltando à Bahia, dedicou-se à cirurgia e à lavoura açucareira, tendo tempo também para exercer atividade política com os agricultores. Já em 1798 foi denunciado à Coroa, como desrespeitador da metrópole e da religião. Participou da conspiração dos alfaiates, denunciando os altos tributos cobrados por ordem da “rainha de Lisboa”. Denunciado como autor dos “papéis sediciosos”, Barata foi preso meses depois, porém a devassa contra ele constituída nada apurou que o comprometesse. Foi absolvido em dezembro de 1799.

²⁸ Frei Joaquim do Amor Divino Caneca nasceu no Bairro de Fora de Portas, freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves, da cidade do Recife, em 1779. Ordenou-se aos 20 anos no convento de N.S. do Carmo. Ocupou-se sempre na Ordem em atividade de magistério. Foi voluntário do movimento armado de 1817. Preso, foi mandado para a Bahia, em cujas prisões deveria responder a processos.

que levou adiante os ideais republicanos e, por fim, orientou a causa da Confederação do Equador.

No primeiro número, Caneca anunciou que a pátria parecia uma nau destrocada pela fúria oceânica, ameaçando soçobro, carecendo da ajuda decidida e abnegada de todos seus filhos: “Quando a nau da pátria se acha combatida por ventos embravecidos, cada um deve prestar diligência ao seu alcance e sacrificar-se pelos seus concidadãos em perigo”. (SIGISMUNDO, 1962, p. 155). O *Typhis Pernambucano* foi publicado até 05 de agosto de 1824, sendo os últimos números dedicados aos valores e ideais da Confederação do Equador. Preso e condenado, ele morreu no dia 15 de janeiro de 1825.

Frei Caneca, um dos grandes jornalistas brasileiros, espírito rebelde e indomável, sagrou-se como herói e como mártir. Sua figura, que a historiografia oficial omite, esqueceu ou amesquinha, ao mesmo tempo que esconde os crimes cometidos pelas missões militares, cresce com o passar do tempo e começa a ser restituída ao conhecimento e à maioria das gerações, como das mais puras. Seu jornal, numa fase de supressão da liberdade no país, manteve desfraldada a bandeira da resistência. Nefando crime que pagou com o martírio. (SODRÉ, 1977, p. 106).

Depois dessas duas experiências revolucionárias, a imprensa pernambucana conheceu o seu *Diário de Pernambuco*, reconhecido atualmente como o mais antigo em circulação neste continente. O jornal surgiu numa segunda-feira, em 07 de novembro de 1825. Seu proprietário, Antônio José Miranda Falcão, tipógrafo intelectual, já havia possuído em 1823 uma pequena oficina, de onde saíram alguns periódicos, dentre eles, o *Typhis Pernambucano* de Frei Caneca. No ano de sua fundação, Miranda Falcão adquiriu do governo a tipografia nacional e dela se fizeram extrair as primeiras folhas do seu jornal. Segundo Jambo (1975, p. 76), o jornal pretendia circular diariamente e dotava-se de formatos diversos dos tipos de jornais que o antecederam. Seu objetivo foi: “ser antes de tudo uma folha de anúncios com a funcionalidade de ‘facilitar transações’, aliada ainda ao sentido de ser noticioso: atender ao recifense com a materialização de meios pelos quais se comunicassem ao público notícias”.

Outros jornais foram surgindo em Pernambuco, e como salientamos em nossa dissertação de Mestrado, Recife, praticamente, tinha a mesma quantidade de jornais em circulação do Rio de Janeiro e de São Paulo no final do século XIX. Nascimento (1968, p. 36), afirma que, de 1829 a 1900, surgiram mais de sessenta e seis jornais neste Estado, quase todos diários. O período a que faz referência o autor é muito importante para o estudo das questões que envolvem a política

regional, pois foi através de suas colunas que liberais, conservadores, republicanos, entre outros, travaram disputas peculiares e produziram narrativas do cotidiano da sociedade, e em particular, dos movimentos sociais religiosos, que são o alvo da nossa investigação.

2.3 ESMIUÇANDO OS JORNAIS UTILIZADOS

Antes de esmiuçarmos os jornais que serviram de fonte para esta tese, lembramos que parte do material foi pesquisado entre 1998 a 2000, no Arquivo Público de Pernambuco, quando estávamos transcrevendo as informações acerca da Guerra de Canudos. Como naquela época pretendíamos ampliar o recorte temporal, incluindo outros movimentos sociais religiosos, realizamos uma busca das informações do pós-Guerra de Canudos, de Padre Cícero do Juazeiro do Norte e do Contestado. As informações de Pau de Colher, transcritas do jornal *O Pharol*, foram colhidas quando realizei uma pesquisa documental sobre o “Coronel Quelê”, patriarca da família Coelho em Petrolina, escrita por José Américo de Lima²⁹. As informações do sacerdote do Juazeiro, de Caldeirão e outras de Pau de Colher e a atualização do Contestado, colhi-as, posteriormente, através de consulta digital à hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Todas as informações estão transcritas, sendo um número considerável de páginas que compõem nosso arquivo pessoal. Sobre a forma de organização das informações transcritas, criamos um arquivo com temáticas específicas para cada jornal. Após a transcrição, criamos outro arquivo por temática, de forma linear e juntando os jornais. No preâmbulo das informações, organizamos um índice com tabela que contém colunas, constando data, nome do jornal e breve descrição da notícia. É importante lembrar, ainda, que para pesquisar e organizar esse material, não tivemos nenhum aporte financeiro com bolsa de pesquisa, tampouco, bolsistas das instituições nas quais trabalho. Destacamos, ainda, que o recorte temporal de quase cinquenta anos nos ajudou a encontrar outros eventos, personagens e movimentos, que servirão para análises e elaborações de textos num futuro bem próximo. Faremos, então, a seguir, uma breve caracterização dos jornais pesquisados.

²⁹ LIMA, José Américo. *Coronel Quelê: Adversidade e bonança*. Petrolina: Ed. Autor, 2010.

2.3.1 Diário de Pernambuco

Iniciou suas atividades em formato 24 ½ x 19 centímetros, quatro páginas, trezentas e vinte e nove linhas de composição a mão, mil quatrocentas e quarenta e três palavras, sendo distribuído pelo preço de quarenta réis. Segundo Nascimento (1968), para facilitar a entrega dos anúncios, já que era um jornal destinado a fazer transações de compra e venda, foram criados postos em vários locais da cidade para recolhimento dos anúncios e assinaturas.

Da tipografia Miranda Falcão, foram impressos vários periódicos, dando-lhes posição de prestígio no cenário recifense. Ele continuou na direção do jornal até 1835, quando vendeu sua empresa para Pinheiro & Faria. A nova direção abriu suas colunas para notícias estrangeiras, alegando que “*a sua falta nos tem feito pensar ao acaso sobre a política do mundo*”. Ainda naquele ano, Manuel Figueroa e Faria adquiriu a propriedade do Diário e, sob seu comando, transformou a folha em órgão oficial do governo. Para Nascimento, “a partir daí, o Diário de Pernambuco foi órgão oficial dos governos provinciais e estaduais até 1911, com exceção dos seguintes períodos: junho/1854, março a agosto de 1890”. (NASCIMENTO, 1968, p. 11). A família Figueroa exerceu o comando do jornal até 1901, quando esse foi comprado pelo Conselheiro Rosa e Silva. O Diário de Pernambuco continua circulando até hoje.

2.3.2 Jornal do Recife

Publicou seu primeiro número em 01 de janeiro de 1859, sob o formato de 28 x 21 centímetros, oito páginas, impresso na tipografia acadêmica, situado na rua do Colégio, 21. O órgão pertencia a José de Vasconcelos e tinha como objetivo, segundo Nascimento, “instruir e deleitar, moralizando, tal é o fim a que se dirige o Jornal do Recife”. (NASCIMENTO, 1968, p. 95). Em 1887, a direção do jornal passou para Sigismundo Gonçalves e Ulisses Viana, representantes de uma sociedade anônima. O periódico pretendia seguir os mesmos caminhos trilhados por Vasconcelos e acrescentou outros objetivos em editorial, afirmando que procuraria servir e discutir as questões, emitindo juízo sobre os homens, corporações e acontecimentos com a maior imparcialidade e despreensão partidária. Em 1889, sua administração ficou a cargo somente de Ulisses Viana, tendo, em 1891, após a morte de Viana, deixado de ser uma associação e passado para o controle de Sigismundo Gonçalves, que logo arrendou a Luís Pereira de Oliveira Faria. A última edição do jornal ocorreu no dia 08 de janeiro de 1938.

2.3.3 A Cidade

Jornal vespertino, lançou sua primeira edição em 05 de novembro de 1894, tendo como redator-chefe Virgílio de Sá Pereira e redatores auxiliares Euclides Quinteiro, França Pereira e Eurico Vitruvius. Seu gerente-geral foi Soares Guimarães. O objetivo principal, segundo Nascimento, estava estampado em editorial de lançamento e afirmava que a folha seria mais uma defensora voluntária e gratuita da República, “ideal pelo qual se bateram os seus redatores sob o regime do passado e pelo qual se baterão no regime vigente, sempre que a ambição, a má-fé, ou a ignorância tentar confundi-lo com ditaduras ignóbeis ou com miserandas satrapias incompatíveis com o brio nacional”. (NASCIMENTO, 1968, p. 356). Durante os anos de 1894/95, *A Cidade* manteve ferrenha oposição ao governo federal e principalmente ao governo estadual, sendo, algumas vezes, impedido de circular. Em 1896, o jornal mudou de lado e passou a ser órgão oficial da Prefeitura Municipal do Recife. Em vários artigos, o periódico fez elogios ao seu antigo desafeto Barbosa Lima, esquecendo-se de todas as farpas trocadas e das vezes que fora impedido de circular em seu governo. A última edição do jornal foi no dia 29 de abril de 1899.

2.3.4 Gazeta da Tarde

Surgiu em 15 de setembro de 1888, sob a direção e propriedade de Abdísio Vasconcelos, situado na rua do Imperador, 43. Contava no editorial de lançamento que seu objetivo era “analisar fatos com toda imparcialidade que nos caracteriza, sem jamais ofendermos individualidades [...]. Não tem compromissos que o façam calar; é muito moço para perverter-se com as imundícies convencionais”. (NASCIMENTO, 1968, p. 280). O primeiro número foi publicado com medidas não tanto convencionais para a época: 38 de altura por 26 de largura. Porém, a partir do segundo número, aumentou seu tamanho para 53 x 34, em formato de cinco colunas. Em junho de 1892, o *Gazeta da Tarde* tomou nova orientação administrativa, sendo dirigido por uma associação constituída por membros do Partido Republicano Histórico, assumindo Martins Júnior sua orientação política. O periódico também travou violentos embates com o governo de Barbosa Lima, tendo sido, algumas vezes, empastelado por ordem do dirigente estadual. O *Gazeta* circulou até o dia 31 de dezembro de 1901.

2.3.5 Comércio de Pernambuco

Nasceu no dia 21 de março de 1892, sob a propriedade da Empresa Jornalística do Brasil, pertencendo a Antônio Minervino de Moura Soares. Era seu diretor e redator Antônio Gomes Pereira Júnior e funcionava na rua 15 de Novembro, 69. Dentre alguns objetivos do jornal, podemos citar que era sua missão “interpretar com fidelidade o pensamento do comércio, indicar as suas necessidades, defender os seus interesses menosprezados pelos representantes do poder público, quaisquer que eles sejam ou se trate de ofensa aos direitos de toda a coletividade ou de uma parte dos que exercitam o comércio”. (NASCIMENTO, 1968, p. 332). Ainda em seu editorial de apresentação, o jornal afirmou que era totalmente neutro entre os partidos e sua neutralidade seria mantida como compromisso de honra, porém não se furtaria à “livre crítica” e aos atos do governo. Após os primeiros meses de existência, o controle do jornal passou para as mãos de Luís Cavalcante de Albuquerque Brito, tendo o antigo proprietário passado para o posto de redator-chefe. A partir daí, o Comércio de Pernambuco fez cerrada oposição ao governo de Barbosa Lima, tendo sofrido, também, algumas ameaças de empastelamento. Em 20 de maio de 1896, o controle da empresa passou para Antônio Américo Carneiro Pereira, continuando o jornal com a mesma linha editorial. Em 1897, o periódico apresentava-se sob formato 64,5 de altura por 44 centímetros de largura em quatro colunas, situado na rua Duque de Caxias, 33, sendo comercializado a \$100 o preço avulso. Uma característica peculiar dessa folha foi apresentar, na primeira página, mais de trinta e dois anúncios comerciais, não sobrando espaço para notícias diversas. O jornal circulou até 30 de dezembro de 1900.

2.3.6 Estado de Pernambuco

Lançou seu primeiro número no dia 04 de agosto de 1897, em quatro páginas, medindo 61 centímetros de altura por 40 de largura, nas cinco colunas de sete centímetros. Nos primeiros números e nos seguintes, não foi estampado, no frontispício, o preço avulso do exemplar e nem sua propriedade. Situava-se na rua 15 de Novembro, 75. Foi o periódico que mais tinha redatores, segundo constava em primeira página: Antônio J. A. Pernambuco, Aprígio C. Amorim Garcia, Celso F. Henriques de Souza, Elpídio de A. L. Figueiredo, J. J. Faria Neves Sobrinho, Júlio A. de M. Furtado, M. de Caldas Barreto, M. Santos Moreira e Paulo A. Silveira. No seu editorial de apresentação, o periódico afirmou que a sua redação estava confiada ao Partido Republicano Federal, e seus intuítos não podiam ser diversos dos da agremiação

política, debaixo de cuja bandeira militavam seus redatores. O jornal, portanto, era caracterizado como situacionista, apoiando, dessa forma, o governo de Correia de Araújo, no Estado, Prudente de Moraes em nível federal e, principalmente, o grupo político de Rosa e Silva, candidato a vice-presidente na chapa da situação, encabeçada por Campos Sales na eleição de 1898. O jornal circulou até o dia 21 de junho de 1901.

2.3.7 A Província

Órgão do Partido Liberal — Começou a publicar-se no dia 06 de setembro de 1872, em formato de 45x29, com quatro páginas de quatro colunas. Seu Diretor era José Mariano Carneiro da Cunha. Trazia, junto ao cabeçalho, a divisa: "Vejo por toda parte um sintoma, que me assusta pela liberdade das nações e da Igreja: a centralização. Um dia os povos despertarão clamando: — Onde estão as nossas liberdades?" Segundo Nascimento (1968, p. 174), constava do artigo-programa: "Trataremos os interesses provincial no sentido da descentralização, como inculca o nosso título, como diz a nossa epígrafe; da descentralização, que será a vida das províncias e a mais segura garantia da integridade do Império; da descentralização, que, na frase do sr. Pinard, é a verdadeira escola primária da liberdade".

No ano de 1876, a partir de 23 de fevereiro, *A Província* passou a circular como vespertino, "sendo apregoada nos lugares públicos". Parou de circular entre os anos de 1878 e 1885, reaparecendo como órgão do Partido Liberal, tendo aumentado o formato para 53x35. Começou nova numeração, para ser reiniciada a cada primeiro dia do ano, e foram estabelecidos os preços de 12\$000, 6\$000 e 3\$000, respectivamente, para as assinaturas anual, semestral e trimestral. Sua última edição foi no dia 04 de junho de 1933. Como não estava ainda digitalizado em 1998, e seu estado de conservação era deplorável, não consegui incluir suas opiniões da dissertação sobre Canudos. Para a tese, pesquisamos em formato digital, disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

2.3.8 Jornal Pequeno

Diário vespertino, surgiu no dia 01 de julho de 1898, em formato de 51 X 36, com quatro páginas de cinco colunas, tendo como proprietário Luís Pereira de Oliveira Faria, sendo a direção estava confiada a Hercílio de Sousa, Paulo de Arruda e Júlio Falcão, embora não figurassem nenhum nome no expediente. Segundo Nascimento (1968, p. 370), constava do

artigo de apresentação: “O jornal é o livro de cada dia em que o povo se instrui, com que se recreia, de que faz o órgão de suas aspirações lícitas e por onde lança barreiras a prepotência das autoridades. E livro destes, em que não há senão benefícios para a sociedade, que se alastrem por todos os cantos; penetrem em todos os lares; se antepõem a todos os olhos e conquistem todas as consciências”. O *Pequeno Jornal* ainda afirmava que pretendia doutrinar o povo em todos os ensinamentos úteis do espírito moderno, despertando os nobres estímulos para os empreendimentos da iniciativa particular. Apesar de ser impresso nas oficinas do *Jornal do Recife*, não pertencia ao mesmo grupo administrativo. O jornal circulou até 30 de dezembro de 1954.

2.3.9 Diário da Manhã

Surgiu no dia 16 de abril de 1927, com vinte e quatro páginas em formato grande. Era propriedade da firma Lima Cavalcanti & Cia. A direção geral, segundo Nascimento (1968, p. 280), coube a Carlos de Lima Cavalcanti, que assinou a apresentação inserida na primeira página, sob o título: “O Diário da Manhã é uma iniciativa pernambucana e uma tribuna brasileira. Entregamo-la ao povo”. O jornal circulou normalmente com oito páginas, dobrando a quantidade aos domingos. Tinha colunas assinadas por Gilberto Amado, Barbosa Lima Sobrinho, João Barreto de Menezes entre outros. Logo no primeiro número, atacou as administrações estadual e federal. Em 1928, aumentou a quantidade de páginas para vinte e oito e estampou a seguinte mensagem aos seus leitores: “Vivendo do favor público, existindo exclusivamente para defender os interesses e as aspirações do povo, o Diário da Manhã sente-se feliz vendo o tempo libertá-lo das sete pragas com que os maus governos deste generoso país assinalaram os seus erros administrativos e as suas prepotências clamorosas”. (apud NASCIMENTO, 1968, p. 281). Chegou a circular semanalmente na década de 1930 e voltou a ser diário em 1944. Sua última edição foi no dia 30 de dezembro de 1950.

2.3.10 O Pharol

Segundo consta em sua capa, era um órgão noticioso e independente, tendo apresentado seu primeiro número em Petrolina no dia 10 de setembro de 1915, no formato de 12 x 8 cm, com quatro páginas. Seu Diretor era João Ferreira Gomes e sua produção era realizada na vizinha cidade de Juazeiro da Bahia. Ao atingir a edição de número doze, no dia 25 de fevereiro de 1916, aumentou o tamanho para 22 x 15 cm. Segundo Nascimento (1968, p. 563), o jornal em

27 de setembro de 1916, abriu sua primeira página com a seguinte mensagem: “Já agora com seu jornal maior, impresso em oficinas próprias, Petrolina avança, no largo caminho do progresso e da civilização, principais fundamentos do engrandecimento moral, intelectual e material de uma cidade do interior”, adiantando: “é um *Pharol* que vos serve de guia, que vos alumia, que vos mostra a estrada por onde podeis e deveis seguir, embora seja tortuosa e cheia de pedregulho do sofrimento”. *O Pharol* circulou até 1985.

2.4 A ATENÇÃO AOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Já que estamos utilizando como fonte principal os jornais, teceremos, brevemente, algumas linhas sobre os gêneros jornalísticos³⁰, especialmente os que compunham o fazer narrativo no período analisado para composição da tese. Sabemos que não é fácil definir os formatos, conforme as teorias jornalísticas, mesmo porque a compreensão será sempre feita de frente para trás, haja vista àquela época não termos uma teoria jornalística consolidada. Corroboramos com a assertiva de Melo (1988, p. 96), quando afirma:

Classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística que passa inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto. Dos escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-se indiretamente perceptível.

No início do século XIX, o fazer jornalístico ainda era incipiente e houve confusão acerca dos conceitos entre a crônica e a notícia, o discurso jornalístico e o literário.

Sabe-se, inicialmente, que essa imprensa pautava-se essencialmente nos telegramas oficiais (reproduzidos na íntegra) e em uma forma romanceada de se fazer jornalismo, verificada pelo uso abusivo de adjetivos para reforçar um determinado ponto de vista e por narrativas e retóricas próximas ao discurso literário (como crônicas e artigos). (WOITOWICZ, 2015, p. 52).

³⁰ Apresentaremos dois conceitos de gêneros jornalísticos que não são excludentes e que servem para que possamos compreender o que estava no espectro do material pesquisado: “os gêneros jornalísticos são formas que buscam os jornalistas para se expressarem. Seus traços definidores estão no estilo, no manejo da língua. São formas jornalístico-literárias, porque seu objetivo é o relato da informação e não necessariamente o prazer estético, embora determinados momentos isso não seja totalmente descartado no “fazer jornalístico”. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 22).

“Gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas”. (MELO; ASSIS, 2016, p. 49).

Todavia, é preciso destacar que foi, no final século XIX, que surgiu um novo corpo profissional, os jornalistas, que passaram a trazer para si uma espécie de monopólio da informação, conseguindo inserir o produto do seu trabalho como mercadoria. Já no início do século XX, o Brasil seria inserido no corpus do jornalismo profissional.

O trabalho nos jornais deixa de ser um ‘bico’, um segundo emprego e passa a exigir dedicação integral. Repórteres e redatores compõem um quadro fixo de funcionários e, assim, dedicam mais tempo às atividades que desempenham junto aos veículos. A divisão e a especialização de tarefas se ampliam e as redações e oficinas passam a abrigar um contingente de funcionários mais heterogêneo: repórteres, editores, revisores, tipógrafos, cada segmento dotado de uma cultura própria, marcada por rotinas diferentes, mas constituindo um universo extremamente rico e estimulante. (MOREIRA, 2016, p. 51-52).

Era uma grande virada na escritura do texto jornalístico, já que, em boa parte do século XIX, advogados, médicos, engenheiros, cronistas entre outros, escreviam as colunas dos jornais. Percebemos que, na análise que realizamos sobre os movimentos sociais religiosos na imprensa pernambucana, houve, na prática, esse processo transitório: enquanto em Canudos, vemos uma parcela significativa de profissionais liberais, que fazem o jornalismo; na primeira metade do século XX, nos movimentos sociais posteriores, o articulista já estava mais profissionalizado, mesmo sem estudar em nível superior, pois, apenas em 1947, surgiu o primeiro curso de jornalismo.

Como os jornais, no período analisado, pertenciam explicitamente às oligarquias políticas, dois gêneros se interpuseram concomitantemente: o opinativo e o informativo. Apesar de o gênero informativo fazer parte da tentativa de aproximar as narrações dos fatos de forma objetiva e “neutra”, pouco se materializou quando os assuntos foram os conflitos demandados dos movimentos sociais religiosos.

Brasil, o jornalismo – por mais que seja taxado como objetivo – é, quase sempre, ‘ostensivamente partidário na cobertura, com títulos de notícias editorializados, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular do mundo’. (SILVA, 1991, p. 101).

Mas, em todo caso, verifica-se a classificação de Melo e Assis (2016), de gênero informativo, sendo observadas nas colunas dos jornais pesquisados: nota, notícia, reportagem e entrevista.

Salientamos que, sobre os movimentos sociais religiosos, não observamos reportagens realizadas pelos jornais, compondo-se, sobretudo, de notas e notícias, além de entrevistas, a maioria com militares.

O gênero que mais permeou as narrativas sobre os movimentos sociais religiosos pesquisados foi o opinativo. As opiniões iam desde a do próprio articulista, quanto aos artigos assinados e cartas publicadas a pedido dos leitores. Em nossa dissertação sobre Canudos, optamos por analisar apenas os editoriais e artigos publicados sobre o conflito, ajudando-nos a compreender o que estava por detrás da narrativa. Nestes outros movimentos que compõem a tese, estivemos atentos não apenas aos editoriais, mas a toda as informações que foram publicadas sobre os eventos, seguindo, dessa maneira, o gênero opinativo. Neste sentido, Melo e Assis (2016), quando propõem os formatos desse gênero, corroboram com o tipo de material transcrito em nosso processo de investigação: editoriais, artigos, comentários, cartas e crônicas. Gostaríamos de tecer mais considerações acerca do gênero jornalísticos, mas entendemos que não é o foco central da nossa investigação, podendo ficar cansativa as explicações e o detalhamento, necessários, quando o trabalho é focado na ciência comunicacional.

2.5 O CERCO TEÓRICO E METODOLÓGICO

As leituras de Bourdieu (1996; 1998a; 1998b) e de Chartier (1990; 2002) nos ajudam a compreender as representações que são feitas a partir das narrativas na imprensa. Para o primeiro, as informações do autor [editorialista], apresentam-se como autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, sanciona-as, consagrando-as, fazendo dignas de existir (1998a, p. 109). Apesar de alguns artigos não estarem assinados, o jornal tem propriedade, especialmente política partidária. A escolha das fontes de transcrição também reverbera a parcialidade dos órgãos analisados. Para o segundo autor, o crédito concedido à representação depende da autoridade do grupo ou do poder a que se propõe. Para ele, existem modalidades de fazer crer, procedimentos, dispositivos, discursos [...] que objetivam coagir o leitor, sujeitá-lo, convencê-lo. O autor entende que as práticas das representações são produção de sentido, que dependem das relações entre texto, impressão e modalidade de leitura, diferenciadas por determinações sociais.

O sentido das formas materiais que organizam a leitura deve receber atenção especial do historiador, pois as formas, os dispositivos técnicos, visuais e

físicos comandam, se não a imposição do sentido do texto, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações das quais são susceptíveis: formas boas para a leitura silenciosa, para a leitura oralizada em grupo, para a atuação num palco, entre outras (CHARTIER, 1999, p. 8).

O jornal, como documento a ser analisado, carrega em si um sentido próprio, que é o sentido da palavra. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. (BOURDIEU, 1998, p. 15). Corroborando com essa assertiva, Certeau (1995, p. 18) argumenta que:

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias. [...] É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiers e as indagações relativas aos documentos.

Descrever a reverberação sobre Canudos nos outros movimentos religiosos narrados pela imprensa de Pernambuco é como diz Gagnebin (2006, p. 12): “Ouvir o apelo do passado, estando atento às transformações do presente, mesmo quando ele parece estar sufocado de maneira quase inaudível”. Os eventos a que nos propomos investigar se entrelaçam em sua convergência religiosa, social e política. Mas recebem conforme os períodos analisados, tratamento diferenciado. “A distinção entre idêntico e semelhante tem o mérito de ressaltar a singularidade dos acontecimentos históricos”. (GAGNEBIN, 2006, p. 100). A representação que fazemos do passado através dos fios entrelaçados no presente, nos move em um ir e vir, sendo, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência humana. (LE GOFF, 1996).

As narrativas são compostas de palavras, frases, expressões, sob a manutenção de um certo poder emanador, seja do veículo ou mesmo da pessoa que a utiliza. Por isso, entendemos que “os discursos jornalísticos podem ser entendidos como parte integrante e instituidora dos principais acontecimentos do período, devido à sua inegável interferência nos contextos político, econômico, religioso e cultural da sociedade.” (WOITOWICZ, 2015, p. 120). A palavra pronunciada tem força e aparece como status de “verdade”, devendo a investigação compreender quais os sentidos que estão interpostos e o que se pretende com a narrativa.

Trata-se, em outros termos, de tentar identificar e compreender em que medida o discurso, enquanto uma produção de sentido entre dois ou mais interlocutores, ao mesmo tempo em que reside na inscrição de um

acontecimento já possui uma estrutura, opera como mecanismo de construção da história. (BOURDIEU, 1998, p. 14).

As formações discursivas, que estamos colocando em pauta com essa investigação, surgem a partir do que representou Canudos nas narrativas de outros movimentos sociais religiosos. Com esses e outros argumentos, debruçamos-nos sobre a temática, buscando, nesse debate, contribuir, não somente com a história da imprensa, mas também com a história desses fatos sociais e religiosos, e com a história pernambucana, traçada nas linhas e entrelinhas das narrativas investigadas.

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com sua natureza [...]. Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem a sua constituição. (DURKHEIM, 1978, p. 79).

Movimentos como Canudos, Contestado, Cadeirão e Pau de Colher fazem parte do cotidiano do Brasil, muitas vezes, aliados dos grandes eventos, que marcam as páginas dos livros didáticos em produções editoriais publicadas em larga escala. Outrossim, é importante observar a mentalidade que os articulistas do litoral constroem sobre o sertão, uma vez que as nossas fontes são os jornais elaborados na capital, reprodutores de signos e significados urbanos.

Isto revela a importância do sertão e do litoral na reflexão sobre o Brasil, com suas ambiguidades e contradições na luta constante entre a tradição e a ação no presente. De certa maneira, ainda vemos uma associação da ideia de Sertão como metáfora do Brasil, no sentido de uma brasilidade essencial, materializada em imagens e representações diversas – seja no pensamento social, seja na música, nas artes plásticas, no cinema e na literatura. (OLIVEIRA apud SÁ, 2006, p. 15).

Por outro lado, nossa atenção também se volta para as distinções que os jornalistas fazem, quando as crenças religiosas envolvem, não somente as classes sociais mais pobres, que são parte considerável dos eventos ocorridos no sertão nordestino, mas também as classes abastadas, algumas delas envolvidas diretamente no conflito do sul do país. “O papel fundamental da imprensa na projeção de imagens do sertanejo – e do conflito de modo geral – revela a relação de constituição mútua entre a história e a prática discursiva, caminhando para a produção de um imaginário adequado em uma determinação histórica”. (WOITOWICZ, 2015, p. 93).

A compreensão e explicação da narrativa jornalística determinam, de antemão, que a nossa investigação seja de natureza básica, porque reflete sobre o discurso dos órgãos de imprensa, em relação aos movimentos sociais religiosos. Em seu percurso metodológico, a forma de abordagem da pesquisa é qualitativa, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (MINAYO, 2007). Mesmo que esse mundo real, ainda seja apenas uma construção do jornalista, que, muitas vezes, não cobria, no local, os eventos pesquisados.

Para uma compreensão mais apurada do que estava escrito nos jornais, procuramos promover um enlace com a análise de discurso, pois ajuda a entender melhor os fatos, na medida em que há uma integração entre o escrito manifesto, o que está visível no texto e seus elementos latentes (HERSCOVITZ, 2007). Nesse sentido, verificamos de que forma são representados os eventos escolhidos, o entrelaçamento que existe entre os textos, nos diferentes anos, bem como seu contexto político e social. Termos, frases, expressões usuais, respostas a artigos veiculados, serviram de aporte para essa análise empreendida.

O texto e suas representações, são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Os conflitos, que mais foram ressaltados na análise das narrativas sobre os eventos investigados, foram, sem sombra de dúvida, acerca da política partidária, apesar de verificarmos também as questões sociais e econômicas. “Imaginar o discurso como dotado de um sentido social, como *ação social*, no sentido proposto por Max Weber. Embora com diferentes perspectivas, as teorias do discurso, de forma geral, apontam para o caráter de construção social de todo discurso, sem esquecer os da mídia”. (ENNE, 2004, p. 115, grifo do autor). As narrativas que foram sendo construídas pelos articulistas, nos diferentes momentos investigados, já que foram praticamente em quatro décadas (1897-1938), iam sendo tecidas com as “mesmas linhas” e produzindo os mesmos sentidos. Daí a importância de verificar como se davam os discursos e em que condições.

Segundo Foucault (1986, p. 10), “não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo. [...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O autor diz, ainda, que os enunciados são indispensáveis para que se possa dizer se há frase ou não frase, proposição ou ato de linguagem. O discurso não é um mesmo em si, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que pareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 1986). Nessa direção, atentamos-nos para as chamadas das matérias, as manchetes, o tipo de coluna e a página onde eram veiculadas as notícias ou os editoriais, para irmos percebendo o inter-relacionamento das narrativas.

Se Foucault (1986) foi um âncora para a nossa compreensão, Orlandi (1992) não ficou atrás, ajudando-nos a compreender que o enunciado deve ser encarado como um processo que se dá sobre a língua, como base, no encontro de uma memória, que, por vezes, será revisitada, ou até mesmo, intencionalmente, será esquecida. O evento de Canudos será apresentado na imprensa com estes dois lados: a lembrança, quando necessário para citar como exemplo a ser combatido, em relação aos outros movimentos religiosos e o esquecimento, para que não pudesse reavivar as lutas religiosas e sociais. É bem comum, ao ler os jornais, não encontrar notícias a respeito desses conflitos sociais, porém, quando estourava alguma luta popular, Canudos retornava à pauta, com toda a força, para servir de espelho na justificativa da retaliação. Essa constatação é antevista por Orlandi (1992) quando afirma, que há um movimento contínuo sobre o discurso, constante, simbólico da história, sendo a condição de existência dos sujeitos e dos sentidos constituída na relação tensa entre paráfrase e polissemia.

Outro teórico da análise do discurso, Pêcheux (1975) segue na mesma direção de Orlandi (1992), afirmando que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido. Isso está bem representado nos textos de algumas pessoas, que utilizam sua importância pessoal, para emitir opiniões sobre os movimentos religiosos que pesquisamos. Telegramas, cartas e comunicados oficiais de generais ou comandantes em chefe são bastante utilizados como a suporte da verdade dos fatos. Para compreender como isso ocorre na análise discursiva, recorreremos a Pêcheux (1975), que nos ajuda a pautar-se na unidade do discurso, para propor modos de leitura, especialmente o discurso político-partidário, muito característico dos jornais.

Os jornais, enquanto dispositivos do campo das mídias, estabelecem uma tensão de forças e de relações simbólicas com demais campos de saberes e de poderes, aspectos que são ilustrados pelo conjunto de transações realizadas mediante o trabalho simbólico propriamente dito e que se caracteriza pela intervenção daqueles nos processos de rotinas e de construção dos acontecimentos, por parte dos jornais. (FAUSTO NETO, 1999, p. 143).

Não é um trabalho simples, mesmo porque, nem sempre, está à disposição do pesquisador o pertencimento da escrita. Só com a análise do discurso e o confronto das posições assumidas pelos órgãos de imprensa, é que fomos aos poucos entendendo seu status. Na tentativa de desvendar os labirintos da tessitura narrativa, a lógica do pertencimento girou sempre em torno de uma posição bem definida: a da classe dominante. Por isso concordamos com Foucault (1988, p. 08) quando afirma que “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Olhando para esses e outros elementos, que estarão subjacentes ao texto, empreendemos a análise a seguir, desvendando e mostrando como a Guerra do Canudos reverbera em qualquer evento que diz respeito às lutas sociais e à religiosidade popular.

3 DEBELAR, DESMOBILIZAR E DESTRUIR PARA CANUDOS NÃO EXISTIR

“Na parte da Colônia Jaguari que pertence ao S. Francisco reina grande confusão. Circulam crendices e superstições que estão encontrando acolhimento entre os italianos e finalmente entre o povo ignorante, acerca de uma espécie de maldita seita de Canudos que se pretende introduzir aqui” (A CIDADE, 10/12/1897, grifo nosso).

Quando estávamos pesquisando as notícias e editoriais referentes à Guerra de Canudos, fui também, cuidadosamente, transcrevendo fatos que ocorriam naquele período e que tinham conotações religiosas em diversas partes do Brasil. Não escrevi nenhum artigo sobre esses episódios, apesar de apresentá-los em alguns encontros acadêmicos como convidado para falar sobre religião e religiosidade. Como o recorte temporal se alongou até a década de 40 daquele século XX, também fomos pesquisando e transcrevendo outras situações, que diziam respeito ao tema, publicados nos jornais em Pernambuco³¹. Neste capítulo, apresentaremos algumas notícias publicadas no ano da Guerra de Canudos e que diziam respeito a movimentos que tinham como pano de fundo a religiosidade popular³² e que foram desmantelados, tendo em vista o conflito no sertão da Bahia.

Depois dos sucessos dos conselheiristas na segunda expedição em janeiro de 1897 e do desastre das forças legais em março, quando fora morto o Coronel Moreira César e quando as notícias sobre o conflito no sertão passaram a ocupar mais espaço nas colunas dos jornais, muitas manifestações religiosas foram sendo alvo de perseguição, sendo, portanto, denunciadas e debeladas pelos governos locais. Em Pernambuco, o caso que mais chamou atenção foi o do Conselheiro do Bom Jardim, José Guedes, que, ao ser denunciado, foi preso e isolado no Hospício da Tamarineira. Dedicaremos boa parte deste capítulo a esse episódio; por enquanto,

³¹ Muitas das quais ficarão para outros artigos e que foram retirados desta tese, por sugestão da banca de qualificação.

³² Na religiosidade popular, cada sujeito social manifesta, com maior autonomia e espontaneidade seus sentimentos, sua fala, seus medos, suas necessidades. Por meio de promessas, um sistema de troca com a santidade, o fiel sente que a salvação é possível e, sobretudo, é capaz de trazer os benefícios necessários para a sua vida, numa relação funcional com a santidade, nos momentos de maiores dificuldades materiais ou emocionais. Neles, a comunicação com o sagrado se intensifica na busca de graças e milagres que caracterizam em grande parte o caráter utilitário da religiosidade popular e a relevante importância ocupada pelas constelações devocionais, onde as santidades transcendem o abstrato para encarnar-se na imagem daquele que representa. Assim, o devoto não precisa da autoridade eclesiástica para cultuar seu santo de devoção. Ele o elege e se sente eleito por ele e, com ele, realiza uma sacralização simbólica da vida cotidiana. (CHARTIER, 1992, p. 230).

vamos discorrer sobre outras notícias acerca dos eventos de cunho religioso que iam tomando conta das colunas estreitas daqueles jornais, passadas quase despercebidas pelo público leitor.

No dia 04 de março de 1897, um dia após o desastre da expedição Moreira Cesar, o jornal *A Cidade* informou que, segundo comunicações telegráficas, agitava-se no interior do Paraná um grupo de quatrocentos fanáticos. A expressão “bando”, foi utilizada para caracterizar o ajuntamento, expressando, assim, a impressão que tinham também sobre os conselheiristas. “Era só o que faltava que em outros Estados também se fossem entregues esses bandos acometidos de fanatismo para porem em dificuldades os governos locais”. Segundo o articulista, o grupo parecia não apresentar a mesma resistência, que Antônio Conselheiro, nos sertões da Bahia impunha às forças legais, mas era preciso que fosse urgentemente desmantelado.

Cumpra-se pois, que antes que esse grupo tome incremento e faça prosélitos, que não é difícil atendendo-se à ignorância que reina entre as nossas populações sertanejas, as autoridades providencie de maneira a não pegar a moda que é muito prejudicial e assim esperamos que aconteça. (A CIDADE, 04/03/1897).

Era recorrente as impressões sobre os sertanejos e outras pessoas que morassem distante da capital, atribuindo como causa dos ajuntamentos a ignorância, a falta de escolas e o misticismo. Sobre o mesmo assunto, o *Diário de Pernambuco*, no dia 06 de março, em editorial intitulado “Apprehensões”, ligou o fato do Paraná ao de Canudos na Bahia, não estabelecendo como parâmetro de semelhança a restauração monarquista³³. Segundo o articulista, a denominação “fanáticos” não deveria ter o mesmo sentido quando colocado em relação aos movimentos religiosos: “Não sabemos se há fundamentos na denominação de fanáticos, dada a esses indivíduos que vêm, a exemplo do que são dirigidos por Antônio Conselheiro, lançar à perturbação da ordem pública”. As notícias, ainda, eram escassas, necessitando de mais tempo para haver o juízo de valor.

Fazemos esta reflexão, em face da tendência de ligar-se d’agora em diante todos os fatos a uma só causa admitindo-se a mesma procedência, indo-se generalizando cada vez mais, ao ponto de reclamar-se depois, seguindo-se esta orientação, o emprego de medidas gerais, como se realmente existisse uma conflagração no país. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/03/1897).

³³ Por alguns meses, muitos jornais faziam referência a Canudos como tentativa de restauração do regime monarquista.

O *Diário de Pernambuco* atentava para a correlação entre os fatos do Paraná e da Bahia, podendo determinar a impressão de que o Brasil estava passando por momentos de conflagração política. O longo editorial foi elaborado no auge das denúncias contra os monarquistas e, especialmente, no empastelamento de jornais³⁴ que faziam propaganda do antigo regime. Lembremos que, quando foi noticiada a morte de Moreira Cesar³⁵, comandante da terceira expedição, no início de março, aconteceram vários conflitos envolvendo os radicais da república e os monarquistas que almejavam a restauração monárquica. Mesmo não estando explícitas as intenções do movimento do Paraná, alguns jornais passaram a solicitar a decretação de estado de sítio para aquela unidade da federação. O *Diário de Pernambuco*, em editorial por nós analisado, defendeu a não implantação de um regime de exceção:

Ora, a revolta sertaneja é um foco isolado, localizado em um lugar do sertão, que manifesta-se com um caráter particular, e próprio da localidade em que se manifesta. Se existem cúmplices daquele movimento aqui, ou d'acolá, nesta ou naquela circunscrição do país, é inadmissível que contra elas seja decretado o estado de sítio. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/03/1897).

Para o articulista desse jornal, não havia motivo legal para a decretação de uma medida que, de alguma forma, pudesse suspender as garantias e as liberdades individuais e tampouco pudessem motivar ódio naqueles que se dedicavam à causa pública. Salientamos que alguns órgãos de imprensa de Pernambuco, em função das notícias que chegavam da Bahia, tentaram provocar, com seus editoriais, o ódio no público leitor. Percebemos que o *Diário de Pernambuco*, neste momento, foi mais cauteloso acerca do tema: “É no respeito à liberdade e à justiça que ela deve encontrar os brasões com que se ornamenta e faça irradiar o singelo diadema dos governos que justificam a sua existência com as necessidades do bem público.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/03/1897). Acreditamos que o articulista sabia as mazelas da decretação de um estado de sítio, especialmente, porque haveria censura na imprensa, e ele seria um dos alvos da exceção.

³⁴ No Rio de Janeiro, após o anúncio da morte do Coronel Moreira César foram fechados os jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, acusados de promoverem a propaganda monarquista.

³⁵ A morte de Moreira César foi noticiada no dia 08 de março de 1897.

No dia 24 de março daquele ano, o jornal *A Cidade*³⁶ noticiou que *A República*, jornal cearense, publicou na edição de 09 do corrente mês, uma carta vinda do Rio Grande do Norte, constatando a existência de um novo conselheiro no lugar conhecido como Soledade naquele estado:

Intitulado Santo Monge, acompanhado de numerosos asseclas tem pintado o caneco armado do crê ou morre do Alcorão, de forma que temos um Conselheiro na Bahia e um em Canoinhas no Paraná e um em Pernambuco, o nosso Guedes, e finalmente o Santo Monge de Soledade. Decididamente o Padre Cícero do Juazeiro foi escandalosamente roubado. (A CIDADE, 24/03/1897).

O articulista aproveitou a ocasião para nominar textualmente as lideranças dos eventos, numa tentativa clara de colocar todos eles no mesmo patamar, relacionando-os, como se estivessem agindo juntos para com a suposta conflagração no interior do Brasil. Esse tipo de narrativa, me lembrou Orlandi (1998, p. 14) quando afirma que “não é verdade que o texto³⁷ possa se desenvolver em qualquer direção: há uma necessidade que rege um texto e que vem da relação com a exterioridade”.

No dia 05 de maio, com o título de “mais um conselheiro”, o mesmo jornal informou que leu no *Correio Paulista* de São Paulo, extraído de um jornal de Minas Gerais, que um indivíduo estava fazendo prédicas, rezando terços e ladainhas nas casas dos arrendatários e agregados nas fazendas dos distritos de Três Barras, Pouso Alegre, Pinheirinho, Engenho e outras.

Nenhum dos proprietários conseguiu ainda vê-lo, tendo cujo muito cuidado em ocultar-se. As informações colhidas dos mesmos agregados, são as seguintes: a primeira vez que apareceu era cego e mostrava um fervor religioso muito arraigado. A segunda vez já apareceu enxergando perfeitamente e trocando santos entre os quais estavam os que havia operado milagre. Agora apresenta-se pedindo esmolas para a seca do sertão!!! Por mais que se lhe tenha dado caça, ainda não foi possível pilhá-lo. Anda acompanhado por uma mulher e dois pajens que sabem toda a sua reza. O que pretende tal indivíduo? (A CIDADE, 08/05/1897).

A apreensão com os “conselheiros” tomava conta das páginas do jornal, corroborado pelo próprio título da notícia em questão. Sem saber ainda o que pretendia o “tal indivíduo”, a notícia garante que “ainda não foi possível pilhá-lo”, esperando, que logo seja caçado ou, até mesmo,

³⁶ Esse jornal foi quem mais publicou notícias acerca de debelação de movimentos sociais e religiosos no ano de Guerra de Canudos. Lembramos também que tinha sido articulista deste periódico Barbosa Lima, antigo Governador de Pernambuco e opositor dos governos estadual e federal.

³⁷ “O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significativo’ com a exterioridade”. (ORLANDI, 1998, p. 15).

exterminado esse outro conselheiro. O sentimento de aniquilação do outro, passou a permear as notícias sobre esses eventos nos principais jornais analisados.

No dia 05 de agosto, *A Cidade* republica uma notícia do jornal *O Popular* de Feira de Santana, Estado da Bahia, informando que um novo conselheiro estava fazendo propaganda em São José da Taparocas, freguesia distante dois quilômetros daquela cidade. A informação dava conta de que o comissário de polícia do lugar já tinha comunicado ao subcomissário do distrito, que cobria a região de Canudos, o que se passava naquele espaço, esperando alguma resolução. Dias depois, chegou a informação de que não apenas duzentas pessoas estavam reunidas naquela freguesia com o novo conselheiro, mas “muito maior número de gente ávida de beber as perniciosas doutrinas de um idiota arvorado, atualmente empregador para a maior glória da superstição, o futuro incômodo deste Estado, terrivelmente embaraçado ainda com precursor cearense que o constringem seus tentáculos de povo”. (*A CIDADE*, 05/08/1897). A narrativa corrobora com o sentido das expressões utilizadas contra os movimentos religiosos. A liderança é “idiota”, existe a “superstição”, sobressaindo, o receio da quantidade de pessoas³⁸ que estava no entorno daquele “novo conselheiro”, podendo tornar-se mais um incômodo para a Bahia.

O mês de agosto de 1897 rendeu muitas notícias sobre movimentos congêneres, que se espalhavam pelo Brasil. No dia 12 de agosto, lemos uma informação sobre um acontecimento no Rio de Janeiro, fazendo com que o articulista de *A Cidade* aproveitasse a ocasião para alfinetar os cariocas, já que tinham manifestado na imprensa fluminense a opinião de que eventos como o de Canudos eram singulares do sertão nordestino. Para o articulista, o não sucesso do Conselheiro José Guedes do Bom Jardim em Pernambuco era prova de que o Estado não tolerava esse tipo de ocorrido, o mesmo não acontecendo com os fluminenses, “povo cheio de pompa superficial e de falta de bom senso”. O fato relatado ocorreu em Inhauma (Bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro), onde um profeta, moço solteiro, de nome Simões, vestiu uma camisola branca, empunhou uma grande cruz e saiu a percorrer diversas estradas daquela freguesia, dizendo-se enviado de Cristo. O profeta, segundo a notícia, conseguiu arregimentar pessoas que “acompanharam com contrição batendo no peito fortemente como danados”. O pregador, de ar contrito, lábios unguídos de piedade, voz soluçante e suave, segundo o jornal, disseminava as suas “exóticas e extravagantes” doutrinas, mas,

³⁸ Lembramos que o grupo de acompanhava Antônio Conselheiro, quando ele resolveu parar na região de Canudos era em torno de 200 pessoas. Esse número é significativo para os argumentos da matéria em questão.

Simões esgotava a brandura para a conversão dos incrédulos. Tornava-se energúmeno, irritado, terrível: queria que todos os acolhessem como lídimo representante do Senhor dos exércitos, e os rebeldes só tinha palavras severas. E de quando em quando, uma surra tremenda aplicada pelos seus sequazes. (A CIDADE, 12/08/1897).

Utilizando o suplício em seguidores incrédulos, como forma de conversão, Simões, segundo consta na notícia, foi delatado às autoridades locais, que trataram de tomar providências imediatas. A matéria segue dizendo que o conselheiro foi achado numa choupana em frente a uma espécie de “capela organizada a propósito muitos papalvos, mulheres e crianças todos de joelho, implorando milagres aos santos; mãos postas, olhar amortecido e imóvel”. (A CIDADE, 12/08/1897). O Delegado conduziu Simões à prisão, onde deveria ser punido, segundo o artigo 379 do Código Penal³⁹ daquela época, corroborando, assim, com a vontade do articulista do jornal.

No dia 13 de agosto, o jornal *A Cidade* se reportou a uma outra notícia sobre o mesmo “Conselheiro Carioca”, informando que *A República* do dia 05 do corrente afirmava que Simões “já tinha cemitério, já enterrava por contra própria. Dentre em pouco, tinha uma Igreja velha, depois uma igreja nova, depois manulicher e cropatach e pronto: era um Estado no Estado”. (A CIDADE, 13/08/1897). Vejam, portanto, como o articulista elabora a suposição, indicando, na expressão “estado no estado”, as possibilidades de o movimento crescer com a construção da igreja e o arregimento de armas. Tudo isso era elaborado com o objetivo de vincular aquele evento à guerra, que ocorria no sertão da Bahia. Por isso, tem razão Orlandi (1999, p. 31) quando afirma que é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

Como de costume, o jornal *A Cidade* transcreveu, na íntegra, a notícia publicada no jornal carioca, dando detalhes da oitiva do “Conselheiro” do Rio de Janeiro. Resolvemos, então, reproduzir parte dessa transcrição, pois corrobora com a análise que, brevemente, faremos sobre as narrativas elaboradas acerca dos sertanejos, no final do século XIX, alimentada pelas teorias raciais⁴⁰, especialmente as que diziam respeito à psicologia das massas e do atavismo.

³⁹ O artigo 379 do código penal de 1890 previa pena de prisão de 15 a 60 dias, para casos como o citado na matéria do jornal.

⁴⁰ Mais adiante vamos tratar desse assunto quando retratarmos o caso de José Guedes.

Nas características físicas de um povo é que se conheciam e reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e o fracasso de um país. Critério objetivo de análise, o método antropológico trazia para alguns intelectuais uma série de certezas não apenas sobre o indivíduo como também acerca da nação. Desse modo, uma nação mestiça era uma nação invadida por criminosos. (SCHWARCZ, 1995, p. 167).

A descrição física de Joaquim Simões da Silva reitera o que diz a autora: “preto reforçado, olhar sombrio e uma verruga no queixo”. O preconceito não é apenas em relação aos aspectos físicos, a análise que foi elaborada em relação à religiosidade de Simões e à sua participação nos supostos milagres reforça a imagem que a imprensa construía sobre essa parcela da população.

Já estava muito acreditado naquelas redondezas e toda imbecilidade que vê em abusos e teme bruxedos, canta, genuflecta diante do salafrário. E dinheiro? Era quanto queria, juntava-o numa caçarola iluminada sempre por uma lâmpada, cuja luz circulava através de um orifício em dólman de olho. Dizia ele que era o olho da providência. Fazia longas prédicas num caisangue horroroso, e o povo de boca aberta, batendo nos peitos quando ele mandava, e beijando o chão que ele punha os pés. (A CIDADE, 13/08/1897).

Estava montado todo um cenário simbólico na narrativa, induzindo o público leitor a opinar contrariamente à causa de Simões. Não tardou para que a coerção chegasse até ele. Por causa das atividades referidas na citação acima, o delegado prendeu o “profeta” e fez o seu interrogatório, registrando o que ele disse sobre ele mesmo: “era santo que tinha fé, que se comunicava com o céu, que tinha revelações divinas”. Descrição típica dos monges, eatos e líderes religiosos que se ancoravam numa missão de salvação. Quando acontecia a oitiva, segundo as informações do jornal, entrou na delegacia Bernardo Cândido Alves e denunciou o “profeta” de ter enterrado seu irmão Wenceslau, em um terreno ao lado de sua residência. Nessa ocasião, o interrogatório foi interrompido e os soldados foram verificar a denúncia, destacando a seguinte situação:

Há oito metros do casebre onde vivia o rameloso Santo Simões, foi encontrado no chão uma folha de zinco e sobre ela dois paus toscos deitados em cruz. Removido o zinco, verificou-se logo a terra fresca. Revolvida a terra achou-se uma cocha vermelha e logo em seguida a trinta centímetros descobriu o cadáver de um homem. Desenterrado foi esse e transferido para o cemitério de Inhauma, onde será examinado pelo Dr. Sebastião Cortez, médico legista da polícia. (A CIDADE, 13/08/1897).

Voltando à delegacia, o delegado interrogou novamente o “profeta” Simões, o qual informou que Wenceslau tinha sido convidado para matar um porco e que, no caminho, tinha cometido

suicídio, com um canivete punhal. Segundo ele, com a ajuda de outras duas pessoas, resolveram enterrar o corpo, esperando que o fato fosse comunicado à polícia pela comunidade. As oitavas prosseguiram, apresentando como fato novo, o depoimento de Josefa Ana da Conceição de trinta e cinco anos, casada com Wenceslau e que presenciou o assassinato do marido:

Bem viu o seu marido expirar no terreiro, mas não se mexeu e a ninguém falou. Que Joaquim Simões auxiliado por Pedro de Antônio Claro abriu a sepultura e enterrou o cadáver ainda quente; que foi o Santo que botou o zinco depois da cova fechada e foi ela que botou os paus em cruz sobre a folha de zinco. (A CIDADE, 13/08/1897).

Outras pessoas foram ouvidas, ratificando a conduta do “profeta”, que foi preso e seu movimento prontamente debelado. Acreditamos que, mesmo sem a acusação de assassinato, Simões teria sido “convidado” a não prosseguir com seu intento, haja vista o título da primeira matéria do jornal que o nominava de Conselheiro. Afinal de contas, o Conselheiro de Canudos, ainda, não havia sido vencido, causando pavor recorrente na imprensa pernambucana.

A *Cidade* continuou suas publicações a respeito dos eventos que iam sendo desmantelados naquele mês de agosto. No dia 18, uma notícia dava conta de que em Santa Catarina, na região serrana, existia um núcleo de fanáticos e bandidos em um lugar chamado Entre Rios, no município de Lagoa, na Costa do Rio Pelotas.

Acompanham 255 homens alojados em 62 ranchos. Há entre eles muitas mulheres. O chefe desse grupo, preso há poucos dias na fronteira do Rio Grande, seguiu para Porto Alegre, onde deve chegar amanhã. É desertor do 14º regimento e cavalaria da Lapa. Parece que esse grupo age de acordo com os chefes federalistas na fronteira, estando envolvido nas depredações o chefe Chicuta. (A CIDADE, 18/08/1897).

A região Sul ainda rememorava fatos recentes, entre eles, a Revolta Federalista, ocorrida entre 1893 a 1895, comentada na notícia, como suposição para o ocorrido. Para debelar tal movimento, segundo consta na informação, “foi organizado um corpo de cavalaria para estacionar em Lajes e evitar que o perigoso grupo cresça”. Não estava claro na notícia se os revoltosos seriam ligados a alguma inspiração religiosa, mas o uso do termo “fanático” na lide não foi à toa. Essa expressão já estava sendo bastante utilizada, naquele ano, em referência aos conselheiristas. É bom lembrar ainda, que essa região de Curitiba e Entre Rios, mais tarde, a partir de 1912, foi palco de outro grande evento social religioso, conhecido como a Guerra do Contestado e que terá um capítulo nesta tese.

No dia 26 de agosto, *A Cidade* noticiava a existência de Conselheiros em penca, referindo-se à multiplicidade de conselheiros, que estavam sendo descobertos no Brasil. Como o fato não se passava em Pernambuco, o articulista reproduz essas histórias, muitas vezes, curiosas e com pouca relação ao evento do sertão baiano. Para o jornal, “os embusteiros, os espíritos doentios, animados pelos feitos de Antônio Maciel, estão surgindo que aqui e ali estão pondo as manguinhas de fora”. (*A CIDADE*, 26/08/1897). Havia uma tentativa cada vez mais estreita de relacionar todos os movimentos a Canudos. “O papel fundamental da imprensa na projeção de imagens do sertanejo – e do conflito de modo geral – revela a relação de constituição mútua entre a história e a prática discursiva, caminhando para a produção de um imaginário adequado em uma determinação histórica”. (WOITOWICZ, 2015, p. 93)⁴¹.

O caso reproduzido foi noticiado pelo jornal *Correio de Minas* de Juiz de Fora e dizia que, “no município de São Paulo de Murhiaê [...] em lugar denominado Ribeirão do Alegre, distrito de Santa Rita do Glória, existe um embusteiro que está a fanatizar as populações das redondezas com as suas práticas”. O indivíduo que não foi identificado na matéria, reunia gente de vários lugares e de povoados circunvizinhos para consultas e curas espirituais. Ele, ainda, tinha o poder de retirar o diabo do corpo, mostrar no espelho parentes mortos e abrir o corpo para saída de malefícios. “Se não consegue o embusteiro mostrar ao espelho algum papalvo ou parente morto cuja vista desejada apegar-se logo a que o seu cliente tem o corpo fechado e é preciso abri-lo, para o que são exigidas novas quantias em outras sessões”. (*A CIDADE*, 26/08/1897).

Informado sobre esses acontecimentos, segundo notícia publicada no jornal, o subdelegado de Santa Rita, Firmino Rocha não conseguiu prender o “conselheiro” porque lhe faltava efetivo policial suficiente, especialmente porque mais de cem pessoas conviviam com o indivíduo milagreiro, impedindo, assim, uma ação imediata. Também a notícia indicava que o vigário da mesma localidade, mostrava-se indignado com o progresso que o fanatismo ia fazendo conta, não podendo lhe dar remédio. A descrição, que não tinha outro fim, a não ser causar impressão negativa no leitor, corroborava com os aspectos negativos de Canudos, já noticiados anteriormente.

⁴¹ Essa citação é sobre o Contestado, mas indica claramente o papel que tem a imprensa quando o assunto é movimento social religioso, neste caso específico Canudos.

Há tempo foi ao seu antro um sujeito levar-lhe a mulher, a fim de que a curasse de enfermidade e padecimentos antigos. Como era bonita a moça doente, tratou logo o marreco de se lhe sentar ao colo, do que foi obstado pela senhora, ferida assim em seu pudor. Pois o tal feiticeiro convenceu afinal de que era seu pai espiritual, mas ainda de que para lhe tirar o diabo do corpo fazia mister processo especial. E começou a mamar na pobre moça ali mesmo a vista do marido e da sua assembleia de fanáticos estúpidos. O caso é sério e reclama urgente atenção do governo. (A CIDADE, 26/08/1897).

A notícia, como vemos, é eivada de suposições, características das descrições de alguns movimentos religiosos ocorridos no Brasil. Era comum inventar estórias sobre relações sexuais, convivência com mulheres virgens etc. Os movimentos do Contestado e do Caldeirão terão notícias nessa mesma direção.

A *Cidade* publicou, no dia 02 de outubro, uma notícia sobre um movimento que tem muitas semelhanças com os que aconteceram no Nordeste, e em especial nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. O líder do movimento chamava-se Martinho Silvério do Amaral Coutinho, de 63 anos, preso no bairro denominado Macacos, divisas dos municípios de Mariana e Ponte Nova em Minas Gerais. Na oportunidade de sua detenção, estava acompanhado de mais de trezentas pessoas, homens, mulheres por “ele fanatizados, e que esquecidos dos seus labores, seguiam a este predestinado, ouvindo atentos genuflexos as suas práticas e acreditando no que ele aconselhava”. (A CIDADE, 02/10/1897). Na secretaria da polícia de Ouro Preto, foram colhidos os depoimentos de algumas pessoas que faziam parte do grupo do “Santo Martinho”. Um senhor de nome Manoel Cavalcante de Albuquerque jurou conhecer o detido e informou que ele abusava da credulidade do povo. Para o depoente, Martinho pregava contra a República e que muitas pessoas, tendo ouvido suas prédicas, já estavam bestializadas, tendo muitas delas abandonado “suas casas e serviços para acompanhar ouvindo a sua palavra, ‘inspirado’ sendo que, quando fala, é ouvido com religioso silêncio conservando os homens os seus chapéus na mão”. (A CIDADE, 02/10/1897). A utilização da fala do depoente confirmava a estratégia do jornal em reafirmar os sentidos elaborados acerca de Canudos: era preciso ter vozes que depreciassem o movimento. Outro depoente de nome Fernando Godói jurou que conhecia Martinho, que fazia muitas curas milagrosas, tendo ele mesmo testemunhado a cura de uma mulher cega, que, “em poucas horas, deu-lhe a vista servindo-se da santa que traz consigo”. Outras pessoas foram ouvidas, segundo a notícia do jornal, confirmando as curas, os milagres e as denúncias contra a República, que recentemente fora proclamada. Os adeptos do “Santo Martinho” foram dispersados, tendo o delegado solicitado exame de sanidade mental e o recolhido à cadeia da capital. Analisando mais detalhadamente os depoimentos transcritos das

oitivas na delegacia, percebemos que esse fato tem muita semelhança com o ocorrido em Bom Jardim, Pernambuco, envolvendo o Beato José Guedes.

A última informação divulgada em 1897 sobre a presença de conselheiros no interior do Brasil, por aquele órgão de notícia, ocorreu no dia 10 de dezembro. Dessa feita, a publicação foi do jornal *Federação* da Vila de São Tiago do Boqueirão no Rio Grande do Sul. Constava da notícia que, na parte da Colônia de Jaguari, pertencente a São Francisco, estava reinando uma grande confusão, onde circulavam credices e superstições, encontrando acolhimento entre os italianos e entre o “povo ignorante”, acerca de “uma espécie de maldita seita de Canudos que se pretende introduzir aqui”. O monge, em suas pregações, solicitava aos fiéis que “guardassem nove segundas-feiras, acendendo, em seguida, cada um dos adeptos 04 velas na frente de sua casa. Tudo isso pela memória dos mortos no exílio”. (A CIDADE, 10/12/1897). Como vimos nesta narrativa, Canudos passava a ser na representação jornalística “uma espécie de seita maldita”, elaborando-se, assim, um significado, sobre o grande conflito, que ocorreu nos sertões da Bahia. A expressão utilizada tinha significado importante para as lembranças posteriores. É como diz Orlandi (1999, p. 52), “quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”.

As expressões, palavras, símbolos e significados estarão presentes de maneira incisiva no movimento religioso, que ocorreu em Pernambuco, na localidade de Bom Jardim⁴², tendo como líder o Beato José Guedes. Dedicaremos a esse movimento um pouco mais de tempo neste capítulo, haja visto a imprensa pernambucana acompanhar o caso extensivamente. Lembramos que a existência do ajuntamento, foi denunciada nos jornais logo após a derrota da segunda⁴³ expedição contra Canudos, causando, com isso, atenção redobrada. As denúncias contra José Guedes foram sendo veiculadas no início de fevereiro, sendo o jornal *Gazeta da Tarde* o primeiro a acusá-lo no dia 11, titulando sua notícia com a seguinte expressão: “Outro Conselheiro?”

⁴² Localizado na Mesorregião do Agreste Pernambucano e na Microrregião do Médio Capibaribe; levado à categoria de cidade em 04 de fevereiro de 1871. Tentei buscar na internet informações acerca da história da Bom Jardim, incluindo alguns detalhes das características do lugar que foram mencionadas em 1893/1807: nome de capela, nome de engenho, irmandades do Sagrado Coração de Jesus, mas não encontrei nada.

⁴³ A segunda expedição contra Canudos ocorreu em janeiro de 1897 e foi comanda pelo Major Febrônio de Brito.

Vamos por sobre as vistas da polícia um fato que nos acaba de ser comunicado e que não pode e nem deve passar desapercibido por aqueles que têm o encargo e a missão de velar pela segurança pública. Refere-se a pessoa de conceito, que no município de Bom Jardim, em um povoado denominado Muganga, ao redor do qual existem alguns engenhos, estão se dando cenas de fanatismo dignos de todo reparo. (GAZETA DA TARDE, 11/02/1897).

Segundo as primeiras informações, José Guedes, já sexagenário, era proprietário de um engenho, local onde acontecia o movimento religioso, reunindo em torno de si cerca de umas dezenas de mulheres e homens. Além das orações naquela localidade, já tinha percorrido o município de Limoeiro e Bom Jardim fazendo suas “prédicas”. Como era de se esperar, devido ao medo que Canudos já causava, a denúncia solicitava providência das autoridades policiais: “Como quer que seja, o fato é que as autoridades policiais não podem ser indiferentes ao que se está passando na povoação de Muganga. De José Guedes, bem pode sair um belo dia, Guedes Conselheiro, produzindo grandes males a nossa população do interior”. (GAZETA DA TARDE, 11/02/1897).

Essa primeira denúncia, explicitamente relacionada ao movimento dos conselheiristas, que já tinham vencido duas expedições, asseverava que “de José Guedes bem pode sair um belo dia, Guedes Conselheiro, produzindo grandes males a nossa população do interior”. Estava, portanto, dado o alerta: não seria permitido outro Canudos.

No outro dia, 12 de fevereiro, o *Diário de Pernambuco* publicou uma carta de um leitor identificado como Basílio W. denunciando as atividades do beato:

Novo Fanático. Escreve-nos de Limoeiro. No lugarejo Muganga, pertencente ao município de Bom Jardim existe um homem maior de 60 anos e proprietário do pequeno engenho Estiva, que constitui-se formador católico e faz crer ao povo da localidade que conferencia diretamente com Deus. O tal homem cujo o nome é José Guedes, conseguiu atrair alguns adeptos em número superior a 40 que lhes obedeceu cegamente e julgam-no uma divindade. O novo fanático, que tem uma longa barba escarnecida anda descalço e traja hábito preto trazendo a cabeça chapéu de palha branco. Dos seus adeptos, as mulheres, usam também hábito e os homens longos casacos pretos e chapéus iguais aos do mestre. A capelinha do engenho Estiva é a sede de tal sociedade que ali ouve as prédicas do seu chefe. É costume Guedes e os seus irem as sedes dos municípios de Limoeiro e Bom Jardim ouvir missas e por essa ocasião, alguns populares jogam-lhes petecas sem que da parte do grupo apareça a menor represália. Com toda estima do dever, subscreve o leitor constante. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/02/1897).

A denúncia do leitor do *Diário* corroborava com a informação veiculada no *Gazeta da Tarde* do dia anterior. Iniciaram-se a partir daí, os apelos dos articulistas às autoridades do Estado, no sentido de desarticular aquele movimento.

No dia 13 de fevereiro, o *Gazeta da Tarde* informou que uma pessoa que leu a notícia tinha ido ao seu escritório confirmar todos os fatos relatados, acrescentando que “José Guedes chega, às vezes, a reunir trezentos fanáticos ao redor de si”. (GAZETA DA TARDE, 13/02/1897). As denúncias contra o beato do Bom Jardim ocorreram em fevereiro, mês dos preparativos para a terceira expedição contra Canudos, comandada pelo temido Coronel Moreira César, apelidado de “corta cabeças”. Sobre esse fato, faz-se necessário descrevê-lo brevemente, pois, segundo nossas observações, ele foi decisivo na prisão de José Guedes.

O *Diário de Pernambuco*, em editorial do início do mês de março, mostrava-se convicto da vitória do terceiro embate contra Canudos: “A esta hora já terá a expedição dominado Canudos, donde é provável que Antônio Conselheiro tenha desertado conduzindo todos os seus partidários em demanda de mais longínquos sertões.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/03/1897). Porém, no dia 08, começaram a ser publicadas as notícias sobre a derrota de Moreira César no sertão e todos os jornais se mostraram surpresos com o que aconteceu na Bahia:

Produzindo indescritível impressão dolorosa acabam de chegar a essa cidade as mais infaustas notícias, as mais desgraçadas comunicações sobre o esperado combate entre as forças federais e os miseráveis agitadores. [...] A expedição federal acaba de ter um insucesso que enche de sangue e de luto a República. Feriu-se no dia 03 combate entre a força federal e os revoltosos, e o resultado desse combate foi a derrota dos expedicionários legais. (GAZETA DA TARDE, 08/03/1897).

Aproveitando-se dessa informação inesperada, o *Gazeta da Tarde*, no dia 10 de março, relembrou o caso do beato do Bom Jardim e reiterou o pedido de providências ao governador do Estado: “Podemos asseverar que o Excelentíssimo Governador Joaquim Correa de Araújo, preocupando-se devidamente com o grupo de fanáticos que sob a direção de um tal José Guedes, existente em Bom Jardim, ordenou uma autoridade policial desta cidade que seguisse para ali, a fim de providenciar como convier”. (GAZETA DA TARDE, 10/03/1897). Denunciado pela imprensa, “o fanático do Bom Jardim” não escapou das investidas das autoridades e no dia 20

do mesmo mês, os jornais *A Cidade* e o *Gazeta da Tarde* anunciaram a prisão do “novo conselheiro”:

Ontem pela manhã, foi preso em Bom jardim, pelo alferes Rodolfo, o célebre Guedes Conselheiro, fanático que ali reunia grande número de sectários, pregando uma religião a seu jeito. Chegou hoje a esta capital e conduzido a uma questura, aí perante o Sr. Dr. Questor e diversas pessoas gradas, entre os quais se achava um dos redatores desta folha. (GAZETA DA TARDE, 20/03/1897).

Acabam de chegar de Bom Jardim, pela linha férrea do Limoeiro, José Barbosa dos Santos Guedes, chefe dos fanáticos dali e Manoel João Rodrigues do Nascimento que diz ser seu principal discípulo, sob as ordens do delegado Alferes Romulo Rodrigues Alves. (A CIDADE, 20/03/1897).

O *Jornal do Recife*, um dos maiores em termos de circulação na época, ocupou-se do fato no dia 20 março e asseverou, em suas colunas, que “felizmente para tranquilidade dos habitantes daquelas paragens, ou melhor para evitar incômodos futuros entendeu acertadamente o governo dá-lhes com os ossos na detenção.” (JORNAL DO RECIFE, 21/03/1897). Por sua vez, sob o título “A prisão de José Guedes”, o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo da América Latina e que publicava longos editoriais sobre o movimento religioso no sertão baiano, noticiou, também, o encarceramento do beato, atribuindo-lhe ser um “símile” de Antônio Conselheiro:

Anteontem em Bom Jardim, foi preso pelo Sr. Alferes Rodolfo o indivíduo José Guedes, do qual há dias falamos, que naquela localidade reunira elevado número de sectários. Um símile de Antônio Conselheiro. Ontem pela manhã José Guedes chegou a esta cidade, sendo conduzido a questura policial, onde o Dr. Questor procedeu o auto de perguntas [...]. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21/03/1897).

A prisão de José Guedes interessou a todos os jornais de Recife, especialmente ao *Gazeta da Tarde*, que, desde a denúncia sobre as ações do beato de Bom Jardim, acompanhava o caso. O periódico, publicou, no dia de sua prisão, as primeiras declarações dadas ao delegado, as quais transcrevemos uma parte, pois servem para compreendermos o relatório, realizado posteriormente pelos médicos e divulgado também pelos principais jornais da capital pernambucana. Seu nome era José Barbosa dos Santos Guedes, filho de Nazaré, casado, tinha mais de sessenta anos e dez filhos. Disse ter adoecido de cruel enfermidade há nove ou dez anos e que bastante torturado, abandonado pela mulher, pelos filhos e pelos amigos, correu a Deus prometendo que se ficasse bom, deixaria seu engenho e iria tratar de levantar uma igreja, para o que, desde logo, mandou que um oficial de olaria fizesse os tijolos. Guedes prometeu saldar todos seus compromissos espirituais e materiais. Quando ficou restabelecido, e isso

pouco depois de fazer a promessa, meteu mãos à obra, auxiliado por alguns beatos e, em breve, construíram o templo. Ele disse que como o povo era muito ignorante em matéria de religião, e tendo consciência de que, em Goiânia, se fazia uma devoção do Coração de Jesus, para ali se dirigiu, a fim de conversar com o vigário, de quem recebeu instrução e uma medalha que trazia ao pescoço, pendida sobre o hábito carmelitano que trajava e que lhe foi ofertado pelo vigário de Bom Jardim, com quem não se entendia.

Guedes informou que, voltando a Bom Jardim, ensinava ao povo os dez mandamentos da lei de Deus e explicava diversas orações de um livro intitulado ‘Missão Abreviada e aditamento⁴⁴’ e, assim também na capelinha, rezava o terço com os devotos. Quando teve notícias dos milagres do Juazeiro, pôs a mala às costas e a pé, e foi ali com o Padre Cícero, presenciando muitos milagres, como o da hóstia com sangue; que o nome do segundo Juazeiro que ele deu ao lugar em que morava, é porque sucederam fatos iguais aos narrados pelo sacerdote, como servas de Deus que morriam de joelho fazendo orações e viviam ao meio-dia e às vezes mais tarde; que o vigário do Bom Jardim dizia missa na capelinha; que, por aqueles dias, não dizia porque não se dá mais com ele; que ele, Guedes, era o presidente da devoção do Coração de Jesus e que recebia dos devotos, dos que podiam dar segundo o rito, cem réis por mês ou mil e duzentos por ano e que aplicava o dinheiro na compra de cera e nas despesas com as festas; que, aos domingos, faziam orações na capelinha, devotos em número superior a quatrocentos, entre homens, mulheres e crianças; que o Cônego Dr. Maia foi quem o nomeou presidente da devoção. (GAZETA DA TARDE, 20/03/1897).

As impressões que os jornais tiveram sobre o movimento do Bom Jardim, não fogem aos discursos que eram elaborados sobre as populações, que participavam de movimentos sociais religiosos, corroborada, nesse caso, pela descrição acima reproduzida. Algumas narrativas sobre o caso José Guedes revelam a influência das teorias positivistas, em especial, dos racialistas⁴⁵, decisivas na opinião dos que escreviam para os jornais, especialmente advogados, profissionais das letras e liberais. Lembremos, que no século XIX, os naturalistas, de então, passaram a classificar, ordenar e organizar a espécie humana, inclusive utilizando o termo raça, que foi sendo introduzido ao longo do tempo, na literatura sobre a população brasileira.

⁴⁴ Livro do padre Manuel José Gonçalves Couto, editado em Portugal em 1859, que servia de base para beatos e missionários em suas pregações e desobrigas, especialmente no interior do Brasil.

⁴⁵ Entre os principais temos Georges-Louis Leclerc Buffon (1707-1788), Corneille De Pauw (1739-1799), Arthur de Gobineau (1816-1882), Andrés Ratzius (1796-1860) e Cesare Lombroso (1835-1909).

Segundo Stocking (1966, p. 28) citado por Schwarcz (1993, p. 47), àquela época, foi inaugurada a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos.

O pensamento racial europeu adotado no Brasil não parece fruto da sorte. Introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se no final do século XIX e início do século XX em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas. (SCHWARCZ, 1995, p. 42).

Salientamos que, no final do século XIX, a teoria poligenista também ganhou corpo, fortalecendo interpretações biológicas na análise dos comportamentos. Para Schwarcz (1993), esse tipo de concepção fez surgir o nascimento de duas outras teorias, a frenologia e a antropometria, que passavam a compreender a capacidade humana, levando em consideração o tamanho e a proporção do cérebro das diferentes pessoas. Essa acepção acerca dos aspectos físicos foi observada pelos jornalistas, quando noticiaram a prisão de Guedes: “Enquanto ao físico é alto, magro, de olhos fundos, nariz grosso e arredondado, tez amarelada, boca larga, barbas grandes e completamente encanecidas, semi-calvo, côm macilenta e rosto redondo”. (A CIDADE, 20/03/1897). “É um tipo Alto, de longa barba branca, rosto redondo e pálido”. (JORNAL DO RECIFE, 21/03/1897). O relatório dos médicos será mais enfático quanto à descrição da sua estrutura física, como veremos mais adiante.

É preciso lembrarmos, ainda, que os eventos que estamos mostrando neste capítulo, também são compreendidos pela teoria da antropologia criminal, já que os personagens principais eram considerados criminosos, segundo narrativas dos jornais. Nesse sentido, destacamos que o maior expoente dessa teoria foi o italiano Cesare Lombroso ao afirmar que a criminalidade estaria relacionada aos fenômenos físicos e hereditários. Portanto, a antropometria, a frenologia e a antropologia criminal juntavam-se para explicar também os fatos e atos cometidos por pessoas que foram consideradas loucas. Foi o caso de José Guedes, que teve como destino o asilo da Tamarineira. Schwarcz (1993, p. 49) afirma que esses estudos e caracterizações, “tinham, nesse modelo científico, a base para novas concepções e para a justificação de seus métodos de tratamento moral sobre o indivíduo e para o estabelecimento de conclusões, que traçavam as ligações entre a loucura individual e a degeneração de cunho racional”. Seguindo a tendência dessas caracterizações racialistas, a ação de Guedes foi determinada pelos articulistas, como de pessoa desequilibrada mentalmente:

Finalmente fez outras declarações que induzem-nos a crer que nos achamos em frente de um fanático, ou por cálculo ou por um desequilíbrio mental. (GAZETA DA TARDE, 20/03/1897).

Vê-se portanto, que no caso trata-se de um simples monomaniaco. (A CIDADE, 20/03/1897).

Supomos que trata-se de um maníaco, mas em todo caso é melhor prevenir do que punir. O exemplo do bandido de Canudos é terrível e nós julgamos que o lugar de José Guedes deveria ser em um hospício alienados. (JORNAL DO RECIFE, 21/03/1897).

Os líderes populares jamais seriam reconhecidos pela classe dominante, especialmente porque as narrativas tendiam a um só fim: a desqualificação do outro.

Era por meio da medicina legal que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de ‘uma sciencia brasileira’ que se detivesse nos casos da degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passaram a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento, em seu alerta à ‘Imperfeição da hereditariedade mista¹. (SCHWARCZ, 1995, p. 167).

Até ser enviado para o asilo da Tamarineira, o beato do Bom Jardim foi notícia nos principais veículos de comunicação do Recife, que não deixavam de destacar algumas curiosidades sobre o comportamento do então aprisionado. “O Dr. Questor sabendo que o Sr. Guedes não se alimentava desde ontem às 8 horas da manhã, ofereceu-lhe alguma alimentação tendo em resposta: Que estava alimentado com a graça divina e que não comida em casa de pecador.” (JORNAL DO RECIFE, 21/03/1897).

Travou-se uma disputa pela narrativa acerca da capacidade inofensiva ou ofensiva de José Guedes. Os articulistas iam revelando o que estava nas entrelinhas dos seus enunciados: o interesse partidário, conforme já demonstramos em nossa dissertação sobre Canudos. Para o *Jornal do Recife* (21/03/1897), “inocentemente fazia ele as suas prédicas e já agora dispunha de um avultado número de discípulos estritamente obedeciam verdadeiros crentes que a esta hora choram a sua ausência.” Era a quantidade de pessoas que preocupava o jornal, já que movimentos como aquele só poderiam ser realizados por muita gente.

Sem liberdade não há ordem, assim também sem paz não existe progresso. Admitimos que José Guedes seja um inofensivo com um desequilibrado. Mas por muito tempo para os poderes públicos do Estado na Bahia, passou despercebido Antônio Conselheiro; todos o diziam: é um desequilibrado, é um

maníaco. Mas hoje Antônio Conselheiro está perturbando à paz pública e a República está perigando. (GAZETA DA TARDE, 21/03/1897).

Esse jornal fazia oposição cerrada ao governo federal e defendia a volta dos militares ao poder central. O caso José Guedes era mais uma situação para expor suas convicções, que já eram explícitas acerca de Canudos.

Conseguimos encontrar uma opinião que destoava da de outros veículos de comunicação em relação à prisão do beato. O jornal *Comercio de Pernambuco* do dia 23 de março, asseverou que não encontrava motivos para encarceramento de Guedes, pois não havia nada em comum com Antônio Conselheiro na Bahia. “Em face do procedimento e das declarações do Sr. José Guedes e da liberdade constitucional consagrada no Art. 72 § 3, quer nos parecer que o Dr. Pedro Marques, digno Questor do Estado, não encontrará motivo justificável para encarcerá-lo”. Todavia, como era esperado, a autoridade policial enviou Guedes ao asilo da Tamarineira, após ser examinado no dia 20 de março pelos Médicos Augusto Coelho Leite e José Soares Vieira da Cunha.

Atestamos que o indivíduo José Guedes atualmente em observação necessita de ser removido urgentemente para o asilo de alienados, a fim de ter o tratamento e cuidados que não lhe podem ser dispensados na casa de detenção. Outrossim, atestamos que sofre de perturbações psíquicas não nos sendo possível ainda precisar o diagnóstico, que será feito e justificado em relatório que oportunamente redigiremos. (JORNAL DO RECIFE, 24/03/1897).

Guedes foi fotografado na prisão e sua foto foi reproduzida pelo Atelier Miranda, que distribuiu aos jornais, os quais, por sua vez, comunicaram aos leitores, que poderiam comprá-la, estando à venda na Livraria Francesa e nas Agências dos periódicos. Não era a primeira vez que isso ocorria, pois a imagem de Antônio Conselheiro também havia sido comercializada em Recife, nos primeiros meses do conflito⁴⁶.

Salientamos que, antes publicação do relatório dos médicos, que ocorreu dias depois do seu internamento no asilo, o *Diário de Pernambuco* elaborou um longo editorial para tratar do caso Guedes e da “superstição do Bom Jardim”. A assertiva foi motivada, segundo o editorialista, em função dos movimentos religiosos que ocorriam no Nordeste, especialmente por causa da

⁴⁶ O Sr. Ramiro Costa, proprietário da Livraria Contemporânea, à rua 1º de março, nº 2, ofereceu-nos ontem um exemplar do retrato do célebre Antônio Conselheiro. Acompanha a fotografia deste revolucionário a respectiva biografia. O aludido trabalho é uma curiosa novidade e acha-se unicamente à venda na livraria Contemporânea por módico preço. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07/02/1897).

Guerra de Canudos. Para ele, Pernambuco quase teve um novo Juazeiro, referindo-se às supostas ligações de José Guedes com o Padre Cícero e, notadamente, motivado pela crença religiosa:

A religião torna-se o abrigo, a cidadela impenetrável onde o ser que foge à influência do mundo que para ele é um tenebroso véu, sem mais encantos e ilusões, refugia-se; mas a religião a seu modo, figura com os exageros de sua imaginação, com os devaneios de sua mente exaltada, segundo as representações internas que as condições do seu espírito estabelece. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31/03/1897).

O caso Guedes para o *Diário de Pernambuco* devia-se ao fato da falta de instrução da população do interior e por causa do seu desenvolvimento intelectual, que, segundo ele, é muito limitado nestas áreas. Isso não acontecia em centros populares, onde o “espírito educa-se e desenvolve-se sob a influência de impressões diversas”. Porém, “a tendência mística nas naturezas incultas chega a aberrações e ao fanatismo, autorizando estas anormalidades dos falsos profetas que conquistam uma autoridade perniciosa aos interesses da sociedade a todos os princípios sobre os quais ela está fundada”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31/03/1897). Fazendo menções a editoriais de outros anos, desde que foi anunciado o milagre da beata Maria de Araújo em Juazeiro do Norte⁴⁷, o editorial lembrou que já tinha advertido sobre as possibilidades de esses eventos ocorrerem por imitação, exercendo “uma prodigiosa influência, na ordem moral como uma epidemia na ordem física, o seu contágio e pronto imediato”. A narrativa termina lembrando que houve facilidade na captura de José Guedes, os poucos progressos que foram feitos no ajuntamento e o resultado final, que foi o desaparecimento do seu propagandista.

Mas apresentemos alguns enxertos do relatório que os médicos elaboraram e que foi amplamente divulgado por alguns jornais, pois, a partir deles, iremos compreender em que base eram construídas as narrativas sobre os líderes dos movimentos sociais religiosos, bem como sobre os sertanejos, inspirada nas teorias raciais, como já afirmamos anteriormente. O caso de José Guedes é também uma referência de análise, nesse sentido. O relatório foi concluído no dia 03 de abril e publicado em alguns jornais do Recife no dia 18 do mesmo mês. Os médicos dividiram-no em quatro partes: antecedentes domésticos e pessoais, narração de seus sofrimentos, observação pessoal dos médicos e conclusões a que chegaram.

⁴⁷ Milagre ocorrido em 1889, numa missa celebrada por Padre Cícero, quando na ocasião aconteceu a transformação da hóstia sagrada em sangue na boca da beata Maria de Araújo.

Na primeira parte do relatório, observamos que os médicos tentaram refazer o caminho do beato, desde a sua vida pregressa. Constataram eles que Guedes assinava como José Guedes do Santos e, desde 1876, José Barbosa do Santos. Nascera no sítio da comarca de Nazaré no Estado de Pernambuco. Seus pais Manoel Guedes dos Santos e Gertrudes Maria da Conceição, pessoas ignorantes, quase analfabetas, de origem modesta, paupérrimos, dedicaram-se sempre ao trabalho agrícola e gozaram boa saúde. Não existiam informações de que seu pai houvesse praticado crime ou ação menos digna, falecendo, ainda moço, em 1856, de cólera morbus⁴⁸, que, nessa época, devastava vários municípios. A mãe faleceu de marasmo senil, em 1894. Seus avós paternos e maternos tiveram longa existência, não sofreram de moléstias mentais e faleceram de moléstias próprias da velhice. Sobre seus pais e avós, os médicos relataram que não existiam antecedentes de alcoolismo e que seus três irmãos eram honestos, vivendo do trabalho e que não sofreram alienação mental⁴⁹.

Guedes teve vários filhos, não sabendo informar o número exato; porém, ainda, viviam, naquele ano, cerca de dez. Informou que um dos seus filhos estava recolhido na cadeia de Bom Jardim, acusado de desvirginamento de várias mulheres que frequentavam a capela de São Severino em Limeiral. O relatório tem uma narrativa que foi sendo elaborada, para que a interpretação do leitor pudesse ser conduzida à aversão ao beato, conforme destacamos nessa ênfase dada a um dos seus filhos, que estava preso por desvirginar mulheres. Orlandi (1999, p. 43) assegura que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres se alojam na memória”.

Como já relatamos no início de nossas observações, sobre a forma de como a imprensa dera destaque os aspectos físicos do beato, os médicos reproduziram praticamente o que já havia sido dito, reafirmando as assertivas anteriores.

Homem de constituição forte, temperamento nervoso, irascível e audacioso, gozando aparentemente excelente saúde em todas as fases de sua vida, até 1887, nunca foi ela acometido pela malária ou outra qualquer moléstia infecciosa como também por nevralgias e convulsões, paralisia e outras manifestações orgânicas ou funcionais do sistema nervoso. A sua cabeça não

⁴⁸ A epidemia da “Colera Morbus” foi constatada em Recife em 1856, ceifando a vida de mais de 30 mil pessoas em Pernambuco. Informações podem ser verificadas em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000200341.

⁴⁹ Era importante para os médicos essas observações, pois se existissem notícias sobre o alcoolismo dos seus antepassados e se seus irmãos sofressem de algum problema mental, o relatório teria mais consistência.

foi sede de lesões traumáticas e nunca experimentou emoções morais vivas e prolongadas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897).

É um homem forte, mas nervoso, gozando de aparente saúde, até ser acometido por uma moléstia infecciosa. A concepção dos médicos nos trouxe à memória quando Euclides da Cunha descreveu Antônio Conselheiro: “É um grande homem, às avessas”. Woitowicz (2015, p. 87), lembrando-nos como esses aspectos pronunciados por médicos e, até mesmo, por articulistas são preconceituosos:

De acordo com as tendências de desenvolvimento da ciência antropológica, os supostos atributos biológicos impunham uma imagem absolutamente negativa do ‘homem de cor’ perante os outros tipos raciais que compunham a população brasileira. A negação do negro e do mestiço, neste contexto, vai incidir de maneira marcante na forma adjetivada (negativa e patologicamente) com que o homem do sertão é falado.

O relatório seguiu, informando que jovem, José Guedes casou-se, teve filhos, como observado anteriormente; porém, dirigiu-se ao Recife para se engajar na Primeira Companhia do Corpo de Polícia Provisório, no dia 21 de janeiro de 1870, aos vinte e seis anos de idade. O documento destaca que “não se conformando com as disposições do regulamento do corpo, certo de que não podia viver como queria, 22 dias depois, a 11 de fevereiro deu substituto e obteve baixa”⁵⁰. O beato ainda passou cinco anos em Recife, tendo uma relação amorosa com uma viúva, que o relatório não expôs o nome, informando apenas que tinha se apoderado da fortuna da consorte e voltado para Bom Jardim. Não encontramos nenhum documento que pudesse comprovar esse fato.

Em Bom Jardim, o beato dedicou-se ao comércio de gêneros alimentícios, comprando terras na localidade de Estiva e montando seu engenho Limeiral onde fabricou açúcar. Esse período de “prosperidade financeira”, descrito no relatório dos médicos, faz alusões a fatos, que podem ser classificados, segundo eles, como “indignos em sua vida”.

À sua família, nenhuma consideração dispensava. Sem motivos sérios, abandonou mais vezes a esposa a quem tratava com indiferença e desamor. Seus filhos não lhe mereciam mais do que a esposa; descurou inteiramente da sua educação. [...] O conceito que era tido geralmente era na razão inversa de sua fortuna; todos os seus conterrâneos ou pelos menos os mais conceituados,

⁵⁰ Sobre essa informação, constatamos que no *Diário de Pernambuco* do dia 22 de março de 1870, nos despachos do Corpo de Polícia, expediente assinado pelo Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, Presidente da Província, ele realmente foi exonerado.

julgavam-no um homem mal, sem moralidade. Tinha uma mesma extensão a sua ambição de dinheiro e seu orgulho injustificável. [...] Aos seus subordinados e pessoas humildes se mostrava sempre prepotente e opressor e com os seus parentes mais próximos, vivia em lutas contínuas. Sua própria mãe foi insultada e magoada por ele muitas vezes sobre pretexto de proceder mal. [...] vivendo em companhia de sua consorte, que se revelou sempre digna e dedicada, foi ele até 1887 um libertino e devasso da pior espécie. Não só cobiçou, só não botou os olhos nas que eram tão feias e velhas que não serviam mais, disse-o ele, em presença de muitas pessoas que nos cercavam quando, o observávamos na casa de detenção, referindo-se a fatos indignos que praticara. [...] É certo que a nevrose cerebral de que era vítima se manifestava antes por uma perversão do instinto sexual do que por exaltação desse mesmo extinto. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897).

Esse enxerto nos mostra como o relatório foi preconceituoso com o beato. Em toda essa parte do texto, não há uma frase que o apresente positivamente. O documento, atribuiu ainda, que, até 1886, José Guedes em Bom Jardim, gozava de boa saúde; porém, em 1887, adoeceu e teve que modificar suas atitudes, tendo a sua doença, desdobramentos na busca da cura. Consta que ele teve febre, forte nevralgia na região epigástrica, cefaleia, constipação de ventre, ansiedade, insônia e agitação. Não podendo alimentar-se convenientemente, por não ter apetite ou por sofrer muito mais durante a digestão, resolveu fazer uso de purgativo forte imoderadamente, tendo nenhuma melhora apresentada. Ao invés disso, a moléstia prosseguia em sua marcha, deteriorando-lhe o organismo, já profundamente enfraquecido pela ação de meios enérgicos e inconvenientes aos quais recorrera.

Vendo-se uma situação assim terrível e desanimadora, convencido de que sua existência ia ter fim em breve tempo, recorreu aos socorros da Igreja Católica e fez a São Severino protestos de cumprir prontamente uma promessa feita à época remota e a Deus, de seguir os mandamentos de sua Lei, se tivesse a ventura de recuperar a saúde perdida. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897).

O que aconteceu com Guedes parece reproduzir o que ocorreu com outros beatos, messias e enviados de Deus, quando os supostos milagres ocorriam. A nossa literatura está cheia de exemplos parecidos, registrando que, geralmente, num sonho, Deus aparece dando-os uma missão, depois de uma grave enfermidade. A partir daí, o messias toma para si a missão e empreende sua tarefa de salvação.

Meu estado de saúde era o pior possível; foi no leito, atormentado pelas dores que eu vi que nada me valiam mulher, filhos, amigos, dinheiro, crédito e política; todos me abandonavam ou tratava com desprezo; tudo era falso neste mundo. [...] Depois que falei com Deus fiquei bom até hoje. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897).

O relatório informou que Guedes, não podendo abandonar o leito durante as primeiras semanas de convalescência, mandou vir à sua presença oleiros, contratando a fabricação de tijolos necessários à construção da Capela de São Severino. Após estar gozando de saúde, foi até Goiana participar de sessões da Associação do Sagrado Coração. “Nessa época, ele era um crente fervoroso, humilde, preocupado com a salvação de sua alma, sem outra aspiração, além de bem servir e melhor merecer a Deus.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897). Regressando a Bom Jardim, fundou uma associação muito parecida com a de Goiana, sendo ele presidente, título dado pelo Monsenhor Maia. “Não compreendendo a intenção de Monsenhor Maia, acreditou que aquele ilustre sacerdote lhe conferira poderes especiais e começou a fazer prédicas religiosas, em seguida as orações, interpretando os textos da Escritura a seu modo”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897).

Guedes conseguiu construir a capela, mas esqueceu a família, os amigos e haveres, dizia o relatório. Jejuava três dias em cada semana, alimentando-se parcamente de feijão cozido, pão e café. Esteve no Recife por duas vezes para visitar o convento dos capuchinhos, a fim de fazer “confissão de morte para o mundo mundano”. Substituiu as suas roupas pelo hábito dos carmelitas e “distribuiu duas barricas de moeda metálica, afora as cédulas do tesouro, pelos seus moradores, a título de indenização pelos males que lhes havia feito sempre. Depois disso, ficou pronto e entrou em perfeição”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897). Entregou aos seus filhos o engenho cujo nome tinha modificado para “Primeira Palavra”, impedindo que se plantasse cana-de-açúcar, por ser, conforme consta do relatório, contrário à vontade de Deus.

O beato relatou que teve conhecimento de que, nos sertões do Ceará, existia um sacerdote que fazia milagres, imediatamente, transportando-se para aquela zona a pé, acompanhado de um de seus filhos e uma outra pessoa que não teve o nome revelado. É bom salientarmos a influência do Padre Cícero, que de vez em quando, era personagem de notícias ou editoriais na imprensa pernambucana⁵¹, desde o suposto milagre da Beata Maria de Araújo.

⁵¹ Sobre o milagre de Maria de Araújo, o *Diário de Pernambuco*, publicou uma extensa notícia intitulada “facto estupendo” na secção revista diária, no dia 29 de agosto de 1889. Os temas relacionados aos eventos ocorridos em Juazeiro do Norte era uma recorrência nos periódicos pernambucanos e nesse sentido, Canudos e o caso José Guedes recebiam atenção especial no que se diz respeito à relação ao Padre Cícero.

Mas o que José Guedes informou sobre Cícero no relatório dos médicos? Segundo o relatório, o beato disse que chegando a Juazeiro, testemunhou a execução dos milagres e aceitou tudo como fiel expressão da verdade; que Cícero o recebeu em sua casa e discutiu com ele religião. Suas crenças e ideias eram tais nessa ocasião, que o próprio sacerdote não concordou com ele. Sendo igual ao padre, resolveu também fazer milagres. Voltou logo para Bom Jardim e tituló seu engenho, desde logo, 'Segundo Juazeiro'. Aquela glória de ser instrumento da vontade de Deus não devia caber ao Cícero, mas sim a ele. Pensando dessa forma, começou a fazer prédicas contrárias aos princípios da Igreja Católica, nas quais já se referia a fatos sobrenaturais por ele observados em seu engenho.

O beato disse, ainda, que o vigário da freguesia todos os domingos celebrava missa na capela e confessava as pessoas que lhe pediam. Compreendendo que ele não estava em bom juízo e que os atos supostos religiosos praticados na capela, nos outros dias, estavam em desacordo com o que ensina e aconselha a Igreja Católica, o vigário deixou de celebrar missa e tratou de evitar que o maior número de pessoas que permaneciam em Limeiral continuassem a ouvi-lo e acompanhá-lo.

Nessa época, um número avultado de indivíduos considerava Guedes um predestinado e um profeta, vivendo como ele mandava: de hábito religioso e à espera de milagres como o de Juazeiro. Finalmente, esse suposto milagre ocorreu, também, com a participação de uma beata. O nome dela era Isabel, que tendo ouvido a narração que lhe fizera dos milagres do Juazeiro, sentiu-se muito perturbada, tendo algum tipo de desmaio. O Beato Guedes disse que Deus concebia a ele a graça da ressurreição, sendo que, muitas horas depois da morte, pessoas que vissem como Padre Cícero, poderiam alcançá-la, desde que estivessem separados inteiramente do mundo e de suas coisas

No dia seguinte, Isabel dirigindo-se à capela teve uma crise nervosa e ficou em êxtase durante cinco horas. Sabendo do que ocorrera, dirigiu-se ele ao lugar em que ela se achava, declarou que ela estava morta e bem morta, e anunciou a sua ressurreição. Cessando a crise, notou ele que ela tinha em uma das mãos uma pequena pedra, da qual se assenhoreou logo. Na prédica que fez aos seus fiéis, declarou que o Espírito Santo, querendo dar-lhe uma prova de sua graça e bondade, mandara-lhe por intermédio de Isabel aquela dádiva preciosa, que não podia ser vista senão por ele que vivia em perfeição.

Sobre esse fato acima referido e outros milagres supostamente ocorridos no local, consultamos os jornais da época e encontramos no *Jornal do Recife* de 15 de abril de 1893 - coincidentemente, o ano da fundação de Canudos - informações que remontavam ao que ocorreu em Bom Jardim. A referida notícia está contida em duas publicações, assinadas por pessoas⁵² que presenciaram o episódio no dia 26 de março e 02 de abril daquele corrente ano.

A primeira publicação atestara que, no dia 26 de março, convidados pelo Beato José Barbosa dos Santos Guedes, foram até Bom Jardim, onde existe uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, havendo grande concorrência de gente nos momentos de oração; que na capela, por volta das dez horas da manhã, viram no santuário da casa “um pequeno crucifixo de bronze, transpirando n’água em abundância acompanhada de excelente cheiro. Cujo crucifixo foi pelo mesmo Beato depositado no altar da mesma capela, onde continuou transpirar água uma hora pouco mais ou menos”. (JORNAL DO RECIFE, 15/04/1893). Sobre as beatas, informam que são duas de nomes Isabel da Conceição e Maria do Rosário, residentes junto à capela e que ficaram em êxtase quando fazia a oração.

[...] nós fiscalizamos, levando nossas mãos com muita atenção ao nariz e bocas da mesma beata, para ver se tomada respiração e conhecemos perfeitamente que não respirava e nem se movia, de forma alguma, pelo que nos pareceu que o seu espírito não estava em si; depois deste nosso exame, meia hora pouco mais ou menos, a mesma beata caiu com todo peso de seu corpo, ficando ajoelhada em prumo natural e assim esteve $\frac{3}{4}$ de hora pouco mais ou menos e por isso observamos que ficou no mesmo estado de êxtase; depois deste tempo declinando para cair; suas duas companheiras a deitaram, e orou deitada no mesmo estado de êxtase duas horas completas pelo que se vê que esse êxtase correspondem a quatro horas e cinco minutos. (JORNAL DO RECIFE, 15/04/1893).

A outra publicação, também assinada pela maioria dos que assinaram⁵³ a primeira, dava conta de que, no dia 02 de abril, estavam no mesmo local, quando por volta das onze horas, na presença de aproximadamente trezentas pessoas, em uma casinha de taipa e de telha, vizinha

⁵² Pessoas que assinaram a primeira publicação: Antônio E. Beserra, José Nunes de Andrade; Antônio Barbosa de Assumpção Guerros; Francisco Gomes da Silva; Vicente de Senna Guedes Alcoforado; José Trajano de Seabra Andrade; Manoel Guedes de Brito; João de Senna Guedes Alcoforado; João Florêncio do Nascimento; Manoel Mathias Cardoso do Nascimento; Manoel Florêncio do Nascimento; Felício José de Souza; João Rodrigues do Nascimento; José Luduvico Ramos e José Barbosa D. Assumpção.

⁵³ Pessoas que assinaram a segunda publicação: Antônio Barbosa de Assumpção Guerra; Francisco Gomes da Silva; João Paes de Andrade; Manoel João Rodrigues do Nascimento; Manoel Luiz do Nascimento; Antônio Emygdio Barroso; Manoel Florêncio do Nascimento; Manoel Paes Maia; Severino Elesbão Pereira de Souza; Antonio Rodrigues da Silva; Joaquim Rodrigues do Nascimento; Severino José dos Santos; José Ludovico Ramos; Milvino José Mendes; José Barbosa de Assumpção e Manoel Barbosa de Assumpção.

da mesma capela onde moravam as duas beatas, o Beato Guedes conduziu em procissão uma hóstia que a levou até a capela, depositando-a no altar. “Na verdade, vimos uma hóstia se esvaindo em sangue puro e confessamos ser um sangue puro e verdadeiro como sangue de qualquer pessoa quando acontece dar um talho.” (JORNAL DO RECIFE, 15/04/1893). Segundo consta nesta informação, as duas beatas acompanharam a procissão e que a comissão visitante, observou a mão esquerda da Beata Maria da Conceição, vendo que,

no meio da palma da mão da referida beata existia um pequeno talhinho vertendo sangue, o mesmo sangue puro como o da hóstia, e isto ao ponto que chegou a molhar toda a palma da mão, sendo que não só mostrou, como também, chamou a todos em geral e fez observar o mesmo prodígio. Momento depois, tornou-nos chamar e nos fez observar que a mão direita da mesma beata estava vertendo sangue e realmente vimos examinamos tudo como não mão esquerda. (JORNAL DO RECIFE, 15/04/1893).

Para os médicos que escreveram o relatório, “a pedra, insignificante fragmento de um cristal de rocha, tem um centímetro de extensão e milímetros de espessura e nada apresenta de notável”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897). Segundo eles, tal era o estado mórbido da imaginação de José Guedes, que ele viu o sangue de Deus sair do cristal, assim como o coração de Espírito Santo desenhado perfeitamente nas manchas do pano de que se serviu a princípio para ocultar a pedra - tal sucedera também no Juazeiro com o Padre Cícero, com a diferença de que ali em vez de pedra era a hóstia; em vez de pano, a língua de Maria Araújo.

Dessa época em diante, durante anos, o beato anunciava e verificava novos e mais surpreendentes milagres do que em Juazeiro. As imagens na Capela de São Severino suavam todo dia à mesma hora e esse suor tinha o mesmo perfume celeste indescritível do sangue que saía do cristal da rocha. Nenhum dos milagres do Padre Cícero disse ele, deixou de aparecer no Segundo Juazeiro. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897). Essa assertiva revela a ligação dos eventos ocorridos em Juazeiro do Norte com os de Bom Jardim: uma beata, o sangue, o milagre. Naquela época, passados sete anos do milagre de Maria de Araújo, Juazeiro do Norte tornara-se a Meca nordestina, e do sertão ao litoral, os fatos eram conhecidos e comentados. O próprio Guedes e seus supostos milagres são a representação da influência ciceriana.

Para terminar essa segunda parte do relatório, os médicos reproduziram uma declaração de Guedes, informando que sua prisão fora devido à acusação de ter espancado a sua mãe, por ela não ter acreditado nos milagres e ter se recusado a ser beata. Ainda como causa de seu

encarceramento, o sacrifício da honra de muitas menores e de que tinha transformado a sua casa em covil de vagabundos, malfeitores e ociosos, com manifesto prejuízo da paz pública.

A terceira parte do relatório é mais subjetiva do que as outras duas, sendo destacadas as aspectos físicos e psicossomáticas do paciente. Notamos, mais uma vez, a influência das teorias racialistas do século XIX, especialmente a importância da Antropometria para os médicos.

O diâmetro anterior posterior de sua cabeça é de 178 milímetros; o transversal 147 milímetros e o bisgomático 135 milímetros. A orelha direita mede 7 centímetros de altura e 4 centímetros de largura e o lóbulo de ambas é bem desenvolvido. O pé esquerdo mede 27 centímetros e 5 milímetros e os dedos médios e auricular da mão esquerda, 116 e 105 milímetros. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/04/1897).

Os médicos afirmaram que o beato era desequilibrado e desajustado, sendo mais enfáticos nas conclusões, dizendo que a linguagem que ele empregava era detestável, muitas vezes imprópria para traduzir o seu pensamento. De inteligência acanhada, não gostava da mulher e dos filhos, porque não eram seus fiéis e não tinha, sequer, lembrança deles. O relatório diz ainda, que todo empenho que fizeram para obter um escrito do próprio punho foi improfícuo.

Estava, portanto, decretada a inutilidade de José Guedes. Os Drs. Augusto Coelho Leite e João de Moraes Vieira da Cunha, ao concluírem seu relatório, destacaram que: 1 – que esse indivíduo sofre de moléstia mental; 2 – que esta moléstia é a paranoia crônica de forma religiosa; 3 – que não se restabelecerá atendendo ao modo porque se manifestou a persistências das alucinações e a marcha que tem tido a moléstia; 4 – que deve ser segregado da sociedade e conservado no asilo de alienados e 5 – que é um doente perigoso a si e aos outros e irresponsável. Woitowicz (2015, p. 95), nos lembra como são determinantes esse tipo de discurso na caracterização dos sertanejos: “Assim, a insistência em argumentos que denotam a inferioridade do sertanejo em seus atributos de criminalidade, ignorância e fanatismo percorrem os textos jornalísticos, explicitando as marcas de um pensamento hegemônico condizente com as tendências da intelectualidade brasileira no período”.

José Guedes continuou preso no asilo da Tamarineira e tentou, durante aquele ano, sua liberdade, através de *habeas corpus*. No dia 05 de setembro de 1897, os jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *A Província* publicaram a negação do pedido, assinada pelo Juiz Francisco Altino Corrêa de Araújo. Segundo a petição do advogado, Guedes achava-se sob

a pressão de um constrangimento ilegal, recolhido indevidamente no hospício dos alienados e que a internação hospitalar somente poderia ocorrer ao pedido de ascendente ou descendente, tutor ou curador, cônjuges, chefe de corporação beneficente ou religiosa. Ainda que, em todos os países, a sequestração do alienado não se pode levar a efeito arbitrariamente, mas dependia da observância de formalidades quase sempre emanadas do poder judicial. A petição declarou

que no caso vertente, a pretexto de ser o impetrante, um fanático, foi sem forma, sem figura de juízo, retirado de sua casa e recolhido à casa de detenção e ultimamente ao hospício de alienados, sem que até hoje no juízo de seu domicílio se tenha verificado o seu suposto estado versânico [santânico?]. Que na questura policial foi o impetrante submetido a dois exames, o primeiro dos quais é deficiente e apenas concluía que o impetrante devia ser submetido a um tratamento hospitalar, a fim de evitar-se a reprodução de alucinações e de delírio que podiam tornar perigoso e o segundo é uma peça romântica em que nada existe de verdade. Que finalmente, o impetrante é um fanático capaz de perturbar a ordem pública à semelhança de São Francisco de Assis, São João Crisóstomos e São Paulo e Santo Agostinho, é intransigente em seus princípios religiosos, mas prega o respeito e o amor ao próximo. (A PROVINCIA, 05/09/1897).

O Juiz, em seu despacho, argumentou que o impetrante era um “enfermo da alma, padecia de moléstia mental que a ciência competente designa sob o nome de paranoia expansiva religiosa e que tinha consequências perigosas”. Citou alguns autores franceses que tratavam da loucura e da paranoia em livros de Clínica Psiquiátrica e, especialmente, sobre as paranoias religiosas. O autor mais citado pelo magistrado foi Von kraft-Ebing, cujas obras principais abordavam os comportamentos sexuais, que ele considerava desviantes. Porém, destacamos que, na negativa do *habeas corpus*, não havia referências ao comportamento sexual de José Guedes.

O juiz apontou, ainda, o perigo que havia em José Guedes, ao falar aos domingos para cerca de quinhentas a mil pessoas, pois um aparte, uma desatenção e, até mesmo, uma insignificância, poderia ocasionar verdadeiras eclosões. Por isso, havia a necessidade de interná-lo, afastá-lo dos objetos do culto e das práticas religiosas, moderando-lhe a exaltação e fazendo-lhe cessar suas alucinações. O magistrado citou alguns artigos do Código Penal que tratavam da responsabilidade de autoridades policiais e judiciárias, no sentido de decretar a internação ou a interdição de pessoas que estejam nas condições psíquicas em que se encontrava José Guedes.

Lembremos que, ainda, não havia acabado a Guerra de Canudos, quando o juiz Francisco Altino Correa Araújo, no dia 30 de agosto, indeferiu o pedido de *harbeas corpus* de José Guedes. Não

era apenas a loucura ou paranoia extensiva religiosa, que preocupava o magistrado, apesar da sua arguição se limitar ao perigo que o beato representava:

Em resumo, os dois pareceres médicos de folhas constaram a ignorância rude do impetrante, asseguram as alucinações pelas quais supõe ele ouvir a voz de Deus e achar-se por este incumbido à missão divina, ao ponto de acreditar que o governo o colocou em um Hospício de Alienados para converter os que lá já estavam, acentuam as suas avolumadas contradições, entre as quais a de recusar-se assistir aos últimos momentos de um moribundo, quando ele disse ter se dedicado seguramente ao serviço de Deus e viver sobre a terra a vida dos anjos; caracterizam a sua moléstia afirmando a paranoia expansiva religiosa; mostram quanto o paranoico é perigoso, quer para consigo mesmo e para com os outros; finalmente aconselham a sua internação hospitalar, e tudo isto de harmonia com que se lê nos alienistas citados. Do exposto resulta que a conservação do paciente nos hospícios de alienados não é um caso de constrangimento ilegal da liberdade e conseqüentemente não é um caso que se possa acomodar recurso - do Habeas Corpus. (JORNAL DO RECIFE, 05/09/1897).

O argumento do juiz corroborou com as assertivas dos articulistas dos jornais pernambucanos, pronunciadas após a sua prisão do beato do Bom Jardim. O *Gazeta da Tarde* (22/03/1897) assegurava que “se é um desequilibrado, um maníaco, enfim, um doente, o governo deve curar de sua saúde, principalmente quando o mal-estar tornando-se contagioso e nós temos o exemplo vivo das três conseqüências a que nos tá levando o fanatismo, para o qual não olha os poderes daquele Estado”. Observando os argumentos utilizados pelo magistrado, citando leis e outros elementos, percebemos que era muito difícil o deferimento do pedido de soltura de Guedes. Mas destacamos, todavia, que, mais importante do que sua soltura, era a destruição da comunidade do “Novo Juazeiro”. Se Canudos não tivesse ganhado notoriedade no cenário nacional, Guedes poderia ter continuado com seu misticismo popular, que já durava quatro anos.

Não sabemos qual o destino de José Guedes. Apesar de uma minuciosa busca que realizamos na imprensa, não houve mais interesse dos articulistas pelo caso, tampouco se interessaram pela comunidade que havia sido debelada. Ainda, procuramos investigar o paradeiro do beato nos arquivos do Hospital da Tamarineira, antigo Hospício de Alienados em Recife. Fomos informados que uma cheia no passado – não souberam informar o ano – tinha destruído a documentação antiga. Infelizmente, ficamos sem saber o destino de Guedes de Bom Jardim, que tanto chamou a atenção da imprensa de Pernambuco no ano da Guerra de Canudos.

Todavia, a Guerra do sertão baiano não ficaria apagada na memória rapidamente. Como Recife foi uma das capitais que mais rendera homenagens às forças legais, especialmente por ser a residência do comandante em chefe, o General Arthur Oscar, algumas datas comemorativas foram os lugares da memória desse grande conflito. Sobre essa rememoração, no próximo capítulo, destacaremos a revisitação que realizamos às páginas dos jornais, destacando como Canudos foi lembrado nas datas significativas ou, até mesmo, na passagem de Euclides da Cunha por Pernambuco, bem como na sua trágica morte.

4 FEITOS “GLORIOSOS” RELEMBRADOS, MORTES RECOBERTAS, CANUDOS REVIVIDO

“Arrasado e destruído Canudos, o mal não se extinguiu”.
(*DIÁRIO DA MANHÃ*, 15/01/1935).

Começamos este capítulo com essa citação de 1935, quase cinquenta anos depois da Guerra de Canudos. Mesmo arrasado e destruído, “o mal continuava a existir no sertão”. Ou seja, Canudos continuava sendo a representatividade do mal, aliado a outros fenômenos, como é o caso do cangaceirismo, objeto principal da notícia da qual extraímos o enxerto da citação. Mas, realmente, como foi rememorada a Guerra de Canudos? Quais foram as lembranças e comemorações realizadas nos cinquenta anos após aquele grande conflito? Essa é a proposta deste capítulo.

Terminada a Guerra de Canudos, várias homenagens aconteceram no país inteiro, especialmente em Pernambuco, onde residia o general Arthur Oscar, comandante em chefe vitorioso. Terminado o conflito, a imprensa, em 1897 se ocuparia do evento, pois, no dia 05 de novembro, o Ministro da Guerra foi assassinado no Rio de Janeiro, num plano dos oposicionistas para acabar com a vida do Presidente da República Prudente de Moraes.⁵⁴ Após esse episódio, as lembranças sobre a Guerra sertaneja voltaram à imprensa pernambucana, em fevereiro de 1898. No dia 09, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Recife* noticiaram que a Maçonaria pernambucana entregou uma honra ao General Arthur Oscar, na quantia de um conto e quatrocentos mil réis, arrecadados em favor das viúvas e órfãos dos soldados mortos em Canudos. A essa quantia, segundo a informação, seria somado mais um conto e seiscentos mil réis⁵⁵, excesso de arrecadação dos festejos, que foram distribuídos numa festa cívica no Teatro Santa Isabel.

No dia 15 do mesmo mês, o *Jornal do Recife* trouxe enxerto do livro inédito de Euclides da Cunha, que seria lançado, um pouco mais tarde, em 1902. Estamos falando da obra “Os

⁵⁴ Sobre esse fato escrevi um texto sob o título “Canudos e a derrota dos jacobinos”, que já está publicado na Revista Perspectivas Latinoamericanas, v.1, p. 145-160, 006.

⁵⁵ Pesquisamos no *Jornal do Recife* do dia 09 de fevereiro de 1898, e vimos que os 3 Contos de Réis que recebera o General Arthur Oscar, eram equivalentes a seis prêmios da loteria federal, no valor de quinhentos mil réis cada. (O valor de quinhentos mil réis era o maior prêmio da loteria federal). No site: <https://pt.quora.com/Quanto-valeria-hoje-em-dia-em-reais-o-conto-de-r%C3%A9is>, encontramos uma conversão que indica que 01 Conto de Réis equivaleria nos dias atuais a R\$ 123.000,00.

Sertões”, que, por muito tempo, tornou-se uma espécie de Bíblia sobre Canudos. Transcrevemos parte da notícia, destacando as caracterizações dos sertanejos, com a tônica preconceituosa e alimentada pelas teorias racialistas, como já abordamos no capítulo anterior.

... Assim, o sertanejo é um forte, cuja energia contrasta o raquitismo exaustivo dos mestiços elevados do litoral. Surge naquelas paragens e com a feição firmemente acentuada de um Lidador enérgico. A sua aparência, ao primeiro lance de vista revela o contrário. Não tem a plástica impecável, o desempenho, as linhas e elegante dos lutadores antigos. É sem elegância e desengonçado. O andar sem firmeza, sem o aprumo dos organismos vigorosos, é quase gigante e sinuoso aparentando a translação de membros desarticulados; e a postura normalmente indolente, semi-curvada, manifesta uma displicência perene. (CUNHA apud JORNAL DO RECIFE, 15/02/1898).

Nessa parte da transcrição do texto de Euclides da Cunha, podemos observar a influência do racialismo a partir das seguintes expressões: “Raquitismo exaustivo do mestiço”, “sem elegância, desengonçado”, “sem o prumo dos organismos vigorosos”, “membro desarticulados”, “postura normalmente indolente, semicurvada”. Assim, ia se construindo a imagem do outro, visto como desigual e inferior.

A pé, quando parado, recosta-se sempre ao primeiro móvel ou parede que encontra; a cavalo, quando sofreia um animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo, novamente e sobre um dos estribos, descansando sobre a sela! marchando, ainda quando a passo acelerado, não traça nunca uma trajetória retilíneo, avança vertiginosamente, inundando o levar persistente; e se destaca, para enrolar um cigarro ou travar o longa conversa com o amigo, põe-se de cócoras quase sempre, atravessado largo tempo numa posição de equilíbrio instável, suportando apenas pelos dedos dos pés, sentado por assim dizer sobre os calcanhares e, numa simplicidade a adorável e ridícula a um tempo. (CUNHA apud JORNAL DO RECIFE, 15/02/1898).

Euclides da Cunha constrói signos e significados sobre o sertanejo e, em sua imaginação preconceituosa, assevera que não traça uma linha reta e até a sua postura em permanecer de cócoras chega a impressioná-lo, como se qualquer habitante do litoral não conseguisse ficar na mesma posição. Quando descreve a simplicidade do sertanejo, considera-a adorável e ridícula, indicando desde já, como seu seria seu futuro livro, cheio de ambiguidades, fato corroborado, por exemplo, numa frase de “Os Sertões”, quando apresenta Antônio Conselheiro como um grande homem, às avessas.

Grande homem pelo avesso. Paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado, inteiro. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é, certo, um caso notável de

degenerescência intelectual, mas não o isolou — incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde — no meio em que agiu. (CUNHA, 1984, p. 67, grifo nosso).

Publicado quase quatro anos antes do lançamento de “Os Sertões”, o texto com enxertos da obra, que extraímos do *Jornal do Recife*, trouxe as impressões de Cunha sobre os combatentes sertanejos, nominados categoricamente de jagunços e que foram os grandes vencedores das três expedições sobre Canudos:

O jagunço é menos teatralmente heroico; é mais tenaz, é mais resistente, é mais perigoso, é mais forte. Raro assume essa feição romanesca gloriosa; procura o adversário com o proposto formado de destruir, seja como for; está afeiçoado a falsos combates demorados, sem expansões entusiásticas; a vida e-lhe uma conquista arduamente realizada numa faina bincessante, guarda-a como um capital precioso; não desperdiça a mais ligeira contração muscular, a mais leve vibração nervosa sem a segurança do resultado; calcula friamente o pugilato e ao riscar da faca não dá um golpe em falso; ao apontar a Lazzarini⁵⁶ longa ou o trabuco truculento, dorme na pontaria... Se, abortado um choque impetuoso, o inimigo enterrado não recai, o gaúcho é um vencido, fragílimo nas aperturas de uma situação inferior. O jagunço jamais se considera invencível; cede terreno, mas não a vitória... (JORNAL DO RECIFE, 15/02/1898).

As vitórias sucessivas dos conselheiristas sobre as tropas levaram muitos autores a acreditarem que eles eram jagunços, treinados, havia tempo, para defender os coronéis. Como vimos, Euclides da Cunha foi um desses que embarcou nessa narrativa. Pouca coisa mudou entre as preliminares e o lançamento do seu livro:

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada, o equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo. (CUNHA, 1984, p. 01).

A presença do jagunço em sua obra e uma descrição minuciosa sobre seus aspectos físicos, revelam a permanência da teoria racial nas diversas representações dos sertanejos, seja em notas preliminares para livros, artigos reproduzidos na imprensa e, até mesmo, nas notícias cotidianas.

⁵⁶ Fomos procurar mais informação a respeito dessa arma e o nome correto e Lazarina. “A **lazarina** é uma espécie de espingarda de carregar pela boca, usando chumbo fino e médio, muito amiga dos homens do campo que aos domingos, saem para caçar. Seu nome teve origem em 1651, quando o milanês Lázaro Caminazzo começou a fabricar essas espingardas que ganharam seu nome.” Informação retirada do site: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/lazarina/espingarda/>

O tema racial, neste sentido, representou um argumento de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais, uma vez que a interpretação pessimista da mestiçagem e a cópia do modelo de pensamento europeu – que legitimava as diferenças e desigualdades raciais, justificando seu domínio sobre os demais povos – aplicadas ao contexto nacional, marcaram o final da monarquia e os impasses da República Velha. (WOITOWICZ, 2015, p. 87).

Cunha dedicará um capítulo de seu livro sobre o título “a gênese dos jagunços” e reproduzirá a palavra jagunço cento e oitenta vezes, revelando, com isso, o que viria a ser um dos personagens centrais de sua obra: O jagunço⁵⁷. No decorrer deste capítulo, abordaremos, mais vezes, o tema Euclides da Cunha, pois ele será noticiado pela imprensa pernambucana, em ocasiões do lançamento de “Os Sertões”, de suas passagens por Recife e, especialmente, quando ele foi assassinado no Rio de Janeiro.

Continuemos a descrever as informações que foram sendo veiculadas quando o tema dizia respeito a Canudos, seguindo o formato linear. No dia 04 de março de 1898, foi a vez de o *Jornal Gazeta da Tarde* lembrar a derrota da terceira expedição e a morte do coronel Moreira César. O articulista culpava o então Governador da Bahia Luiz Viana, por ter enviado falsas informações ao governo federal acerca da quantidade de conselheiristas prontos para a batalha.

Queremos bem à memória sacratíssima de todos esses distintos, campeões valentes da república, que chora inconsolável conosco a catástrofe que enlutou o coração da pátria. Infames; roubaste-nos os homens, mas baldamente vos atireis sobre as ideias que aqueles vultos defendiam e porque sucumbiram, deixando aos contemporâneos um exemplo sublime e correndo ao ocupar os lugares que eles estavam reservados na galeria dos grandes heróis. (GAZETA DA TARDE, 04/03/1897).

Nessa mesma matéria, foram publicadas duas poesias em homenagem ao coronel Moreira César, escritas por Henrique Soído, escritor que tinha suas poesias publicadas, especialmente pelo *Jornal do Recife* e foi lembrado por Manuel Bandeira⁵⁸ quando escreveu para Mário Sette⁵⁹ na oportunidade do lançamento do livro “Arruar”:

⁵⁷ Rui Facó na obra “Cangaceiros e Fanáticos” faz uma conceituação importante e esclarecedora sobre quem era o jagunço sertanejo.

⁵⁸ Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho, conhecido como Manuel Bandeira, nasceu na cidade do Recife, Pernambuco, no dia 19 de abril de 1886. Os temas mais comuns de sua obra são: a paixão pela vida, a morte, o amor, o erotismo, a solidão, o cotidiano e a infância. Foi um dos maiores representantes da primeira fase do Modernismo. Informação retirada do site: https://www.ebiografia.com/manuel_bandeira/

⁵⁹ Jornalista, cronista, contista, professor e romancista, nascido no Recife em 1886. Escreveu para o *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno* e *A Província*, além da revista carioca *Fon Fon*. Foi professor de História do Brasil, Francês, Português e Moral e Cívica. Em 1922 ocupou a cadeira 29 da Academia Pernambucana de Letras, onde

Quando você fala dos jornais, pensei comigo: ele vai esquecer-se do Henrique Soído dos sonetos do *‘Jornal do Recife’* ... Pois lá estava o **Henrique Soído**, que é uma das minhas mais antigas recordações literárias (lembro-me de procurar o habitual soneto dele no Jornal: tinha eu meus oito anos). (BANDEIRA apud SETTE, 1948, grifo nosso).

Transcrevemos a seguir uma das poesias de Soído, pois é um registro importante acerca do “comandante corta cabeças” Coronel Moreira César, que não tinha sido esquecido por alguns admiradores:

Hoje ao passar-se nos sertões baianos,
Neste covil de seres desumanos,
De canudos logar,
Ver-se-á uma tosca Cruz depinho,
Enterrada na beira de um caminho,
Uma campa a marcar.

É neste logar entre os espinhos,
Onde saltam contentes passarinhos
Dar tardes no arrebol,
Que dorme e este gigante endeusado
No pavilhão da pátria amortalhado:
Que descambou um sol. (GAZETA DA TARDE, 04/03/1897).

Passado um ano da vitória sobre os conselheiristas, os jornais pernambucanos lembraram-se da data. O periódico, que mais foi enfático na lembrança do dia 05 de outubro, foi o *Gazeta da Tarde*, que titulóu sua matéria seguindo os mesmos preceitos que defendera naquele fatídico episódio: “A vitória da República”.

Para o jornal, a luta foi improdutiva, cruel, perversa, perniciososa e ingrata. A guerra, segundo eles, foi produto da superstição e da ignorância de “meia dúzia de infelizes” que, unidos a criminosos aventureiros, teve a incúria do governo, que utilizava o conflito para vinganças políticas. Ainda estava reverberando as questões políticas partidárias, ressaltadas em nossa dissertação. A vitória do governo sobre Canudos incomodava setores da oposição, que viam fracassar seu projeto de comandar o país a partir das eleições de 1898. Ao criticar o governo, o articulista atribuiu ao Exército a defesa e a estabilidade das instituições “porque é e será sempre

foi premiado pelo romance *O vigia da casa grande*. Publicou diversos livros e traduções, entre eles *Senhora de engenho* e *Terra Pernambucana*. Informação retirada do site: <http://editora.cepe.com.br/autor/mario-sette-1#:~:text=Jornalista%2C%20cronista%2C%20contista%2C%20professor,nascido%20no%20Recife%20em%201886.&text=Foi%20professor%20de%20Hist%C3%B3ria%20do,O%20vigia%20da%20casa%20grande>.

uma glória por defender a república”. São compreensíveis essas afirmações do *Gazeta da Tarde*, pois sempre defendeu o exército em suas posições políticas. “O modo como os jornais produzem sentido, angulam e contextualizam os agentes envolvidos reflete a própria essência do jornalismo: construir significados (variados e até mesmo contraditórios) pelo discurso”. (WOITOWICZ, 2015, p. 125).

O jornal, recordando as denúncias que foram feitas contra os combatentes das forças armadas, logo após a sua vitória sobre os conselheiristas, tentava novamente justificar os assassinatos, que foram denunciados por alguns órgãos de imprensa.

Que importa que sejam irmãos os que se rebelam, que tenham nascido debaixo do mesmo céu azul e estrelado, e fossem abrasados pelos mesmos raios de sol, quando estão em jogo os interesses nacionais, quando periclita a nossa honra, o nosso nome, o nosso crédito de povo civilizado e livre? Que importa que sejam irmãos, quando não tem estes a intuição do justo, a mínima noção do bem público? Que importa que sejam irmãos quando são uns transviados, uns obscurecidos os que atentam contra a paz, a felicidade das famílias, a segurança individual? Pelo fato de serem irmãos, da mesma raça, que do mesmo sangue, não deixam de ser punidos energicamente os criminosos, os que constantemente violam as normas sociais. (GAZETA DA TARDE, 05/10/1898).

Os assassinatos foram resultado do cumprimento do dever patriótico do Exército Brasileiro, que esmagou “para sempre assertiva venenosa, a hidra do fanatismo bárbaro, junto à exploração bastarda do partidarismo reacionário, que cumpriu sem reboços e sem medo, altivamente, dignificadamente”. (GAZETA DA TARDE, 05/10/1898). Esse é o pensamento de parte da elite brasileira e será constatado em todos os movimentos sociais que foram debelados pelo governo.

O Jornal fez questão de exaltar o General Arthur Oscar, comandante da quarta expedição, bastante criticado, quando das denúncias que foram publicadas contra ele na imprensa nacional. Lembramos que Oscar autorizava a famosa “gravata vermelha”, morte por degola, de muitos conselheiristas, mesmo após a rendição.

As pedradas não atingiram o alvo, e a sua individualidade altaneira ficou sempre a cavaleiro, ficou sempre de pé, inabalável e firme com um momento e nilótico, sereno e digno, destemido e calmo. Glória, pois, para a ele, que

esmagou a rena pavorosa do maragatismo⁶⁰. (GAZETA DA TARDE, 05/10/1898).

Por sua vez, *A Cidade* disse que completava naquele dia um ano em que a legalidade fez voltar a integridade da República, um pedaço da Bahia, pois devido a um fanático, houve uma revolta contra a mãe pátria. Para o articulista, o que foi a luta de Canudos, ainda, seria impresso na memória de todos.

Muito sangue de heróis, muitas vidas preciosas que foram ali regar os nosso dos Campos sertanejos, mas essas vidas e sangue derramado hão de fazer eternamente desaparecer o estupendo fanatismo daquelas plagas onde o nome da república ecoará de quebram em quebra, fazendo a magnífica apoteose do exército brasileiro. Naqueles serros alterosos, naquelas quebradas abruptas que de heroísmos, não se deram que glórias foram conquistadas! Nem a fome, nem a bala fratricida inesperada fizeram inutilizar as nossas falanges patrióticas que ali naqueles inóspitos campos plantaram a liberdade e à justiça, fazendo voltar à pátria estremecida uma grande parte do torrão natal. (A CIDADE, 05/10/1897).

Ao Exército e ao general Arthur Oscar, o jornal rendeu homenagens, não rememorando nenhuma crítica feita a ele após o término do conflito e divulgadas por alguns órgãos de imprensa em Pernambuco.

Na coluna “revista diária”, o *Diário de Pernambuco*, do dia 06 de outubro, também lembrou a vitória das forças legais sobre os conselheiristas, dando conhecimento de uma parada militar ocorrida pelas principais ruas do Recife em comemoração ao feito, no dia anterior. Da mesma forma, o *Jornal do Recife*, no mesmo dia, fez publicar o que ele chamou de passeio militar, sob o comando do General Arthur Oscar, ao som de músicas “com a melhor ordem e disciplina”.

Como citamos anteriormente, o *Gazeta da Tarde* foi o que mais deu espaço para as comemorações de um ano sobre a vitória das forças legais contra Canudos. Nos dias 06 e 07 de outubro, o periódico destacou as homenagens que o General Arthur Oscar recebeu, bem como os telegramas enviados ao comandante, o desfile ocorrido, entre outros acontecimentos.

⁶⁰ O maragatismo é uma denominação pejorativa para os participantes da revolução no Rio Grande do Sul em 1893.

O jornal era oposição ao governo de Prudente de Moraes, então presidente da República, que encerraria o mandato no dia 15 de novembro daquele ano; por isso, fez publicar a seguinte poesia, faltando cerca de oito dias para o mandatário deixar o cargo.

Contando...

Só faltam 8, Prudente,
Prudente, só faltam oito;
fa-ze de amigo parente
É parte tem biscoito.

Quem dera que dissesse,
Que eu dissesse, que alegria!
Prudente! Prudente! desse,
Eis que enfim chegou teu dia. (GAZETA DA TARDE, 07/101/1898).

Em 16 de novembro, o *Gazeta se* lembrou de uma ordem do dia, do comandante do Segundo Distrito Militar, general Arthur Oscar, em comemoração ao nono aniversário da República. Mais uma vez, ficava demonstrada, explicitamente, o apoio desse jornal ao comandante da quarta expedição contra Canudos, que, até aquela presente data, não tinha recebido a promoção para o posto maior das Forças Armadas, devido ao feito em Canudos. Por causa de divergências políticas, a solicitação de promoção não foi atendida pelo Presidente da República.

Em 1899, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Recife* voltaram a lembrar a data da tomada de Canudos. Na sessão “revista diária”, o *Diário de Pernambuco* informou que as forças estaduais iriam fazer um passeio pela cidade sob o comando do Coronel Serra Martins, alusivo ao dia da vitória. Por sua vez o *Jornal do Recife*, no mesmo dia 05 de outubro, também publicou, em duas sessões, notícias sobre o passeio militar. Em 06 de outubro, o *Jornal do Recife* informou aos seus leitores que “não passou despercebido entre nós segundo o aniversário da tomada de Canudos, onde os fanáticos auxiliados pelos inimigos da república se acastelaram com um louco proposto de derrocar as instituições do país.” A notícia faz um relato das comemorações ocorridas no Recife e afirma que “as ruas por onde desfilaram as tropas achavam-se juncada de povo. Eis como nesta capital foi comemorado o brilhante feito dos civis dos defensores da república”. O *Diário de Pernambuco* também fez um breve relato do ocorrido no dia anterior.

Entre os anos de 1900 e 1902, não registramos mais notícias especificamente sobre Canudos nos principais jornais publicados no Recife. Parecia que o evento estaria sendo, aos poucos,

esquecido pela imprensa. Mas, na véspera do Natal de 1902, o *Diário de Pernambuco* estampou uma notícia, dando publicidade ao lançamento do livro de Euclides da Cunha “Os Sertões”, revivendo, então, a temática, que ficara sem lembranças por dois anos.

O periódico afirmou que é um livro superior, erudito e de escritos cheios de observação. Apesar de ter setecentas páginas, o jornalista enuncia que seu tamanho pode parecer que será uma obra de pequenos pormenores, mas não é. “É, primeiro, a descrição do interior do nosso país. E o interior do nosso país figura entre as regiões que mais desconhecemos.” (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 24/12/1902). Essa opinião corrobora com o que estamos mostrando nesta tese: a descrição do outro por ouvir falar ou, até mesmo, apoiada nas teorias racialistas. Nesse sentido, observamos como se coloca a psicologia do sertanejo, com seu meio, seu modo de viver, dos cruzamentos de que ele proveio, até à sua mentalidade, inteligência, sentimento e vontade. Woitowicz (2015, p. 135) salienta que essas narrativas vão “formando opiniões, registrando combates e incitando decisões de interesse público; o jornalismo interfere no cotidiano e não apenas escreve, mas também lê, complementa e movimenta a realidade, oferecendo e construindo sentidos na história.

Baseando-se na leitura do livro, pela primeira vez, o *Diário de Pernambuco* admite que o conflito no sertão não foi por causa de um movimento político, como estava estampado nos editoriais daquele fatídico ano, em referência às acusações de que Canudos queria restaurar à Monarquia:

Depois de ter exposto o que eram os jagunços e mostrando assim que a empresa do conselheiro não foi um movimento político e, assim, uma das numerosas prédicas místicas que, a todo momento nascem e se extinguem nem sertões, o autor nos pinta a campanha de canudos. As páginas que ele escreveu a esse respeito são maravilhosas. Leia-se febrilmente, com tristeza o com indignação, mas lêem-se de um jacto. A gente sente, vê, houve... (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 24/12/1902).

Além de essa assertiva sobre Canudos não ter a influência partidária monarquista, o jornalista apresentou a visão euclidiana de que a campanha foi um crime e afirma que “os incidentes que narra, quase sempre dolorosos e trágicos, levantam a indignação tumultuosamente dentro de nós.” (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 24/12/1902). Estaria um jornal fazendo meia culpa por causa das denúncias que foram ignoradas por esse órgão de imprensa na época?

A matéria assinada por J. Santos reproduz várias citações do livro, para comprovar o que foi o fatídico evento do sertão baiano, que, ainda, estava por ser narrado em outras obras, especialmente por militares que participaram do conflito. A voz do vencedor foi uma tônica nessas obras que foram publicadas depois do evento. Pouco caso se fez ante as denúncias, que iam sendo publicadas, mesmo as que foram apresentadas no livro de Euclides da Cunha. O sangue derramado foi imenso, mas...

Canudos não se rendeu. Morreram todos os seus defensores-todos, até os últimos, que de dentro de uma grande cova atiravam há ainda contra as forças regulares. Ali mesmo ficavam. O sangue derramado foi imenso. Até os parlamentares, que se entregaram confiantes, foram degolados ou estripados! É com razão que o autor, denunciando esse triste fato, se abstenha de comentá-lo. [...] O livro extraordinário do Sr. Euclides da Cunha ficará como uma página da história, como uma lição e, infelizmente, como um remorso. (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 24/12/1902).

Já que mencionamos a imagem que Euclides da Cunha tinha sobre o sertão, vale a pena escrever alguns parágrafos sobre o tratamento que a imprensa de Pernambuco deu a esse escritor, um dos grandes representantes na interpretação de Canudos por mais de cinquenta anos, conforme lembrado anteriormente nesta tese. Cunha sempre foi uma referência quando o assunto era o conflito sertanejo, especialmente quando existiam menções à sua obra “Os Sertões”. Não queremos, nesta parte do capítulo, louvar Euclides; temos ciência de suas contradições, mas vale a pena acompanhar a narrativa dos articulistas sobre esse grande literata.

A *Província* escreveu sobre “Os Sertões” em fevereiro de 1903, numa coluna titulada “Crônica”. O texto elogiava a obra, dizendo que era um estudo da terra, do ar, da flora e a potamografia do centro do Brasil, com especial relevo para o interior da Bahia. Seguindo a mesma linha de discurso do artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, o jornal afirmou que Euclides não se ocupou apenas em tomar nota dos combates e das cifras de feridos em mortos, dando conta também da terra, dos seus acidentes, dos seus fenômenos e do homem do sertão,

tipo ainda primitivo, rude, cheio de credices, supersticioso e boçal, atirado de repente, face a face, contra a civilização das cidades, das grandes metrópoles da beira mar, numa luta ferrenha e titânica, feroz e sanguinolenta, na qual, se foi vencido, traçou bem funda a sua heroicidade e o seu estoicismo, em páginas terríveis de terribilíssimas pugnas. (A PROVÍNCIA, 01/03/1903).

O dito sobre o sertanejo se repete, atribuindo características há tempo utilizadas ao longo dos anos, desde que ocorreu o conflito no sertão. Woitowicz (2015, p. 101) lembra esse “processo

que funciona como elemento fundamental na representação e na reprodução dos consensos resultantes das produções discursivas repercutidas no jornal, construindo um sentido ‘natural’ para a imagem negativizada do sertanejo ao longo da história”. O jornal teceu ainda elogios à forma como foi escrito o livro, apresentando as quatro expedições contra Canudos e destacando a importância de alguns personagens da história, tanto do lado dos militares, quanto dos conselheiristas.

No dia 17 de junho de 1903, o mesmo jornal divulgava que foi eleito por unanimidade, sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Euclides da Cunha. A proposta, segundo o periódico, foi apresentada por um grupo de sócios, e o relator da comissão de sindicância, foi Afonso Celso⁶¹ que deu o seguinte parecer sobre a indicação:

Para dizer condignamente dos Sertões, de Euclides da Cunha, fora mister escrever longo e erudito estudo. Na impossibilidade de fazê-lo, limitamos-vos a assinalar que o aparecimento dessa obra produziu insólita sensação. Acolheu-a a imprensa com desusado entusiasmo. Aplaudiram-na, aclamaram-na, os mais severos críticos. Em breve período, esgotou-se a primeira edição. De um relance, conquistou o autor desconhecido até a véspera, lugar de primazia entre os escritores nacionais. [...] Provém o valor científico de amplos tratados geológicos, etnológicos, geográficos, psicológicos, que reúne, acerca de vasta zona do nosso país. O valor histórico está em que constitui minuciosa e interessantíssima crônica das trágicas campanhas de Canudos. Quanto ao valor moral, que sobrepuja os mais, deriva da imparcialidade, da independência, de elevação com que são aí julgados homens e fatos, verberando-se temidos potentados exaltando-se as vítimas obscuras. Em não raros trechos, Sertões apresenta o folego de soberba epopeia. Assiste a Euclides da Cunha pleno direito de ser recebido em o nosso grêmio. (A PROVÍNCIA, 17/06/1903).

⁶¹ Afonso Celso (Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior), natural de Ouro Preto, MG, nasceu em 31 de março de 1860 e veio a falecer no Rio de Janeiro, RJ, a 11 de julho de 1938. Filho do Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros do Império, e de D. Francisca de Paula Martins de Toledo, é um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892, na qualidade de sócio efetivo, tendo posteriormente sido elevado a honorário em 1913 e a grande benemérito em 1917. Com a morte do Barão do Rio Branco, em 1912, foi eleito presidente perpétuo dessa instituição, de 1912 a 1938. Coube-lhe a incumbência de presidir à instalação da entidade em uma das alas do Silogeu Brasileiro, localizada na esquina das Ruas Augusto Severo e Teixeira de Freitas. De sua vasta obra merecem especial destaque os seguintes livros: *Oito anos de Parlamento, Por que me ufano de meu país* - título que gerou críticas e elogios e a popularidade da expressão “ufanismo”, de uso até os nossos dias - *Segredo conjugal, O Imperador no exílio, O assassinato do coronel Gentil de Castro, Rimas de outrora, Minha filha, Vultos e fatos, Um invejado, Lupe, Giovanina*. Informação retirada do site: <https://www.academia.org.br/academicos/afonso-celso/biografia>

Euclides, ao trazer de volta a memória de Canudos em sua obra, conseguiu tornar-se candidato a ingressar em Institutos e Academias Literárias, contribuindo, assim, com sua fama e especialmente com a sua narrativa, quase hegemônica, sobre o conflito do sertão nordestino. Ainda em 1903, o *Diário de Pernambuco*, no dia 17 de junho, anunciava que a “Casa Laemmer & C”, do Rio de Janeiro, acabara de publicar a segunda edição do livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha. A obra estava em plena ascensão.

Em 1904, duas notícias, sobre o literato, chamaram a atenção da imprensa de Pernambuco. A primeira, publicada pelo jornal *A Província*, reproduzia um artigo de Euclides, motivado por uma expedição inglesa ao Tibet, sob o título “Transpondo o Himalaya”. A segunda informação, publicada no dia 20 de dezembro, anunciava que ele visitou a redação desse mesmo jornal, quando estava de passagem para o Acre, vindo do Rio de Janeiro, pois era chefe de uma comissão do governo federal naquele Estado do Norte⁶².

No início de 1905, *A Província* reproduziu um artigo jornal *Estado de São Paulo*, escrito por Oliveira Lima⁶³, fazendo críticas a Recife, comparando-o com Olinda, resultado de um relato da visita que Euclides da Cunha fez a esse lugar, convidado por aquela literata para um passeio na cidade. O próprio título da matéria já sugere a apreciação crítica: “Recife decadente”. O autor diz que ele junto com Alfredo Carvalho⁶⁴ mostravam Olinda a Cunha, que ficou encantado com o cenário arquitetônico da cidade.

⁶² “Euclides fora nomeado pelo barão do Rio Branco para fazer o levantamento cartográfico das cabeceiras do rio Purus, local de conflitos envolvendo caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros. O reconhecimento hidrográfico permitiria ao barão, ministro das relações exteriores, resolver as pendências de fronteira com o país vizinho, no que obteve êxito em 1909. Euclides da Cunha, juntamente com outras figuras letradas ilustres, frequentava o círculo literário do barão e, como aponta Nicolau Sevcenko, após o desencantamento com a república, o autor de *Os sertões* inclinou-se na direção dos “grandes homens”, dotados de energia e capacidade intelectual para conduzir a nação. O barão do Rio Branco, para Euclides, tinha esses requisitos, fator que contribuiu para a aproximação dos dois.” RIBEIRO, Fabrício Leonardo. *Cartas da Selva: Algumas impressões de Euclides da Cunha acerca da Amazônia*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 44, p. 147-162, 2006. Editora UFPR.

⁶³ Oliveira Lima (Manuel de Oliveira Lima), um dos mais notáveis historiadores brasileiros nasceu na capital de Pernambuco em 25 de dezembro de 1867, filho de Luís de Oliveira Lima e Maria Benedita de Oliveira Lima. Faleceu em Washington (Estados Unidos da América), em 24 de março de 1928. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, foi educado em Lisboa desde a mocidade. A atividade literária de Oliveira Lima se estendia à colaboração em jornais de Pernambuco e de São Paulo, dando margem à publicação de *Pan-Americanismo* e *Coisas Diplomáticas*. Informação retirada do site: <https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>

⁶⁴ Alfredo de Carvalho nasceu no dia 27 de junho de 1870, na cidade do Recife, Pernambuco, filho de Thomaz Ferreira de Carvalho e Julieta Cristina de Carvalho. Participou de diversas entidades literárias e científicas, entre as quais a Academia Pernambucana de Letras, da qual foi presidente; do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; da Academia Cearense; dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia e do Rio Grande do Norte; do Centro de Ciências, Artes e Letras de Campinas, SP; da *National Geographical Society* e

Se Euclides da Cunha passou por Recife quando ia para Manaus, também no retorno, a capital pernambucana foi seu ponto de parada. No final de 1905, os jornais registraram a sua presença na Veneza brasileira. “À sua passagem por esta capital, o *Cenáculo* Silveira oferecerá ao festejado autor d’Os Sertões um almoço íntimo, que se realizará no Grande Hotel Internacional.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/12/1905). Nessa passagem, Cunha recebeu muitas homenagens dos pernambucanos: “O sr. Regueira Costa, presidente do Instituto Arqueológico, nomeou uma comissão composta dos drs. Pereira Costa, Arthur Muniz e Pedro Celso, para representar aquela associação no desembarque do dr. Euclides da Cunha, em sua passagem para o sul da União”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/12/1905).

O *Diário de Pernambuco*, nos dias 27 e 28 de dezembro daquele ano, também publicou as homenagens recebidas por Euclides em Recife. A notícia dizia que, ao aportar na capital, o paquete que trazia o escritor, foram recebê-lo Phaleante da Câmara, Aprígio Garcia, Adelino Filho e Pereira da Costa, este último representando o Instituto Arqueológico e Geográfico. “Depois de percorrer alguns pontos da cidade, o dr Euclides da Cunha dirigiu-se à residência do dr. Phaleante da Câmara onde lhe foi servida e aos companheiros ligeira refeição. Pelas 11 horas, realizou-se, no grande hotel Internacional, na Estância, o almoço oferecido pelo *Cenáculo*”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/12/1905). Depois do almoço, Euclides da Cunha se dirigiu à sede do Instituto Arqueológico, que, em sessão especial, conferiu ao literata um diploma de sócio-honorário. Após o evento, o escritor visitou a sede de alguns jornais de Recife, dentre eles, o *Diário de Pernambuco*, que não deixou de registrar como estava a aparência física do escritor: “O ilustre engenheiro, embora apresente regular aparência, veio atacado de impaludismo e ontem mesmo teve um dos acessos febris.”

No início de 1906, o *Jornal do Recife* publicou longa entrevista de Euclides da Cunha acerca do trabalho que ele vinha desenvolvendo na Amazônia. E em dezembro desse mesmo ano, o *Diário de Pernambuco*, transcrevendo a informação do *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, dá a conhecer como foi a posse de Cunha na Academia Brasileira de Letras. A informação é cheia de detalhes sobre o transcurso do evento, especialmente a postura do homenageado quando subiu à tribuna para fazer seu discurso:

da *Anthropological Society*, ambas com sede em Washington, nos Estados Unidos. Informação retirada do site: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=338.b

Estava pálido e tinha como que torcido entre os dedos o original do seu primoroso discurso. Começou a falar. O sr. Euclides Cunha, admirável pensador num estilista de raro valor, é, entretanto, muito pouco orador. Parte do seu discurso de qual alguns períodos tinham o ressoar do bronze e a vibração sonora dos cristais – não foi ouvida. O orador falava baixo, afogando as frases num gesto rápido que lhe restringia o ambiente. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/12/1906).

A matéria não se deteve ao discurso de Euclides, apenas citando que ele tinha escolhido analisar as obras de Valentim Magalhães⁶⁵. Observamos que o jornal deu mais atenção ao discurso de Sylvio Romero⁶⁶, que tinha “uma voz de metralhadora, estalada e ácida”. Este literata, sim, recebeu mais elogios do jornalista; acreditamos que pelo teor da abordagem crítica ao personagem que Euclides resolveu escolher para discursar.

⁶⁵ Valentim Magalhães (Antônio Valentim da Costa Magalhães), jornalista, contista, romancista e poeta, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de janeiro de 1859 e faleceu, na mesma cidade, em 17 de maio de 1903. Foi estudar Direito em São Paulo, e aí teve início sua vida agitada de escritor, boêmio e jornalista. Colega de Silva Jardim, Raimundo Correia, Raul Pompeia, Luís Murat e Luís Gama, cedo começou a escrever poesia. Publicou seu primeiro livro, *Cantos e lutas*, ainda em São Paulo. De volta ao Rio, já formado, ingressou no jornalismo. Dirigiu *A Semana*, que se tornou o baluarte literário dos jovens de então. Além de literatura, esse periódico fazia propaganda da Abolição e da República. Quase todos os que, mais tarde, teriam algum papel nas letras brasileiras - e que então começavam - colaboraram em *A Semana*. Dedicando-se à poesia, ao conto, à crônica, ao romance, ao teatro, o que Valentim Magalhães fez, de fato, foi divulgar os novos pelo país. Muito atacado, e muito defendido também, participou de inúmeras polêmicas, o que, em geral, prejudicou sua própria produção literária, no desejo de defender os outros. Instituiu, em *A Semana*, uma “Galeria de Elogio Mútuo”, em que amigos íntimos escreviam uns sobre os outros. Informação retirada do site: <https://www.academia.org.br/academicos/valentim-magalhaes/biografia>

⁶⁶ Sílvio Romero (Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa. Estava no 2º. ano de Direito quando começou a sua atuação jornalística na imprensa pernambucana, publicando a monografia “A poesia contemporânea e a sua intuição naturalista”. Desde então, manteve a colaboração, ora como ensaísta e crítico, ora como poeta, nas folhas recifenses, entre elas *A Crença*, que ele próprio dirigia juntamente com Celso de Magalhães, o *Americano*, o *Correio de Pernambucano*, o *Diário de Pernambuco*, o *Movimento*, o *Jornal do Recife*, *A República* e *O Liberal*. Atraído pela política, elegeu-se deputado à Assembleia provincial de Sergipe, em 1874, mas renunciou, logo depois, à cadeira. Regressou ao Recife para tentar fazer-se professor de Filosofia no Colégio das Artes. Realizou-se o concurso no ano seguinte e ele foi classificado em primeiro lugar, mas a Congregação resolveu anular o concurso. A seguir, defendeu tese para conquistar o grau de doutor. Nesse concurso Sílvio Romero se ergueu contra a Congregação da Faculdade de Direito do Recife, afirmando que “a metafísica estava morta” e discutindo, com grande vantagem, com professores como Tavares Belfort e Coelho Rodrigues. Abandonou a sala da Faculdade; foi então submetido a processo pela Congregação, atraindo para si a atenção dos intelectuais da época. Sílvio Romero foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se, sobretudo, com o levantamento sociológico em torno de autor e obra. Sua força estava nas ideias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo. Inepto para a apreensão estética da arte literária, limitou-a a seus aspectos sociológicos, no que, a bem da verdade, fez escola no Brasil. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. Informação retirada do site: <https://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>

Em 1908, registramos a passagem do Euclides da Cunha por Recife novamente, quando veio participar da posse de Pereira da Costa⁶⁷ no Instituto Histórico e Geográfico. Porém, foi em 1909, que muitas publicações tomaram conta da imprensa pernambucana – por que não dizer do Brasil inteiro - em decorrência do assassinato do autor d’ “Os Sertões”, que aconteceu no dia 15 de agosto, sendo divulgado em Pernambuco apenas no dia 17. Destacamos algumas frases utilizadas pelos jornais neste Estado quando foi anunciado o trágico acontecimento:

Emocionante desgraça acaba de enlutar aqui toda a sociedade, enchendo de mágoa especialmente o mundo literário. (A PROVÍNCIA).

O assassinato do dr. Euclides da Cunha impressionou vivamente o espírito público. Em todas as rodas comenta-se a tenebrosa tragédia que ocasionou a perda irreparável do glorioso homem de letras. (JORNAL DO RECIFE).

A cidade está envolvida em consternação pelo assassinato do grande escritor brasileiro membro da academia de letras. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO).

A notícia da morte de Euclides da Cunha, realmente, pegou todos de surpresa. Os jornais reproduziam as notícias que chegavam do Rio de Janeiro em suas colunas nominadas “Telegramas”. O literata tinha sido assassinado por um primo de sua mulher, que, depois no decorrer das investigações, descobriu-se que era seu amante. Segundo as narrativas da imprensa, Euclides foi em busca da mulher na casa onde morava o assassino, tiveram uma discussão, houve troca de tiros e ele levou a pior, sendo atingido por quatro balas e vindo a falecer no local.

Três jornais em Pernambuco publicaram editoriais a respeito da morte de Euclides. O primeiro foi o *Diário de Pernambuco* no dia 17 de agosto, afirmando que estava se extinguindo uma das figuras mais iminentes da intelectualidade brasileira. Os elogios se faziam em função da escrita

⁶⁷ Pereira da Costa foi historiador, folclorista e escritor. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 20 de maio de 1891. Em 15 de dezembro de 1900, Pereira Costa ingressa na política sendo eleito pela primeira vez deputado estadual do 2º distrito, cargo que ocupou por oito legislaturas, vindo a falecer ainda no cargo em 21 de novembro de 1923. Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, recebeu o título de Sócio Benemérito. Segundo ele, o Instituto Arqueológico foi a sua escola, a sua tenda de trabalho onde encontrou grandes mestres. Pereira da Costa é autor de obras indispensáveis para o conhecimento da história e da cultura pernambucana. O folclore, o vocabulário, os heróis - tudo o que diz respeito ao estado foi pesquisado pelo autor. Como escritor, publicou 192 trabalhos, entre livros, periódicos e artigos. Os “Anais Pernambucanos”, sua obra principal, foi publicada em 1951 e conta com cerca de cinco mil páginas que narram a história pernambucana de 1493 a 1850. Outras obras também tiveram grande destaque, como Folk-Lore Pernambucano, editado em 1974, e Vocábulo Pernambucano, de 1976. "Enciclopédia Brasileira" (1889); "Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres". Informação retirada do site: <http://www.liber.ufpe.br/pc2/quem.jsp>

de “Os Sertões”, que para o jornal tinha infundido ritmos novos à língua portuguesa e aberto uma cortina da nacionalidade, até então desconhecida, daqueles que viviam distante dos sertões.

O aparecimento de Euclides da Cunha nas letras brasileiras revelou ao Brasil uma das suas forças, e dá orientação de sua arte viva a parte mais poderosa é aquela pela qual procura tornar conhecido o Brasil dos brasileiros de sua verdadeira nacionalidade, mostrando-lhe a sua terra, a sua população, definindo-a nos seus característicos, o anfiteatro das suas lutas nas páginas iluminadas dos Sertões. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/08/1909).

Segundo o editorialista, nunca na história literária tinha se registrado uma grande revolução, como a que sucedeu com o aparecimento do seu livro, que, pela primeira vez, poderia ser citada com orgulho, de ser uma obra-prima verdadeiramente nacional.

E foi com esse artista genial, o restaurador das nossas letras que uma morte sanguinolenta e trágica veio roubar a pátria brasileira! Ao choque dessa imprevista catástrofe, ela se curva entre lágrimas, chorando uma das suas glórias mais puras, mais límpidas, mais autênticas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/08/1909).

Por sua vez, o *Jornal do Recife* titulou seu editorial de “O grande morto”. Para esse periódico, antes de “Os Sertões”, o que o Brasil possuía em termos de sua história, do seu povo e de sua terra, eram aleatórios, fragmentários e inodores, mas a grande obra do seu autor poderia ser comparada com “Os Lusíadas”:

Em suma como Portugal teve os Lusíadas, nós tivemos o monumento epopeico, que será sempre a nossa honra e o nosso orgulho. Com efeito, mesmo que em dia, fossemos sepultados no mapa das nacionalidades, o nosso nome sobreleva nele ao revés, como o grego na Ilíada. (JORNAL DO RECIFE, 17/08/1909).

Diferente do *Diário de Pernambuco*, que citou em seu editorial apenas “Os Sertões”, o *Jornal do Recife* lembrou outras obras do escritor: “Contrastes e Confrontos” e “Peru versus Bolívia”, que revelavam pujança imprevista, numa beleza mágica de estilo de humorista em lances miraculosos.

Ah! Não vale indagar o como a estúpida morte destruidora chamou o seu triste seio o imenso espírito de Euclides. O certo é que sofremos tanto com isto como se no ferisse a retaliação do nosso território; porque foi um grande pedaço do Brasil o que a voragem devorou. Pobre e formidando Euclides da Cunha. (JORNAL DO RECIFE, 17/08/1909).

A Província, em sua coluna “Estudos e Opiniões”, tituló seu editorial de “Euclides da Cunha”, assinada por Gaspar Uchoa. Ele utilizou uma linguagem rebuscada, tentando se aproximar do estilo de escrever euclidiano. Referindo-se à sua morte, o editorialista falou da dor irreparável, da angústia infernal de um pesadelo multiforme, dantesco e pavoroso: “O desenlace funesto da vida de Cunha, por mais trágico que fosse, assinalou uma estrela que se extinguiu, mas cuja luz não desaparecerá, enquanto o infinito do espaço, em que giram os sistemas planetários, se medir pela eternidade do movimento”. (A PROVÍNCIA, 18/08/1909).

Para Uchoa, a obra “Os Sertões” servira de referência para falar de Euclides, poeta genial, que tinha celebrado a história do povo brasileiro, estertor de uma raça, que foi e ainda é o cerne da nacionalidade, ao narrar o desfecho macabro da guerra sertaneja.

Óh! Não perguntemos ao grande morto motivo terrível que o despenhou no abismo, sem azo para o arrependimento... Perdoamo-lo. espalhem sobre a sua cova ainda aberta, as flores intemeratas, imarcescíveis de nossa indefesa admiração... o impulso que me arrasta agora para o sofrimento é o mesmo que eu levo para a morte! (A PROVÍNCIA, 18/08/1909).

Os jornais, durante os meses de agosto e setembro, continuaram a publicar notícias do Rio de Janeiro acerca do inquérito que apurava o assassinato de Euclides da Cunha. Causou, conforme observamos, uma certa estranheza e indignação aos jornais o fato de o literata ter sido traído pela esposa e não faltaram adjetivos pejorativos em relação à conduta de sua consorte.

O *Diário de Pernambuco* publicou um texto longo sobre o assassinato de Euclides, no dia 20 de agosto daquele ano, assinado por Antônio Salles, demonstrando a insatisfação quando a perda de um grande escritor. Mais uma vez, foi recordado “Os Sertões”, “uma obra assombrosa, um sucesso de crítica e de livraria, fenômeno quase único neste meio em que a leitura é apenas o passatempo de alguns maníacos.” Salles destacou o carácter científico da obra escrita, sendo esse fator a causa de um “milagre”, “cujo estilo guindado e difícil para o leitor comum e cuja extensão material deveria condená-lo a um limitado sucesso de estima. É talvez o primeiro caso de uma reputação que, em nosso meio, se tenha formado com um só livro.”

Antônio Salles também lembrou outras obras de Euclides, já citadas por outros editoriais, inclusive, mencionando a que ficou no prelo, “à margem da história”, publicada ainda em 1909, como obra póstuma. Ele disse que nunca foi íntimo de Euclides e achava-o tímido e desconfiado. “Caboclo com pouca mescla, ele tinha natureza arisca da gente de sua raça.

Ademais, era um neurastênico, sempre impaciente agitado, incomodado com o seu renome e tratando sempre de fugir a qualquer prova de admiração.” (SALLES apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/08/1909).

Apesar dessas considerações, Salles afirmava que, na plena intimidade de Euclides, ele era exuberante de ternura e capaz de extremas dedicações. Seus amigos o chamavam de bárbaro e parece que ele sentia prazer em atravessar a sociedade com a sua aparente rudeza de que, interiormente, guardava pérolas.

Em seu rosto magro, muito Moreno e seco, dominado por um nariz grande e agudo, faiscavam os olhos de sonhador, um tanto tristes, a primeira vista parecendo hostis. Triste também ou apenas recolhida era a expressão de sua fisionomia. Ha semblantes que parecem tristes destes que não sorriem. O de Euclides como que denotava sempre uma concentração de pensamento ou de sentimento. Alguns achavam triste, outros carrancudo. Mas quando sorria, toda a sua imensa bondade o iluminava com um clarão de afeto que o tornava adorado dos seus íntimos. Escrevendo essa palavra, é tempo de pôr um ponto a essas linhas - ou pelo menos uma reticências.... (SALLES apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/08/1909).

O ano de 1909, realmente, foi dedicado a Euclides da Cunha. Foram muitas as informações publicadas em Pernambuco a respeito desse escritor. Canudos em “Os Sertões” era revisitado, memória que teimava em continuar, mesmo que fosse pela via do trágico assassinato. Talvez a sua história se cruzasse com a de Antônio Vicente Mendes Maciel, que também foi traído pela sua primeira esposa, tendo aí uma diferença fundamental: Conselheiro resignou-se ante a traição, Euclides se destemperou, não aceitou e acabou morrendo.

Euclides teve o privilégio de contar a história de Conselheiro, sua peregrinação, seus ensinamentos e sua morte, numa magnífica obra, e o beato sertanejo, com a morte trágica do seu literata, passou a ser mais revisitado, como se tivesse “condenado” a ser conhecido na memória perpetuada dessa guerra trágica que abalou a história da República Brasileira. Olhando para esses dois personagens, não poderíamos deixar uma pergunta sem resposta: Qual desses dois foi, realmente, um grande homem às avessas? A história não sei se dirá.

Mas retomemos às lembranças sobre Canudos e voltemos a 1903, constatando que não passou despercebida a morte do General Arthur Oscar, que encerrou seu ciclo de vida sem a esperada promoção a Marechal. Sua conduta na Guerra de Canudos, deixando o Presidente da República sem informações ou enviando os telegramas do teatro das operações, após distribuir para a

imprensa em Pernambuco, deve ter sido o motivo do seu desprestígio. Pelo que ele representou para Recife na Guerra de Canudos, entendemos que os jornais deram pouco espaço para noticiar seu falecimento. “Rio, 30 de junho. A vítima de um cancro na laringe faleceu ontem às 8h da noite o general Arthur Oscar.” (JORNAL DO RECIFE, 01/07/1903). A notícia ressaltou que o General era um dos mais queridos oficiais do Exército Brasileiro e não publicou outras informações.

O *Diário de Pernambuco*, também no dia 01 de julho, na sessão de desaparecidos, noticiou a morte de Oscar:

O telegrafo nos anuncia o falecimento ocorrido ontem no Rio de Janeiro do general de divisão Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Era o morto um militar brioso e distinto. A fatalidade o acolhe em plena madureza de sua inteligência de seu labor. Quando maiores e mais relevantes serviços podia prestar ao país.

O jornal publicou sua biografia, mas não encontramos, posteriormente, nenhuma informação sobre seu funeral. A missa de sétimo dia do seu falecimento foi noticiada pelo *Jornal do Recife* no dia 02 de julho:

Iniciativa do ilustre Sr. tenente coronel Dr. José de Miranda Curió, celebra-se hoje, às oito e meia horas da manhã, na matriz de santo Antônio missas comemorativas do sétimo dia do passamento do desditoso general Arthur Oscar. Durante a cerimônia religiosa executarão peças fúnebres as bandas de música dos três batalhões de infantaria do exército estacionados nesta capital. Também na matriz da Boa Vista, reza-se missas hoje, às 8h, por alma do pranteado general, mandadas celebrar pela família do finado coronel Manuel Anselmo pereira Guimarães.

Artur Oscar nascera no dia 03 de maio de 1850 e morreu jovem, ocupando o cargo de intendente geral da guerra e, como afirmamos anteriormente, não conseguiu sua promoção pós-guerra, concedida, geralmente, para comandantes vencedores.

Nesse ano de 1903, no mês de outubro, no dia 06, novamente a vitória sobre os conselheiristas foi lembrada. O *Jornal do Recife*, na sessão “Gazetilhas”, publicou as comemorações alusivas ao sexto aniversário da batalha decisiva contra Canudos. No período da tarde, no dia 05, houve uma formatura das forças federais e, à noite, “retreta em frente à casa de residência do senhor general Serra Martins, que recebeu muitos cumprimentos, pela brilhante data”. Por sua vez, o *Diário de Pernambuco*, no mesmo dia, praticamente reproduziu a matéria veiculada do

concorrente, dando conta das comemorações do sexto aniversário da tomada do reduto de Canudos pelas forças legais.

Depois de 1903, notícias, lembrando a Guerra de Canudos, apareceram nos jornais apenas em 1912. Talvez porque esse foi o ano de outro grande evento social religioso, a Guerra do Contestado, que ocorreu no sul do país. Registramos uma extensa matéria assinada por Euzébio de Souza, sócio correspondente da Sociedade de Geografia e História do Ceará, dedicada ao General Dantas Barreto, por ocasião da divulgação do livro “Destrução de Canudos”, impresso pelo *Jornal do Recife*, onde a vida de Antônio Conselheiro foi retratada.

A síntese retoma um enxerto de Euclides da Cunha, já apresentado neste capítulo, fazendo uma longa descrição da vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, relatando novidades em relação ao líder dos conselheiristas, citando documentos antigos, do ano de 1871, tais como sentenças, certidões e autos de penhoras envolvendo a família dos Macieis. Euzébio de Souza, em sua narrativa, não se afasta dos discursos apresentados anteriormente sobre seu biografado. Repete algumas considerações habituais dos que escreveram sobre Canudos e, especialmente, sobre Conselheiro. Como causa principal da opção em viver como peregrino, o autor apontou sua separação matrimonial:

A sua vida cerca-a de episódios os mais interessantes, de lendas das mais irrisórias, justificativas todos de transformação, que influíra no caráter de *Conselheiro*, mas nenhum fato contribui tanto para o seu desvio, arraigando-se em seu eu, em luta com a barreira que se lhe deparara, após um ‘enlace nefasto’, que a demanda intentada, afrontando-o a sociedade, ele que se sente sempre com energia para rebater as más ações, ‘aparelhado de sentimentos dignos’. (SOUZA apud JORNAL DO RECIFE, 24/07/1912, grifo do autor).

O correspondente, julgando sua informação como valiosa, pois, até aquela data, a vida de Antônio Conselheiro era desconhecida, destaca a sua passagem, como funcionário público, pela terra de nascimento do beato, e traz à tona novas informações para, assim, colaborar, segundo ele, com as já citadas por Euclides da Cunha em seu livro “Os Sertões”:

Quis o destino que estivéssemos de residência temporária na decantada terra do seu nascimento, por força de uma função pública, e ter ainda a suprema ventura de, três lustros após a época em que ele mais refletiu, como chefe das lutas sangrentas desenroladas nos sertões do estado da Bahia, conhecidas pela guerra de canudos, nas pesquisas de um cartório, encontrar base do ressurgimento do episódio de sua vida, ignorada pelo seu historiadores - uma relíquia que a conservamos ao lado desta monumental obra que despertou

mundo intelectual o valor do seu autor - *Os Sertões*. (SOUZA apud JORNAL DO RECIFE, 24/07/1912, grifo do autor).

No *Jornal do Recife* dos dias 18, 26 e 30 de 1912, foram publicadas matérias assinadas por Andrade Bezerra, Arthur Muniz e João Pacífico dos Santos, respectivamente, alusivas ao lançamento do livro do General Dantas Barreto⁶⁸.

O tempo foi passando, e a Guerra de Canudos era lembrada apenas em alguns artigos, que iam sendo publicados sobre temas, que diziam respeito ao sertão, ao sertanejo e ao cangaço. Registramos aqui que, em 1930, ocorreu um conflito, envolvendo a cidade de Princesa na Paraíba, divisa com Pernambuco, região semiárida e sertaneja. O *Diário da Manhã*, no dia 15 de março, ocupou-se do assunto e rememorou Canudos, afirmando: “Desde alguns dias, as tropas paraibanas se aproximaram da cidade que se transforma em um novo Canudos, sob o fanatismo de um tipo remanescente do velho bandoleiro sertanejo.” Princesa e seus defensores eram comparados ao que o jornal nominou de “velho bandoleiro sertanejo”, alimentando o discurso que se repetia a cada evento, que envolvia essa população, que vivia distante do litoral.

Os jornais, enquanto dispositivos do campo das mídias, estabelecem uma tensão de forças e de relações simbólicas com demais campos de saberes e de poderes, aspectos que são ilustrados pelo conjunto de transações realizadas mediante o trabalho simbólico propriamente dito e que se caracteriza pela intervenção daqueles nos processos de rotinas e de construção dos acontecimentos, por parte dos jornais. (FAUSTO NETO, 1999, p.143).

No mês de junho, mais precisamente no dia 06, o periódico voltou ao assunto, utilizando-se da mesma comparação e com um agravante maior: a indução ao extermínio da população conflagrada.

Nos primeiros anos da República, os jagunços fanáticos de Canudos foram exterminados como inimigos da ordem constitucional, que apenas acabada de ser iniciada. Hoje, entretanto, os cangaceiros de Princesa, iniciam de forma anárquica, a desagregação do regime, despedaçando os laços constitucionais que prendem o município ao estado. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/06/1930).

⁶⁸ Emygídio Dantas Barreto, pernambucano de Bom Conselho, membro da Academia de Letras, participou da Guerra de Canudos no posto de tenente-coronel e registrou suas experiências em três livros: “Última Expedição a Canudos”, “Acidente de Guerra” e “A Destruição de Canudos”. Lembramos que foi governador do Estado de Pernambuco entre os anos de 1911 a 1915.

Registramos ainda que o cangaço e suas representações na imprensa davam margem para essas comparações e ilações. Apesar de ser antigo e remontar ao período anterior à fundação do arraial conselheirista, esse fenômeno ficou conhecido, especialmente, nos primeiros anos do século XX. A quantidade de notícias, artigos, cartas, comentários é extensa, mesmo porque foram mais de três décadas de conflitos. Antônio Silvino e Virgulino Ferreira da Silva, o famoso Lampião, foram os personagens mais citados pelos órgãos de imprensa pernambucano, segundo nossas observações, enquanto registrávamos notícias sobre Canudos.

No *Diário da Manhã*, do dia 14 de agosto de 1930, colhemos uma informação acerca da passagem de Lampião pela Bahia, lembrando, na notícia, o evento fatídico que ocorreu naquele Estado entre anos de 1896 e 1897. Para solicitar providências contra o Rei do Cangaço, o articulista utilizou Conselheiro, afirmando que, por muito menos, Canudos tinha sido liquidado, cabendo ao governo providências necessárias no sentido de banir o banditismo, que campeava o sertão:

Por muito menos, em 1896, - por causa de um paranoico, de mania religiosa, e que só se tornou maléfico, quando o provocaram, roubando-lhe as madeiras que havia comprado ou contratado em Juazeiro, para a igreja de Canudos – por muito menos repito, por causa do infeliz Antônio Conselheiro, que a ninguém matava, nem roubada, nem estuprava, mas tornava-se infenso à ordem social, o conselheiro Luiz Vianna requisitou e obteve intervenção federal, para, com seguro êxito, extinguir aquele foco de rebeldia.

Em abril de 1934, o *Diário da Manhã* publicou uma matéria sob o título “A Campanha de Conselheiro” de autoria de Jayme D’Altavila⁶⁹. O artigo foi motivado a partir da leitura da obra do capitão João da Costa Palmeira “A Campanha do Conselheiro”. Para D’Altavila, a obra não seguiu a estrutura euclidiana “com as suas escarpas, os seus serrotes, os seus caminhos marcados pelos chique-chiques e pelos mandacarus. Também não houve a preocupação de um estudo da alma sertaneja, como todos os seus vícios e com todas as suas virtudes”.

Para o autor do artigo, o que se destacou na obra foi a defesa da segunda expedição contra Canudos comandada por Febrônio de Brito, repelida pelos conselheiristas, tendo seu comandante de enfrentar um Conselho de Justiça Militar, que não tinha compreendido os

⁶⁹ Jayme d'Altavila, pseudônimo de Anfilóbio de Oliveira Melo, nascido e falecido em Maceió-AL, respectivamente em 1895 e 1970. Bacharel em Direito, político, diretor da imprensa oficial de Maceió e da Faculdade de Direito de Alagoas, membro do Instituto Histórico e da Academia Alagoana de Letras e assíduo colaborador na imprensa do seu estado. Publicou obras de Historiografia, Estudos Literários, crônicas, poesias e novelas. Informação retirada de Raimundo de Menezes. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2. ed. LTC, RJ, 1978.

primeiros momentos e a causa da derrota inevitável. Para ele, “ninguém resistiria àquele encontro inicial com os fanáticos de Conselheiro, senhores do terreno e armados com toda a precisão.” Outras expedições foram organizadas, e generais, coronéis, majores, tenentes, ficaram estendidos pela caatinga junto aos corpos dos soldados das forças policiais e dos batalhões de linha. Segundo o autor do artigo, a religião era a principal motivadora da luta:

Antônio Conselheiro falava em nome de Deus e profligava a República, apoiando-se nas primeiras vacilações e erros do regime que se instituíra a 15 de novembro de 1889. Demais, a República desoficializará a religião católica e era na defesa da fé que ele insurgia os jagunços contra as novas instituições. (DIÁRIO DA MANHÃ, 21/04/1934).

O artigo seguiu fazendo comparação com outra obra lida sobre a ocupação do território das missões e afirma que, se o tratamento tivesse sido o mesmo com os povos daqueles territórios, os limites do Brasil iriam até o Rio Prata. Apesar de não ser um artigo com muita consubstancialidade, Canudos e Conselheiro voltaram a ser lembrados pela imprensa pernambucana naquela narrativa.

Ainda abordando o cangaço com suas transversalidades, o mesmo jornal, no final de 1934, teceu comentários sobre uma declaração de voto do deputado José de Sá⁷⁰ a um projeto de combate ao cangaceirismo. O jornalista do *Diário da Manhã*, passados muitos anos do evento no sertão, continuava com a mesma representação de que esses fenômenos ocorriam no sertão por causa do isolamento da população:

O autor [deputado] parece aduz, a seguir, considerações de uma nitidez e eloquência que pintam ao vivo a quadra da tragédia sertaneja dominada pelo desgraçado episódio de Canudos, fonte dos maiores sacrifícios coroados pela repressão conjunta das polícias estaduais e tropa do exército – efeito de múltiplas causas; o analfabetismo, a ignorância, a superstição e a exploração política estúpida manobrada em certas regiões quase isoladas do convívio civilizado. (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/12/1934).

⁷⁰ José de Sá Bezerra Cavalcanti nasceu em Pesqueira (PE) no dia 29 de setembro de 1892, filho de Sebastião José Bezerra Cavalcanti e de Olindina de Sá Bezerra Cavalcanti. Em maio de 1933 elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Empossado em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes, desempenhando destacado papel no apoio de sua bancada ao Governo Provisório. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato estendido até maio de 1935. Eleito nesse ano senador por Pernambuco pelos deputados constituintes estaduais, exerceu o mandato senatorial até novembro de 1937, quando, implantado o Estado Novo, foram suprimidos os órgãos legislativos do país. Informação retirada do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-sa-bezerra-cavalcanti>

Esse assunto voltou à tona em janeiro de 1935, pelo mesmo jornal, e, mais uma vez, a lembrança de Canudos estava presente na narrativa do jornalista, que afirmava que o banditismo não era a causa do evento e, sim, sua consequência:

Canudos não foi mais do que a explosão desse banditismo tolerado ou amparado em dezenas de localidades, e que se entrincheirou, afinal, em uma tapera baiana para de lá desafiar e afrontar não só as polícias estaduais, como o próprio Exército Nacional. Arrasado e destruído Canudos, o mal não se extinguiu. O banditismo não era a causa; era o efeito. Efeito do analfabetismo, da ignorância, da superstição e da exploração de uma política estúpida manobrada em certas regiões quase isoladas do convívio civilizador. (DIÁRIO DA MANHÃ, 15/01/1935).

O mal não tinha se extinguido, e Canudos continuava nas ações do Cangaço, segundo o articulista. A análise seguia a mesma verve da sociologia dominante, quando nominava as causas do fenômeno ocorrido no sertão: analfabetismo, superstição e exploração. É bom salientarmos que, de vez em quando, encontramos opiniões divergentes das que citamos anteriormente, pois alguns articulistas passaram a afirmar que o sertão estava mudando. Sobre isso, o artigo assinado por André Fonseca, publicado no *Diário da Manhã*, sob o título “milagre da educação”, argumenta que

não podíamos olhar a geração atual dos nossos sertões com o mesmo pessimismo com que a pena fulgurante de Euclides da Cunha descreveu magistral e psicologicamente os hábitos das populações sertanejas do nordeste brasileiro, ao tempo da campanha de Canudos. A evolução vem, no refolho dos anos, operando transformações que redimiram a alma sertaneja dando-lhe, com outro merecido conceito a primazia do trabalho e da inteligência. Indubitavelmente o esforço dessa gente forte a persistência potencial com que encara a sua boa ou mal realidade, merecem de quantos observadores existam, as melhores simpatias e largos encômios. (DIÁRIO DA MANHÃ, 15/10/1935).

Opinião corrente? Ou apenas uma opinião isolada de alguém que não conhecia a fundo como funcionam as estruturas do sertão? O texto de Otacílio Nóbrega de Queiroz⁷¹, sob título bastante

⁷¹ Filho do casal Bertino Eudócio de Medeiros Queiroz e Emerentina Nóbrega de Queiroz, fez o primário em sua cidade natal, com os seguintes professores: Maria Nunes de Figueiredo e Alfredo Lustosa Cabral. Ingressando no Curso Ginásial de Patos, se transferiu para o Instituto São José. A conclusão do ciclo se deu em 1935, no Liceu Paraibano, em João Pessoa. No ano de 1936, fez curso Pré-Jurídico no Ginásio Pernambucano e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife. Fundou o Jornal *Reflexo*, órgão de comunicação estudantil, além de figurar no meio dos colaboradores da Revista *Luta*. Tornou-se redator do “*Diário de Pernambuco*”, no período de 1936 a 1940, quando nesta época retornou para João Pessoa e desenvolveu a mesma função no Jornal *A União*, assumindo a direção do jornal e também da *Imprensa Oficial*, entre 23 de fevereiro de 1943 e 27 de abril de 1944, quando foi nomeado professor do Liceu Paraibano. Também escreveu para o *Correio da Paraíba*, o *Norte*, o *Estado*, o *Jornal do Comércio* (em Recife) e *Jornal da*

sugestivo: “Antônio Conselheiro ainda voltará!”, publicado pelo *Diário de Pernambuco* em outubro de 1936, responde em parte a esses questionamentos.

Canudos era, no entanto, um pugilo de fanáticos, de ingênuos tabaréus, completamente divorciados dos costumes pseudocivilizados do litoral. Constituíram uma sociedade sui generis, qual caracteres eminentemente retrógrados, à semelhança da idade média. Isolados na imensidão de terras do interior do país, desgarraram-se dos litorâneos e, por esse motivo, faltaram liames necessários que os pusessem ao contato dos civilizados. (QUEIROZ apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/10/1936).

Como vimos, a opinião de que o sertão e o sertanejo estavam mudando era mesmo isolada. A mesma representação, que fora construída exaustivamente no passado, tornava-se presentificada neste artigo de Queiroz. Parte do seu texto lembrou muito a defesa que os articulistas do *Gazeta da Tarde* fizeram do general Arthur Oscar quando foram denunciadas as degolas no teatro das operações da quarta expedição, em novembro de 1897. À época, para defender o comandante em chefe, eles chegaram a afirmar que contra feras não tinha outra saída que não a faca.

E, assim, surgiram, de chofre, em fins do século XIX, no placo da história do Brasil. **Eram fanáticos necessitados de extermínio.** Nada de escolas ou de gradativa infiltração dos costumes da borda do mar. **A bala, sim, sem a mínima contemplação, representava o meio próprio de aniquilar o cancro.** Eram possivelmente tardios, monarquistas, desejosos do restaurar a velha ordem de cousas. **Portanto, o extermínio sem tergiversações.** (QUEIROZ apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/10/1936, grifos nossos).

O artigo trouxe também informações acerca da cidade de Canudos, pois, em passagem por Recife, por essa época, Isaias Ferreira Canário, chefe político da localidade sertaneja, foi entrevistado pelo autor desse texto que estamos analisando. Uma pergunta ao chefe político, sugestiva à opinião pública, dizia respeito ao que restou de Canudos:

Do arruamento antigo nada nos resta. Apenas escombros das 5.000 casas destruídas pela soldadesca. Um velho e solitário cruzeiro, crivado de balas, em frente as ruínas da igreja, continua intacto. Velhas manulichers, granadas e balas e partes das peças de artilharia da coluna Moreira César. Também se achou há tempo, enterrada no centro dos escombros da Igreja nova, uma pedra redonda envolvida em papeis dourados. (QUEIROZ apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/10/1936).

As expressões “velho e solitário cruzeiro, crivado de balas”, determinam um sentido para a narrativa, que foi construída acerca da destruição da cidadela. “Todas estas características inerentes ao discurso jornalístico permitem considerar os processos comunicacionais como mediadores e mobilizadores da realidade (histórica) cotidiana, produzindo sentidos sobre os fatos e tematizando aspectos contextuais de uma determinada época e ambiente social”. (WOITOWICZ, 2015, p. 146). Ali, estava o retrato da Canudos antiga, destruída pelas balas, mas ressuscitada na memória do artigo em questão.

Na entrevista que o autor do artigo fez com o chefe político da cidadela, finalmente, soubemos se Antônio Conselheiro voltaria, conforme o lead da informação:

Muitos habitantes de Canudos naturalmente os mais rotineiros, são de opinião que o Conselheiro ainda existe e que voltará. Mais cedo ou mais tarde ele voltará. Há um ano, mais ou menos, morreu em Canudos uma velha chamada Josepha Guerra. Essa mulher era talvez a mais fervorosa das crentes na existência do retorno de Antônio Conselheiro. Morreu com sua fé inabalável. (QUEIROZ apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/10/1936).

E nem precisava voltar, pois o Conselheiro estava vivo nos velhos guerrilheiros, ainda em convivência como aquela realidade atual e recordados pelo chefe político de Canudos na entrevista que dera: “Ainda vivem o celebre Pedrão, Manoel Cyriaco de Santanna, Possidônio Ferreira Campos e José Cyriaco dos Santos.” Canudos, portanto, renascia nas palavras do seu chefe político:

Canudos atualmente renasce com algumas casas. É um simples povoado, quando poderia ser uma grande cidade do interior baiano. Possui uma escola criada pelo governador Juracy Magalhães e o banditismo graças ainda ao atual governo, desapareceu de minha terra, acentua o chefe sertanejo. (QUEIROZ apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/10/1936):

Aquela cidadela do sertão baiano, quase quarenta anos depois, tinha uma escola, que novidade! Talvez, a população fosse “salva” da superstição, fenômeno tão abordado pelos jornalistas de então, que tinham como alternativa à presente situação: a construção de educandários no sertão. É bom lembrar que estamos em pleno século XXI e muitos municípios, tais como Canudos,

contam com poucas escolas de Ensino Médio⁷². E, sobre a religiosidade popular, continua viva, representada pelos diversos movimentos religiosos, sem a interferência da Igreja Oficial.

Em 1938, no auge da Guerra entre Cangaceiros e Governos Estaduais, o *Diário da Manhã* transcreveu uma notícia publicada no jornal *Diário da Tarde* também de Pernambuco, intitulada “Sertão”. Apesar da informação não se tratar de combates contra Virgulino Ferreira da Silva, diz respeito à destruição do ajuntamento de Pau de Colher na Bahia, confundido na reportagem com o Sítio Caldeirão no Ceará. A notícia rememora os eventos de Canudos e a sua tônica não fica muito distante do artigo anterior que analisamos. Mais uma vez, o discurso se repetia quando eram apontadas as causas desse tipo de movimento:

É um triste caso como esse que serve para tornar mais enfática a necessidade de uma penetração mais rápida na zona sertaneja, de uma articulação desta com o litoral, em ordem a evitar, nessas capas inferiores da sociedade, a ação nefasta de certos agentes perturbadores que encontram na ignorância das massas, ambiente propício para a formação de núcleos perigosos de desordem, como aconteceu em Canudos, agora nas margens do São Francisco, sem falar nas ‘razias’ do banditismo nômade, que se repetem com alarmante frequência. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/10/1938).

A relação litoral x sertão se repete no discurso, sendo este último espaço de lugar das “capas inferiores” da sociedade. Um dizer repetido por dezenas de anos. “O papel fundamental da imprensa na projeção de imagens do sertanejo – e do conflito de modo geral – revela a relação de constituição mútua entre a história e a prática discursiva, caminhando para a produção de um imaginário adequado em uma determinação histórica”. (WOITOWICZ, 2015, p. 93).

Para o articulista, já houve muita procrastinação em relação à penetração no interior ou ao contato com a população. A região sertaneja precisava ser incorporada ao litoral, pois, só assim, seria combatido o cangaceirismo. Para o leitor disperso, o discurso poderia até convencer, desde que ele não tivesse acompanhado as notícias de que, na Zona da Mata, bem próxima à capital pernambucana, havia conturbações com a presença de cangaceiros que perambulavam e assaltavam engenhos na divisa com a Paraíba. Antônio Silvino foi um dos cangaceiros mais conhecidos do Recife, tendo a imprensa, como já citamos neste trabalho, divulgado cartas, notícias e informações sobre a ação desse jagunço. Somente ao sertão, cabia o “projeto

⁷² Com uma população, pelos dados do IBGE de 16.753 pessoas, estimada em 2020, Canudos tem apenas 11 escolas de Ensino Fundamental e 01 escola de Ensino Médio. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/canudos/panoramab>

civilizatório”, pois ali se “fabricava” cangaceiros e fanáticos, perturbando as relações de paz, tão necessárias ao convívio de todos. Ledo engano!

Afinal, o cangaço e o fanatismo outra coisa não são que resultados naturais do isolamento sertanejo pela falta de boas vias de comunicação, do seu obscurantismo, pela falta de escolas e de ensino adequado, da quase miséria em que vive pelo não aproveitamento econômico e racionalmente organizado da terra tão cheia de possibilidade. É a evidência mesma que sem a solução dos problemas apontados será sempre inútil qualquer esforço tendente a arrancar o sertanejo do isolamento em que vegeta, afundado na ignorância e numa vida de padrões ínfimos, longe das mais elementares conquistas da civilização, longe de tudo, inclusive da polícia, da ação repressiva e preventiva das autoridades. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/10/1938).

Esse discurso civilizatório esteve presente em boa parte dos artigos que pesquisamos quando a memória de Canudos fora revisitada. Era necessário integrar, abrir escolas, estradas, levar o progresso econômico ao sertão, para que seus habitantes não estivessem propensos ao banditismo ou ao fanatismo. O *Diário da Manhã* sempre voltava ao assunto, numa mesma perspectiva. Observamos isso, na matéria de fevereiro de 1948 - dez anos após publicação do artigo acima citado – quando os motivos relacionados eram os mesmos e se referiam à falta de educação formal.

Se esses homens e mulheres, que labutam na lavoura brasileira, soubessem ler, outra seria, naturalmente, a sua sorte. É por isso talvez, que os governos teimam em não lhes dar instrução. Preferem eles conservar essa poderosa massa humana em completa ignorância, porque, assim nada tem dela a temer. Esquecem-se, porém, de que os mais perigosos fanáticos são, justamente, os que surgem dessa massa de analfabeto, que se encontra em todos os Estados do Brasil. Canudos e Joazeiro são dois exemplos que não merecem ser esquecidos, porque, de ambos, surgiram importantes ensinamentos, que não aproveitados. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/02/1948).

Apesar de estarmos apresentando notícias publicadas em 1948, é preciso recordar que, no ano anterior, fez cinquenta anos do massacre de Canudos, sendo poucos periódicos lembraram daquela guerra que foi notícia no Brasil inteiro. O *Diário da Manhã* lembrou da data, fazendo menção à revista *O Cruzeiro*⁷³ do Rio de Janeiro, que fez uma reportagem sobre o tema. Para

⁷³ Lançada no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de novembro de 1928 por Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, *O Cruzeiro* foi uma das mais proeminentes revistas ilustradas da história da imprensa brasileira. Circulando semanalmente em todo o território nacional, foi um dos primeiros órgãos a integrar os Diários Associados, a primeira rede de comunicação brasileira, que, em seu auge, contabilizaria 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, dentre as quais, a TV Tupi. Fundada num período de franca expansão da rede, quando Chateaubriand já mantinha *O Jornal*, a revista foi um dos bastiões dos Associados, tendo revolucionado o mercado editorial brasileiro ao criar e ditar padrões, além de ter influenciado fortemente a opinião pública

os jornalistas desta folha, “a data passou despercebida entre nós e a poeira da História já recobre as pegadas dos rudes heróis, apagando-lhes os nomes da nossa memória solicitada por mil problemas novos”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/08/1947).

Para o jornalista do *Diário da Manhã*, era uma temeridade reescrever a história de Canudos como desejava Austregésilo de Ataíde⁷⁴, depois da pena de Euclides da Cunha, que tinha revelado a existência de uma civilização marginal no interior do Brasil e que deveria ser uma luz a guiar os passos do pensador social do país. O articulista chegou a reconhecer as pesquisas de Gilberto Freire sobre o interior do país, mas Canudos, segundo sua opinião, ainda necessitava de outros olhares que não permanecessem na antinomia litoral-sertão. Entretanto, como percebemos, não havia novidade na interpretação, tendo o jornalista recorrido às obras de Pedro Calmon⁷⁵, que discorria sobre choques oriundos do determinismo geográfico ou, até mesmo, da dualidade mesológica, explicando, dessa forma, a formação de mais de um Brasil. Ou seja, a antiga explicação de que a pessoa era produto do meio estava sendo utilizada para tentar implementar “outros olhares” sobre a guerra sertaneja. De fato, nada de novo na narrativa apresentada.

A matéria seguiu afirmando que a velha fórmula clássica étnica do Brasil luso-índio-negro não teria mais justificativa para explicar as ambiguidades das regiões. O próprio Josué de Castro⁷⁶

nacional de acordo com as predileções políticas de seu proprietário. Com a decadência da cadeia após a morte. Informação retirada do site: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-cruzeiro/>

⁷⁴ Austregésilo de Athayde (Belarmino Maria A. Augusto de A.), professor, jornalista, cronista, ensaísta e orador, nasceu em Caruaru, PE, em 25 de setembro de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de setembro de 1993. Terceiro ocupante da Cadeira 8, eleito em 9 de agosto de 1951, na sucessão de Oliveira Viana e recebido pelo Acadêmico Múcio Leão em 14 de novembro de 1951. Recebeu o Acadêmico José Lins do Rego. Presidiu a Academia Brasileira de Letras de 1959 até 1993. Informação retirada do site:

<https://www.academia.org.br/academicos/austregesilo-de-athayde/biografia>

⁷⁵ Pedro Calmon (P. C. Moniz de Bittencourt), professor, político, historiador biógrafo, ensaísta e orador, nasceu em Amargosa, BA, em 23 de dezembro de 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1985. Terceiro ocupante da Cadeira 16, eleito em 16 de abril de 1936, na sucessão de Félix Pacheco e recebido pelo Acadêmico Gustavo Barroso em 10 de outubro de 1936. Recebeu o Acadêmico Rodrigo Octavio Filho. Informação retirada do site: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D193/biografia>

⁷⁶ Josué de Castro (1908-1973) foi um pensador e ativista político brasileiro nascido na cidade de Recife. Apesar de não ser geógrafo de formação (sua graduação era em medicina), tornou-se um dos maiores pensadores da Geografia, em virtude, principalmente, das obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*. Além de sua formação em medicina, também foi livre-docente em Fisiologia (Faculdade de Medicina do Recife), professor catedrático de Geografia Humana (Faculdade de Ciências Sociais do Recife e na Universidade do Brasil) e de Antropologia (Universidade do Distrito Federal). Foi também embaixador do Brasil na ONU, em Genebra, além de ter sido eleito Deputado Federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em 1954 e em 1958. Como resultado da implantação do regime militar, mesmo tendo sido eleito o Deputado com maior número de votos no Nordeste, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1 em 1964. Informação retirada do site: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/josue-castro.htm>.

demonstrara que essa categoria já tinha mais valor e não deveria ser levada em consideração nas análises sobre as diferenças entre as populações do litoral e do sertão, afirmou o articulista.

Canudos surgiu fatalmente, fruto de condições específicas, como ‘uma rocha que se levante no destino inexorável da sublevação’. E que essas condições não são típicas de nenhuma região geográfica e sim de fatores deformantes da nossa cultura, vemos nas psicoses místicas que assaltam nossas populações metropolitanas, fazendo a glória de charlatães religiosos e sub-messias políticos. Os nossos pensadores sociais e os nossos homens de governo debruçam-se sobre as ossadas calcinadas da Tróia sertaneja. A lição de Canudos ainda não foi esgotada. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/08/1947).

Pela primeira vez, depois de cinquenta anos, vimos um órgão de imprensa apontar outros olhares para os motivos que desencadearam a Guerra de Canudos. Aquele evento continuou a falar para o Brasil e pedir outras explicações que se afastassem da “visão total” impregnada pela leitura euclidiana.

Entre o esquecimento e a lembrança de Canudos, outros episódios que envolviam a religiosidade popular foram acontecendo. Passados três anos da morte de Euclides da Cunha, conforme consignada neste capítulo, surge, no Sul do Brasil, um grande conflito, ou seja, um dos maiores movimentos sociais e religiosos de que temos notícia na história da República Velha: A Guerra do Contestado, analisada sob a ótica da imprensa de Pernambuco, tendo como espelho a reverberação de Canudos, tema do próximo capítulo.

5 DOS SERTÕES DA BAHIA À REGIÃO CONTESTADA DE SANTA CATARINA E PARANÁ: CANUDOS REVERBERA NO CONTESTADO

Nos últimos acontecimentos desenrolados no Contestado continuam a impressionar vivamente o espírito público. A imprensa manifesta-se alarmada com o rumo das mesmas ocorrências, reclamando sérias providências do governo. A "Gazeta de Notícias" disse que infelizmente se repete a tragédia de Canudos, que tantos sacrifícios custou a República.
(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/03/1915).

A Guerra do Contestado foi um longo conflito ocorrido no Sul do Brasil entre os anos de 1912 a 1916. A leitura da bibliografia sobre o tema constata que foi o primeiro movimento armado pela posse da terra, envolvendo, na contenda, dois estados: Santa Catarina e Paraná. Mais de vinte mil pessoas se envolveram diretamente no conflito, tendo um considerável saldo de mortes, especialmente da parte dos camponeses, que tiveram, ao longo da contenda, vitórias e reveses. Várias foram as representações sobre o evento, algumas delas apoiadas em discussões sobre nacionalismo, religiosidade, questão dos limites territoriais entre outros. O movimento se aproxima muito da Guerra de Canudos, inclusive, algumas expressões usadas em suas narrativas foram também utilizadas no Contestado, tendo como destaque: fanatismo⁷⁷ e banditismo⁷⁸.

Passada mais de uma década de Canudos, os rebeldes do Contestado faziam ecoar clamores similares aos dos conselheiristas. Eles reabriam a ferida de Canudos e buscaram, conforme lógica própria, saída para o impasse dos habitantes oprimidos pelos coronéis, pelo capital estrangeiro e pela força política autoritária. Como dito acima, essa proposta não emergiu do nada, ela se deu no processo de reunião, resistência e sobrevivência dos rebeldes às investidas de coronéis, governantes, população e forças militares, enfim, de todos que apoiaram ou para lá se deslocaram, a fim de exigir que as populações se curvassem aos interesses políticos, sociais e econômicos vigentes. (RODRIGUES, 2013, p. 46).

Apesar de não ocorrer no Nordeste, os jornais pernambucanos divulgaram o ocorrido, dedicando nos cinco anos de conflitos mais de duzentos e cinquenta informações, incluídos editoriais, cartas, relatórios militares, artigos e notícias diversas. Quatro foram os jornais que noticiaram os conflitos, tendo destaque para o *Jornal do Recife*, que publicou cerca de cento e

⁷⁷ Expressão comum em todos os movimentos que abordamos nessa tese.

⁷⁸ As lutas armadas que aproximaram todos os eventos aqui relatados, serviram como base para as representações de banditismo, mesmo, sem ter na prática ações que pudessem servir como exemplo para as narrativas.

trinta oito informações, seguido do *Diário de Pernambuco*, com setenta e uma; *Jornal Pequeno* com dezenove e *A Província* com vinte e duas.

Antes de adentrarmos nas informações divulgadas em Pernambuco pelos principais periódicos, é necessário fazer uma rápida abordagem sobre os primórdios do conflito. As narrativas de Woitowicz (2015), Auras (1997), Queiroz (1977) e Carvalho (2009) nos ajudaram a compreender os momentos que antecederam a contenda. Lembramos que não é nosso objetivo fazer uma análise densa sobre os motivos, que levaram os camponeses a se revoltarem contra as autoridades instituídas no Sul do Brasil.

O movimento do Contestado não terá uma liderança estável, como ocorreu com Antônio Conselheiro em Canudos e com Lourenço em Caldeirão. Apesar de existir um líder, do tipo beato, não exercerá hegemonia ao longo do conflito. Todavia, podemos destacar três personagens, que, em comum, tinham o sobrenome Maria, talvez em função da devoção a Nossa Senhora. Essas lideranças religiosas foram nominadas de monges e seus primeiros nomes também são homônimos de personagens bíblicos: José e João.

O primeiro monge, João Maria de Agostinho, apareceu na região por volta de 1840. Era um italiano, natural de Piemonte e, segundo informações de pesquisadores, participou da Guerra dos Farrapos. De barbas longas e roupas rústicas, era considerado um profeta curandeiro, típico dos rezadores do sertão, que utilizam água e ervas para suas supostas curas. Segundo Queiroz (1977, p. 51), o historiador catarinense Osvaldo Cabral reconstituiu sua biografia, informando que o monge nascera em 1801 e fora visto em 1844 em Sorocaba.

[...] levantou capela nos arredores de Santa Maria ao lado de um Rochedo e perto de uma nascente. Tamanha multidão que naquele tempo se reuniu no lugar, que o presidente da Província, temendo pela segurança pública, expulsou em 1848 este João Maria para o Rio de Janeiro. Sabemos que voltou para Sorocaba. Depois, esteve na cidade da Lapa, onde ainda hoje milhares de crentes, todos os anos, acendem velas e cumprem as suas promessas junto a pedra onde ele dormia, e a água que ali nascia ainda é tida por milagrosa. Andou em Rio Negro e em Lages, mas voltou ainda uma vez à Sorocaba, onde morreu em 1870, se é que não se mudou para Araraquara, onde temos notícia da existência de um João Maria em 1906.

O segundo, João Maria de Jesus⁷⁹, também de origem europeia, natural da França, foi confundido com o primeiro. Aliás, foi comum confundir os três, tendo muitos fiéis acreditado que só existira um. Segundo consta nas informações colhidas dos autores citados, ele obteve maior projeção pública naquela região, tendo, inclusive, participado das forças de Gumercindo Saraiva⁸⁰. Carregava uma bandeira branca com uma pomba vermelha ao centro e dizia ter a missão de pregar os ensinamentos de Jesus Cristo. Para Carvalho (2009, p. 167), “São João Maria” [...] era uma figura venerada especialmente pela população rural e seus ensinamentos se transformaram em valores incorporados pela cultura cabocla. Já para Queiroz (1977, p. 51), o monge “se revelou tão fanático na Vitória dos revoltosos federalistas que se recusou a crer na derrota e na morte de Gumercindo Saraiva. Por longo tempo, anunciou o retorno do caudilho gaúcho à frente de um exército de Anjos.”

Alguns pesquisadores apontam que o segundo João Maria desaparecera por volta de 1908; outros dizem que falecera em um hospital de Ponta Grossa no Paraná. É nesse período que se iniciam os boatos que o monge apenas se retirara e que um dia voltaria passando pelos mesmos lugares onde esteve a pregar a palavra de Deus, rezar, batizar e curar os doentes. Para Queiroz (1977, p. 61), é muito possível que o segundo João Maria falasse aquilo que o povo queria ouvir, “mesmo porque, se não se revelasse o intérprete dos sentimentos daquela massa desprotegida e miserável, ela não teria nele tão grande confiança e tamanha fé.”

O terceiro monge, dizia ser sobrinho do primeiro João Maria e chamava-se José Maria de Agostinho e apareceu na região de Campos Novos-SC em 1912. Seu nome verdadeiro era Miguel Lucena de Boaventura e, como ex-militar do Paraná, conseguiu reunir no seu entorno,

⁷⁹ Seu nome era Anastás Marcaf.

⁸⁰ Gumercindo da Rosa Saraiva nasceu em Arroio Grande (RS) no dia 13 de janeiro de 1853, filho de Francisco Saraiva e de Propícia da Rosa. Estudou em Montevidéu, e ainda no Uruguai participou da Revolução das Lanças, contra o governo do presidente Lorenzo Batlle, entre os anos de 1870 e 1872. Com seu irmão Aparício Saraiva também participou no Uruguai na Revolução Tricolor. De volta ao Brasil, em 1880 comprou a estância Curral dos Arroios no município de Santa Vitória do Palmar (RS), onde passou a viver. Ainda durante o Império foi ligado ao Partido Liberal. Em 1888, quando assumiu o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional, foi nomeado delegado de polícia em Santa Vitória do Palmar. Participou da Revolução Federalista e durante o conflito, Gumercindo Saraiva aliou-se aos combatentes da Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, envolvendo a Esquadra fundada na baía de Guanabara. Os revoltosos rumaram para Santa Catarina, e Gumercindo seguiu para Santa Catarina e Paraná, chegando a Curitiba. Com a derrota do marechal Saldanha da Gama, retornou ao Rio Grande do Sul e foi morto no combate de Carovi, no município de Passo Fundo (RS), em 10 de agosto de 1894. Dois dias depois seu cadáver foi desenterrado pelos republicanos e colocado em exibição pública, e sua cabeça foi levada a Júlio de Castilhos. Informação retirada do site: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SARAIVA,%20Gumercindo.pdf>

um ajuntamento que fez frente às hostes do governo. Inspirado na história do Rei francês Carlos Magno, formou uma guarda com vinte e quatro pessoas, que foram chamados dos “12 pares de França”.

Esse José Maria era um tipo cariboca, de cabelos corredios e cumpridos, barba espessa; vestia-se de brim ordinário e como um caboclo qualquer, andava às vezes descalço quando muito, usava tamancos enfiado em meias grossas que lhe prendiam a boca das calças. Tinha dentes escuros de tanto fumar cachimbo. Ostentava um boné de Jaguatirica semelhante ao do velho João Maria adornados de penachos e fitas. (QUEIROZ, 1977, p. 77).

Na época em que formou seu ajuntamento, a região era alvo de uma disputa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, por isso o nome de Contestado. A área compreendia vinte e oito mil quilômetros quadrados ao sul do rio Iguaçu e norte do rio Uruguai, na divisa entre os dois estados, anteriormente disputada pela Argentina. Segundo Auras (1998), a questão sobre os limites territoriais iniciou-se por volta de 1853, quando Curitiba foi elevada à categoria de província, herdando o espaço em contestação. “A Província alegava a posse e a outra alegava o direito, assim, até a Proclamação da República, em que as Províncias se transformaram em estados, nada estava definido”. (AURAS apud VALENTINI 1998, p. 40).

É importante salientarmos que, em 1881, o Brasil e a Argentina tiveram uma questão a ser resolvida em termos de fronteira, que ficou conhecida como a “questão de Palmas ou de Misiones”⁸¹, deliberada apenas em 1895, com o arbitramento do Presidente do Estados Unidos, dando ganho de causa ao Brasil, estabelecendo uma demarcação entre os dois países no trecho contestado. Portanto, na região, já havia conflitos anteriores sobre os limites territoriais. Segundo Woitowicz (2015), resolvida essa questão, a contenda passou a ser interna, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, especialmente, quando a Constituição de 1891 assegurava aos Estados o direito de instituir impostos sobre exportação de mercadorias e suas próprias propriedades sobre indústrias e profissões.

A questão foi submetida ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, concede ganho de causa a Santa Catarina. O Paraná, recorrendo da decisão, mantém acesa a disputa que levou o Supremo a pronunciar-se, em 1909, mantendo a mesma decisão. Um terceiro (e último) pronunciamento acontece em 1910, quando aquela Corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa, que

⁸¹ Mais informações sobre essa questão no artigo:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428365977_ARQUIVO_REPERCUSSOESDAARBITRAGEMESTADUNIDENSENAQUESTAODEPALMAS.pdf

advogou a causa paranaense, confirmando em definitivo a sentença favorável a Santa Catarina. (WOITOWICZ, 2015, p. 218).

É nesse cenário efervescente de conflito entre os dois Estados, que aparecem os Joãos e o José, especialmente este último, que presencia, de fato, as decisões favoráveis a Santa Catarina.

Logo, o primeiro enfrentamento dos camponeses com as forças legais ocorreu em Irani, localidade sob jurisdição do Paraná. Vale salientar que o ajuntamento se deslocou para Taquarussu e que, ao realizar incursão, foi visto por alguns, como uma afronta a Santa Catarina, sendo tentativa de insubordinação à sentença do Supremo Tribunal Federal, que tinha dado ganho de causa àquele Estado. Por muito tempo, os ajuntamentos e, conseqüentemente, os conflitos serão compreendidos dentro desse contexto de contestação, mesmo que não tenham relações diretas com o conflito dos dois estados.

Mas quem eram os camponeses que seguiram José Maria e seus discípulos? Para Carvalho (2009), eram posseiros expulsos de suas terras, plantadores e cortadores de ervas, trabalhadores desempregados da estrada de ferro⁸², construída naquele período, antigas lideranças federalistas e importantes opositores dos coronéis da região, especialmente os que dominavam Canoinhas e Curitiba.

⁸² “Entre o final do século XIX e o início do XX o governo federal planejou cortar a região contestada por um caminho de ferro. A ideia era realizar uma ligação férrea do Rio Grande do Sul com o restante do país, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. A concessão desta obra foi adquirida pela Brazil Railway, grupo de Percival Farqhar em 1907 e, entre 1908 e 1910, mais de 300 km de linha férrea foram construídos, unindo o último trecho que faltava para integrar São Paulo ao Rio Grande, o trecho ao longo do vale do rio do Peixe, local que dividia os Campos de Palmas (território Contestado, administrado pelo Paraná) e o Estado de Santa Catarina. A empresa concessionária recebeu do governo federal até 15 km de cada lado da estrada de ferro como doação de terras devolutas para exploração madeireira e para colonização europeia. No entanto, dentro desta faixa de terrenos existiam muitos posseiros caboclos, indígenas e ervateiros que habitualmente residiam e trabalhavam nestas áreas públicas. Foram expulsos de suas terras por guardas da Estrada de Ferro. Entre 1911 e 1913, um ramal no sentido oeste-leste foi construído entre União da Vitória e Rio Negro, o que resultou em igual impacto social no vale médio do rio Iguaçu. Para explorar estes territórios a ferrovia criou uma firma subsidiária, a Brazil Lumber and Colonization Company, empresa responsável pela exploração das madeiras (principalmente de araucária) e pela colonização das terras com o parcelamento dos lotes e sua venda para imigrantes europeus. A população nacional estava vivendo o impacto da modernização local, que significou sua expulsão dos locais tradicionais de moradia e trabalho. As disputas de jurisdição ocorriam sobre o território à oeste do vale do rio do Peixe, chamado de Campos de Palmas e sobre mais duas “saliências” paranaenses dentro do planalto catarinense: a saliência de Timbó e dos Campos de São João e a saliência de Três Barras-Rio Negro-Itaiópolis-Papanduva, todos territórios ocupados por autoridades paranaenses, mas que, desde a sentença no STF de 1904, deveriam pertencer ao Estado de Santa Catarina.” Retirado do site: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/97-tema-contestado.html>.

Esses e outros motivos estavam explicitamente ligados ao conflito, que durou mais do que esperado pelas autoridades, sejam elas locais, estaduais e nacional. O conflito terá lugar reservado nas colunas dos jornais pernambucanos, que passaram a divulgar quase que diariamente as contendas. Nesse sentido, a primeira notícia publicada sobre a Guerra do Contestado em Pernambuco ocorreu no dia, 25 de setembro de 1912, transcrita da central de notícias do Rio de Janeiro e dava conta de que “seguirão para o Estado de Santa Catarina, a fim de reprimir o grupo de fanáticos existentes em Campos Novos, grosso contingente da guarnição de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. (JORNAL PEQUENO, 25/09/1912). É interessante salientar que José Maria estava em Campos Novos, para capitalizar, em seu benefício, o vazio que o outro monge deixara, sendo, portanto, reputado pelas pessoas que o procuravam como seu sucessor, ou, até mesmo, sua reencarnação. Sobre isso, Queiroz (1977, p. 81), diz:

No entanto, por muito que o admirasse e tomasse por modelo, José Maria não era e nem queria ser em tudo exatamente igual ao seu antecessor. Ia-lhe bem, pois, o papel de irmão. Isto deixava que ele se beneficiasse do prestígio mágico atribuído ao outro, mas se permitia também que agisse de uma forma que não seria aceita se quisesse identificar-se plena e completamente. Sendo apenas em parte igual a seu modelo, ficava livre para conservar-se menor do que ele; ou, em certo sentido, tornar-se maior. De qualquer modo, isto lhe possibilitava levar ao povo do sertão, através de seu trabalho e de suas palavras, uma mensagem diferente.

Na primeira notícia publicada pelo *Jornal Pequeno*, há uma nota da redação, que informa a passagem de José Maria pelos municípios de Campos Novos, Curitibanos e outros da fronteira de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo a informação, o monge dizia-se enviado de Deus e regenerador do Brasil; pregava contra a República, tendo conseguido reunir um número considerável de pessoas, sempre dispostas a ouvir e obedecer a suas palavras.

As autoridades catarinenses têm, debalde, procurado extinguir os fanáticos, que, fugindo à polícia de uma localidade, aparecem em outra, sempre mais audazes e mais fortes em suas crenças de transformação de governo e de costumes. Agora tentam o santo e os seus sequazes fazer depredações de toda a espécie, ameaçando a atacar a vila de Curitibanos e outros lugares do Estado. Os fanáticos estão bem armados, e entre eles há criminosos e desertores. (JORNAL PEQUENO, 25/09/1912).

Alguns detalhes da informação remetem à narrativa que fora construída pela imprensa ou por aqueles que enviavam cartas aos jornais - mesmo antes da fundação de Canudos - sobre Conselheiro e seus adeptos. Repetia-se a suposição da pregação contra República e as denúncias supostas de ataques às vilas por seguidores armados, tendo, em suas hostes, criminosos e

desertores. Era dessa forma que as classes mais abastadas viam os movimentos sociais religiosos, tentando, assim, justificar o apoio que seus leitores poderiam dar, quando do envio de tropas para combater os que eles nominaram de “fanáticos⁸³”.

Segundo consta, José Maria estava em Campos Novos e, a princípio, não representava nenhum perigo iminente, mas os conflitos entre os coronéis da região, que estavam divididos sobre a região contestada entre Santa Catarina e Paraná, contribuíram para o aqodamento dos fatos. Para Queiroz (1977), o monge recebia comissões de moradores de várias regiões, incluindo Curitiba e Taquaruçu, que o convidavam a participar das festividades religiosas de suas localidades.

Indubitavelmente, a simples presença de José Maria realçaria as festas e serviria de atrativo a um número maior de pessoas. Ficou assentado, afinal, que o novo monge de seguiria logo, ainda a tempo de estar presente, em princípios de agosto, a festa do São Bom-Jesus, em Taquaruçu. E, dias mais tarde, partiu ele a à frente da comitiva, acompanhado daqueles que o foram convidar e de muitos outros que dele não queriam mais separar-se. Eram cerca de 300 pessoas, entre homens mulheres e crianças. (QUEIROZ, 1977, p. 84).

Passadas as festividades, era comum que as pessoas voltassem ao seu lugar. Porém, muitos ficaram e engrossaram o séquito de José Maria, que permaneceu no lugar por mais de um mês. Na localidade, dirigiu terços, recitou narrativas sacras e organizou uma guarda de vinte e quatro homens, com a denominação de doze pares de França, todos montados em cavalos brancos. “É possível que tenha se inspirado não apenas no livro de Carlos Magno, como na organização das cavalcadas, em que os cristãos, em sua luta figurada contra os mouros, costumavam ser denominados pares de França”. (QUEIROZ, 1977, p. 85).

Não demorou para que as autoridades de Curitiba se incomodassem com a presença do monge e seu séquito em Taquaruçu pertencente àquele município. Um coronel bastante influente da região, Francisco de Albuquerque⁸⁴, dias antes, viu o monge recusar ir a sua casa para uma conferência, telegrafou para o governador de Santa Catarina, comunicando-lhe que o séquito havia proclamado a monarquia e José Maria, coroado como imperador um velho fazendeiro da região. Segundo Queiroz (1977), não existem provas cabais desse fato, que foi,

⁸³ Neste capítulo, iremos utilizar a expressão “fanático” entre aspas, para se referir aos adeptos dos movimentos.

⁸⁴ Militar, fazendeiro e comerciante, natural de São Joaquim/SC. Prefeito de Curitiba/SC, Deputado Constituinte de 1910 e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no início do século XX.

de início, a causa principal para o envio de tropas com o objetivo de dispersar os seguidores do monge.

Considerando os fatos acima mencionados, o *Jornal Pequeno* se manifestou sobre eles no dia seguinte à primeira publicação, 26 de setembro, informando que o senador catarinense Augusto Schimidt esteve no Palácio do Catete reunindo-se com o Presidente da República, para dar-lhe ciência da “sublevação” promovida por José Maria em Campos Novos e do suposto ataque a Curitiba. No outro dia, novamente, o mesmo periódico publicou três notícias a respeito das movimentações de monge na região:

Apesar dos jornais desta capital dizerem que não tem importância o caso dos fanáticos de Santa Catarina, chegaram novos telegramas de Florianópolis afirmando revestir-se ele de alguma gravidade, pois, os fanáticos saem as centenas e se acham regularmente armados e municados. As populações das localidades ameaçadas pelos sequazes do profeta José Maria, na impossibilidade de pontos auxílios do governo, devido à distância, organizam batalhões de defesa. O governo catarinense mandou mais reforços para Campos Novos e Curitiba, os quais somente chegarão àqueles postos no final da semana vindoura. Os fanáticos se acham acampados à margem do rio Taquaruçu, a 10 léguas da estação de Caçador, da estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande. (JORNAL PEQUENO, 27/09/1912).

Segundo Queiroz (1977), as notícias de Santa Catarina enviadas ao Rio de Janeiro garantiam que o movimento surgido em Taquaruçu era semelhante ao de Canudos.

O *Jornal do Recife* foi o segundo jornal pernambucano a publicar notícias sobre os acontecimentos no Sul do Brasil. No dia 29 de setembro, informou a suposta fuga do monge José Maria, considerando-o, naquela oportunidade, como chefe do movimento monarquista de Campos Novos. As sublevações que ocorriam nos primeiros anos da República, como já mencionamos nesta tese, serão identificadas como movimentos monarquistas. Sobre a suposta fuga de José Maria, Queiroz (1977) afirma que o monge pressentiu que seria atacado em Taquaruçu e partiu dali com cerca de quarenta homens. Eles passaram por Campos Novos, atravessaram o Rio do Peixe e, mais tarde, acamparam no lugar Catanduvás. Desta localidade, seguiram para os campos do Irani, no município de Palmas.

Já que tratamos aqui a primeira notícia publicada pelo *Jornal do Recife*, no dia 29 de setembro neste mesmo dia, na coluna “Revista da Semana”, o periódico indicou em editorial, seu posicionamento sobre o assunto, com o título “o fanatismo em ação”. Para o articulista, mais

uma vez, o fanatismo estava em ação, capitaneado por “um novo apóstolo”. O caso era de atenção, devido ao fato de ter sido comunicado ao governo federal, que tinha providenciado o envio de soldados do Exército para a região em conflito.

Para o ideário racionalista, os surtos constantes de fenômenos, considerados frutos do fanatismo, revestem-se de um mistério assustador, representando uma ameaça à ordem social e cujas origens pareciam insondáveis, perdendo-se num horizonte sombrio. Numa tentativa de racionalizar esse temor, torna-se comum a proliferação de discussões em torno da gênese desses fenômenos. Foi o que aconteceu durante a Primeira República brasileira assombrada por movimentos como Canudos e Contestado. Tornou-se indispensável para os republicanos deslindar tais fenômenos, havendo necessidade de explicar por qual razão movimentos, cujas origens, ao seu ver, perdem-se em épocas remotas, irromperam no mundo civilizado. (LAZARIN, 2004, p. 153-154).

O editorial do *Jornal do Recife* nomina o monge de João Agostinho em vez de José Maria, como era mais conhecido, inclusive, em notícias da imprensa naquela região. Mais uma vez, algumas expressões ou conceitos foram utilizados, denotando as mesmas impressões quanto aos movimentos sociais religiosos, que ocorriam ao longo da República Brasileira: luta entre o fanatismo e a civilização; paranoia mística; ameaça à ordem pública. Como era de se esperar, o articulista, ao emitir opinião sobre o evento, traçou paralelos com o movimento de Canudos.

No entanto a tragédia de Canudos é de outro dia e, ainda hoje, o que se deu ali causa o maior espanto. Antônio conselheiro não era diferente de João Agostinho. Naquele ponto do sertão baiano o exército perdeu muita gente e inúmeros fanáticos morderam o pó. O governo chegou a mobilizar 7000 homens e, até o Ministro da Guerra se transportou da capital federal para Monte Santo. Em Canudos ficaram para sempre oficiais como Tupy Caldas, como Moreira César, como Tamarindo. O exemplo, porém, ao que parece, não serviu. (JORNAL DO RECIFE, 29/09/1912).

Canudos, ainda, reverberava nas memórias da imprensa; porém, o articulista parece não ter aprendido com a História e suas reflexões direcionavam para as mesmas soluções de outrora: “assim não for possível resolver a situação, cumpra o governo seu dever, indo até onde for preciso para a bem da república e da civilização.” Para o bem da República e da civilização, muitos sertanejos foram mortos, não só em campo de batalha, mas também depois de se entregarem, mesmo tendo todas as garantias de vida. Na opinião do jornal, apenas o conflito armado resolveria o levante dos camponeses do Contestado.

No dia 25 de outubro, o *Jornal do Recife* começou a titular sua coluna sobre o evento de “insurreição monárquica”. Esse mesmo periódico, no calor das informações sobre o combate

na região de Irani, onde falecera o Coronel José Gualberto⁸⁵, comandante das tropas de Segurança do Paraná, reproduziu telegrama do então Presidente do Paraná, Capitão Carlos Cavalcante ao General Dantas Barreto, Governador de Pernambuco, relatando os fatos, que respondeu no mesmo dia, expressando pesar pelo falecimento do comandante das tropas. (JORNAL DO RECIFE, 27/10/1912). Lembramos que, no combate do Irani, segundo Queiroz (1977, p. 100-101), entre os mortos, “contavam-se dois sargentos, três cabos, um anseçada e quatro soldados; mais treze homens ficaram feridos no campo da luta; no total, acima de um terço fora de combate”. Também foi morto o monge José Maria e outros seguidores.

Foi no dia 29 de outubro, sete dias depois do anúncio da morte do Coronel José Gualberto, que os dois jornais, que, até então, noticiavam os eventos, anunciaram a morte no combate do Irani do monge José Maria, sem fazerem extensa menção a esse fato, dedicando mais espaço ao sepultamento do Coronel e à respectiva missa de sétimo dia do seu falecimento.

No dia 05 de novembro, o *Jornal do Recife* publicou uma extensa notícia sobre o ocorrido, titulando sua coluna de “a tragédia do Paraná”, detalhando como teria se dado o combate do Irani. O periódico não cita a fonte, mas informa que “as informações gráficas incompletas têm chegado do Rio”. Pela primeira vez, ficou claro para os leitores que a região do conflito fazia parte de um litígio entre os estados de Santa Catarina e Paraná. “A conhecida questão de limites entre Paraná e Santa Catarina tem dado causa a sérios e repetidos conflitos. Em todos esses conflitos, essas três figuras que diz bandoleiros se têm salientado como cabecilhas.” (JORNAL DO RECIFE, 05/11/1912).

É nesta extensa notícia que o leitor pernambucano terá as primeiras impressões sobre os monges João Maria e José Maria. Do primeiro, segundo o articulista, “nada têm, em verdade, com os fatos sangrentos que se têm desenrolados ali. É uma simples vítima neste momento, de uma similitude dos nomes: João Maria e José Maria.” Ele teria sido um asceta místico, que dominava a “ignorância da multidão supersticiosa”, com as curas que fazia. Porém, José Maria “não é um asceta, nem um pregador, é um chefe de bandoleiros, cabeça dos criminosos de toda a espécie e que se refugiou na zona vasta e despolicuada de Palmas, pronto a todas as depredações. É o Antônio Silvino do Sul.” (JORNAL DO RECIFE, 05/11/1912). Salientamos que Antônio Silvino foi um dos mais afamados cangaceiros, antecedendo Lampião e atuando na região

⁸⁵ Mais um fato que gera semelhantes com a Guerra de Canudos, que viu na terceira expedição, o falecimento do temido Coronel Moreira César.

metropolitana do Recife. Há uma série de notícias na imprensa de Pernambuco sobre esse cangaceiro, que foi comparado, segundo o editorial do *Jornal do Recife*, com o monge José Maria.

O articulista aproveitou a ocasião e, na mesma coluna, reproduziu uma informação acerca do perfil de José Maria, publicado no jornal *República* de Curitiba, indicando que ele, na região, era conhecido por Zé Maria em vez de José Maria. A narrativa sobre seu perfil, como era de se esperar, foi eivado de aspectos preconceituosos, estratégia bastante utilizada, para descrição de personagens contrários ao regime vigente.

Os termos, para caracterizar o monge, já eram bastante conhecidos: de vida errante; malandro; desordeiro. Não era de se estranhar, a aproximação de sua atividade com as atividades dos conselheiristas na Bahia: “É este o bandido, cuja horta, sem dúvida acrescentada de outros elementos, faz, neste instante, no Sul, o início, talvez, de um novo Canudos.” (JORNAL DO RECIFE, 05/11/1912). O articulista lembrou ainda, que o evento do Contestado, talvez, fosse pior do que o de Canudos, devido às vantagens em relação à topografia local.

O *Diário de Pernambuco* que, ainda, não tinha reproduzido ou feito alusão aos eventos do Contestado, no dia 06 de novembro, reproduziu uma notícia do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que informava sobre uma querela entre aquele jornal e o General Setembrino de Carvalho⁸⁶. Interessava ao *Diário de Pernambuco* a informação, pois se tratava do General, que foi o interventor do Ceará e que tinha algumas relações de amizade com articulistas em Recife⁸⁷.

O *Jornal Pequeno* do dia 06 de novembro trouxe uma série de informações sobre os acontecimentos do Contestado, transcritas dos jornais *Diário da Tarde do Paraná*, *A República* de Curitiba e *A Noite* do Rio de Janeiro. Entrevistas e declarações de pessoas que diziam ter

⁸⁶ Fernando Setembrino de Carvalho nasceu em Uruguaiana-RS, no dia 13 de setembro de 1861. Em 1910 foi convidado pelo Marechal Hermes da Fonseca, então candidato à Presidência da República, para exercer a chefia do Gabinete do Ministro da Guerra. Promovido a coronel no mesmo mês, foi mantido no cargo pelo novo Ministro, General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque, em 30 de março de 1912. Nomeado comandante da então 4ª Região Militar em Fortaleza, foi, logo a seguir, designado interventor no Ceará em meio a grave crise. Em março de 1914 conseguiu apaziguar a revolta promovida pelo padre Cícero Romão Batista e fazer com que ele e seus seguidores voltassem para Juazeiro. Logo a seguir, em abril, foi promovido a general-de-brigada. Informação retirada do site: <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2016/04/personagens-da-historia-militar.html>

⁸⁷ Na época da Guerra do Juazeiro, a imprensa de Pernambuco se dividiu entre os Aciolistas e Rabelistas, que travaram intensa luta pelo domínio do Ceará.

convivido com o recente conflito do Irani e, especialmente, sobre as querelas entre os dois estados em função da área contestada, faziam parte do arcabouço das colunas noticiosas. No dia 15 de novembro, data alusiva à Proclamação da República, o *Jornal do Recife* publicou um editorial, que faz menção à derrubada do sistema monárquico, direcionando sua narrativa ao movimento que estava ocorrendo no Sul do país, que, supostamente, era acusado de restaurar o regime decaído. O editorial faz uma série de críticas à monarquia e exaltou a República, que fizera o Brasil ser, segundo o articulista, o grande influenciador na América e na Europa.

O ano de 1912 terminou e os jornais apenas noticiaram fatos esporádicos do Contestado. É bom lembrar que, depois do combate do Irani, segundo Queiroz (1977), os partidários de José Maria tinham se dispersado:

Em princípios de novembro a maioria das casas no Irani e arredores estavam fechadas tendo os seus moradores desaparecidos. Empregados da estrada de ferro a margem do Rio Peixe informaram que diversos fanáticos passaram para Santa Catarina conduzindo amigos e parentes feridos, alguns em estado grave. (QUEIROZ, 1977, p. 105).

Porém, na região conflagrada, difundiu-se a crença na ressurreição de José Maria, acreditando-se que ele reapareceria numa cidade santa, junto com seu Exército Encantado.

Segundo o sistema de crenças que se cristalizava naqueles dias, imaginava-se que no momento da *parusia* de José Maria, quando este aparecesse redivivo, em toda a sua glória, então o exército encantado ‘apareceria’, isto é, ganharia aspecto concreto, e seria invencível. Nesse instante principiaria a guerra Santa que, segundo diziam, tinha sido anunciada pelo próprio João Maria vinte anos antes. (QUEIROZ, 1977, p. 110).

Em janeiro de 1913, não foram publicadas informações acerca do conflito no Sul do Brasil. No mês seguinte, o *Jornal do Recife* publicou um editorial com o título República X Monarquia, alegando ter “uma campanha sorrateira, manhosa e pérfida contra as instituições republicanas plantadas neste país”. O evento em ebulição no Sul e a tentativa de insurreição contra o regime republicano⁸⁸ motivaram o jornal a produzir o editorial. Colocando-se na perspectiva da imortalidade pernambucana e em personagens desse estado, - que contribuíram com a

⁸⁸ Sobre a tentativa da restauração do regime monárquico, publicamos um texto titulado “Os primeiros anos da República Brasileira e sua conturbada estabilização: militares, civis e monarquistas”. *Perspectivas Latinoamericanas*, V I, p. 193 - 206, 2004.

Proclamação da República - cita textualmente Silva Jardim e Dantas Barreto. Desse último, que governava Pernambuco, faz as seguintes afirmações:

A sua fé de ofício é um atestado mais brilhante da nossa afirmativa; nos campos do Paraguai bateu-se pela desafronta do nosso pavilhão ultrajado; no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, na Bahia, ofereceu seu peito as balas dos inimigos da república, afirmando assim a sua fé republicana. Se a propaganda monárquica tomar corpo; se o sangue tiver de correr, no meio do cruel embate das armas, está ao general Dantas Barreto à frente dos defensores da república. E, sob o seu comando, estarão todos filhos do norte, todos pernambucanos válidos, esses soldados intemeratos que tiveram a ventura suprema de esmagar em Itararé as hostes de Gumercindo Saraiva, julgado invencível pelo cérebro doentio dos monarquistas impenitentes. (JORNAL DO RECIFE, 09/02/1913).

Lembramos que Dantas Barreto participou da Guerra de Canudos e que, no dia 15 de novembro do ano anterior, tinha lançado o livro “A destruição de Canudos”, com resenha assinada por Teotônio Freire, publicada pelo *Jornal do Recife*, e já mencionada no capítulo anterior desta tese.

Sobre a guerra do Contestado em 1913, pela primeira vez, publicou informação o jornal *A Província*, noticiando que, em 25 de maio, teria falecido Miguel Frago, integrante do grupo de João Maria e que teria participado do Combate do Irani. As notícias sobre a guerra ficaram quase sem reverberação nesse ano, aparecendo somente no mês de dezembro. Esse mesmo jornal, no dia 13 de dezembro, noticiou que a população de Campos Novos estaria alarmada com a reaparição do monge José Maria, que todos julgavam morto no Combate do Irani. Por sua vez, o *Jornal Pequeno*, em edição do dia 22 do mesmo mês, também afirmou que o monge não teria morrido e estaria à frente de duzentos e cinquenta homens bem armados em Taquaruçu. Nesse dia, esse jornal publicou quatro notícias acerca dessa incursão dos partidários de José Maria nessa região. É bom salientar que não houve, dessa vez, um sucessor dizendo-se José Maria, como das outras vezes. Mas como surgiram boatos da ressurreição do monge, acreditava-se que ele estaria à frente dos revoltosos nesta nova contenda.

No dia 25 de dezembro, *A Província* publicou a última notícia do ano sobre o Contestado, reproduzida desde Florianópolis, afirmando, ainda, que o monge estava à frente de um grupo de pessoas, que, ao serem descritas pelo jornal, foram desqualificadas com expressões preconceituosas, conforme se observa na citação a seguir:

Chico Ventura, um dos cabecilhas, **caboclo boçal** que, dizem, logo no primeiro levante abandonou o monge José Maria, ao transpor a divisa de Campos Novos. **Parece desequilibrado**; Práxedes Gomes, pequeno negociante sem instrução, porém **menos boçal** que Chico Ventura. Era homem de bons costumes; Bemvenuto de tal, **baiano bandido perigoso** e de **instintos perversos**; Eusebio Ferreira dos Santos, homem de idade avançada, **ignorante** e que vivia pobremente de seu trabalho, como pequeno lavrador, no lugar Perdizes. (A PROVÍNCIA, 25/12/1913, grifos nosso).

Boçal, desequilibrado, bandido perigoso, instinto perverso e ignorante foram algumas das expressões odiosas que o jornal enfatizara em sua informação. Todas essas expressões tinham como objetivo ir elaborando símbolos e significados sobre a contenda. Era difícil o público leitor não pender para o lado das forças legais. A estratégia se repetia, da mesma forma que fora utilizada em Canudos.

Apesar das poucas notícias publicadas em Pernambuco sobre o conflito na região contestada neste ano de 1912, muitos fatos aconteceram. Faremos, a seguir, um breve relato dos acontecimentos: Depois do combate do Irani, onde fora morto José Maria, os seus seguidores se dispersaram, acreditando, como já mencionamos anteriormente, na possibilidade da sua ressurreição, não apenas dele, mas de todos os que morreram no combate. Salientamos também, que havia a crença de um Exército Encantado ou Exército de São Sebastião, do qual o monge fazia parte, especialmente, depois de ter feito a sua “passagem” [falecido].

Não é despropositado supor que o exército sobrenatural fosse a representação coletiva que a comunidade dos crentes fazia de sua capacidade de luta. Como os sertanejos estavam antes, por antiga tradição, habituados a julgar-se desprotegidos e inânimes, é natural que principiasse a tomar consciência de sua força real imaginando-a como algo exterior a si mesmos. (QUEIROZ, 1977, p. 110).

Um dos seguidores do José Maria, Euzébio Ferreira do Santos, que estivera em Taquaruçu, regressara à sua residência quando o monge se dirigiu ao Paraná. Faltando dois meses para o aniversário de ano do Combate do Irani, uma neta que ela criava, de nome Teodora, estando na época, com onze anos de idade, contou que teve uma visão de três homens, dos quais um era José Maria.

Ao espalhar-se a notícia, principiou a romaria dos curiosos e antigos adeptos. Começaram os milagres: quando alguém se declarava doente, a menina dirigia-se ao mato e regressava trazendo uma xícara cheia de

sangue, o qual seria o próprio sangue sagrado de José Maria, tirado por ele mesmo, com uma faca, de sua perna. (QUEIROZ, 1977, p. 112).

Segundo Queiroz (1977), coube a Euzébio Ferreira do Santos a reelaboração do mito do Exército Encantado. Sobre as aparições, não era a primeira vez que se tinha notícias na região, pois, tempos antes, outra menina da idade de Teodora teria tido visões de João Maria. Como vemos, o ambiente místico estava preparado para que as supostas profecias fossem cumpridas. Queiroz (1977, p. 113) relata, em sua obra, que não tardou muito para que as visões de Teodora caíssem em descrédito, tendo, rapidamente, um sucessor na empreitada: um filho de Euzébio, de nome Manoel, que “se apresentou como vidente e o intermediário por excelência entre o monge e os fiéis”. Foi Manoel que disse ao pai que José Maria o convocara para a guerra de São Sebastião. Nesse sentido, a ordem foi para que todos seguissem para Taquaruçu, levando seus pertences, pois lá seria uma espécie de cidade santa, onde o monge reapareceria com todos os mortos. Os adeptos da crença messiânica atenderam ao chamado e chegaram à região de Taquaruçu no mês de dezembro de 1913.

Em pouco tempo, o vilarejo passou a ser chamado de *cidade santa*, contando com quase trezentas pessoas, aumentando esse número com o passar dos dias. O monge não ressuscitara como havia prometido, mas o filho de Euzébio continuava, supostamente, a ter contato com ele na floresta. Um ritual religioso foi organizado e os fiéis participam diariamente.

Como distintivo, os homens passaram a usar uma fita branca no chapéu. Raspam a barba e cortam o cabelo à escovinha; eis porque os adversários começam a chamá-los *pelados*. Eles, por sua vez chamaram *peludos* aos inimigos da *Santa religião*. Importa observar que, além do significado expresso, a palavra *pelado* possui a conotação pejorativa de ‘indivíduo pobre, sem dinheiro’, enquanto *peludo* se refere a ‘quem tem muita sorte’. (QUEIROZ, 1977, p. 117, grifos do autor).

Aldeamento formado, as lideranças da região sugeriram que houvesse intervenção religiosa, no sentido de solicitar aos fiéis que regressassem às suas antigas residências. Foi Frei Rogério Neuhaus que se incumbiu da missão, que não teve sucesso. Lembramos que, no episódio de Canudos, dois anos antes da guerra, uma missão religiosa, comandada pelo Frei Evangelista do Monte Marciano, foi enviada ao local para dispersar a multidão, também não conseguindo êxito.

Sobre a visita de Frei Rogério a Taquaruçu, o *Jornal do Recife* (09/01/1914) republicou uma matéria do *Diário da Tarde* de Curitiba, afirmando que o religioso atribuía ao movimento a

ignorância do povo em matéria religiosa, “abusando desse fato, homens mal-intencionados”. Segundo o articulista do *Jornal do Recife*, além dos motivos religiosos já citados pelo frei, havia também motivos políticos contra as autoridades de Curitiba. Pouco a pouco, desnudavam-se outras causas do movimento, que estavam recônditas, sob a égide do fanatismo.

O ajuntamento de Taquaruçu teve sua primeira investida ainda em dezembro de 1913, quando as tropas do Exército e da Polícia catarinense sofreram derrota. É bom lembrar que, nesse ínterim, a autoridade religiosa do local, Manoel, o filho de Euzébio entrou em descrédito, substituindo-o um neto desse mesmo senhor, de nome Joaquim. O referido ataque ocorreu já com essa nova liderança religiosa. Segundo Queiroz (1977), depois desse ataque a Taquaruçu, a população de Curitiba ficou apreensiva, logo providenciando, guarda para vigiar e guarnecer àquela localidade, já que contavam com um revide por parte dos fiéis a qualquer momento, tendo em vista, o aumento da população do reduto religioso.

Não tardou para que os fiéis se dividissem em grupos e procurassem outros lugares para os ajuntamentos. Alguns foram em direção de Perdizes Grandes, próximos a Caraguatá. Outros ficaram em Taquaruçu, não estando dispostos a sair da *ciudadela santa*. Esse reduto recebeu a visita do deputado federal Manoel de Correia de Freitas⁸⁹, que fora à localidade com o intuito de persuadir os fiéis a voltarem para suas antigas residências, já que o frei não tinha obtido sucesso.

Dois dias permaneceram os negociadores em Taquaruçu Foram recebidos com toda a hospitalidade, conversaram com os chefes, sondaram numerosos indivíduos, enquanto iam tomando chimarrão na barraca de um ou de outro. [...] De Taquaruçu resolveu o deputado seguir direto para Caraguatá, a fim de conferência também com os chefes que ali se encontravam e eram aqueles que poderiam tudo decidir. (QUEIROZ, 1977, p. 127).

As respostas que o deputado obteve foram que os fiéis estavam congregados numa missão santa e não possuíam intuito de atacar ninguém, mas, se fossem atacados, se defenderiam. Continuavam ainda acreditando na ressurreição dos mortos e do santo maior José Maria com seu Exército Encantando. Salientamos que a liderança religiosa local já tinha sido modificada, tendo o *menino Deus*, filho de um dos líderes do ajuntamento, assumido o lugar de Joaquim. No local, foi organizada uma rede de comandantes, subordinados a uma espécie de conselhos

⁸⁹ O deputado publicou uma carta sobre sua visita ao reduto, no jornal Diário da Tarde Curitiba, que foi republicada pelo jornal *A Província* de Pernambuco, no dia três de março.

de pares, que dominavam as comunidades do movimento. Apesar dos esforços do deputado Manoel Correia, os fiéis não se dispersaram e Taquaruçu foi atacado pela segunda vez em fevereiro de 1914.

Durante o dia, os canhões lançaram sobre o reduto sempre 175 tiros de granadas explosivas, tipo *schrappnell*. Os homens do reduto correram para as trincheiras cavadas aquém das casas, mas não podiam pôr a cabeça para fora sem que fossem alvejados pelas metralhadoras. Os obuses destruíam e incendiavam as casas de madeira, matando as crianças e mulheres que lá se encontravam. [...] Ao anoitecer verificaram os assaltantes que a cidade Santa ia sendo abandonada, mas só no dia seguinte é que as tropas se dispuseram a forçar o reduto. Através dos binóculos, os oficiais não viam ninguém no meio das casas destruídas; apenas cães percorriam recinto de um lado para outro, e porcos no gramado fuçavam cadáveres. Na frente das trincheiras havia uma linha de atiradores firmes e móveis: breve se percebeu que eram também cadáveres, assim postados pelos retirantes para retardar o assalto final. (QUEIROZ, 1977, p. 138).

Segundo relatos reproduzidos na obra de Queiroz (1977, p. 131-132), foram mais de noventa pessoas mortas nesse ataque, especialmente mulheres e crianças, que jaziam inertes no que restara daquele espaço. O autor enfatiza ainda que “terminara em tragédia um capítulo da história; poder-se-ia dizer que agora é que, verdadeiramente, iria ter início a guerra sertaneja”.

Sobre o ataque a Taquaruçu, o *Jornal do Recife*, em sua edição do dia 15 de fevereiro, noticiou apenas que foram destruídos a igreja e os novos ranchos de madeira e que foram encontrados apenas trinta e seis cadáveres. O *Diário de Pernambuco* também se reportou aos fatos nesse mês de fevereiro e, no dia 20, informou que as forças legais de Santa Catarina em breve marchariam sobre Caraguatá. O periódico indicou ainda que esse ataque poria termo ao movimento dos “fanáticos” no sul do Brasil. Mas o conflito estava longe de acabar.

Já mencionamos neste capítulo, em nota do rodapé, a carta do Deputado Federal Manoel Correia de Freitas, republicada em Pernambuco pelo jornal *A Província* no dia 03 de março. Sobre essa notícia, cabe uma consideração, pois o articulista trouxe alguns elementos que, ao nosso ver, estavam distantes da narrativa construída, até então, pela grande imprensa. É o preâmbulo da carta que indica que seria necessário refazer a ideia que eles tinham dos “fanáticos” do Contestado, considerados, até então, bandidos, que roubavam as populações vizinhas, levando todo o tipo de terror aos lares daquelas regiões. Reproduziremos o enxerto da carta do Deputado, que corrobora com as afirmações do articulista:

Há perfeita ordem e respeito absoluto às famílias. No arraial, não entra uma boca e nem bebida de natureza alguma. Qualquer objeto perdido e achado é restituído ao dono. O soldado corneteiro que ficou ferido no arraial e que veio a falecer foi tratado com a maior humanidade. Depois da morte, foi enterrado como grande acompanhamento. Dos quatro ou cinco cargueiros da força do capitão Adalberto, que ficaram extraviados no mato, os fanáticos não se utilizaram da mínima coisa: queimaram tudo, roupa e munições. Até uma nota de quinhentos mil reis, encontrada numa carteira, foi queimada! Parece isto fantasia, mas é a pura verdade. Todas as notícias de saques por parte dos fanáticos não passam de invenções caluniosas, para chamar odiosidade sobre a pobre gente. A religião deles impõe-lhes antes morrer de fome que lançar mão do alheio. Apesar de atrocemente perseguido, não fazem mal algum aos seus inimigos, porque a religião lhes proíbe. (FREITAS apud A PROVINCIA, 03/03/1914).

A carta do Deputado trouxe uma reflexão mais sensata ao jornal, que, até então, tinha publicado poucas notícias sobre o Contestado, desde o início dos conflitos em 1912. Para *A Província*, “por este importante documento vê-se claramente que o meio mais acertado e mais humanitário de se poder chegar a um resultado satisfatório na dispersão dos fanáticos não é, como muito veem, diz *O Paiz*, massacrá-los à metralhadora ou à grossa artilharia”, como ocorrera tempos atrás com Canudos, ação apoiada fortemente pelos jornalistas da imprensa nacional.

O Deputado continuou tentando a pacificação da área e, mais uma vez, participou de uma nova comitiva, no mês de março, para tentar negociar a rendição dos fiéis, encontrando-se com uma das lideranças do movimento em Perdiz Grande, sem resultado satisfatório. É bom salientar que as negociações ocorriam com os que estavam vivendo em Caraguatá, que aumentara sua população em decorrência da chegada dos remanescentes de Taquaruçu.

Não demorou muito para que as forças legais preparassem uma investida contra o novo reduto, mas, antes de adentrarem ao local onde estavam acampados os seguidores do monge encantando, houve refrega e os sertanejos, segundo Queiroz (1977), armados de facões caíram sobre os soldados, que não tiveram outra alternativa a não ser fugir. Sobre esse combate, o *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 15 de março, informou que o General Vespasiano⁹⁰,

⁹⁰ Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva nasceu em Goiana (PE) no dia 3 de março de 1852. Em março de 1911 assumiu a função de inspetor especial de guerra, de quartéis e estabelecimentos militares do Rio Grande do Sul. Em abril seguinte foi nomeado inspetor permanente da 12ª região, cargo que exerceu até setembro, quando foi transferido para a 9ª região como inspetor permanente. Em 31 de maio desse mesmo ano foi promovido a general de divisão. Vespasiano de Albuquerque acumulou interinamente, junto com a pasta da Guerra, o cargo de ministro da Marinha, entre 12 de julho e 2 de agosto de 1913. Sua administração no Ministério da Guerra prolongou-se até o fim do quadriênio de Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1914, quando passou a pasta ao general Caetano de Faria. Informação retirada do seguinte endereço eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Vespasiano%20Gon%C3%A7alves%20de%20Albuquerque%20e.pdf>

Ministro da Guerra, tinha recebido um telegrama comunicando a derrota das forças legais, sendo que, no combate, “que foi encarniçado, morreram o capitão Francisco Alves Pinto, o tenente Belizário Caetano Ferreira Leite, quatro inferiores e vinte cinco praças. Os fanáticos tiveram grandes perdas que ainda são ignoradas.” Nos dias que se seguiram a essa notícia, no mês de março, as informações na imprensa de Pernambuco davam conta apenas das organizações do envio de novos batalhões para a área conflagrada. É nesse mês também que se tem notícias das formações de novos redutos, configurando-se o que já foi registrado anteriormente: a guerra estava apenas começando.

Por orientação de Maria Rosa⁹¹, líder religiosa de Caraguatá, em fins de março, quase duas mil pessoas migraram para nova localidade, formando ajuntamento em Pedras Brancas, nos campos de Bom Sossego. “Em poucos dias, ergueram-se bairros inteiros de casebres improvisados de madeira, cobertos de palha, num intrincado de ruas e ruelas que desembocavam na praça central.” (QUEIROZ, 1977, p. 153).

No Vale do Timbozinho, ao norte de Bom Sossego, surgiu outro reduto, denominado São Sebastião, chegando a ter, em seu auge, mais de quinhentas casas e cerca de dois mil moradores. Segundo Queiroz (1977), as cerimônias religiosas realizadas naqueles locais eram muito parecidas, tendo todos eles suas lideranças militares e/ou religiosas. Outros ajuntamentos foram surgindo entre os meses de março e abril daquele ano, deixando a região mais em polvorosa. Os novos ajuntamentos deram mais argumentos para que outros batalhões se formassem ou fossem enviados à região para combater os revoltosos. Em abril de 1914, foi nomeado comandante das operações, o General Frederico de Mesquita, que era veterano da Guerra de Canudos. O novo comandante passou quase um mês organizando as tropas e tentando envidar recursos necessários para o combate.

O *Jornal do Recife*, no dia 22 de maio, publicou uma notícia dando conta de que, às margens do Timbozinho, houve uma batalha entre os fanáticos e as forças federais, comandada pelo então General Mesquita:

Os fanáticos atacaram o grosso do general Mesquita que se achavam acampados e sem preparativos para atacar os caboclos que, recebidos com

⁹¹ Maria Rosa era a nova líder religiosa, adolescente de quinze anos, filha de Elias da Serra, antigo lavrador das redondezas. O modo operandi era o mesmo: a vidente tinha contato com o Monge José Maria, que transmitia as ordens para a comunidade.

cerrada fuzilaria, foram obrigados a fugir, sendo desalojados das suas posições que foram ocupadas pelas forças federais. No combate morreram cinco praças e ficaram feridas onze. Ignoraram-se as perdas dos fanáticos que não deixaram mortos nem feridos no campo da luta. Após o combate às forças do general Carlos Mesquita se internaram no sertão acampando em Tamanduá, e perseguiram os fanáticos sem contemporização até tomar-lhe o seu último reduto. (JORNAL DO RECIFE, 22/05/1914).

Depois dessa refrega, o General Mesquita solicitou sua exoneração, dizendo, em seu relatório, que não mais lhe competia andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura. Sobre o pedido de exoneração do comandante, os jornais pernambucanos não se pronunciaram ou divulgaram qualquer informação, mostrando, assim, a parcialidade em relação ao conflito divulgado. Assumiu o lugar do General Mesquita o Capitão Matos Costa, permanecendo apenas três meses no comando das operações. Segundo Queiroz (1977), o capitão simpatizou com a causa dos fanáticos, chegando a visitar os redutos que estavam iniciando e aconselhando as pessoas a se dispersarem. No texto desse autor, há uma citação de Matos Costa, extraída da obra de Peixoto (1916, p. 94), corroborando a assertiva:

A revolta do contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito.

Aos poucos, iam aparecendo as controvérsias sobre o movimento, indicando divergências políticas, que já se arrastavam desde os primeiros conflitos em 1912. O motivo religioso era apenas uma capa para os problemas ligados à falta terras e à exploração por que passavam os sertanejos. As citações da obra de Peixoto (1916), do Capitão Matos Costa, vão esclarecendo as causas do conflito:

Os jagunços queixam-se de que o coronel Arthur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer as terras devolutas do governo, por terem apossado delas pessoas conhecidas que tem facilidade de obter do governo grandes territórios dos dois Estados.

De acordo com Queiroz (1977), Matos Costa deve ter percebido as injustiças que sofriam os camponeses, procurando entender as causas do conflito, sem que, embora, tenha aderido à causa. Ao fazer uma descrição mais detalhada do movimento, cabendo um subtítulo de sua obra à questão da terra, Queiroz (1977, p. 179) enfatiza que a reivindicação ao direito da terra se

tornou consciente por parte dos revoltosos, de maneira clara. “Isso exprimia na sistemática destruição dos cartórios, onde os livros para o registro de imóveis, sempre que os jagunços atacavam as vilas. Expressava-se no fato de que os jagunços ‘manchavam cercas’”.

Lembremos que, antes da construção de Canudos, Conselheiro quebrou as tábuas dos editais de impostos, questionando, com isso, os novos poderes instituídos da República. Em Contestado, além das disputas com os poderes estabelecidos, espalhavam-se também os boatos de invasão das cidades, tal qual ocorrera com a notícia da invasão a Juazeiro na Bahia, pelos conselheiristas. Portanto, boatos sobre invasão e saques a cidades do Paraná e Santa Catarina se espalharam, numa tentativa de convencer o governo a enviar mais forças federais para o conflito. O telegrama republicado no *Diário de Pernambuco* de 28 de julho é bem característico do pavor que se espalhava:

Comércio cidade Lages pede bons officios dessa prestigiosa associação, sentido conseguir governo união gente força federal guarnecer cidade afim contrapor-se inevitável invasão prometida fanáticos que assoalham vizinho município Curitibanos, assassinando, saqueando, arrebanhando. Idêntico pedido conjuntamente poderes municipais fizemos governo união intermédio representação estado aí. Queremos levar conhecimento imprensa que a associação comercial oficiou ministro da guerra incluindo cópia telegrama pedindo providências

No dia 28 de agosto, o *Diário de Pernambuco* informou que os governadores de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina solicitaram à União, com base no artigo sexto da Constituição, intervenção federal na região. Em resposta a essa solicitação, foi nomeado inspetor interino da décima primeira região o General Setembrino de Carvalho, fato esse, que chamou bastante atenção da imprensa pernambucana nos últimos dias de agosto.

O mês de setembro marcou um período de ofensivas dos partidários do encantado monge José Maria. As principais vilas da região, várias estações da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, instalações de serraria e colônias de imigrantes europeus foram atacadas. Foi nesse cenário que Setembrino de Carvalho assumiu o comando militar, levando consigo seis mil homens para o conflito. Ressaltamos que, antes de assumir peremptoriamente o comando em chefe, nas investidas que foram realizadas nesse mês de setembro, o Capitão Matos Costa teve sua vida ceifada, aumentando ainda mais as animosidades na região.

Devido ao aumento da contenda, foi deslocada para os locais dos conflitos, uma companhia de aviadores, segundo notícia do *Diário de Pernambuco*, de 22 de setembro, sendo publicado novamente o mesmo fato dias depois:

O pessoal da aviação vai incorporar-se às forças em operações do Paraná contra os fanáticos. Em direção àquele estado seguem hoje pela Central do Brasil dos aviadores Ricardo Kirk, Darioli, o mecânico Aime e dois auxiliares, conduzindo cinco aparelhos, sendo um Blériot com força de 80 cavalos, um Morane de 90 cavalos, tipo Parasel, um Morane de 60 cavalos e dois outros de 50 cavalos. Esperam-se bons resultados do serviço de aviação, apesar dos campos não se prestarem à ‘aterrisagem’. Os aviadores confiam bastante num bom êxito de sua missão. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/09/1914).

Era a primeira vez que seria utilizada Força Aérea em combates contra civis no Brasil. Sobre o emprego dos aeroplanos nesse conflito, abordaremos mais adiante, mas precisamos esclarecer, que o material aéreo enviado no mês de setembro de 1914 foi inutilizado devido a um incêndio numa locomotiva que levava os equipamentos da aviação, retardando, com isso, o uso dos aparelhos naquele ano.

Os jornais, em Pernambuco, passaram o mês de outubro, reproduzindo notícias do teatro das operações, salientando, sobretudo, as refregas que estavam ocorrendo entre as forças legais e os revoltosos. A notícia, que mais chamou atenção nesse mês, foi publicada pelo *Jornal do Recife*, no dia 24, dando informações detalhadas sobre quem eram os revoltosos e seus respectivos perfis. A informação é uma transcrição de *O Paiz*, numa entrevista realizada com Aleluia Santos, advogado e, segundo o jornal, conhecedor da região e de seus habitantes. Ao invés de ser narrada no formato de perguntas e respostas, a entrevista é um texto longo, com representações sobre os participantes do movimento, alguns pormenores sobre os objetivos do conflito e funções das diversas lideranças. É um documento muito rico, pois serviu, conforme observamos, como fonte para a literatura, que foi construída mais tarde sobre a Guerra do Contestado.

Foram também, nesse mês de outubro, publicadas pelo *Diário de Pernambuco*, “as cartas do Contestado”, assinadas por uma pessoa, que tinha o pseudônimo de “Vago Mestre”. Pelo conteúdo das cartas, era alguém das próprias Forças Armadas e que exercia a posição de comando, devido aos detalhes descritos e do tipo ordem a ser verificada no ataque aos “fanáticos”. A descrição da terceira carta, por exemplo, exerce uma persuasão sentimentalista e apelativa em favor das famílias dos soldados mortos em batalha.

Registramos que esse segundo semestre de 1914 foi o auge do movimento do Contestado, com redutos espalhados por mais de vinte e oito mil quilômetros quadrados, igual ao do Estado de Alagoas. Segundo Queiroz (1977), existiam cerca de vinte mil “fanáticos”, pouco mais de oito mil eram homens e quase o mesmo tanto, mulheres. Em termos de quantidade de habitantes, os ajuntamentos variavam de quinhentas a cinco mil pessoas.

Os redutos surgiam em geral no meio dos troncos de uma derrubada mal concluída. Os ranchos, dispostos e regularmente eram improvisados da noite para o dia. Um conjunto de ruas e ruelas tortuosas desembocava numa grande praça quadrada, onde se erguia a igreja. Eram os ranchos construídos sumariamente para durar apenas uns três anos. Tais casas praticamente não se distinguíam das moradias habituais dos sertanejos mais pobres. (QUEIROZ, 1977, p. 177-178).

O mês de novembro daquele ano começou com a notícia, publicada no *Jornal do Recife*, de que os aviadores Kyrk e Darioli embarcaram para o Rio de Janeiro, com o objetivo de buscarem bombas explosivas e as hélices dos aeroplanos. O periódico publicou várias notícias, transcritas de Curitiba, todas mencionando o General Setembrino de Carvalho. Uma das que nos chamaram a atenção foi a que o comandante em chefe escrevera uma carta ao governador de Santa Catarina, fazendo uma análise da conflagração e indicando a questão dos limites territoriais entre os dois estados, como a causa principal do conflito, solicitando, para isso, que a resolvesse prontamente. O jornal indicou que a carta não teve retorno e o conflito continuou. No dia 10 de novembro, apareceram novas notícias sobre os aviadores, que partiram para o Contestado e, segundo o *Jornal do Recife*, descobriram dois grandes núcleos dos “fanáticos”. Os aviões ficavam no Paraná e faziam voos de reconhecimento da área, visando dar localização mais precisa às tropas que estavam combatendo os redutos.

No dia 12 de novembro, o *Diário de Pernambuco*, republicou um artigo de uma pessoa, que se identificou sob o pseudônimo “B”, fazendo críticas aos governos do Paraná e de Santa Catarina, estados envolvidos diretamente na região contestada.

Toda gente que medita - infelizmente uma minoria insignificante - alcança que o governo federal está errado, e os governos estaduais de Santa Catarina e Paraná são criminosos. A impertinente e vergonhosa questão do Contestado, quase secular, transmudou-se, na república, em um ‘negócio de honra’ entre as ‘soberanias das potências’ interessadas: Paraná e Santa Catarina. Com toda a seriedade o desejo dos brasileiros daqueles dois estados é decidir a pendência entre si à bala. Até aqui se contiveram, porém. Não batalharam, mas, por

longos 80 anos adentro, foram atraindo os ‘homens dispostos’ para ponto que a pequenez barreirista chama ‘Contestado’. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/11/1914).

A carta, ao trazer algumas reflexões sobre as causas do movimento, trouxe a lembrança da Guerra de Canudos, afirmando que José Maria ressuscitou Conselheiro e que aos estados não coube outra alternativa, a ser não solicitar intervenção federal, tal qual ocorreu na Bahia.

O exército foi condenado outra vez ao matadouro inglório. A topografia e as demais condições mesológicas do Contestado não são o mesmo horror pandemoníaco de Canudos. Mas as tragédias que assemelharão, pelo menos. ‘É que ainda não existe Maudsley para as loucuras e crimes das nacionalidades’, exclamou o extraordinário Euclides da Cunha no fecho do seu livro imortal. E nós acrescentamos agora: infelizmente já não existe um Euclides para historiar e estigmatizar o novo atentado, criminosa reincidência nacional... (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/11/1914).

Mais uma vez, vemos se repetirem as narrativas, que foram elaboradas em março de 1897, quando faleceu o Coronel Moreira César em Canudos: o Exército foi condenado ao matadouro. Faltava um Euclides da Cunha, segundo o jornalista, para narrar aquele desfecho inesperado pela imprensa brasileira. Lembramos que na época em aconteceu a derrota da Terceira Expedição no sertões da Bahia, Cunha não produzira nenhum artigo para os jornais.

As querelas políticas iam se desnudando ao longo do conflito e opondo os estados nacionais, quando o assunto era a intervenção federal. Ainda estava fresca a memória de Canudos e os reveses sofridos por tropas federais nas três expedições contra o Belo Monte. Não vamos adentrar densamente em tais querelas, mas, à luz do que publicou o *Jornal do Recife* no dia 21 de novembro, teceremos breve consideração acerca do panorama nacional, mesmo porque, no editorial do periódico, havia palavras de expectativa frente ao novo governo, que sucedia o atual Presidente da República Hermes da Fonseca.

Hermes da Fonseca esteve no centro de uma cisão entre as elites mineira e paulista, quando do processo sucessório do Presidente Afonso Penna. Apoiado por oligarcas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, teve forte influência seu governo, de um político bastante conhecido em nível nacional: Pinheiro Machado⁹². Foi nesse período que tivemos, em Pernambuco, a

⁹² José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 8 de maio de 1851, filho de Antônio Gomes Pinheiro Machado e de Maria Manuela de Oliveira Aires. Em 1854, José Gomes Pinheiro Machado e sua família mudaram-se para São Luís Gonzaga (RS), onde passou a maior parte de sua infância e adolescência. Em 1865, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império. No ano seguinte, sem o

derrocada da Oligarquia Rosa e Silva, que fora oposição ao então Presidente da República. Em um conturbado processo eleitoral, venceu as eleições neste Estado, depois de recontados os votos, o General Dantas Barreto, apoiado por Hermes da Fonseca.

Uma das características mais marcantes do governo Hermes da Fonseca foi a chamada Política das Salvações. Concretamente, trata-se da intervenção federal junto às disputas sucessórias dos Estados de Pernambuco (1911), Ceará, Alagoas e Bahia (1912), dentre outros. Não consideramos necessário entrar nos pormenores de cada uma das intervenções. Em todos esses casos, o governo federal apoiou e interviu a favor de candidatos de oposição nos respectivos estados. Em Pernambuco, o governo federal apoiou as pretensões de Dantas Barreto (então ministro da Guerra de Hermes) contra o domínio de Rosa e Silva. (CARVALHO, 2009, p. 167).

Foi Hermes da Fonseca que nomeou o General Setembrino de Carvalho para comandar as operações no Contestado, segundo grande conflito ocorrido em seu governo, depois da Revolta da Chibata⁹³. Havia uma expectativa muito grande em relação aos sucessos da operação dos militares, já que a nomeação de Setembrino teria sido muito próxima à sua sucessão. Esperava-se que houvesse intervenção nos Estados do Sul, devido ao conflito que vigorava na região desde 1912, o mesmo não ocorrendo. Talvez isso tenha motivado o *Jornal do Recife* a tecer críticas ao seu governo, em relação à demora no envio de força federais.

O que é lamentável é não ter havido, no princípio dessas irregularidades, uma ação enérgica determinante do governo federal, dando lugar ao

consentimento de seu pai, fugiu da escola para alistar-se como voluntário na Guerra do Paraguai (1864-1870). Pinheiro Machado envolveu-se intensamente na propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Em 1880 fundou o Clube Republicano de São Luís Gonzaga e nos anos seguintes participou de diversas conferências republicanas, bem como de excursões políticas organizadas pelos republicanos que percorreram a província. Entrou para a política ao lado de Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos, de quem se tornou grande amigo e o mais leal dos correligionários. Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 Pinheiro Machado foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, na legenda do PRR. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte o marechal Deodoro foi eleito pelos constituintes Presidente da República. Pinheiro Machado, assim como a maioria da bancada do PRR, apoiou a eleição do marechal. Em junho seguinte, ao ter início a legislatura ordinária, tomou assento no Senado Federal no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Na mesma época, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos foi eleito presidente do estado. Com a deflagração da Revolução Federalista, Pinheiro Machado licenciou-se imediatamente do Senado e partiu para os campos de batalha, disposto a lutar ao lado de Júlio de Castilhos, seu amigo e companheiro político. Incorporou-se à divisão do general Francisco Rodrigues Lima e exerceu papel de destaque entre as hostes republicanas. Por sua atuação durante a revolução, recebeu do marechal Floriano Peixoto, por atos de bravura, as honras de general de brigada. Retirado do site:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Pinheiro.pdf>

⁹³ Rebelião ocorrida na Marinha brasileira entre 22 e 27 de novembro de 1910, em protesto contra os castigos físicos que os militares de baixa patente recebiam. Os amotinados, liderados pelo marinheiro João Cândido Felisberto, apelidado pela imprensa da época de “Almirante Negro”, tiveram suas reivindicações atendidas – a punição com chibatadas foi extinta –, mas uma semana depois quase todos foram presos, mortos ou mandados para seringaais na Amazônia. Retirado do seguinte endereço eletrônico: <https://atlas.fgv.br/verbetes/revolta-da-chibata>

prolongamento da luta, a que aumente a audácia dos revoltosos em face de seus primeiros e fáceis triunfos, enquanto novos bandidos se vêm incorporar ao grêmio hostil. (JORNAL DO RECIFE, 21/11/1914).

O periódico dava crédito ao novo governo de Venceslau Brás⁹⁴, que tomava posse por aqueles dias, depositando nele o abafamento da crise do Sul do Brasil. Em editorial do dia 04 de dezembro, o jornal voltou a tecer críticas ao Governo de Hermes da Fonseca, que teria deixado o poder há alguns dias, e a exaltar a política do novo Ministro da Guerra Vespasiano Albuquerque, reproduzindo e analisando um aviso circular aos inspetores da região, o qual solicitava que o Exército não interviesse na vida dos Estados. Pelo que observamos, era uma crítica direta ao General Setembrino de Carvalho, que fora interventor no Ceará entre 15 de março e 24 de junho de 1914, no conflito entre as oligarquias Rabelo contra Acioly.

Uma orientação diferente em relação ao Contestado, percebemos no início do governo de Venceslau: a que o Ministro da Guerra se comunicasse periodicamente com o comandante em chefe, fazendo divulgar, na imprensa, os telegramas do General Setembrino de Carvalho. O *Diário de Pernambuco*, *A Província* e o *Jornal do Recife* do dia 30 de novembro publicaram os telegramas enviados ao Ministro, fato que se repetia nos jornais quase que diariamente.

No dia 02 de dezembro, a tônica do *Diário de Pernambuco* apresentava uma nova representação sobre o conflito. A coluna daquele periódico passou a ser titulada: “os sucessos do Contestado”. Diferente do *Diário*, o *Jornal do Recife* manteve uma postura mais reticente em relação ao conflito, especialmente, por causa de oposição que tinha ao comando em chefe. Por sua vez, a coluna desse jornal foi titulada “os fanáticos do Contestado” e, no dia 13 de dezembro, a manchete da notícia publicada, deixou explícita a oposição mencionada: “o general Setembrino faz política”. Estavam perceptíveis no artigo publicado, as querelas políticas entre os dois Estados por causa da região contestada. Sobre isso, o General Setembrino de Carvalho, inclusive, foi acusado de ser partidário do Paraná:

E o caso s. exc., se foi para ali a fim de pacificar a região, o que de fato está fazendo é política e política perniciososa, ferindo os interesses de Santa Catarina e os interesses vitais da república, em benefício dos paranaenses. Há uma indignação formidável conta o general político, de forma que ele não poderá mesmo entrar em qualquer cidade catarinense sob pena de ser vaiado. [...] É bom que estes fatos sejam levados ao conhecimento dos governantes da República, a fim de que se tome providências enérgicas, tornando-se urgente

⁹⁴ Assumiu a Presidência em 15 de novembro de 1914, pouco depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

a retirada do Sr. Setembrino do comando das forças legais. (JORNAL DO RECIFE, 13/12/1914).

Havia quase três anos de conflito e as questões políticas iam sendo postas, redirecionando as narrativas da imprensa. Dois dias depois da publicação das notícias que, supostamente, indicavam inclinações políticas na condução do comando em chefe, o *Diário de Pernambuco* denunciava que as forças em operação estavam descontentes com a demora do soldo e que os soldados estavam com uniforme roto e descalços.

Mesmo entre a oficialidade nota-se constrangimento conseqüente da falta de dinheiro. Quase toda a oficialidade não recebe soldo há três meses. Os fornecedores de leite, lenha etc., ao hospital de sangue, não receberam pagamento algum do que tem vendido desde o começo das atuais operações contra os bandidos. A situação financeira é precaríssima. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/12/1914).

No dia seguinte, o mesmo jornal noticiou que a Diretoria de Despesas Pública tinha concedido à Delegacia Fiscal do Paraná o crédito de trezentos conjuntos para pagamento das despesas das forças federais, que se achavam em operação no Estado. As denúncias, que foram aparecendo nos jornais acerca das condições financeiras, motivaram um deputado a apresentar projeto de lei, autorizando o governo a abrir crédito extraordinário, para ser utilizado na região conflagrada. Apesar dessas informações publicadas no *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Recife*, na edição de 24 de dezembro, reiterava as denúncias sobre o não pagamento dos soldos. Aproveitando sua oposição ao comando em chefe, no dia 25, continuou reafirmando as acusações:

‘A Noite’ publica o seguinte: Os fatos vêm pouco a pouco contrariando o excessivo otimismo do senhor general Setembrino de Carvalho que, nos seus aposentos do quartel-general de Curitiba, dirige as operações de guerra no Contestado. Ontem, um telegrama anunciava boatos de revolta nos batalhões por falta de pagamento. Que foi feito dos milhares de contos enviados para a delegacia fiscal do Paraná? Naturalmente o pessoal do coronel Fabrício está pago em dia, enquanto as praças do exército estão rotas e famintas e se encontram a braços com a miséria e com a morte. São excelentes as providências tomadas pelo general Setembrino de Carvalho; visam um magnífico resultado. (JORNAL DO RECIFE, 25/12/1914).

O *Jornal do Recife*, ao reproduzir notícias de jornais do Rio de Janeiro, especialmente de o *A Noite*⁹⁵, que fazia oposição ao governo federal, consolidava, em Pernambuco, sua posição frente aos fatos do Contestado.

Iniciado o último ano do conflito, no dia 05 de janeiro, o *Jornal do Recife* publicou extensas notícias que corroboravam com sua linha editorial⁹⁶. Notamos, entretanto, que não fazia a oposição explicitamente, detalhando-a em longos editoriais, como era de costume à imprensa, mas republicando notícias com conteúdos críticos ao comando das forças federais e/ou ao próprio Presidente da República.

A crise lastimosa porque vimos passando, é sem igual na história destes últimos tempos. Nunca o Brasil se achou envolto em tal penúria, nunca o seu exército, então de Caxias, padecera de tamanha enfermidade imoral que hora lhe deformam o caráter aos olhos dos povos civilizados, enfraquece-lhes o organismo já bastante depauperado pelos vermes corrosivos de uma moléstia contagiosa e terrível e o aniquilará, se não houvesse um remédio a tempo a de aliviar essa horrível catástrofe. (JORNAL DO RECIFE, 05/01/1914).

O enxerto que vemos é de uma carta assinada por uma pessoa, que tem o pseudônimo de Virgílio Filho, um “inferior do exército em combate no Contestado”, segundo consta na manchete do jornal. O longo texto tece críticas ao comando do Exército, ao governo federal e compara as táticas dos “fanáticos” com as dos soldados em combate. Pela estrutura do texto e apesar de ter uma nota do editor, indicando que os erros da carta não foram corrigidos “por falta de tempo”, resta dúvida sobre sua autoria, pois a narrativa indica claramente sua intencionalidade.

É bom lembrar que a imprensa estava sendo espelho das querelas do campo de batalha, devido às publicações periódicas de telegramas trocados entre o comando e o Ministro da Guerra, relatórios de militares e artigos de pessoas envolvidas diretamente no conflito, que assinavam seus textos sob pseudônimos. Já citamos aqui o caso das “cartas do Contestado”, assinadas pelo

⁹⁵ *A Noite*, como foi chamado o novo periódico, definiu desde o início uma linha política oposicionista, declarando-se um crítico severo do recém-constituído governo do marechal Hermes da Fonseca. Sua posição era de apoio ao grupo civilista derrotado, que havia encampado a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Apontando as falhas do governo e denunciando o autoritarismo do presidente, o jornal combatia sobretudo a política de “salvações” de Hermes da Fonseca, que promovia a substituição forçada dos grupos oligárquicos no poder. Essa postura custou aliás a *A Noite* uma suspensão e a prisão de seus diretores. Informação transcrita na íntegra do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>

⁹⁶ Foram sete extensas notícias publicadas neste dia, incluindo uma crônica do mesmo Virgílio Filho.

tenente Vago Mestre⁹⁷. Virgílio Filho é mais um, entre tantos, que alimentaram as colunas da imprensa, não só com informações do campo de batalha, mas, sobretudo, com as posições políticas discordantes daquele período.

Estamos no quarto e último ano do conflito, e não tardaram a aparecer notícias na imprensa de que os “fanáticos” estavam perdendo terreno. No mês de janeiro de 1915, várias foram as informações de deserção na região conflagrada:

Eleva-se a 2000 o número de fanáticos que se tem apresentado as autoridades do exército em Papanduvas. (JORNAL DO RECIFE, 16/01/1915). Em Estiva, anteontem, apresentaram-se dez, em Canoinhas apresentou-se o chefe Henrique Vobuland, conhecido por ‘Alemãozinho’, comandante de dois redutos, propondo entregar-se com sua gente. Consta com todo fundamento que Bonifácio Papudo dispersou o seu bando. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21/01/1915). Quero terminar dizendo que nestes oito dias têm-se apresentado aos acampamentos mais de 500 pessoas. Não podem ser mais animadoras as notícias contidas nesse telegrama que claramente alude a próxima terminação da luta inglória e que há tantos meses ensanguenta o território contestado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21/01/1915).

Se no mês de janeiro foram publicadas notícias acerca da deserção dos “fanáticos”, em fevereiro, quase todas as matérias, de ambos os jornais, seguiram a mesma direção. Ao final do mês, o *Jornal do Recife* (28/02/1915) publicava a seguinte informação: “O general Caetano de Faria, ministro da Guerra, declarou que dentro de 15 dias terminarão as operações militares no Contestado, que ficará apenas policiado por uma pequena força.”

A notícia que mais chamou a atenção, no mês de março, foi a queda de um dos aeroplanos utilizado no reconhecimento aéreo dos redutos⁹⁸. No dia 04, informações publicadas pelo *Diário de Pernambuco* davam conta de que o tenente aviador Ricardo Kirk teria falecido em decorrência da queda do aeroplano, quando fazia voo de reconhecimento de Santa Maria, e, enfrentando um temporal, não conseguiu aterrissar, batendo nas proximidades do Rio Jangada. Constatamos que a história do uso da aviação no Contestado teve seu revés: foram enviados quatro aviões desmontados, via férrea, para União da Vitória, mas apenas chegaram dois, pois houve uma explosão nos vagões, conforme mencionamos anteriormente. No mês de fevereiro,

⁹⁷ Notamos que as primeiras cartas foram publicadas pelo *Diário de Pernambuco*, mas que já ao final do 1914 passaram constar das colunas do *Jornal do Recife*, determinando, assim, as posições dos jornais sobre o conflito.

⁹⁸ Segundo informações do *Jornal Gazeta do Povo*, o acidente aéreo marcou a primeira tragédia com avião militar na América Latina. Mais informações podem ser consultadas no endereço: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/aviao-do-1-acidente-aereo-das-americas-e-recriado-cy79b3pg70lcsr9u95bzedcr8/>

umas das aeronaves fora danificada devido a um pouso forçado, além dessa queda no início de março. O mês de março marcou decisivamente o conflito, pois aquelas notícias publicadas acerca das deserções e vitórias das Forças Legais, em janeiro e fevereiro, passaram a ser contrastadas, causando dúvidas em relação aos sucessos obtidos:

Consta que no ataque feito contra o reduto de Santa Maria as forças legais sofreram uma tremenda derrota, deixando no campo da luta muitos mortos e feridos, entre os quais alguns oficiais. O chefe das tropas de operações, general Setembrino de Carvalho, determinou que a coluna do norte avance com urgência para socorrer as forças sob o mando do coronel Francisco Raul Estilac Leal, que se acha com a retirada debaixo de tremenda fuzilaria dos fanáticos. (JORNAL DO RECIFE, 08/03/2015).

O *Diário de Pernambuco* também manifestou surpresa acerca das notícias da região conflitada:

Circulam boatos pavorosos, a respeito das operações das forças no exército no Contestado. [...] As baixas das forças legais montam a centenas de mortos e feridos, entre os quais se encontram muitos oficiais. Foi tão violento esse ataque, que as forças retrocederam para não perderem o último soldado. A retirada foi feita debaixo de intensíssima na fuzilaria. Nesta capital é grande a ansiedade por notícias mais completas e mais positivas do que se está se passando no Contestado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/03/2015).

É bom lembrarmos que foi em março de 1897 que o Coronel Moreira Cesar foi morto, comandando a terceira expedição contra Canudos. A notícia do seu assassinato caiu como uma bomba e segundo os jornais da época, a recém-instaurada República se via ameaçada. É o próprio *Diário de Pernambuco*, que afirma, citando *A Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que, no Sul do Brasil, se repetia “a tragédia de Canudos, que tantos sacrifícios custou a República”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/03/ 1915).

Foram quase dez dias de informações desencontradas sobre esse conflito específico, que ocorreu em Santa Maria. Os partidários do governo enviando declarações para a imprensa, desdizendo que as tropas tinham perdido a batalha, enquanto os jornais de oposição, continuamente, falando em derrota. Em Pernambuco, como já salientamos anteriormente, o *Jornal do Recife* era o responsável por tecer críticas ao governo federal.

O general Caetano de Faria, ministro da Guerra, desmente a derrota das forças legais no ataque ao reduto de Santa Maria. **Eu, porém, afirmo ser tudo verdade.** Uma pessoa chegada do Paraná contou-me que o nosso exército tem sofrido muitas perdas. (JORNAL DO RECIFE, 09/03/1915, grifo nosso).

Em editorial do dia 12, o comando em chefe foi duramente criticado, certamente, em função da suposta derrota no ataque de Santa Maria.

O heroico pacificador do Ceará, o amigo dos romeiros do padre Cícero, está vendo agora que não é fácil dirigir soldados numa luta real, sem que antes se tenha pensado e assentado maduramente o plano do combate. Os fanáticos do Paraná estão demonstrando praticamente que não são dignos de aplausos certos atos do governo, que asseguram aos felizes uma carreira rápida na vida militar, dando-se altos postos aos que não conquistaram pelos seus méritos. O Contestado está agora dando uma lição, que deve ser aproveitada. (JORNAL DO RECIFE, 12/03/1915).

Para contrastar as opiniões do *Jornal do Recife*, o *Diário de Pernambuco*, no dia 13, fez uma análise de entrevista que o General Setembrino de Carvalho, tinha dado dias antes, relatando os últimos combates e reafirmando o sucesso na empreitada. Porém, o *Jornal do Recife* não demorou a realizar novas críticas a Setembrino e, no dia 18 de março, em novo editorial voltou a questionar suas estratégias.

Os jornais do Rio, dizem os telegramas, atacando general Setembrino de Carvalho, comandante das forças em operações do Contestado, pedem ao general Caetano de Faria, que se não deixa levar pelas informações daquele oficial, nem tão pouco tenha como ouro de lei o seu otimismo, quanto às escaramuças e combates travados naquele pedaço do Brasil. [...] O exemplo de Canudos, está claro, não aproveitou e, naturalmente, o Contestado vai custar ainda mais rios de dinheiro e de sangue. O sr. Setembrino de Carvalho bem merece ser chamado ao Rio. É uma solução, que se impõe.

Nesse mesmo dia, o *Diário de Pernambuco* contrastou o editorial numa pequena notícia retransmitida do Rio de Janeiro.

O general Setembrino de Carvalho telegrafou ao ministro da guerra, afirmando que as notícias transmitidas para a imprensa são muito adulteradas. Diz que são igualmente falsas as notícias anunciando derrota das forças legais. Adianta que, desde o dia 8 do corrente, nenhuma perda sofreram as tropas, nem mesmo mortes por moléstia comum. O general Setembrino atribui a campanha feita contra sua pessoa a fins mesquinhos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/03/2015).

A querela, ao que percebemos, iria continuar, especialmente quando jornais do Rio de Janeiro denunciavam que as Forças Legais estavam fuzilando e degolando os “fanáticos”, com a anuência do comando em chefe. A tragédia de Canudos repetia-se nos campos de batalha do Contestado. Lembramos que, ao final do conflito, os conselheiristas, que se entregavam, eram enviados à “gravata vermelha”, sistema de degolamento, que assassinou milhares de

combatentes. À época em que foi denunciado na imprensa o genocídio, comandado por Arthur Oscar, General comandante da Quarta Expedição, raros foram os órgãos de imprensa em Pernambuco que defenderam os assassinados. O *Jornal do Recife*, a época foi um dos que silenciaram, mas por oposição a Setembrino de Carvalho, reverberou a denúncia em suas colunas diárias:

[...] as atrocidades que se dizem que estão sendo levadas a efeito com a aquiescência e aplausos daquele general. Os telegramas, ontem, publicados dão uma ideia triste do que se está passando no Paraná e causam a mais profunda revolta. Custa mesmos a acreditar que um oficial superior do exército consiga em degolamentos frios, e incêndios inomináveis e permita fuzilar estupidamente homens e mulheres e crianças confiantes nas garantias solenes, feitas em proclamação firmadas por esse mesmo oficial. (JORNAL DO RECIFE, 20/03/1915).

Para o articulista, Setembrino, se confirmadas as denúncias, “era um bárbaro”, “homem sem coração”, “não tinha sentimentos afetivos”, e “não honrava a farda que vestia”. Passada mais de uma década da Guerra de Canudos, víamos, portanto, o jornal não ficar em silêncio frente às atrocidades contra os combatentes: “Sem dúvida os fanáticos têm oferecido tenaz resistências às forças do exército, mas isso não justifica as atrocidades denunciadas pela imprensa, máxime quando o inimigo é filho da mesma terra, tem nas veias o mesmo sangue, que corre nas dos soldados da legalidade.” Os conselheiristas, também, não eram? Essas tomadas de posição corroboram com o que escrevemos em nossa dissertação acerca da influência da política partidária nas narrativas sobre Canudos. As denúncias contra Setembrino, não foram levadas em consideração, tampouco, outros órgãos de imprensa em Pernambuco emitiram opinião sobre os fatos.

O *Diário de Pernambuco*, em edição do dia 27 de março, reproduziu uma pequena notícia, confirmando os fatos, mas não emitiu nenhum comentário: “O aviador Darioli confirmou que por ordem do general Setembrino de Carvalho os soldados fuzilam os fanáticos que se entregam; que os vaqueanos, comandados pelo coronel Tibúrcio, os degola.” Essa informação foi confirmada no dia 28, no próprio *Diário*, com notícia que trazia a entrevista do referido aviador, dada ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. Mais uma vez, nem um juízo de valor sobre os assassinatos em massa.

Realmente, o mês de março, em termos de informações sobre o Contestado, foi intenso. Várias foram as publicações, especialmente divulgadas pelo *Jornal do Recife* e *Diário de Pernambuco*.

Por sua vez, o *Jornal Pequeno* e *A Província* reproduziram algumas notícias, mas não entraram nas querelas que verificamos. É importante salientarmos, também, que esse mês marcou, decisivamente, a iminente vitória das Forças Legais sobre os “fanáticos”, especialmente por causa da destruição de um dos maiores redutos, o de Santa Maria.

O general Caetano de Faria, ministro da Guerra, tem recebido inúmeros telegramas de felicitações pela vitória que obtiveram as forças legais no Contestado. O presidente da república Dr. Wenceslau Braz telegrafou ao general Setembrino de Carvalho, chefe das operações das forças legais de operações contra os fanáticos, enviando-lhe parabéns pelo triunfo do ataque ao reduto de Santa Maria. (JORNAL DO RECIFE, 09/04/2015)

Com a queda de Santa Maria, teria terminado a Guerra do Contestado? Os jornais apontaram para essa possibilidade. “O general Caetano de Faria recebeu telegramas do general Setembrino de Carvalho, expondo as providências preparatórias que tomou para o regresso das tropas legais, diz aquele general reinar no Contestado completa paz”. (JORNAL DO RECIFE, 21/04/1915). Mas muitos dos habitantes de Santa Maria, que tinham fugido, se reuniram mais tarde em São Miguel⁹⁹ e, sob a liderança de Adeodato, formaram novos ajuntamentos. O conflito ainda iria continuar.

É preciso lembrar, ainda, que estava em atividade, o reduto de Pedras Brancas, com cerca de mil habitantes. Por isso, “o General Setembrino de Carvalho resolveu adiar seu regresso a esta capital. A atitude inesperada do comandante em chefe das forças é interpretada aqui com um sintoma de que há na zona conflagrada alguma coisa de anormal.” (JORNAL DO RECIFE, 26/04/1915). Acreditamos que, para prestar contas do que estava ocorrendo, o General não se demorou e aportou no dia 10 de maio no Rio de Janeiro, sendo recebido como herói da nação. “Foi estrondosa a sua recepção, sendo vivamente aclamado pelo povo.” Esse fato lembrou-nos a chegada do General Arthur Oscar em Recife, quando do retorno da Bahia em 1897.

Ainda, sob os efusivos aplausos pela vitória sobre Santa Maria, outra polêmica ressurgiu nas colunas dos jornais: a velha contenda entre Santa Catarina e o Paraná, por causa da região contestada. O *Jornal do Recife*, na edição de 12 de maio, informou que *A Noite* tinha entrevistado o governador de Santa Catarina Coronel Felipe Schmidt, acerca dos supostos auxílios prestados por aquele Estado aos revoltosos. Alguns jornais do Rio de Janeiro estavam

⁹⁹ Meses depois Adeodato transferiu o reduto para a cidade santa de São Pedro, com mais de mil ranchos e cerca de quatro mil habitantes.

acusando o governador de armar os “fanáticos” para que atacassem cidades do Paraná. Na entrevista concedida, Schimidt rechaçou a acusação, dizendo que a luta tinha sido travada em seu Estado e que fazendas de criações nos municípios de Canoinhas, Curitibanos, Campos Novos e Lages teriam sido devastadas, não sendo compreensível que ele ajudasse os revoltosos a fazerem sua própria ruína.

Sobre esse assunto, no dia 23 de junho, o *Jornal do Recife*, divulgou que o Coronel Felipe Schimidt teria chegado ao Rio de Janeiro, onde foi recebido pelo Presidente Wenceslau Braz, por Ministros. A bancada catarinense e teria ido a convite do mandatário da nação para resolver as questões do Contestado. O governador de Santa Catarina, em entrevista, afirmara que, enquanto não se resolvesse a questão dos limites, não teria fim os ajuntamentos dos “fanáticos”.

Os jornais do dia 28 anunciaram também a chegada do governador do Paraná Carlos Cavalcante, que teria ido ao Rio para se reunir com o Presidente da República e tentar um acordo com o governador de Santa Catarina. Apesar de os dois mandatários estarem no Rio de Janeiro, não houve o tão esperado encontro e a questão dos limites não fora solucionada de pronto. As acusações entre os dois Estados ainda continuaram e durante o mês de agosto daquele ano, os jornais denunciavam que a polícia paranaense tinha invadido territórios catarinenses e prendido armas de vaqueanos. Lembramos que as duas polícias, ainda, continuavam os cercos contra os redutos dos “fanáticos” estabelecidos em áreas adjacentes. As refregas continuavam e os jornais começavam a anunciar o fim dos últimos ajuntamentos. No dia 27 de outubro, o *Jornal do Recife* informava que “o general Caetano de Faria recebeu comunicação oficial da tomada de Pedras Brancas, assim como a prisão de 44 “fanáticos”.

Era 17 de outubro de 1915. Ocupado reduto de Pedras Brancas, os assaltantes revistaram os ranchos, carregaram o que foi encontrado: carne sem sal, retalhos de fazenda, chumbo, balas, armas, grande quantidade de arreios, algum dinheiro e duzentos e poucos animais. Após o saque, os ranchos foram incendiados, como sempre. (QUEIROZ, 1977, p. 239).

As notícias que foram sendo publicadas nos meses de outubro, novembro e dezembro davam conta dos embates e das sucessivas derrotas que os “fanáticos” sofriam. Praticamente, apenas o *Jornal do Recife* publicava as informações. No dia 29 de dezembro, “o general Caetano de Faria recebeu um telegrama do coronel Felipe Schimidt, comunicando a tomada do reduto de Tamanduá, o que constituiu o final da campanha contra os fanáticos”. (JORNAL DO RECIFE,

30/12/1915). Em janeiro de 1916, os batalhões que compunham a Força Federal foram sendo retirados dos locais do conflito.

O general Caetano de Faria entrevistado sobre a retirada dos batalhões que operavam no contestado, disse que isso fizera considerar terminada a campanha, porém determinou medidas de prevenção ficando pequenos destacamentos dos pontos infestados de fanáticos. (JORNAL DO RECIFE, 07/01/1916).

Várias foram as notícias publicadas no mês de janeiro, dando conta das prisões ou das capitulações dos combatentes. O *Jornal do Recife* do dia 29 de janeiro estimou em cerca de cinco mil pessoas o número de “fanáticos”, que se apresentaram às autoridades.

Quase loucos de fome, os envolvidos em restos de trapos ou inteiramente nus, mostrando todos os ossos sobre a pele, mais de 1000 fanáticos se apresentaram a Vila de Canoinhas. Nunca o povo dali tenha visto ou sequer imaginado miséria igual. Esquecendo então velhos ressentimentos, resistindo às autoridades que ainda pensavam em castigar e punir, o povo de Canoinhas socorreu aqueles desgraçados. (QUEIROZ, 1977, p. 242).

Porém, nem todos tiveram a mesma sorte de se entregar, havendo, como já mencionamos neste capítulo, sucessivos assassinatos:

Em Perdizinhas recolheram os presos a uma grande casa. Havia uma lista de jagunços que, se fossem presos, não deveriam escapar. Daqueles que foram trazidos na primeira leva, apartaram oitenta e um. Conduziram-nos à sombra de uma imbuia muito copada. Mandaram todos formar de costas. E fuzilaram assim os 81. [...] Cenas análogas repetiram-se durante aqueles dias. Chegados os ex-fanáticos a Perdizinhas, começava a tragédia: muitos comiam e caíam ali mesmo, outros eram apartados para o açougue. Em Perdizinhas foram mortos 167 presos. Geralmente os cadáveres eram queimados em grandes fogueiras de grimpas de Pinheiro. (QUEIROZ, 1977, p. 243).

Nenhuma notícia fora publicada acerca dos assassinatos; mais uma vez, a imprensa, como de costume, não emitia opinião sobre a tragédia anunciada. As querelas entre os dois Estados, ainda, tomavam conta das colunas dos jornais, e foi assim até a última notícia publicada em Pernambuco sobre o Contestado, pelo *Jornal do Recife*, no dia 09 de fevereiro de 1916.

O Contestado, marcava, assim, mais uma página triste da nossa História. Em Canudos, outrora, milhares de sertanejos foram abatidos como animais, despossuídos de sua dignidade e acusados de romper com a República. Em Contestado, outros milhares assassinados, envolvidos numa

querela entre dois Estados, que, na ganância por terra, usaram a crença de um povo, que pela via da religiosidade popular, esperava o dia em que todos pudessem simplesmente ter dignidade.

Mas os conflitos, por causa da manifestação religiosa popular, continuaram ocorrendo no Brasil. No Nordeste, com ligações muito estreitas ao Padre Cícero do Juazeiro do Norte, ocorreram dois eventos que também chamaram atenção da imprensa de Pernambuco. Os dois estão relacionados, porque são imbricados na religiosidade, na luta por dias melhores e na esperança de alcançarem a dignidade. Trata-se do Caldeirão de Santa Cruz, ocorrido em Crato-CE e Pau de Colher em Casa Nova-BA. Apesar de terem relações, como mencionamos, vamos apresentá-los nos dois últimos capítulos desta tese, seguindo, conseqüentemente, a cronologia dos fatos.

6 A DESTRUIÇÃO DO CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ: O NOVO CANUDOS, COMUNISTA

Com o fim de evitar as consequências funestas do novo arraial de Canudos, o sr. Chefe de Polícia do Ceará Capitão Cordeiro Netto, resolveu dispersar o aglomerado ameaçador. (FIGUEIREDO FILHO apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/06/1937).

Como vimos na epígrafe deste capítulo, Caldeirão trará de volta a memória de Canudos e com uma novidade: a ameaça comunista. Havia pouco mais de dois anos que a imprensa noticiara o levante militar, ocorrido na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. A sublevação se estendeu por outros Estados, mas logo foi debelada violentamente, iniciando-se uma verdadeira caça aos comunistas. Como uma das bases da revolta foi o Nordeste, os movimentos religiosos que vamos analisar nestes dois capítulos foram acusados de serem partidários do levante comunista e em pleno Estado Novo¹⁰⁰, ditadura varguista, e foram debelados rapidamente.

Sobre esse cenário de perseguição aos opositores, regime de exceção e desconfiança da religiosidade popular, ocorreram estes dois tristes episódios que vamos analisar: O Caldeirão da Santa Cruz e o Pau de Colher. Não tem como tratar esses dois movimentos, sem ter que relacioná-los ao padre mais famoso do Brasil, que continua, mesmo neste século XXI, a atrair multidões à cidade¹⁰¹ que se desenvolve, devido ele ser sua principal fonte de atração.

Nesta narrativa, seguiremos uma triangulação entre as cidades de Juazeiro do Norte e Crato, no Ceará, e Casa Nova, na Bahia, pois estão entrelaçadas no contexto religioso, político e social, elementos importantes para compreendermos a questão. Caldeirão e Pau de Colher fazem parte de um mesmo signo e usam praticamente os mesmos símbolos, pois, como já mencionamos, estão imbricados; por isso, como veremos adiante, o movimento de Pau de Colher foi confundido pela imprensa de Pernambuco, com o de Caldeirão.

¹⁰⁰ “[...] a chamada revolta comunista forneceu forte pretexto para o fechamento do regime. Depois de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Esse processo culminou com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que fechou o Congresso, cancelou eleições e manteve Vargas no poder. Instituiu-se assim uma ditadura no país, o chamado Estado Novo, que se estendeu até 1945”. Retirado do site:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>

¹⁰¹ O município do Juazeiro do Norte segundo censo de 2010 tinha uma população de 249.939 pessoas e a estimada para 2020 foi de 276.264 pessoas, se configurando na terceira cidade mais populosa do Ceará e a centésima do Brasil.

A imprensa de Pernambuco sempre esteve atenta aos acontecimentos do Ceará, dando especial atenção à liderança do Padre Cícero Romão Batista¹⁰².

Talvez jamais um homem tenha adquirido no Brasil e mantido durante tanto tempo o prestígio alcançado pelo padre Cícero entre as massas do campo. Sua popularidade espalhou-se por todo o interior setentrional do país, do Amazonas a Bahia, movimentou romarias durante décadas inteiras, foi alvo de discussões no parlamento e na imprensa, colocou a cúpula da igreja católica em difícil posição, acirrou discórdias de lutas entre facções políticas. (FACÓ, 2009, p. 152).

As informações sobre os grupos que o Padre Cícero ia formando ao longo de sua trajetória de líder não apenas religioso, eram publicadas nos jornais pernambucanos. Em 12 de março de 1909, o *Jornal Pequeno* reproduziu uma notícia do *Unitário* de Fortaleza, dando conta de que o sacerdote de Juazeiro tinha uma colônia de beatos na cidade do Crato e que essas pessoas estavam realizando trabalhos, do tipo limpeza de roças. A informação relata que havia uma atividade no Sítio Baixa D'Antas, distante oito quilômetros do Crato, e que seria o primeiro local a colocar em evidência um dos líderes do movimento do Caldeirão, José Lourenço.

O articulista do jornal se espantou com a quantidade de pessoas que o Padre Cícero reunia para essas empreitadas nos sítios e nas roças e avaliou que era melhor que elas trabalhassem em vez de ficar rezando o tempo todo de rosários nas mãos.

A numerosidade espanta-nos. A coisa, porém, com que vai tomando o caminho que desejáramos: - mais enxadas, menos rosários, mais trabalho e menos reza, com maior segurança de boa vida na terra e agrado de Deus, que vem supomos não gostar de vadios. (JORNAL PEQUENO, 12/03/1909).

Muitas coisas aconteceram em Juazeiro do Norte nos primeiros trinta anos do século XX, o que não teremos como narrar nesta tese, mas que contribuíram para a formação do Sítio Caldeirão. Lembremos que, em 1934, Padre Cícero faleceu e deixou, em testamento, a localidade para os salesianos. Como as famílias abastadas do Crato e adjacências já tinham oposição à comunidade, aproveitaram a oportunidade para solicitar o desmantelamento de Caldeirão. Vejamos como esse evento foi noticiado pela imprensa de Pernambuco a partir de 1935.

¹⁰² Em nosso arquivo, temos transcritas 200 páginas de notícias sobre o Padre Cícero na imprensa de Pernambuco, extraídas de 1889 (ano do milagre da Beata Maria de Araújo) à 1934 (ano da morte do Padre Cícero).

No dia 28 de fevereiro de 1935, o *Diário de Pernambuco*, publicou um artigo titulado “Os fanáticos do Caldeirão” e assinado por Antônio de Alcântara Machado¹⁰³ abordava a situação do Sítio Caldeirão e fazia uma análise da liderança dos dois beatos principais do movimento: José Lourenço¹⁰⁴ e Severino Tavares¹⁰⁵. Para o escritor, os dois estavam explorando a memória do Padre Cícero no Cariri, fanatizando a população e obrigando-a a trabalhar. Lavrando a terra, os romeiros se transformaram em colonos, não se limitando em apenas rezar, construir igrejas e venerá-los, mas principalmente, preparar o espírito para as bem-aventuranças.

Incomodava ao autor do artigo a prosperidade do Sítio Caldeirão, “onde as safras são cada vez mais vastas e mais compensadoras”. Numa análise bastante preconceituosa, o autor considerava os dois “malandros”, “canalhas”, “dois pândegos” e “sócios fantasiados de taumaturgos”. Apesar dessas considerações, a “exploração” dos romeiros não era totalmente negativa para Alcântara Machado, porque representava um “progresso” e não deixava de ter utilidade, recebendo uma lição de trabalho e “não se embrutecendo na ociosidade e credence”. Como são contraditórias as opiniões, pois ao mesmo tempo em que usa expressões que os desqualificam, considera que não estão ociosos e na credence, mesmo eles sendo beatos.

¹⁰³ O escritor e bacharel em direito Antônio Castilho de Alcântara Machado d’Oliveira começou a escrever para a grande imprensa em 1921. Em 1923, tornou-se redator e crítico teatral, escrevendo a coluna “Teatros e música” para o *Jornal do comércio*. Foi fundador e diretor das revistas modernistas, *Revista de Antropofagia* (1928) e *Revista Nova* (1931). Em 1927, passou a ser colaborador dos *Diários Associados* e, em 1934, tornou-se diretor do *Diário da Noite* do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal por São Paulo em 1934. Exerceu sua vida literária e jornalística em paralelo à advocacia. Foi um dos principais nomes do Modernismo, com várias obras publicadas, dentre elas: *Pathé-Baby*, São Paulo (1926); *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927); *Laranja da China* (1928). Informação retirada do site: <http://www.ieb.usp.br/antonio-de-alcantara-machado/>

¹⁰⁴ José Lourenço Gomes da Silva, oriundo da Província de Alagoas, onde nasceu 1872, escapou da transferência interna de mão de obra para o sudeste do país e para a extração de borracha na Amazônia e, como centenas de outros trabalhadores sem-terra do nordeste, chegou a Juazeiro do Norte por volta de 1890/1. Como milhares de sertanejos que se dirigiam para o Cariri no período, José Lourenço é descendente dos males do nordeste semiárido: da seca, da condição do negro livre e da fome da opressão secular da região. José Lourenço procurava a sua família - o pai, a mãe e as duas irmãs - que já se encontravam em Juazeiro atraídos pelos milagres. Em meio ao fervor religioso que inundava o arraial, onde a presença do padre Cícero e da beata Maria de Araújo intensificava o misticismo popular, José Lourenço, que já era penitente em sua Terra, teria continuado a exercer essas práticas em Juazeiro. Informação retirada do livro: “A Santa Cruz do Deserto” de Tarcísio Marcos Alves, 2012, p. 81-82.

¹⁰⁵ Existem duas versões acerca da origem de Severino Tavares. A primeira é a do Sr. Camilo Lobo, entrevista citada por Holanda (1997): “afirma que Severino chegou ao Caldeirão depois da Revolta de Natal, ao lado de muita gente. Disse que era sargento ou soldado do exército naquela cidade”. A segunda, que acredito ser a verdadeira, seu bisneto, Sandro Valério Leonel Tavares, confirma que seu bisavô “nasceu no município de Cabaceiras-PB, em 19/12/1885, era comboieiro, sendo por muito tempo responsável pelo transporte de insumos do Porto de Recife Pernambuco para João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba. Além dessa atividade, era também proprietário de duas fazendas no seu estado Natal. Fixou residência em Juazeiro após se envolver em alguns problemas com a polícia daquele estado”, por volta de 1924 e em 1926. Por intermédio do padre Cícero, conheceu o Beato José Lourenço e a comunidade do caldeirão, vindo a se tornar um dos personagens principais desta epopeia religiosa, tornando-se o elo entre o arraial do Caldeirão e a população sertaneja. Informação retirada da Tese de Doutorado de Lemes Rodrigues da Silva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais do Centro de Ciência Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009, p. 61.

Se de um lado contribuem para a prosperidade criminosa de dois canalhas, de outro cooperam para a riqueza de um pedaço de terra até então abandonado. E talvez regressem para suas casas curados do mal da crendice. (MACHADO apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/02/1935).

O autor do artigo compara o Caldeirão com Canudos e afirma que José Lourenço não é nenhum Antônio Conselheiro, não se limitando a receber a veneração e fomentar o analfabetismo dos fiéis, exigindo deles devoção e trabalho. “José Lourenço e Severino talvez estejam desmoralizando o Cariri, a profissão de beato. É um serviço que o Nordeste lhes fica devendo. (MACHADO apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/02/1935). Sobre o conceito de trabalho, Alcântara Machado encontra a diferença fundamental entre os dois movimentos, talvez se apegando às novas discussões que havia no Brasil nos anos de 1930.

Ressaltamos que, em 1935, estava ocorrendo no Brasil Intentona Comunista, e os eventos, que aconteceram em Caldeirão no ano posterior, foram logo relacionados a esse fato, como atentamos no início deste capítulo. No dia 17 de setembro de 1936, o *Diário de Manhã* estampou a seguinte manchete “Comunistas no sertão do Ceará” e transcreveu a informação do Rio de Janeiro, repassada por um telegrama de Martins Rodrigues, secretário do interior e recebidos pelos senadores Edgard de Arruda e Waldermar Falcão.

O modo como José Lourenço conduzia o Caldeirão, onde tudo era feito por todos e todos recebiam os benefícios de seus trabalhos de forma igualitária, foi percebido, pelas camadas dominantes, como uma experiência comunista em pleno sertão cearense. Some-se a isso a aproximação geográfica entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. (ALMEIDA, 2011, p. 77).

Constava na informação que a polícia, há muito tempo, estava recebendo denúncias acerca de um agrupamento de “fanáticos” chefiados pelo Beato José Lourenço, num lugar denominado Caldeirão, município do Crato, constituindo “possível ameaça à ordem pública”. Ao ser informada, a força militar procedeu diligências reservadas, chegando a “extinguir” o reduto, que já se irradiava, segundo a notícia, por vários pontos do Nordeste.

A informação segue dizendo que, no dia 10 daquele mês, o chefe de polícia foi ao local, encontrando novecentas pessoas, abrigadas em casebres, vivendo numa “espécie de regime comunista, rigidamente obedientes ao beato, com ração diária, não pagando salário”. Como eram as primeiras informações divulgadas em nível nacional, alguns detalhes são importantes

para serem destacados, pois contribuíram na formação da percepção que o leitor deveria ter sobre os fiéis do ajuntamento: “Quase toda a população do centro do fanatismo traja roupa preta imunda, vivendo em rudes condições de higiene”. A expressão “imunda” e “rudes condições de higiene” revelam o propósito da notícia.

No local, segundo a informação, foi realizado um censo pela força militar, constatando-se que muitos dos fiéis eram do Rio Grande do Norte, informação que corroborou com a perspectiva do articulista o qual afirmava que o espaço era um reduto comunista, oriundo da intentona, eclodida naquele Estado no ano anterior: “O chefe de polícia apurou que cerca de 50 por cento dos fanáticos são constituídos por elementos vindos do Rio Grande do Norte, nos últimos seis meses, deixando esse fato presumir, tratar-se de foragidos do movimento de novembro.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17/09/1936). Posteriormente, nada foi constatado de verdadeiro na assertiva.

A notícia terminou informando que o lugar foi ocupado militarmente, ordenada a dispersão dos fiéis, que, sob vigilância policial, seriam recambiados aos lugares de procedência dentro de curto prazo. Quanto a José Lourenço e seu principais colaboradores, seriam detidos, com o objetivo de impedir nova concentração, “a mesma coisa sucedendo àqueles a respeito de quem se apure tenham participado da sedição em Natal.” O medo de o comunismo se espalhar sobre o Brasil estava patente nas opiniões constantes dessa notícia.

Ao se divulgar, sobretudo através da imprensa, que o comunismo era um perigo para o Brasil e que, por esse motivo, deveria ser combatido, os argumentos e a justificativa para ações repressivas encontravam respaldo junto à população brasileira, temente de que o comunismo significasse um perigo para a família. E não bastava ser um fato concreto, como a Revolução de 1935, em Natal. Qualquer acontecimento com a mínima semelhança com as ideias comunistas era combatido duramente. (ALMEIDA, 2011, p. 77).

Em 1936, o *Diário de Pernambuco* publicou dois extensos artigos sobre o assunto, mas, antes de analisá-los, é importante observarmos o que realmente ocorreu em setembro daquele ano, no Sítio Caldeirão. Para isso, é preciso recordarmos que o Padre Cícero, proprietário do sítio - falecido em 1934 - tinha deixado, no testamento, a propriedade para os padres salesianos, que decidiram tomar o sítio e indenizar o beato pelas benfeitorias lá realizadas. Para ter o sítio como sua propriedade, a Ordem contratou advogados, que utilizaram como estratégia para recuperá-lo, a divulgação de que lá era uma nova Canudos e que Lourenço possuía armas escondidas,

sendo uma ameaça ao estado e à sociedade, por ter franca tendência comunista. O advogado dos Salesianos, na época Norões Milfont, não apenas espalhou boatos, mas conseguiu enviar uma pessoa para o Sítio Caldeirão no intuito de investigar e monitorar as ações dos seus moradores.

Era o capitão José Gonçalves de Bezerra, conhecido na região como um implacável caçador de cangaceiros, sendo, na verdade, um deles, só que escondido por trás da farda policial: um matador profissional, especializado em resolver à bala, as brigas intra-oligárquicas na região. (ALVES, 2012, p. 159).

O capitão José Gonçalves foi ao Caldeirão disfarçado de industrial, interessado nas possibilidades econômicas da região, especialmente em relação à indústria de oiticica¹⁰⁶. O espião ficou na residência de José Lourenço observando o que as pessoas produziam e os costumes sistemáticos dos fiéis. Mas, no seu relatório, produziu inverdades, tais como afirmar que o Caldeirão era “novo Canudos, coito de fanáticos e do terrível perigo comunista”. Após a espionagem realizada pelo Capitão José Bezerra, o interventor do estado do Ceará, Francisco Mendes Pimentel se reuniu com os advogados da ordem Salesiana, com o bispo do Crato e outras autoridades para avaliarem a situação e decidirem se era o caso de intervenção. Após apresentação do relatório do Capitão Bezerra, decidiu-se pela tomada do Caldeirão.

O tenente Jose Góis de Campos Barros produziu um relatório da tomada do Sítio Caldeirão ocorrida no dia 10 de setembro de 1936. Naquela localidade, fizeram batidas em todos os casebres, prendendo homens que foram conduzidos para a casa do engenho, ponto previamente escolhido para esse fim. Segundo Alves (2012), a força policial suspeitava que os camponeses tivessem armas escondidas e não tiveram complacência com as residências, invadindo-as e saqueando-as, na tentativa de descobrir o arsenal escondido.

Depois dessa devassa, o tenente Góis de Campos Barros reuniu a comunidade e solicitou que cada família juntasse seus pertences e voltasse para os seus locais de origem, oferecendo

¹⁰⁶ A oiticica é uma planta da família Chrysobalanaceae, endêmica na caatinga e na vegetação típica da faixa de transição entre o sertão semiárido do Nordeste e a região Amazônica (Mata dos Cocais) sendo encontrada nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Tem grande importância, quer pelo aspecto ambiental de ser uma espécie arbórea perene sempre verde que preserva as margens dos rios e riachos temporários na região da caatinga, quer como espécie produtora de óleo. Durante todo o ano, inclusive nos períodos de seca, comuns às regiões de ocorrência natural dessa planta, mantém-se verde e fornece sombra ao homem e diversos outros animais. Informação retirada do site: <https://www.naturezabela.com.br/2014/09/oiticica-licania-rigida.html>

passagem de trem e de navios, que foram rejeitadas pelos fiéis. “Os policiais juntaram todos os habitantes, homens, mulheres e crianças, e sob coronhadas e pontapés, os prenderam em um curral, onde passaram vários dias. Em seguida, completaram o crime: após saquear todas as casas incendiaram-nas durante a noite.” (ALVES, 2012, p. 164).

Foi isso que ocorreu naquele mês de setembro de 1936, pouco noticiado na imprensa de Pernambuco. Mas os fatos geraram, como já falamos anteriormente, duas notícias extensas publicadas no *Diário de Pernambuco*, com comparativos entre Canudos e Caldeirão, reproduzindo também boatos sobre a integridade dos fiéis e dos líderes do movimento.

A primeira dessas duas séries de informações sobre o Caldeirão e José Lourenço é do dia 01 de outubro e tem como manchete principal: “Zé Lourenço, o Santo do Caldeirão, no Crato”. O texto inicia dizendo que o fanatismo é um dos aspectos mais contristadores do sertão brasileiro, notadamente do sertão nordestino, onde o fenômeno é mais frequente. Isso é resultado, segundo o articulista, da ignorância e da miséria, que produz “andrajosos e famintos”, que são aptos a reunirem-se em torno de um santo, “que lhes impõe a sua vontade e exerce sobre eles uma ascendência moral impressionante.” A história do Brasil registra episódios semelhantes, a exemplo da Guerra dos Quilombos, da Campanha de Canudos e do Juazeiro do Padre Cícero, argumentou a notícia.

A tônica de que a comunidade era comunista reverberou nessa informação; cremos que incentivada segundo as informações que os advogados dos Salesianos divulgaram anteriormente e a publicação dos relatórios das forças militares, que desarticularam a comunidade. Para o jornal, o comunismo não provinha de nenhuma ideologia política e era fruto do misticismo dos fanáticos e da esperteza de Lourenço.

Esse núcleo foi tomado pela imprensa como um bando de comunistas, vivendo em pleno regime soviético. Nada mais errado. Era apenas um grupo de miseráveis, que a penúria e a superstição reuniram sob a autoridade do Beato José Lourenço, um místico embusteiro e libertino. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/10/1936).

Existia à época um boato que Lourenço tinha um harém com dezesseis mulheres, as quais viviam em promiscuidade, repetido pelo jornal: “Ele era um déspota. Um sultão matuto. Nem lhe faltava para a semelhança, com os sultões, um numeroso harém”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/10/1936). Usava-se, como discurso balizador, a questão da moral e os

bons costumes, argumentos que, ainda hoje, são utilizados não apenas em artigos na imprensa, mas especialmente em redes sociais. Sobre os poderes do beato, a notícia informava que ele era a autoridade suprema do lugar e seus poderes eram absolutos em todos os sentidos. Mais uma vez, a forma da narrativa tentava inculcar no leitor uma impressão de que a comunidade era explorada por seu líder, afirmando que os fiéis trabalhadores não ficavam com o fruto dos seus trabalhos. “Zé Lourenço era um verdadeiro déspota, explorando a miséria e o misticismo daqueles pobres diabos”. A notícia dava conta ainda de que Caldeirão vinha sendo centro de convergência dos romeiros, ultimamente recebendo cerca de cinquenta romeiros por dia, que levavam presentes e dinheiro. Novamente, a indução ao leitor estava clara, quando, especialmente, se reportava às mulheres e às supostas cerimônias sexuais:

Havia várias modalidades dessa cerimônia, todas de fundo sexual. Uma delas consistia em subir uma escada situada em lugar ermo. O santo ficava embaixo, com os olhos virados para cima, em atitude de êxtase religioso... as mais bonitas e concupiscentes eram quase solicitadas pelo santo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/10/1936).

A notícia também se referiu à invasão do sítio e a dispersão dos seus moradores. Quanto ao destino dos fiéis que tiveram que abandonar seu lar, o articulista afirmou que foi difícil para as autoridades terem uma solução concreta, apesar de aparecerem três soluções: a primeira, empregá-los em obras de emergência, mas corria-se o risco, segundo a informação, de eles contaminarem os demais empregados com o fanatismo; devolver aos Estados de origem, pois 80% provieram da Paraíba, Alagoas, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e por fim, espalhá-los pelo Ceará, embora correndo o risco de serem fundados outros núcleos. Para a matéria, essa última foi a solução encontrada pelas autoridades.

Quinze dias após publicada a primeira notícia, o mesmo jornal trouxe mais informações acerca da vida de José Lourenço. O título da matéria foi “o Patriarca Zé Lourenço, curiosos detalhes de sua vida e de seus prosélitos no interior cearense, encaminhador de promessas e senhor de 15 mulheres – a subida para o céu...” Mais uma vez, a fonte da informação é de Fortaleza, datada do dia 13 de outubro e, pelas observações das características do formato da organização da narrativa, foi escrita pela mesma pessoa que escreveu a notícia publicada no dia 01. A ordem da informação dividia-se em subtópicos, cada um com detalhes, não só do cotidiano do beato, mas, sobretudo, do dia a dia da comunidade.

Para iniciar a informação, aspectos particulares do beato não podiam faltar: “Um esperto caboclo já entrado em anos, tomara a si, discricionariamente, a tarefa de orientar e dirigir os moradores do lugar, que o olhavam com respeito e veneração, acatando sem discussão as suas ordens.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/10/1936). Logo após essa informação, vieram os detalhes do lugar, que para o jornal tinha cerca de duas mil pessoas, distribuídas em quatrocentas casas, “sem nenhum preceito moral ou higiene, praticando e professando ritos religiosos excêntricos e estranhos, mais repelentes do que os ‘candomblés’ africanos.” Pelo que observamos, as questões morais, de higiene e o preconceito contra as manifestações de matriz africana direcionaram a tônica da persuasão.

Sobre a quantidade de pessoas que habitavam Caldeirão, não há um consenso entre os autores pesquisados. Para Alves (2012, p. 116), sua população alcançou, no auge da fase mais populosa, cerca de duas mil pessoas; já para Gomes (2009, p. 60), foram cinco mil, no auge de sua existência; para Silva (2009), cerca de três mil pessoas. Cremos que, pela geografia do lugar, não havia, realmente, condições de haver ali mais de duas mil pessoas.

Mas continuemos a explorar o artigo, que continuou a induzir o leitor a ter aversão ao líder do movimento, que residia numa casa principal situada no centro da propriedade e era servido por numeroso séquito de criados que julgavam, segundo a notícia, honra especial prestar serviços ao “velho pagé”. Sua mesa era variada e servida por bebidas finas, que oferecia com muita satisfação aos hóspedes que o visitavam.

O ‘santo’ do Caldeirão vivia, pois, como um nababo, gozando de todos os prazeres materiais possíveis naquele rincão. Tinha, mesmo, numerosas mulheres, com as quais mantinha relações as mais íntimas à vista de todos. O ‘harém’ do Beato era povoado por 15 ‘hetaires’¹⁰⁷, algumas de apreciável porte e regular beleza e que pertenciam a uma ordem denominadas de Catarina, que tomavam parte em certas solenidades do culto. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/10/1936).

Woitowicz (2015, p. 126), afirma que o discurso funciona a partir de um ponto de vista do imaginário da época, como vemos na citação acima do *Diário de Pernambuco*, que induz ao leitor uma visão equivocada da realidade prática:

¹⁰⁷ As heteras ou hetairas (do grego ἑταῖραι, transl. *hetairai*: 'companheiras', 'amigas'), na sociedade da Grécia Antiga, eram prostitutas refinadas, que, além da prestação de serviços sexuais, ofereciam companhia e sabedoria, frequentemente tinham relacionamentos duradouros com seus clientes, diferenciavam-se das prostitutas comuns (*pornoi*) da época, pois além do prazer carnal, ofereciam prazer cultural para seus companheiros, tendo casos com os homens que as procuravam. Informação retira do site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hetera>

[...] o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. A partir das formas de inscrição da historicidade na linguagem, podem-se perceber os processos midiáticos que atuam na perpetuação e construção de determinados sentidos em detrimento de outros, organizando os acontecimentos de modo a orientar – simbolicamente – uma dada visão da realidade.

A matéria seguiu dando detalhes de cerimônias religiosas, das celebrações da Semana Santa e da Ordem dos Penitentes, elementos comuns à religiosidade popular medieval, que fora transplantada para o Brasil colônia pelos colonizadores e se espalhou pelo sertão. Porém, para o articulista, tudo parecia uma novidade, estranha aos ritos católicos oficiais, que tanto a população litorânea preservava.

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1998, p. 08).

Em 1937, exatamente em 01 de janeiro, o *Diário de Pernambuco* publicou uma extensa entrevista com Djacir Menezes¹⁰⁸, intelectual cearense e, segundo o jornal, um estudioso dos problemas nordestinos. Apesar de ser uma rica fonte de informação, interessou-nos neste capítulo sua opinião sobre o Caldeirão, que não ficou distante do que já analisamos e dissertamos até aqui. Menezes repetia o que já tinha sido publicado na imprensa, abordando a liderança do beato, suas “virgens” etc. Ele afirmou, na entrevista, que as condições sociais geravam a mentalidade fanática e os jagunços acreditavam agir com forças naturais que não compreendiam.

¹⁰⁸ Djacir MENEZES - Nasceu em Maranguape, 16 de novembro de 1907. Estudou no Instituto Miguel Borges e Liceu do Ceará (turma de 1925, sendo o orador). Bacharel em 1930 pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, depois de ter iniciado o curso em Fortaleza. Professor: Escola Normal, Faculdade de Direito do Ceará; fundou a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará e a Academia de Comércio. Inspetor Regional do Ensino. Reitor da Universidade do Brasil, de cuja Faculdade de Filosofia foi catedrático. Do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, Academia de Filosofia, Academia Brasileira de Ciências Econômicas e Administrativas. Livros sobre Educação, Direito, Psicologia, Economia, Sociologia, Filosofia, Crítica Literária como: Diretrizes da Educação Nacional, Teoria Científica do Direito; O Outro Nordeste; Crítica Social de Eça de Queiroz; As Elites Agressivas; Evolucionismo e Positivismo ac Crítica de Farias Brito; Premissas do Culturalismo Dialético; Raízes Pré-Socráticas do Pensamento Atual; Evolução do Pensamento Literário no Brasil; O Sentido Antropogênico da História e muitos outros. Informação retirada do site: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2543&catid=293&Itemid=101.

O negro africano cria agir, com seus métodos fetichistas, contra as forças naturais, que não compreende. O jagunço crer agir contra as forças sociais que não entende. Veja esse retrato. As fisionomias da raça triste. Mas triste porque estão na miséria. Sem aproveitamento, inúteis, incompreendidos. Sua mentalidade, é ainda pré-lógica e animista. Crer seus 'penitentes' nos seus 'Beatos'. Mas não posso resumir tudo. (MENEZES apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/01/1937).

O discurso racista, eugenista e cientificista continuava a permear o pensamento dos intelectuais daquela época, caracterizado extensivamente no texto de Menezes. O negro, o jagunço, o índio, o pobre do interior, todos são considerados inúteis, tristes e com a mentalidade animista.

Neste aspecto, a ciência e todo um discurso médico-legal passam a representar 'discursos da verdade', servindo até mesmo como explicação para determinados problemas sociais. Essas ideias, obviamente, atingem o cotidiano dos cidadãos pelos jornais e passam a constituir elementos para a definição de critérios e perspectivas de civilização. (WOITOWICZ, 2015, p. 118).

No mês de abril do mesmo ano, Estevão Pinto¹⁰⁹ assinou uma matéria no *Diário de Pernambuco* sob o título "O Pagé – aspectos da vida social do Nordeste," e trouxe à memória os fatos ocorridos no Sítio Caldeirão, reportando-se à notícia com a entrevista de Djacir Menezes, publicada no mês de janeiro. Pinto afirmou que, no segundo volume do seu livro "Os indígenas do Nordeste", teve a oportunidade de estudar vários casos desse fenômeno, que tem o nome, segundo ele, de "delírios arcaicos"¹¹⁰.

Citando Arthur Ramos¹¹¹, para corroborar com o que ele está chamando de "delírio arcaicos", diz que esse pensador inclui, em seus estudos sobre psicoses gregárias, algumas manifestações místicas ocorridas no Brasil, tais como Canudos, Contestado e Caldeirão. Para chegar ao título

¹⁰⁹ Professor da Escola Normal de Pernambuco e autor das obras: *A Escola e a formação da mentalidade popular no Brasil* (1932); *Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú* (1938); *A medicina dos tupi-guaranis* (1944); *As máscaras-de-dansa dos Pancararu de Tacaratu* (Pinto 1952); *Estórias e Lendas Indígenas* (1955); *Os Fulniô de Águas Belas* (1955).

¹¹⁰ Encontramos essa expressão em Métraux, A., no livro *as religiões dos tupinambás*, citando Wahl que "dá o nome de delírios arcaicos as migrações provocadas pelo homem-Deus, legítimas psicoses gregárias, ou históricas coletivas, tão frequentes nas populações incultas". Também citado por Nina Rodrigues, no livro "As coletividades anormais".

¹¹¹ Médico psiquiatra, psicólogo social, indigenista, etnólogo, folclorista e antropólogo, aos quinze anos Arthur Ramos publicou o seu primeiro artigo no semanário "O Pilar". Em 1926 defendeu a tese de doutorado denominada "Primitivo e Loucura", recebendo grandes elogios de Sigmund Freud, Eugene Bleuler e Lévy Bruhl. No Rio de Janeiro, em 1934, publica "O Negro Brasileiro"; assume a cátedra de Psicologia Social, vindo a ser consagrado como o pai da Antropologia Brasileira. Informação retirada do site: <http://www.cultura.al.gov.br/políticas-e-acoés/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/arthur-ramos>

do seu artigo, toma emprestado as “convicções” de Afrânio Peixoto¹¹², que nomina um dos líderes religiosos do período colonial “Anchieta dos Pagés”, o qual muitos seguiram venerando-o como um grande santo. É de José de Anchieta que Peixoto descreve como são as práticas cotidianas dos pajés, corroboradas também pelos padres Manoel Nóbrega e Fernando Cardim. Percebemos que outros pensadores estão listados no artigo, na tentativa de convencer o leitor, que o Beato José Lourenço, apenas reproduzia os que seus ancestrais negros faziam, conduzindo o povo para o que ele chamou de “delírio arcaico” ou “psicose gregária”. Estevão Pinto era mais um pensador que continuava a enxergar os movimentos religiosos do sertão, como loucura coletiva, fruto da ignorância ou, até mesmo, do atavismo histórico.

Voltemos a analisar as notícias sobre a dispersão dos moradores do Sítio Caldeirão em 1936. Segundo consta nas diversas leituras que realizamos sobre o evento, parte das famílias expulsas de suas casas, foi para a Serra do Araripe, e lá essas famílias se encontraram com José Lourenço e formaram uma pequena comunidade. Neste local, abrigados em casas com pouca estrutura, trataram de se esconder da polícia, que continuava a vigiar a região. Segundo Alves (2012), naquela localidade, entre Mata dos Cavalos e Curral do Meio, o beato permanecia, acompanhado, basicamente, por homens, pois as mulheres, dispersadas, tinham ido se refugiar em casa de amigos e de parentes. Logo, essa comunidade foi denunciada e, mais uma vez, os boatos continuaram a existir contra Lourenço e seus seguidores:

Corriam boatos de que estaria reunindo seu bando, de que ex-integrantes do Caldeirão, liderados por Severino Tavares, atacariam Crato. Sempre confiados nesses boatos, o capitão Bezerra e 11 soldados da polícia de Juazeiro foram até lá para checar as informações e entraram em conflito com um grupo de camponeses. (GOMES, 2009, p. 63).

Uma das grandes lideranças de Caldeirão, o Beato Severino Tavares, tinha sido preso e recambiado para Fortaleza. Meses depois, fora solto, com a recomendação de ir embora para o Rio Grande do Norte. Porém, com seu filho Eleutério, voltou para a Serra do Araripe e se juntou a Lourenço. Para Alves (2012, p. 173), a imprensa de Fortaleza não dava trégua ao movimento

¹¹² Afrânio Peixoto (Júlio A. P.), médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 17 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de janeiro de 1947. Terceiro ocupante da Cadeira 7, eleito em 7 de maio de 1910, na sucessão de Euclides da Cunha e recebido em 14 de agosto de 1911 pelo Acadêmico Araripe Júnior. Recebeu os Acadêmicos Osvaldo Cruz em 26 de junho de 1913, Aloísio de Castro em 15 de abril de 1919 e Alcântara Machado em 4 de outubro de 1933. Foi sucedido por Afonso Pena Júnior.

do Caldeirão e, com base nas denúncias de que o beato continuava com alguns seguidores na Serra do Araripe, solicitava providências imediatas o governo do Estado.

Não é possível ocultar o perigo que acarreta este ajuntamento selvagens em lugar deserto e despolicado como a Serra do Araripe, não sendo de estranhar que dentro em breve surjam roubos e tropelias outras praticadas por aquele bando de inconscientes de quase mil indivíduos atualmente vagabundos e ociosos. [...] Por isto julgamos prestar grande serviço à nossa terra, dando notícias da existência, dentro das fronteiras do nosso município, deste cancro social, a fim de que, esclarecidos os poderes públicos posso tomar o quanto antes, as medidas ditadas por um sã patriotismo de reclamadas pela ordem pública. (O POVO, 11/05/1937).

O receio se repetia, havendo temor de que o Caldeirão se transformasse em novo Canudos. Nesse sentido, a Igreja, a elite política e a comercial se juntaram para perseguir o eato, corroborados pelas informações publicadas na imprensa cearense. Segundo Menezes e Pinho (2017, p. 77), “esses grupos impulsionaram na imprensa do país uma feroz campanha difamatória, recheada de preconceitos, dedicada tanto a destruir a comunidade quanto seu líder. As denúncias contra o ajuntamento da Serra do Cariri foram divulgadas na imprensa em maio de 1937, incentivando a força policial a agir contra a comunidade. O Capitão Cordeiro Neto, chefe de polícia, foi quem recebeu as denúncias, especialmente a que informava que José Lourenço estava se preparando para atacar a cidade do Crato. Esse fato lembra muito a história de Canudos, quando, em novembro de 1896, havia boatos de que os Conselheiristas iriam atacar a cidade de Juazeiro da Bahia.

Quem recebe as ordens para atacar a comunidade é um velho conhecido do Caldeirão, o Capitão José Bezerra, que estava aquartelado em Juazeiro do Norte e enviou comunicado ao chefe de polícia no dia 10 de maio, informando-lhe que estava indo à Serra do Araripe, verificar a situação, com um destacamento de onze soldados. Parece-nos que o Capitão José Bezerra não esperava que os fiéis estivessem organizados para o ataque, pois esperava que fosse como da primeira vez. Porém, o Beato Severino Tavares se preparou com alguns seguidores para receber a força policial. Perto das casas dos fiéis, os soldados foram atacados, tendo como resultado a morte do Capitão José Bezerra, do seu filho Sargento Anacleto Bezerra e do soldado Josafá

Gonçalves, tendo outros saídos gravemente feridos. Ainda como resultado da luta, o beato Severino Tavares¹¹³ falecera, sendo sepultado na mata da Serra do Araripe.

A partir desse fato, mais uma vez, a notícia explode na imprensa do Ceará, sendo, conseqüentemente, divulgada nos jornais de Pernambuco, que emitiam opiniões acerca do movimento do Caldeirão. *O Pharol* de Petrolina, no dia 15 de maio de 1937, estampava a notícia do fato com a seguinte manchete: “O fanatismo ao serviço do crime”.

Informam do Ceará que o célebre Beato José Lourenço, do Sítio Caldeirão, chefiando uma multidão de fanáticos armados de cacete tentou atacar o Crato e que o capitão José Bezerra sabendo da aproximação do grupo foi ao seu encontro travando-se, a uma légua da cidade, o grande conflito entre a polícia e os fanáticos resultando no mesmo a morte daquele oficial, de seis praças do destacamento e de vários atacantes subindo a 50 o número de mortos. Consta que o governo de estado tomou enérgicas providências. (O PHAROL, 15/10/1937).

A informação, como percebemos, exagera nos fatos, repetindo o boato do suposto ataque à cidade do Crato pelos seguidores de José Lourenço e estima, muito além do ocorrido, a quantidade de mortos no confronto. *O Diário de Pernambuco* do dia 22 de maio utilizou, em suas colunas, duas manchetes com pequena notícia, dando conta da situação, elencando fatos, que levam ao leitor interpretação parcial do ocorrido: “chacina do sítio Caldeirão” e “trucidamento do Capitão José Bezerra”. Na descrição, ficou entendido que foram os seguidores de Lourenço que atacaram e não ao contrário. Mas a intenção era essa mesmo, como sempre ocorre na divulgação dos confrontos das manifestações populares: a polícia nunca ataca primeiro.

A mensagem jornalística, embora tida como registro histórico por excelência, não é, contudo, mero suporte para transmissão de informação, lugar de revelação de eventos; a apreensão do real pela mídia pressupõe o trabalho da linguagem, que envolve uma série de possibilidades e efeitos a partir do modo como os eventos ocupam as páginas dos jornais, são processados pelo público e repercutem no tecido social. (WOITOWICZ, 2015, p. 32).

O Diário de Pernambuco usa como fonte da informação *A Gazeta de Notícias* de Fortaleza, que publicou o ocorrido no dia 12 de maio. As palavras utilizadas na manchete da notícia dão a

¹¹³ São desconstruídas as informações do paradeiro de Severino Tavares, alguns dizendo que fora morto neste combate e outros afirmando que ele fugira para o interior da Bahia. Parece que a versão mais aceita é que ele tenha sido realmente morto no combate.

tônica, afirmando que ocorrera o trucidamento do Capitão José Bezerra e de outros elementos da corporação, quando, em diligência, foram surpreendidos e emboscados por um numeroso grupo de fanáticos de José Lourenço, que haviam sido desalojados do “antro” do Caldeirão.

A *Gazeta de Notícias* diz que o espírito público não se satisfaz apenas em conhecer os detalhes da luta e da morte dos instrumentos da ordem, mas quer penetrar no passado e rememorar os antecedentes que “focalizaram seu nascedouro”. Nesse sentido, a memória dos fatos ocorridos no Sítio Caldeirão serão trazidos à tona, para que a formação do público leitor se torne completa, com a história do lugar e seus antecedentes. “Nomeando heróis ou produzindo criminosos, incentivando ações e batalhas ou pregando a pacificação, o universo da imprensa deixa vestígios que ultrapassam o registro da história: constituem a própria sociedade, com seus movimentos e sentidos”. (WOITOWICZ, 2015, p. 145). O artigo da rememoração é bem extenso e tem servido para diversas análises, especialmente as que se utilizam desta fonte – a imprensa – para compreender a estrutura narrativa dos acontecimentos. Vejamos, em síntese, o que consta da informação:

Foi em 1936 que as autoridades passaram a acompanhar de perto os passos de José Lourenço, figura central do “perigoso núcleo de fanáticos” para ali transplantado depois da morte do Padre Cícero em 1934. O periódico afirma que, enquanto o ajuntamento se manteve em atitude pacífica e laboriosa, as suas atividades só interessavam aos curiosos. Porém, as autoridades foram sabedoras de fatos singulares e resolveram investigá-los. Não há, nessa parte da informação, quais fatos singulares motivaram a investigação.

A tarefa dessa investigação, segundo o jornalista, coube ao Capitão José Bezerra, que se fez passar por industrial, interessado em conhecer as possibilidades econômicas da região, não despertando no local a menor suspeita. Foi por orientação de José Bezerra, conforme consta, no *A Gazeta de Notícias*, que o Caldeirão deveria ser desarticulado, pois representava “a planta daninha do banditismo fanático que se alastrava pela região.”

A notícia rememora em detalhes o acontecido em setembro de 1936, quando a comunidade foi desarticulada pela força policial. Com o ensejo de dar enlace aos acontecimentos de 1936 e 1937, o jornalista passou a informar porque o Capitão José Bezerra teve de se encontrar mais uma vez com os seguidores de José Lourenço. O início dessa informação passa pela história do guia de nome Sebastião Marinho, que foi o responsável de levar o capitão à localidade do

combate. O guia chegou ao Crato anunciando que Severino Tavares, “cangaceiro do Rio Grande do Norte”, havia chegado ao ajuntamento com cem cangaceiros, jurando atacar o lugarejo conhecido como Conceição, e em seguida, a cidade do Crato. Como consta na notícia, Sebastião Marinho vivia na comunidade, e discordou da atitude de Severino Tavares, indo para o Crato, denunciar o que iria ocorrer, encontrando-se com o Capitão José Bezerra e servindo como guia até à localidade.

O comandante da tropa foi encurralado próximo à localidade e “lutou até não poder mais”, segundo o jornalista. Mais de cem homens perpetraram o ataque matando o Capitão. Os detalhes de como ficou o corpo do Capitão José Bezerra e de seus soldados, mesmo os feridos, ao serem divulgados nesta informação, determinam a impressão que o leitor deva ter:

O capitão José Bezerra lutou muito, até não poder mais. Recebeu uma foçada na nuca, que provocou a saída da massa encefálica. Foi uma coisa bárbara. O capitão José Bezerra ficou todo cortado, com a cabeça inteiramente rebentada, com os miolos para fora. O sargento Anacleto ficou com a cara toda retalhada, de tal forma que é impossível reconhecer-lhes as feições. Os seus braços foram cortados nas canas. O soldado Josafá parece ter sido pisado em Pilão, o mesmo acontecendo com o cabo Benigno. Em Crato estão os terceiro sargentos José Marcolino Brasileiro, com um balaço nos rins e Jayme Olimpio Rocha com ferimentos na cabeça, produzidos por cacetadas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/05/1937).

O sensacionalismo escrito é uma estratégia de persuasão bastante utilizada quando os motivos são aparentes: o convencimento do leitor da destruição e aniquilamento do outro. Observamos isso nas construções narrativas sobre Canudos e Contestado. A notícia prosseguiu dando conta de um novo encontro de outra tropa comandada pelo Tenente João Lima, que foi enviada ao local, depois da morte de José Bezerra. Houve ocupação do ajuntamento, com a prisão das mulheres, desde que os homens não foram encontrados. Nova força fora solicitada, já que os soldados, como consta na informação não eram suficientes, para continuar à missão.

Para o Crato seguiram o Chefe de Polícia, Capitão Cordeiro Neto, os Tenentes José Góis de Campos Barros e Alfredo Dias e por via aérea, em uma esquadrilha, composta de três aviões, conduzindo metralhadoras e bombas, o Capitão José Macedo. Sobre a esquadrilha, essa mesma notícia do *Diário de Pernambuco*, afirmava: “soubemos que os aviadores militares conseguiram localizar um acampamento dos ‘afilhados’ do Beato José Lourenço, metralhando-

o com resultados apreciáveis”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/05/1937). Metralhar as pessoas, gerava “resultados apreciáveis”.

Não havia a quantidade exata de pessoas que estavam no ajuntamento, mas a notícia estimava cerca de quatrocentos homens, que, depois do encontro com a força do Tenente João Lima, haviam se dispersado, rumando a Juazeiro do Norte. Quantos mortos pela força aérea? Os jornais poucos divulgaram essa ação, que foi a primeira no Brasil, em termos de ataque à população civil. Segundo Alves (2012, p. 177): “Em voos rasantes, os aviões metralharam e bombardearam as choupanas dos camponeses, enquanto por terra atacavam as forças policiais. Ao tentarem fugir, os camponeses eram atacados a tiros e a baionetas”. Já para Gomes (2009, p. 64), houve um massacre naquela região, onde uma população desarmada foi exterminada.

Ocorreu o tão esperando fim do mundo. Foram bombardeados por dois aviões da Força Aérea Brasileira, apoiada por duzentos soldados, morreram sem saber a causa. Não tiveram nenhuma chance de defesa. Não souberam nem por que estavam morrendo. As bombas explodiam, a metralhadora fazia ribombar seus tiros. Os camponeses mal tiveram tempo de acordar. O tempo do fim finalmente chegara até eles pelas mãos da Igreja, do Estado e da convivência silenciosa da sociedade semifeudal daquelas plagas nordestinas.

Retornemos à análise da notícia que trata da morte do Capitão José Bezerra, republicada pelo *Diário de Pernambuco*, tendo como fonte *A Gazeta da Tarde*. O jornalista traçou os detalhes da morte do Capitão, retornando à história do guia Sebastião Marinho, já relatada neste capítulo, e informando acerca da presença do Capitão Cordeiro Neto no teatro das operações. “O ilustre e destemeroso chefe de polícia está no firme propósito de fazer um grande e importante serviço de batidas nas matas do cariri.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/05/1937). A notícia também tratou dos funerais do Capitão José Bezerra e de seu filho Sargento Anacleto Bezerra, cujo comboio, com os corpos, foi de Juazeiro a Fortaleza, onde foram recebidos pelo Governador do Estado, pelo Chefe da Casa Civil e Militar e representantes das corporações militares e da Polícia Civil. Um detalhe chamou-nos a atenção nessa informação dos funerais em Fortaleza:

No momento em que um contingente da Força Pública fazia descarga de estilo, em homenagens fúnebres aos militares mortos, sucedeu que diversas pessoas, que assistiam à cerimônia, aproximaram-se muito da força, de maneira que, ao serem detonadas as armas, embora se tratasse de tiros de pólvora seca, foram atingidas por estilhaços que ricochetearam do solo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/05/1937).

Foram listados os nomes dos atingidos pela pólvora e a situação de saúde de cada um deles. Em seguida, a notícia apresentou uma breve biografia do Capitão José Bezerra e a informação de sua promoção ao posto de Major Capitão, bem como as promoções dos outros policiais mortos no combate. Em 02 de junho de 1937, Benjamin Abrahão¹¹⁴ escreveu um artigo para o *Diário de Pernambuco*, titulado “O reduto do Caldeirão do Beato José Lourenço”. Iniciando a narrativa, detalha quem era José Lourenço, “um negro de musculatura bem desenvolvida, estatura regular, olhos sombrios”. Tinha como automóvel um cavalo alazão com arreios de primeira qualidade e, quando viajava, era acompanhado por pessoas de inteira confiança, todas também a cavalo. Residia no Caldeirão, propriedade do Padre Cícero, distante duas léguas do Crato e quatro de Juazeiro do Norte. Vivía no sítio cercado de “fanáticos, que eram também do padre Cícero”, forasteiros vindos dos Estados vizinhos. Lembrou, em seu artigo, que Lourenço criava um boi zebu, que os seguidores faziam promessas. “O boi era enfeitado de flores, de fitas de todas as cores, dos pés até a cabeça, pelos fanáticos. Nada se desperdiçava do boi santo que era tudo bento e milagroso.” As notícias de que o boi era santo fizeram com que o deputado Floro Bartolomeu¹¹⁵ mandasse prender José Lourenço e abatê-lo em frente à residência do parlamentar, sendo a carne levada para o açougue público.

¹¹⁴ Benjamin Abrahão Botto, nascido em 1890, ficou conhecido após a divulgação de sua cinebiografia *Baile Perfumado*, auxiliado pelo historiador Frederico Pernambucano de Mello, autor de *Entre anjos e cangaceiros* (que retrata sua vida). [...] O fotógrafo viveu em seu país de origem até 1915, quando, com a Primeira Guerra, fora convocado ao Exército Otomano e migrou para o Brasil. Trabalhou inicialmente como mascate no Nordeste — inicialmente Recife e então, Juazeiro do Norte, onde fez mais sucesso — até que conheceu a maior figura da cidade: o Padre Cícero Romão. Botto deixou a vida de comerciante para trabalhar como secretário pessoal do famoso padre cearense, ganhando grande influência e conhecendo as principais figuras do Nordeste. [...] Na ocasião, Lampião teria ido participar da iniciativa do deputado Floro Bartolomeu de criar uma guarda patriótica contra a Coluna Prestes. Então, Botto fotografou Virgulino e Cícero, numa demonstração de aumento da credibilidade do cangaceiro. Em 1934, com a morte do sacerdote, Benjamin utilizou esse primeiro contato e conseguiu uma reunião com Rei do Cangaço, onde se ofereceu para acompanhar o bando e gerar um acervo de fotos. [...] Quando encerrou seu trabalho, as fotografias de Benjamin Abrahão foram apreendidas pela polícia do Governo Vargas, que o considerava uma ode ao banditismo e antagonismo ao regime. Os documentos passaram para as mãos da censura, e só ficaram conhecidos nos anos 1950, quando a Fundação Getúlio Vargas as divulgou. [...] Pouco tempo depois, Benjamin Abrahão morreu assassinado num caso até hoje não resolvido. Foi esfaqueado quarenta e duas vezes, sem que se saiba razão ou autor, na cidade pernambucana de Itaíba, no ano de 1938. Especula-se que se trata de uma morte política pela ditadura varguista, ou que fora assassinato durante um assalto. Informação retirada do site: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/benjamin-abrahao-botto-um-fotografo-destemido-no-bando-de-lampiao.phtml>

¹¹⁵ Floro Bartolomeu da Costa nasceu em Salvador no dia 17 de agosto de 1876. Seu irmão Antônio Batista dos Anjos foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Formando-se também médico, clinicou durante algum tempo pelos sertões baianos, mas em 1908, acompanhado do conde francês Aldolfovan Den Brule, especialista em mineralogia, viajou ao então povoado de Juazeiro, no sertão do Ceará, local onde, segundo se ouvia falar, existiriam preciosas minas. Logo acercou-se de pessoas influentes do local, entre elas o padre Cícero Romão Batista, do qual se tornou o orientador político em que o padre depositava inteira confiança. Com o crescimento da influência do padre Cícero na região, em 1911 Juazeiro foi elevada à categoria de cidade, e o próprio padre Cícero, apoiado por Floro Bartolomeu e pelo presidente do estado Nogueira Acióli, foi eleito prefeito do novo município. Em 1912, com a eleição de Franco Rabelo para presidente do Ceará (1912-1914), a oligarquia aciolina deixou o comando do estado. Rabelo procurou então enfraquecer o poder dos chefes municipais. Em reação, Floro Bartolomeu, juntamente com grupos oligárquicos de oposição, capitaneou uma revolta a partir de

Abrahão destacou, em seu artigo, que o povo de Caldeirão se dedicava à agricultura e à pequena criação, todos obedecendo à ordem do Beato e vestindo-se de preto. Lourenço era o único depositador dos objetos de valor do seu povo, “que o reconheciam como o verdadeiro São João do Céu”. Lourenço oferecia e mandava presentes para algumas pessoas importantes das cidades vizinhas, e, também, enviava propagandistas para os sertões vizinhos, a fim de fazerem propaganda de Juazeiro e de suas atividades. Dentre esses propagandistas, encontrava-se Severino Tavares, conhecido pelos seguidores como “Padrinho Conselheiro”.

Para Abrahão, foi Severino Tavares que, entre os anos de 1930 e 1931, penetrou nos Estados do Piauí e Maranhão, batizando, confessando, casando e pedindo ao povo para residir em Juazeiro e em Caldeirão. Apesar de perseguido pela polícia, o proselitista seguiu a sua missão pelas matas e agreste pernambucano, sertão de Alagoas, e “próximo à margem do rio São Francisco na povoação de “Caboclo”, no município de Pão de Açúcar, deste Estado, Severino fixou aí sua residência temporária.” Segundo consta no artigo, em Pão de Açúcar – AL, muitas famílias ficaram indiferentes ao vigário local, Padre Soares Pinto, porque ele reprova a atitude de Severino, que fazia as suas prédicas, mesmo sendo analfabeto:

Dizia Severino, a sua primeira frase: ‘Aquele que não olha pra mim e que não presta atenção, será castigado! Eu peço castigo! Eu peço Castigo!’

O povo fanatizado dizia:

‘Ave Maria! Ave Maria!, não peça castigo não, padrinho Conselheiro’.

- ‘Vocês estão cegos precisam tomar o chá de canafistula para limpar a vista e vocês abem que o pau da mata é louro e a volta do meu amo ao Caldeirão é couro, e eu aqui sou um touro’. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1937).

Constatamos, pois, que a descrição do Beato Severino, por Benjamim Abrahão, coadunava-se com a maioria das narrativas já apresentadas aqui pela imprensa e pelos articulistas, que tentavam criar uma impressão nefasta naqueles que liam a informação sobre o Caldeirão e seus moradores. Mais uma vez, a forma como era apresentada a mulher tinha como objetivo causar

Juazeiro para derrubar Franco Rabelo que ficou conhecida como a “Sedição de Juazeiro”. Comandando um exército de sertanejos devotos do padre Cícero, depois de evitar a invasão de Juazeiro pelas tropas rabelistas, marchou sobre a capital e conseguiu depor o presidente do estado em 1914. Declarando-se presidente da Câmara Estadual, Floro Bartolomeu aumentou sua força política no estado, só diminuída com a ascensão do novo chefe do Executivo, o presidente Benjamin Barroso (1914-1916), ao qual fez sistemática oposição. Permaneceu no Congresso Estadual cearense até 1920. Em 1921 eleito deputado federal. Reeleito em 1924, quando da passagem da Coluna Prestes pelo Ceará foi designado pelo governo federal para combatê-la. Por ter evitado a invasão de Juazeiro pela Coluna, recebeu honras de general. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1926. Informação retirada do site: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARTOLOMEU,%20Floro.pdf>

aversão ao leitor em relação ao movimento, seguindo a mesma direção narrada anteriormente, quando circularam notícias de que José Lourenço tinha um harém de mulheres virgens.

O Beato Severino preferia sempre ser acompanhado pelo sexo feminino e servido por elas principalmente nas horas das refeições. Na hora de dormir, deitava-se na sua rede florada cercado por mulheres e moças, que aí cantavam um hino qualquer embalando-o até ele adormecer. Lavavam-lhes os pés com água morna e com essa água, muitos fanáticos depois lavavam feridas, olhos e crianças, pois tinham como benta a milagrosa água. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1937).

Essa mesma estratégia de induzir o leitor, utilizando mulheres, fossem elas virgens, casadas ou solteiras e, até mesmo, crianças, também foi utilizada nas narrativas sobre os monges do Contestado, conforme salientamos noutro capítulo desta tese. Os atritos com as autoridades de Pão de Açúcar em Alagoas, segundo Abrahão, levaram à prisão Severino, que, na cadeia, teve a cabeça e barba raspadas. Dias depois, ele foi solto, tomando rumo de Caldeirão, conduzindo, assim, na sua companhia, muitas pessoas. Quanto ao que ocorreu em Caldeirão, em 1936, Abrahão repete a história da denúncia enviada ao governo, dizendo que, naquela localidade, havia um grupo de pessoas que não respeitava as leis, e que o beato casava e batizava por sua conta. Dispersado o grupo, José Lourenço, não sendo preso, continuou na serra a reunir as pessoas. Novamente, houve denúncia e o governo autorizou o Capitão Bezerra, delegado das zonas do Ceará, “verificar e estabelecer o lugar certo do reduto do Beato J. Lourenço”.

O artigo termina em rápidas frases dizendo o que ocorreu com o Capitão José Bezerra, na segunda investida contra o Caldeirão e localizando o Cariri, “coração do Ceará”, onde segundo Abrahão estavam as cidades mais importantes, dentre elas, o Crato, a mais adiantada. Apesar de ser um artigo longo, - que tomou, inclusive, alguns parágrafos deste capítulo – com muitas informações desconstruídas, pelo que observamos, serviram de base para a construção da narrativa sobre Caldeirão e os boatos na imprensa, não apenas a pernambucana. “O jornalismo figura como ‘arena’ dos grupos e segmentos sociais que se manifestam em meio às (re)configurações do contexto social, disputando verdades e sentidos no universo simbólico da imprensa”. (WOITOWICZ, 2015, p. 255).

Quatro dias depois de publicado esse artigo, o *Diário de Pernambuco* voltou ao assunto, com um texto extenso, assinado por J. de Figueiredo Filho¹¹⁶, titulado: “O fanatismo do Caldeirão e o Beato José Lourenço - VERDADEIRO QUISTO NO MUNICIPIO DO CRATO”. A manchete já apontava a direção da narrativa.

Em comum com a maioria dos que escreveram artigos para os jornais, J. Figueiredo discorre seu texto com os velhos preconceitos de sempre. Aquela sociedade era primitiva, velha reminiscência afro-indígena, em que os fetiches foram substituídos por práticas do catolicismo completamente deturpado.

Apesar da grande contribuição do sangue negro em muitos daqueles infelizes mestiços, não há indícios entre eles da prática da macumba ou outras modalidades de feitiçarias de origem africana. Somente algumas rezas e benzeduras quase sem importância. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/06/1937).

Lourenço era descrito da mesma forma como outros articulistas descreveram, como chefe supremo, absoluto, feitor nos trabalhos agrícolas, arrecadador da produção e distribuidor, autoridade máxima religiosa, sendo confundido até com os próprios santos da Igreja. Quanto aos liderados pelo beato: fanáticos porque eram gerados por causa da ignorância e falta de assistência por parte dos governos, facilitando, com isso, a retirada de proveito em benefício do

¹¹⁶ J. de Figueiredo Filho nasceu no dia 14 de julho de 1904 e faleceu em 29 de agosto de 1973. [...] Concluiu o Curso Superior de Farmácia, pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, em 19 de dezembro de 1925. Após receber o diploma de farmacêutico em Fortaleza, [...] à sua cidade, onde viveu grande parte de sua vida. [...] Uma de suas grandes ações foi a fundação de uma agremiação intelectual chamada Instituto Cultural do Cariri. Inspirado na atuação e organização do Instituto do Ceará (1887), o ICC era composto por pesquisadores da região e tinha por finalidade, de acordo com seu estatuto de fundação, o estudo das ciências, letras e artes em geral, com enfoque maior para a História Política e Geografia do Cariri. Sua atuação se deu em diversos espaços e instituições de valorização da terra natal: fundou e presidiu o Instituto Cultural do Cariri, exerceu cargo de Inspetor Regional de Educação, atuou na formação de professores da região, desenvolveu pesquisas sobre a história da região na posição de professor da Faculdade de Filosofia do Crato, onde ministrou a disciplina de História do Cariri, e estabeleceu contato com intelectuais de outras localidades do Estado. Além disso, ocupou a cadeira de nº34 na Academia Cearense de Letras, foi sócio correspondente do Instituto do Ceará (IC), membro da direção da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), membro da Comissão Cearense da Campanha da Defesa do Folclore, sócio da Associação Brasileira de Folclore, sócio da Academia Uruguaiana de Letras, do Instituto Histórico Uruguaiano, sócio efetivo do Instituto Arqueológico Histórico de Pernambuco, sócio da Academia Nacional de Farmácia, vice-presidente do Instituto do Ensino Superior do Cariri. Colaborou em jornais locais: A Ação, A Região, O Bandeirante, O Crisol, e em periódicos de outras cidades, por exemplo, Gazeta de Farmácia, Revista Sul América e Revista Brasileira de Medicina, do Rio de Janeiro, Revista do Instituto do Ceará, Revista do Instituto de Arqueologia e História de Pernambuco, Revista de História, de São Paulo, dentre outras. Foi professor da cadeira de História do Ceará e do Cariri na Faculdade de Filosofia do Crato entre 1962 e 1973, ano de sua morte. Informação retirada da Dissertação de Hildebrando Maciel Alves, sob o título “A face historiadora de J. de Figueiredo e a construção do cariri cearense”, apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173614>.

líder máximo. Daí a “verdadeira disciplina religiosa nos trabalhos e finalmente em toda a marcha normal da vida na comunidade matuta.”

Não há discurso que não se relaciona com outros em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que os sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relações com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 1999, p. 39).

O Caldeirão, quando se formou, segundo J. Figueiredo, não tinha muitas famílias, mas a marcha que dia a dia transformava Juazeiro do Norte, foi obrigando os romeiros retardatários a dirigirem-se a abrigos mais seguros, “longe das investidas irreverentes do progresso”. A morte do Padre Cícero, primeiro responsável pelo fanatismo generalizado, segundo ele, deu também novo incremento ao aldeamento nascente.

O limitado mundo de compreensão matuta exigia representante vivo da santidade em substituição ao velho Patriarca do Juazeiro que passar a fazer parte da corte celeste. José Lourenço, único sobrevivente dos santos da Meca Sertaneja impunha-se aos romeiros como mantenedor da ação preponderante dos sacerdotes fanatizador das massas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/06/1937).

Para o articulista, as romarias em visita ao túmulo do Padre Cícero robusteciam as idas ao Sítio Caldeirão, aonde os romeiros iam em busca dos conselhos salutares. “Na falta do patriarca idolatrado pelas massas ignorantes, existia o discípulo amado. E muitos ficaram instalados na nova terra miraculosa, caminho certo das regiões paradisíacas do além-túmulo.” Como a comunidade cresceu, chamou a atenção das autoridades, que, a fim de evitar as consequências funestas que ocorreram com o episódio de Canudos, resolveram dispersar o ajuntamento, salientou Figueiredo. A história do encontro do Capitão José Bezerra com os seguidores de Lourenço é novamente contada e para não se repetir, o autor, resolveu transcrever a notícia do jornal *O Crato* da mesma cidade, que narra em detalhes o ocorrido na localidade Mata dos Cavalos na Serra do Araripe.

A novidade dessa informação no jornal de Crato, segundo consta, era uma dissidência entre o grupo liderado por Severino Tavares e o de José Lourenço, tendo parte ficado com o primeiro, porque esse objetivava a invasão do município do Crato, fato de que Lourenço discordava. Não sabemos se isso é verdade, já que tratamos anteriormente como mais um boato acerca dos

episódios ocorridos. Sebastião Marinho, o guia, é um dos principais personagens desse fato, narrado por aquela folha e que fazia parte da dissidência de Severino. Não vamos nos deter na informação do jornal do Crato, pois já apresentamos tal fato neste capítulo. As impressões colhidas do autor do artigo, sobre o episódio, é que nos interessam, pois ao terminar sua escrita, traz como conclusão o paradoxo de o evento ter acontecido numa das cidades “mais evoluídas” do sertão. Aquele município, segundo ele, era o mais culto, berço das tradições históricas e mais brilhantes do Ceará, localidade central, onde a instrução se intensificava numa progressão verdadeiramente impressionante.

Pouquíssimos núcleos civilizados nortistas, fora da faixa litorânea, podem superá-la relativamente ao número de estabelecimentos educacionais. Particulares governos e diversas associações de classe numa ação conjugada, empreenderam nessa cidade, bela campanha vitoriosa em prol da alfabetização das várias camadas da população. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/06/1937).

Mais uma vez, vemos, aí, repetida a compreensão de que esses eventos não cabiam em localidades aportadas de instrução formal, como se a alfabetização e o letramento pudessem afastar a população de movimentos religiosos populares. Caldeirão, ocorrendo no Crato, era dissonante com o lugar, daí a ideia de o movimento ser um “quisto” naquela localidade, como está descrito na manchete deste artigo analisado.

Estes traços servem para caracterizar o contraste entre a cidade que vitoriosamente assimila o progresso e os infelizes retardatários que para vergonha nossa, ainda superabundam pelo imenso território nacional. Os aglomerados, portanto, de nossos patrícios, dignos de comiseração, tanto os de Caldeirão, como os de Matta do Cavallo, não eram mais do que verdadeiros quistos no progressista município sul cearense. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/06/1937).

Ainda no mês de junho, o jornal petrolinense *O Pharol*, no dia 12, publicou uma notícia acerca da perseguição aos seguidores de José Lourenço. A matéria titulava-se “perseguidos pela polícia cearense”, e dava conta de que eles estavam “invadindo” os municípios limítrofes. O jornal afirma que um desses municípios é Petrolina, onde já se acham “assinalados grupos de malfeitores, apetrechados de armas”. Solicita providências às autoridades policiais, no que chama de “em prol da tranquilidade pública”. “Aqui fica, pois, o nosso veemente apelo ao senhor capitão Optato Gueiros, ilustre delegado regional, confiados, nesta hora de apreensões, o sossego e o relativo bem-estar da população do município. (O PHAROL, 12/06/1937). O pedido foi prontamente atendido, pois, em janeiro de 1938, a localidade de Pau de Colher no

município de Casa Nova na Bahia foi invadida pelas tropas do Capitão Optato Gueiros e mais um movimento social religioso foi debelado.

Quase três anos após a destruição do Sítio Caldeirão, o *Diário de Pernambuco* publicou um artigo assinado por J. de Figueirêdo Filho, escrito desde o Crato, com o seguinte título: “Quase extinto o fanatismo de Caldeirão. Mestiços brasileiros – fanáticos arianos.” Interessamos-nos pelo artigo, já que se tratava do fato algum tempo depois. Vale a pena observar como aquele escritor se reportou ao assunto. Ele inicia dizendo que José Lourenço, que tinha provocado tanta celeuma na imprensa há meses, estava em quase completo esquecimento e vivia do trabalho como qualquer agricultor humilde, tendo o seu prestígio, entre as populações “matutas”, decrescido. O mal, segundo ele, tinha sido cortado pela raiz, antes de criar raízes profundas na alma do sertanejo.

O fenômeno ocorrido no interior do Brasil, para Figueirêdo Filho, era inteiramente nacional, medrando em muitos rincões do planeta, “tendo a ignorância como veículo seguro de seu desenvolvimento”. Cita que, em pleno coração da América do Norte, havia evidências de “cenas de fanatismo em torno de um negro megalomaniaco, que se intitulava ‘Pai Divino’. Não só os seus irmãos de raça o acompanhavam, como autênticos brancos esquecidos dos arraigados preconceitos de cor natural do yankee.” Lembrou que, também, aconteceram fatos parecidos no Sudão, onde “o misto de santo e de revoltado caiu no gosto das populações islamitas e muitas expedições bem apetrechadas foram ceifadas pelos fanáticos.” Asseverou, em seu artigo, que os que condenam a mestiçagem como caldo de cultura de todas as credices e superstições, ignoram que, no Rio Grande do Sul, entre os colonos alemães, também ocorreram episódios iguais ao de Juazeiro e de Canudos. É nessa parte do texto que observamos a compreensão e explicação acerca do arianismo, expressão presente no título do seu artigo. “Os representantes mais autênticos do arianismo foram acometidos dos mesmos males que, de quando em vez, atacam o produto do caldeamento das raças principais formadoras de nossa nacionalidade.” (FIGUEIRÊDO FILHO apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1939).

Reportando-se a José Lourenço, lembra o episódio do boi mansinho, ocorrido ainda quando ele habitava o Sítio Baixa D’Antas. O animal teria chamado a atenção porque foi o primeiro da espécie de origem indiana que penetrou nas terras carienses. O episódio do boi e outros teria provado que o beato não tinha um “temperamento místico e sim um mero aproveitador de ocasiões”. Na direção de desqualificar Lourenço enquanto liderança religiosa, o escritor do

artigo destacou que o beato não participou da revolta de 1914¹¹⁷, “não emprestando sua solidariedade às armadas rebeladas”. Para ele, as práticas externas e deturpadas da religião e o incontestável espírito de organização foram os principais fatores de atração dos seus seguidores.

Os nossos trabalhadores do campo viviam em miséria perene e achando quem lhes garanta manutenção segura não faziam a mínima questão de procurar a sombra acolhedora. Com mais vantagens ainda se, além dos prêmios imediatos, alguém lhes acene com uma vida futura em recompensa do trabalho e da penitência. (FIGUEIRÊDO FILHO apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1939).

Tratando de colocar uma oposição entre Lourenço e o Padre Cícero, afirmou que sua amizade era muito mais aparente do que real, pois via nele um rival. Da mesma forma, o velho sacerdote do Juazeiro não lhe dava valor, prova disso é que tinha doado os terrenos do Caldeirão aos salesianos, “sem a mínima atenção do Beato”.

Figueirêdo reconheceu que Lourenço sabia organizar o trabalho, mas fora ajudado por causa das tendências das populações primitivas para a comunidade. “Apesar de negro não usava cerimônias fetichistas. Apenas um catolicismo deturpado, interpretado a seu modo.” Sobre seu catolicismo e o modo como realizava as celebrações, o autor do artigo indica que vestir um hábito, usar um cordão de São Francisco e tomar uma cruz ao ombro deixava a multidão impressionada. Entoar benditos em procissões penitentes que diziam: “Pecador alerta. Teu Senhor te chama. Tu lembra de um Deus. Que tanto de ama”, foram determinantes para contaminar os habitantes dos sertões, pois lhes lembravam as faltas cometidas na terra, sendo só a bondade divina e o cilício capazes de sanar seus pecados.

As mesmas conclusões de Figueirêdo eram reproduções de uma elite intelectual que, há muito, tomava para si a interpretação do brasileiro e especialmente do sertanejo. Na ponta, “uma liderança que sabia aproveitar-se do misticismo exagerado do sertanejo ignorante”. Nesse sentido, beatos, Padres, Conselheiros tornavam-se algozes de fatos que eram explicados a partir de causas simples: falta de educação, distância do litoral, atavismo histórico. A narrativa de Figueirêdo expressava naquele período e, infelizmente, ainda expressa hoje as conclusões de uma elite intelectual, que arroga conhecer as causas que movem a esperança do povo.

¹¹⁷ Revolta ocorrida em Juazeiro do Norte contra o governo de Franco Rabelo, com a participação incisiva dos partidários do Padre Cícero.

Essa mesma esperança de um dia bendito, encontramos nos anseios da população do interior de Casa Nova, na Bahia. Foi lá que ocorreu o massacre de Pau de Colher, mais um movimento debelado pelas forças legais. O próximo capítulo é sobre esse evento, que envolveu, diretamente, um município do sertão pernambucano: Petrolina.

7 NOVO CANUDOS NA BAHIA, DE NOVO?

A concentração de Pau de Colher foi colhida ainda no seu início. Aquele reduto transformar-se-ia, dentro de pouco tempo, no maior refúgio de fanáticos e bandidos, transformando-se num verdadeiro Canudos, com as mais assombrosas perspectivas de intranquilidade para os municípios limítrofes, de perigo para a manutenção da ordem pública. (O PHAROL, 24/06/1938)

Os primeiros contatos que tive sobre a história de Pau de Colher foram através dos programas radiofônicos, que o então bispo da Diocese de Juazeiro na Bahia, Dom José Rodrigues¹¹⁸ apresentava. Era um pequeno histórico sobre o evento e sua importância para a religiosidade popular e para a região. Rodrigues mantinha em Juazeiro uma biblioteca com alguns livros sobre o assunto e guardava com ele um documento manuscrito, relatando os fatos, datado de maio de 1983 e entregue na rádio onde ele apresentava seu programa semanal. O documento de treze páginas termina com as seguintes expressões: “O historiador é anônimo, não se identifica porque o histórico tem erros ortográficos, mas é verdadeiro. Um cidadão eleitor”.

A carta-documento me fez lembrar as considerações de Orlandi (1988, p. 54), quando diz que um texto, na perspectiva do discurso, não deve ser visto como uma unidade fechada, “pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) com o que chamamos sua exterioridade constitutiva o (interdiscurso: a memória do dizer).” Interessei-me sobre o assunto e fui buscando outros textos, pois naquela época, havia poucos, destacando-se um ou dois, frutos de pesquisas acadêmicas. Ainda existiam remanescentes e uma memória, mesmo recôndita, contribuía para que o evento não se perdesse com o tempo. A Diocese de Juazeiro e o seu bispo de então, também, contribuíram para que o conflito de Pau de Colher pudesse ser lembrado e, posteriormente, pesquisado. Não faremos uma discussão densa sobre a literatura já publicada e a registrada nos programas de pós-graduação, mas destacaremos algumas obras, que servirão de guia para a narrativa deste capítulo.

¹¹⁸ Dom José Rodrigues de Sousa era natural de Paraíba do Sul (RJ), mas viveu a infância e adolescência em Aparecida (SP). Ingressou no Seminário dos Redentoristas em 1938. Na Congregação Redentorista, atuou como formador, nas Santas Missões Populares e como e superior vice-provincial em Goiás. Foi nomeado bispo de Juazeiro (BA) em 1974. Durante seu episcopado, acompanhou a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral da Juventude do Meio Popular no Regional Nordeste 3 da CNBB. Foi ainda presidente nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores. Era um dos bispos que combateu a ditadura militar e se engajou na teologia da libertação. Informação retirada do site: <http://diocese-sjc.org.br/doi-bispos-emeritos-faleceram-neste-domingo/>

A primeira obra histórica, com relatos mais detalhados como qual tive contato foi a de Raimundo Estrela¹¹⁹ “Pau-de-Colher um pequeno Canudos: conotações política e ideológicas”, publicado em 1998. O título já expressa com exatidão o que temos colocado ao longo desta tese, sobre a reverberação de Canudos nos movimentos sociais religiosos. O texto reproduz, em essência, muitas das interpretações que estamos a apresentar, com a análise das notícias, artigos e editoriais publicados nos jornais pernambucanos desde o conflito de 1897. Apesar de passados mais cem anos do fatídico evento, em termos de narrativa e interpretação, pouca coisa mudara nas compreensões de Estrela. Consideramos que sua obra seja uma das fontes mais valiosas quando tratamos de Pau de Colher. É como ele escreve, citando Machado de Assis, “há reminiscências que não descansam, antes que a pena ou a língua as publiquem”. (ESTRELA, 1998, p. 13).

Estrela conseguiu rememorar fatos importantes, indicar obras que tratavam do assunto, mesmo que fossem sobre o Nordeste e o sertão e, ainda, reproduziu a mentalidade que permeia em muitos pesquisadores, quando a temática são os movimentos sociais e religiosos. Essa obra será nossa ancora, não para interpretar os fatos, mas para introduzir a história do que ele chamou de “um pequeno Canudos”. O local onde ocorreu o conflito, conhecido como Pau de Colher, fica distante cerca de cento e trinta quilômetros da zona urbana da antiga Casa Nova-BA. Essa localidade limita-se com Petrolina em Pernambuco e São João no Piauí, estados que estiveram envolvidos diretamente no conflito, tendo estreitas ligações com o movimento de Caldeirão, narrado no capítulo anterior. Não tem como tratar de Pau de Colher sem fazer as conexões entre o Padre Cícero, o Caldeirão e a religiosidade popular, base importante para alicerçar esses movimentos tão característicos no Brasil.

Mas por que Pau de Colher? Segundo consta, pau de colher é um nome de uma árvore típica do sertão e era o nome de um sítio, situado na fazenda Castanheira, com três ou quatro casas no início do episódio. Na região, o sítio ficava entre as estradas que ligam os povoados de Ouricuri e Lagoa do Alegre, interior de Casa Nova. Lá viviam três famílias chefiadas por Rozendo, Luiz Carlota e Romualdo, surgindo, mais tarde, uma quarta família, chefiada por José Senhorinho

¹¹⁹ Raimundo Estrela, nascido em 1911 em Casa Nova – BA, formou-se em medicina e clinicou por algum tempo em sua cidade natal. Estava em Casa Nova na época dos acontecimentos de Pau de Colher e vivenciou muitos fatos, pois atendeu os feridos do combate. Guardou uma farta documentação e escreveu o livro sobre o episódio, publicado pela Editora da Assembleia Legislativa da Bahia.

filho de Romualdo e que, naquela época - década de 1930 - formara família tendo enlace matrimonial.

Nos relatos de entrevistados, documentos e pesquisas publicadas em algumas obras, artigos, teses e dissertações¹²⁰, José Senhorinho, além de ser um plantador, com algumas posses, era também rezador, sendo considerado na comunidade, mais por essa habilidade do que por ser “bem sucedido economicamente¹²¹”. Segundo Malvezzi (s/d)¹²², “testemunhas da região afirmam que a mãe de Senhorinho era ‘macumbeira’ e toda a região já tinha o costume de recorrer a seus serviços de rezas, remédios e curas.” Supostamente, por causa da mãe, tenha se tornado a referência do lugar. A sua casa logo se tornou ponto de encontro e de oração, onde muitas pessoas se encontravam aos domingos para ouvir as prédicas, reproduzidas de livros, que eram populares no Brasil de então: “Missão Abreviada” e o “Caminho Reto”.

O livro [Missão Abreviada] era utilizado como um manual devocionário, de onde eram tirados muitos pensamentos, conselhos e exemplos de vida cristã. Sua forma acessível e direta dos ensinamentos bíblicos facilitou o entendimento da gente simples e permitiu que o livro se apresentasse como uma espécie de base doutrinal teológica e catequética dos Beatos. (SILVA, 2008, p. 23).

Foi nessa atividade de orações que Senhorinho recebeu a visita de um proselitista do Caldeirão, o Beato Severino Tavares. Segundo Pompa (1995), entre 1932, 1933 e 1935, apareceu na região um “Conselheiro”, percorrendo os municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé, e Remanso, na Bahia; Petrolina, em Pernambuco e São Raimundo Nonato, no Piauí. Era itinerante e não ficava nos lugares por mais de três dias fazendo as suas pregações. Sobre o conteúdo das pregações, não existem convergências, entre os autores consultados, a respeito das orientações que ele dava. Para Pompa (1995, p. 100),

Embora Severino falasse do Caldeirão e do Beato José Lourenço, não parece, que consta nos relatos dos quais disponho, que ele convidasse os ‘fiéis’ para ir para o Sítio Caldeirão, nem que a figura de José Lourenço fosse proposta como ‘messias’, ou seja, como ‘santo’ ou ‘salvador’. Ele limitou-se a despertar

¹²⁰ MALVEZZI, Roberto. Pau de Colher. Biblioteca da Diocese de Juazeiro-BA; ESTRELA, Raimundo. Pau de Colher um pequenos Canudos: conotações política e ideológicas; BRITO, Gilmário Moreira. **Pau-de-Colher: na letra e na voz**; DUARTE, Raymundo. Um movimento messiânico no interior da Bahia; OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar. **De Caldeirão a Pau de Colher: A guerra dos Caceteiros**; SILVA, Francivaldo Mendes da. **Pau de Colher: narrativas de luta e fé no sertão da Bahia**.

¹²¹ Ser bem-sucedido economicamente não significar dizer que era um grande fazendeiro ou latifundiário. Como as condições econômicas no semiárido sempre foram muito adversas, Senhorinho conseguiu se destacar porque plantava algodão e mamona, com isso, conseguindo ter algum aporte financeiro.

¹²² O documento de Roberto Malvezzi é datilografado e não tem data, por isso a iniciais s/d.

e fortalecer no povo o desejo de retomar e fortalecer os costumes religiosos: festejos, rezas, novenas, penitência.

Já para Silva (2008, p. 22) citando Lopes (1991), “Severino pregava ao povo sertanejo sobre o Evangelho, as mensagens e os milagres do Padre Cícero, o final dos tempos e o Caldeirão”. Malvezzi (s/d), diz que “sua linha de pregação alertava para o final do mundo e afirmava que ‘quem quisesse acreditar era ele o que deveria vir e quem não quisesse, era ele mesmo’. Aconselhava a oração, vida moral regrada, ensinava benditos”. Para Estrela (1988), Severino se dizia emissário do Pade Cícero e representante do Beato José Lourenço. Segundo Pompa (2004), os líderes dos movimentos religiosos tornam-se sujeitos de uma história, que deve ser reescrita com a mesma linguagem com que foi escrita: a linguagem sagrada e, em Pau de Colher, Senhorinho e Severino tornaram-se essas lideranças que souberam capitalizar os anseios escatológicos de uma gente que sempre esperava por um dia bendito.

Ao passar pelo município de Remanso, que faz fronteira com Casa Nova, o beato articulou um grupo de seguidores numa fazenda, porém alguns mandatários da região, com receio de seus conselhos, resolveram denunciar sua ação. Estrela (1988) diz que Severino foi preso em Remanso e, alguns dias depois, em liberdade, atravessou a margem direita do rio São Francisco indo parar e Sento-Sé, fazendo sermões e novamente sendo preso. Depois, foi para Juazeiro e para o interior de Casa Nova, daí desaparecendo. Tendo contato com Severino, o líder da comunidade de Pau de Colher, Senhorinho, resolveu continuar seu trabalho fazendo as pregações e fundando uma irmandade no local, na mesma direção do seu mestre. Mas, para isso, segundo relato de uma entrevistada de Cristina Pompa (1995), Senhorinho, em 1933, teria visitado o Caldeirão, tendo, ao longo de alguns anos até a destruição do reduto, visitado outras vezes e levado consigo algumas pessoas. Citando Duarte (1963), a autora afirma que ele realizou algumas romarias para Caldeirão, “sendo que na volta de uma dessas, começou a mostrar sintomas de êxtase e, de alguma maneira, de dons sobrenaturais”.

Alguns membros da ‘irmandade’ começaram a fazer romarias ao Caldeirão, ficando por lá por volta de uma mês e cada vez, ‘trabalhar por Zé Lourenço’. Eles passaram também a usar roupa preta, provavelmente sob a influência do Caldeirão, em sinal de luto pela morte do Padre Cícero (da qual, agora, Severino configurava-se como profeta); iniciaram rezar terços todas as noites em suas casas e a viver afastados do resto da comunidade, tendo abandonado as relações com os ‘incredos’. (POMPA, 1995, p. 105).

Quase todos os autores que já escreveram sobre Pau de Colher são unânimes em afirmar que a vida da comunidade se modificara, quando chegou ao local um outro beato por nome Quinzeiro, logo após o combate na Serra do Araripe com os seguidores de José Lourenço em 1937.

Quinzeiro é o último personagem de ponta a entrar para essa história. Ele vai moldar as manifestações religiosas, econômicas e militares de Pau-de-Colher e conferir-lhe os contornos de movimento social organizado. Dizia de si mesmo que era da ‘disciplina’ de Severino, afirmando que viera para lembrar Caldeirão. (MALVEZZI, s/d).

Conforme Silva (2008), Quinzeiro trouxe numerosos remanescentes do Caldeirão e sua chegada contribuiu para que o local pudesse crescer ao ponto de ter mais de mil pessoas ajuntadas. Para Pompa (1995), o beato, vindo do Ceará, hospedou-se na fazenda Queimada, depois de ter tido contato com Senhorinho, que, possivelmente, o conhecia por causa de suas viagens ao Caldeirão. Apesar de não se integrar rapidamente à comunidade, pois passou algum tempo isolado ou fixando residência na casa de outras pessoas, Quinzeiro logo se mudou para Pau de Colher, com a intenção, segundo a autora, de juntar gente para ir retomar o Caldeirão, que tinha sido debelado.

Com a chegada de Quinzeiro, Pau-de-Colher cresceu. No local já havia uma cacimba abundante que abastecia a população da região em época de seca. Também era local da maior feira da região. Mas agora passava a adquirir grandeza própria. A caatinga foi derrubada e surgiu uma clareira em semicírculo. Alguns sertanejos foram chegando, não mais apenas para as rezas, mas para morar, como integrantes do Pau-de-Colher. Tomou-se um povoado. No centro estava a casa de José Senhorinho, cujo um dos quartos era o ‘santuário’, fazendo, portanto, o papel de capela. Um lado da casa, o esquerdo, tinha latadas (coberturas) circulares, cobertas de palha e pano, para abrigar mulheres e crianças. (MALVEZZI, s/d, p.11).

Nem todos os autores consultados convergem quanto à pretensão da retomada do Sítio Caldeirão pelos seguidores de Senhorinho e Quinzeiro. Levando em consideração a fala de alguns entrevistados, ao afirmarem que “tinham duas sandálias” porque a caminhada iria ser longa, acreditamos que eles se preparavam para sair do local e o destino deveria ser a Serra do Araripe, pois ainda se encontrava vivo José Lourenço. Para Malvezzi (s/d), Caldeirão era uma “saude do povo” e, no momento, oportuno haveria o deslocamento. O autor diz, ainda, que esse caráter transitório, será o problema fundamental de Pau de Colher. Por sua vez, Pompa (1995), informa que o projeto da viagem não estava claro para todos, sendo que os que estavam mais próximos dos beatos sabiam que a viagem seria para o Caldeirão e boa parte pensava que iria em romaria para Juazeiro do Norte. Monteiro (2011, p. 79) se arrisca em afirmar que os fiéis de Pau de Colher tinham uma atitude autônoma em relação ao Caldeirão. Mesmo assim,

os sertanejos de Pau de Colher, compenetrados na missão de levantar Caldeirão uma vez mais, criaram para si um mito muito particular: o de que

era possível a construção do paraíso terrestre em terras cearenses. Lá, o Messias haveria de retornar, e os Mil Anos, enfim, haveriam de se concretizar. Criava-se uma utopia escatológica única, e, para alcançá-la, novos padrões de comportamento, autônomos, criativos e violentos foram se rompendo durante a trajetória do movimento.

Segundo esse autor, viajar para Caldeirão era sinônimo de salvação e redenção, e todos eles deviam congregiar essa mesma aspiração, sendo que aqueles que não concordassem seriam considerados impuros, blasfemos, ímpios e influenciados por forças malignas e ameaçadoras. Talvez isso explique o comportamento agressivo do que trata Estrela (1988) em sua obra, afirmando que os seguidores “passaram das contemplações místicas para o assombro das atitudes agressivas”. Tudo indica que, desiludidos e revoltados por causa do comprovado fracasso no aliciamento amigável, consentido, de parentes, compadres, amigos e vizinhos, não obtendo, portanto, a adesão desejada, não lhes pareceu ter outra alternativa senão agir como agiram, matando-os. (ESTRELA, 1988, p. 41). Entre a espera de partir do ajuntamento até as vésperas da romaria, muitas coisas aconteceram, especialmente essas que são relatadas por todos os textos pesquisados sobre o evento:

É nesse momento, às vésperas da partida, que Pau-de-Colher apresenta seu impasse. O grupo adquire um regime para-militar, ainda que a maioria de suas armas fossem os cacetes com o sinal da cruz. Parte do grupo começou a circular a região e tentava conseguir adeptos pela força. No dia 4 de Janeiro de 1938 um grupo de dez caceteiros invadiu a casa da fazenda da Barra, onde residia José da Barra, trucidando o dono da casa e um vizinho, Rubem, alcunha de Coscôz. A mulher e os filhos de José da Barra foram levados forçadamente para Pau-de-Colher. Mas qual a razão dessa atitude? Segundo a versão de pessoas da época é que José da Barra e Coscôz insistiam em denunciar o grupo perante as autoridades de Casa Nova, alertando para o perigo que o grupo gerava em toda a região. É certo que Zé da Barra, fazendeiro, debochava de seus conhecidos que haviam aderido a Pau-de-Colher de forma agressiva e se recusava aderir ao grupo. (MALVEZZI, s/d, p.15).

Referindo-se a esse fato, Pompa (1995) indica que a necessidade de reunir mais gente para fazer a viagem ao Caldeirão levou os líderes a organizarem expedições de proselitismo, tanto utilizando persuasão quanto a violência física, tendo, inclusive, como consequência a morte de algumas pessoas, não somente no interior de Casa Nova-BA e de Olho D'Água – PI. Não tardou para que as autoridades do município baiano soubessem desses fatos e procurassem intervir, pois as notícias se espalharam feito o rastilho de pólvora, bem como os boatos de invasão às cidades, tão comuns e já relatados no episódio de Canudos, Caldeirão e do Contestado.

Deflagrada a violência com o choque brutal da fazenda Barra, a população de Casa Nova, entrou em pânico porque passou a admitir a possibilidade de uma invasão nos próximos dias. Como sempre acontece nos momentos de crise, boatos é mais boatos ferveram em todas as direções, invadindo os municípios vizinhos. Sempre quem chegava do interior espalhava maus presságios, avolumando a tensão dos habitantes. (ESTRELA, 1988, p. 45).

Para esse autor que vivenciou os fatos mais de perto, apesar de sua parcialidade na escrita, houve muita pressão sobre as autoridades, dividindo as opiniões das pessoas influentes do lugar: Alguns achavam que era suficiente a ida de um chefe político para conversar com os seguidores dos beatos; outros achavam que, se organizassem alguns comerciantes que conheciam os moradores da região, poderia haver algum entendimento, como também houve a ideia de uma visita paroquial, no intuito de apaziguar os ânimos já exaltados. A saída que encontraram foi o emprego da força militar e, então, um destacamento, com trinta e quatro pessoas, formado com apenas três soldados, um cabo, um sargento, e a colaboração de civis voluntários foram ao encontro dos seguidores de Senhorinho.

O grupo heterogêneo e sem nenhuma instrução militar, composto de 34 homens, era comandado pelo 3º. sargento Geraldo Bispo dos Santos. Teria que viajar a pé e andar 18 léguas (cerca de 119 km) para alcançar Pau de Colher, uma viagem que duraria dois dias. Partindo no dia oito de janeiro pela manhã bem cedo, a chegada ao lugarejo se daria às 10, à noite, o que de fato aconteceu. (ESTRELA, 1988, p. 46).

Segundo Silva (2008), o Cabo Vieira dividiu a tropa em três grupos e, chegando à casa de Senhorinho, deu o ultimato de rendição. Porém, os fiéis não se renderam; um grupo, armado com o que tinha, partiu para cima da força militar, havendo o confronto. Segundo consta, nessa refrega, morreram o Cabo Vieira, o soldado João Batista e alguns civis, e, do lado dos fiéis, Senhorinho, Ângelo Cabaça e João Damásio.

Assustados, alguns sobreviventes chegaram à sede municipal, enquanto muitos outros ficaram perdidos na caatinga. Passaram a contar com se feriu o combate relâmpago. Certamente seria o sargento Geraldo, comandante das tropas esfacelada, o principal visado para explicar a razão do fracasso. Mas houve subordinados do comandante que disseram não ter o sargento Geraldo participado da luta, porque, matreiramente, se atrasara. Por isso é que coube ao cabo Vieirinha a iniciativa dos primeiros disparos. (ESTRELA, 1988, p. 47).

Espalhada a notícia da derrota dessa expedição, o governo, prontamente, tomou conta do caso. Novamente, serão repetidas as mesmas estratégias, agora mais bem elaboradas, dos ataques a

Canudos e Caldeirão. Lembremos que as agressões mais ferozes ocorreram quando as primeiras expedições militares fracassaram em seu intento. O “pequeno Canudos” logo seria dizimado por forças militares estaduais que se organizaram para esse fim.

O governo baiano deslocou um esquadrão motorizado (Cap. Maurino Cezimbra) e uma cia de Fuzileiros (ten. Zacarias Justiniano dos Santos), o piauiense uma força sob o comando do Cap. Benedito Alves da Luz. Finalmente o governo pernambucano, com a intenção de proteger a cidade de Afrânio, supostamente sob a ameaça dos ‘caceteiros’, enviou uma coluna de polícia militar, composta por noventa homens, sob o comando do Cap. Optato Gueiros, comandante das forças volantes de combate aos cangaceiros. (POMPA, 1995, p. 128).

De acordo com Silva (2008), a operação de intervenção militar foi denominada “Destacamento do Vale do São Francisco”, e esteve sob o comando do Coronel Mayard Gomes. As forças se dividiam em vários pontos estratégicos, no intuito de debelar o movimento. Porém, sem autorização do comando geral, a força pernambucana, que tinha como comandante o Capitão Optato Gueiros¹²³, resolveu entrar no reduto. Segundo Malvezzi (s/d, p. 19-20),

o grupo de policiais marchou até Ouricuri, Bahia, e foi guiado por pessoas do local até Pau-de-Colher. A tropa de Gueiros tinha 90 homens armados, inclusive um fuzil metralhadora e uma Thompson. A estratégia de Gueiros foi tomar a cacimba, fonte de água para toda a comunidade. Através de uma jovem que aproximou-se para buscar água, Gueiros mandou um bilhete para o novo chefe do local. O bilhete continha um convite à rendição, com a promessa de bons tratos a todos. A resposta foi a luta, praticamente corpo-a-corpo. Os adeptos de Pau-de-Colher apenas com cacetes, os policiais com fuzis e metralhadoras. Não havia paridade na luta. [...] Cerca de 30 homens melhor treinados em guerra de trincheira, e que possuíam armas, não estavam no local. Haviam saído para caçar. O historiador anônimo diz que nessa batalha morreram 171 pessoas: Gueiros diz que contou 117, mas que um fazendeiro, a seu pedido, contou perto de 400 mortos em campo de batalha. Os demais fugiram ou recuaram para a mata.

Segundo Pompa (1995), foi uma chacina. Ela relata, em sua obra, que os policiais baianos e piauienses ficaram procurando os fugitivos na Caatinga. O último reduto caiu no dia 12 de fevereiro, sendo os prisioneiros, mais de duzentos e vinte e seis, conduzidos para Salvador. A partir desse fato, a imprensa nacional começou a divulgar o episódio e como os jornais pernambucanos tinham acompanhado e publicado os eventos do Sítio Caldeirão, Pau de Colher também entrou na pauta das informações.

¹²³ Mais informações acerca do Capitão Optato Gueiros podemos encontrar no seguinte endereço eletrônico: <http://blogdoanchietagueiros.blogspot.com/2017/12/major-optato-gueiros-o-cacador-de.html>

O *Diário de Pernambuco* do dia 25 de janeiro publicou a primeira notícia sobre o episódio com a seguinte manchete: “A polícia pernambucana enfrenta os fanáticos de José Lourenço”. Praticamente, todos os veículos de comunicação atribuíam o combate ao enfrentamento com o líder do Sítio Caldeirão. O jornal afirmava que, em telegrama publicado há dias, numerosos fanáticos sob a chefia do Beato Lourenço se achavam em proximidades de território pernambucano. Ciente desse fato, afirma o jornalista, o Secretário de Segurança Pública Etelvino Lins enviou, para o lugar ameaçado, um contingente com cem homens da Brigada Militar, comandados pelo Capitão Optato Gueiros, que levou consigo o Tenente Manuel Ferraz, seu auxiliar.

O telegrama publicado no *Diário de Pernambuco* informou que, na quarta-feira de manhã, a força militar estava estacionada nas imediações do acampamento dos seguidores de Senhorinho, quando foi travada a luta, havendo quatorze mortos entre os seguidores do beato, além de vários feridos. O combate teria se estendido por quarenta e oito horas, havendo cento e quarenta baixas e muitos já tinham fugido. Pelo que observamos, a informações são desencontradas, pois, ao mesmo tempo que afirma que eles dominaram oitocentos seguidores armados, diz também que todos deixaram o acampamento onde estavam. A notícia publicada no *Diário de Pernambuco* informa, ainda, alguns detalhes antecedentes à luta.

Em dias anteriores ao combate, os bandidos atacaram a vila de São Gonçalo, na Bahia, que dista de Afrânio 12 léguas. Ali foram assassinadas quatro pessoas da Família Amorim, por se recusarem a acompanhar o Beato. Zé Lourenço rumou depois para ‘Pau de Colher’ com seu grupo engrossado por moradores das margens do Rio São Francisco. Logo que penetraram no povoado, perpetraram oito homicídios. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25/01/1938).

O jornal afirmou que Afrânio estava para ser invadida, por isso a força pernambucana foi ao local se precaver e os que seguidores dos beatos recebiam armas modernas de pessoas da terra ribeirinhas do rio São Francisco, tais como Sodrê Vianna¹²⁴. Pelo que já relatamos anteriormente, tudo isso eram apenas boatos, mas serviram de pretexto para que o capitão se antecipasse à força baiana e invadisse o reduto. Nessa mesma notícia, há uma informação pouco divulgada pela imprensa nacional, que nos chamou a atenção:

Pilotado pelo Capitão Macedo, seguiu para Petrolina um avião de bombardeio do Exército, equipado com duas metralhadoras. Esse avião irá cooperar na

¹²⁴ Jornalista, natural de Casa Nova na Bahia e tio do ex-governador Luiz Viana. Foi pertencente a ANL e acusado de propagar ideias comunistas e ser mentor de Pau de Colher.

perseguição aos fanáticos do Beato José Lourenço. Como passageiros, levou o secretário de Segurança deste Estado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25/01/1938).

Lembremos que aviões já tinham sido utilizados nos combates contra os movimentos sociais religiosos, tendo já sido verificado no Contestado e no Caldeirão, quando algumas bombas caíram na Serra do Araripe em 1937. Mas, conforme investigamos, a aérea de Pau de Colher não foi bombardeada. O *Diário de Pernambuco*, ainda, informou, naquele dia, que o povo do sertão estava alarmado com a notícia de que o Beato José Lourenço à frente de novecentos homens, estavam descendo do Ceará para atacar a cidade de Petrolina em Pernambuco. Outro boato desmentido com o passar dos dias. O *Diário da Manhã*, também do dia 25 de janeiro de 1938, publicou informação acerca do telegrama enviado de Petrolina, dando conta dos fatos ocorridos em Casa Nova na Bahia. A liderança do movimento foi atribuída a José Lourenço, que, segundo o jornal, estava bem armado e municiado, ameaçando entrar em território pernambucano. “Imediatamente, a secretaria providenciou sobre a remessa de forças da Brigada Militar para o distrito de Afrânio, no município de Petrolina.”

O jornal publicou uma série de telegramas, que foram enviados desde Petrolina ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Os telegramas principais foram de Optato Gueiros e dataram dos dias 21, 22 e 23 de janeiro daquele ano. Porém, foram também divulgados telegramas dos dias 08, 09, 11 e 13, dando conta das supostas ameaças de invasão à cidade de Afrânio. Essas comunicações nos ajudaram a compreender por que a imprensa pernambucana associou José Lourenço ao evento de Pau de Colher.

O primeiro telegrama, datado de 08 de janeiro, foi assinado pelo juiz de direito interino de Petrolina Vulpiano Machado e comunicava que “notícias recebidas Afrânio intermédio comissário local, bandido José Lourenço frente duzentos homens atacaram a Villa São Gonçalo, dista ali doze léguas, matando quatro pessoas da família Amorim por não querer acompanhá-lo, mesmo Beato segue direção Afrânio cuja população foi tomada de pânico”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/01/1938). É bom lembrarmos, que em 1896, o juiz de direito de Juazeiro-BA Dr. Arlindo Leone enviou telegrama ao Governador do Estado, informando que os conselheiristas iriam invadir a cidade, fato responsável pelo início da refrega.

O mesmo juiz de direito e o promotor público Cypriano Moura, no dia 09, telegrafaram novamente informando que o número de seguidores em Pau de Colher era de seiscentas pessoas,

bem armadas e municadas, sendo que a força militar seria insuficiente para combatê-los. Mais uma vez, a informação citou a presença de José Lourenço no local dos embates:

Ditos bandoleiros chefiados Beato José Lourenço trucidaram Serra Araripe, tempos passados um capitão e nove soldados polícia Ceará. Referido Beato vem sendo, segundo informes, industriado perigosamente comunista Sodrê Vianna aqui processado tenente Luiz Marianno. Chegam notícias grande número trucidamentos e assaltos como toda sorte selvageria praticadas referidos bandoleiros diversas regiões fronteiras este Estado, pondo verdadeiro sobressalto população esta cidade, Afrânio e demais localidades ameaçadas perigoso grupo. Rogamos vossencia nome população justiça urgentes providências. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/01/1938).

Dois grandes medos estão revelados no telegrama: de José Lourenço, que tinha vencido uma batalha na Serra do Araripe e do comunismo, capitaneado por Sodrê Vianna de Casa Nova. A ditadura varguista não podia deixar o movimento prosperar; era preciso aniquilá-lo. No dia 26, novas informações foram publicadas pela imprensa pernambucana. O *Diário de Pernambuco* noticiou que, “para combater os fanáticos do Beato José Lourenço – Mais quatro aviões seguem para Petrolina”. As fontes da informação são de Fortaleza e Salvador. Da capital do Ceará, há uma notícia sobre o envio de aeronaves para Petrolina, e afirmava que o “avião de bombardeio do Exército, que seguiu ontem para Petrolina, conduziu cerca de 15 bombas de 12 quilos cada uma. Hoje, seguem mais quatro, levando aparelho de rádio para auxiliar as forças policiais na repressão aos fanáticos do Beato José Lourenço.” Já de Salvador, “notícias da Zona do São Francisco afirmam que morreram em combate contra os cangaceiros que infestam a região o Cabo Antônio Vieira e o soldado João Baptista do Santos, da Força Pública deste Estado.”

O *Diário da Manhã* deste mesmo dia, republicou um editorial do *Diário da Tarde*, sob o título “O Sertão”. Nesse artigo, a memória de Canudos será reverberada e alguns motivos da eclosão do conflito que ocorreu entre 1896 e 1897, serão repetidos, especialmente aqueles que alegavam a falta de educação formal e o contato dos habitantes do sertão com o litoral.

É um triste caso como esse que serve para tornar mais enfática a necessidade de uma penetração mais rápida na zona sertaneja, de uma articulação desta com o litoral, em ordem a evitar, nessas capas inferiores da sociedade, a ação nefasta de certos agentes perturbadores que encontram na ignorância das massas, ambiente propício para a formação de núcleos perigosos de desordem, como aconteceu em Canudos, agora nas margens do São Francisco, sem falar nas ‘razias’ do banditismo nômade, que se repetem com alarmante frequência. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/01/1938).

Para o articulista daquela folha, não poderia mais haver procrastinação em relação à articulação do litoral com o sertão, que evitaria a continuação de casos semelhantes – os de caráter religiosos - e combateria também o cangaço, “resultados naturais do isolamento sertanejo pela falta de boas vias de comunicação, do seu obscurantismo, pela falta de escolas e de ensino adequado, da quase miséria em que vive pelo não aproveitamento econômico e racionalmente organizado da terra tão cheia de possibilidade.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/01/1938). A mesma cantilena se repetia e a solução para resolver os problemas que afligiam o sertanejo estaria neste contato com o litoral, como se a religiosidade popular e os casos de violência não acontecessem em qualquer parte do Brasil.

No dia 27, o *Diário de Pernambuco* publicou informações que deixaram o leitor indeciso quanto a quem era realmente a liderança dos eventos ocorridos no norte da Bahia. Na manchete da informação, consta a notícia de que José Lourenço achava-se no Crato, levando uma vida pacífica, fato corroborado pelo Secretário de Segurança do Ceará, que regressara de Petrolina de avião e confirmara que não pensava em prendê-lo, mesmo se encontrando no Crato.

Porém, numa publicação reproduzida de Ilhéus na Bahia, a manchete dava conta de que “aumentava o número de fanáticos em torno de José Lourenço”, que para aquela folha, estava ainda naquele Estado alarmando as populações da zona do São Francisco, com a presença, inclusive, de comunistas “nas hostes dos fanáticos”. Tornava-se difícil para o leitor entender tal situação, já que uma notícia estava publicada logo após a outra no mesmo jornal e apresentava elementos contraditórios em relação ao beato do Caldeirão.

O *Diário de Pernambuco*, republicando uma notícia do Rio de Janeiro, informou que, em Petrolina, havia chegado o chefe de Polícia do Ceará, a fim de socorrer os soldados feridos no combate ao grupo chefiado por José Lourenço. A notícia é complementada dizendo que chegou também àquela cidade um caminhão da Brigada Militar do Estado do Ceará com o mesmo intuito. Essa informação de que o Chefe de Polícia do Ceará esteve Petrolina foi confirmada pelo jornal *O Pharol* (03/02/1938):

Um avião do exército pilotado pelo capitão Macedo, chegou no dia 24 do corrente à noite, a esta cidade, o seu secretário de segurança pública de Fortaleza, capitão Cordeiro Neto cuja viagem se prendeu ao combate aos fanáticos dizem Lourenço. O capitão Cordeiro Neto regressou no dia seguinte.

Com as atenções voltadas para o evento de Pau de Colher, o *Diário de Pernambuco* chamou a atenção para um fato semelhante, que estava ocorrendo em Alagoas:

A imprensa noticia o aparecimento do Beato Chico, no município de Viçosa. Diz que o referido Beato vem realizando excursões no interior, acompanhado de numerosos fanáticos. Estes afirmam que o Beato Chico cura os enfermos e faz milagres, estando convencidos de que ele é padre Cícero redivivo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/01/1938).

A notícia sobre o Beato de Alagoas ficou como fora publicada, sem nenhuma complementação em dias posteriores. Importava relatar a dispersão do ajuntamento de Pau de Colher pelas forças do Capitão Optato Gueiros, que estava retornando para Petrolina, o mesmo acontecendo com a polícia baiana, que já estava de volta aos seus pontos de concentração no interior do Estado. Já no dia 30, o mesmo jornal pernambucano informava que tinha partido em direção a Juazeiro da Bahia uma caravana de jornalistas dos *Diários Associados*, “a fim de informar os seus leitores sobre a veracidade dos acontecimentos que vêm se desenrolando ali, a respeito dos fanáticos de José Lourenço.” No dia 03 de fevereiro, *O Pharol* de Petrolina se pronunciou sobre os fatos ocorridos em Casa Nova. Numa extensa matéria, praticamente, relatou a história de forma mais global, destacando, na informação, fatos que serviram de fonte, posteriormente, para algumas obras consultadas para elaboração deste capítulo. O título da matéria é “Fanatismo! Banditismo”! e segue as mesmas premissas das informações publicadas em jornais das capitais da Bahia e de Pernambuco. José Lourenço continuou sendo o centro das atenções, apontado como a grande liderança do evento:

Parece incrível o que aconteceu nesses dias naquele recanto do sertão baiano, em que centenas de pessoas foram estupidamente sacrificadas pela influência de um visionário ou aventureiro que há quatro anos vem explorando a credence do nosso povo, a multidão inculta dos nossos sertões induzindo-a as práticas mais extravagantes e absurdas para alcançar a ‘Salvação’! (O PHAROL, 03/02/1938).

A forma como o combate ocorreu é descrita com o intuito de impressionar o leitor e colocá-lo ao lado das forças militares. O subtítulo já indica a estrutura da narrativa: 42h de luta! Nessa parte da matéria, destacamos algumas frases que corroboram com o que estamos apontando: “luta terrível”, “luta indescritível”, “um horror”. Se a descrição narrativa da luta foi para impressionar, as características do lugar encontrado pelos soldados não ficariam sem destaque:

Pau de Colher oferecia um espetáculo desolador-cadáveres amontoados, choros e gemidos, sangue e, muito sangue derramado nas estradas.

Muitas piras foram encontradas perto de Pau de Colher, nas quais se via esqueletos queimados, braços e pernas de crianças e adultos. Uma calamidade! Era o regime do crer ou morrer! (O PHAROL, 03/02/1938).

Destacamos também, na narrativa, a forma como eram apresentadas pessoas que foram assassinadas pela coluna do Capitão Optato Gueiros. O nome, seguido da qualificação, parecia nos justificar o massacre:

As mortes - na luta, os fanáticos perderam os seguintes chefes - Senhorinho o 'São José', natural do lugar, conhecido curador de curral, **metido a feiticeiro**; Ângelo Cabaça, **criminoso de morte**, na construção da estrada de ferro Petrolina Teresina e há muito **homiziado** ali; João Damásio 'Primo de Senhorinho' **elemento indesejável e ladrão de bodes** [...]. (O PHAROL, 03/02/1938, grifos nosso).

Afirmar nas qualificações de que os participantes do movimento de Pau de Colher são feiticeiros, criminosos, homiziados, elementos indesejáveis e ladrões de bode, era uma estratégia discursiva do jornalista, que representava, peremptoriamente, o pensamento da elite brasileira. “Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender.” (ORLANDI, 1999, p. 30). *O Pharol* lembrou que foram promovidas pelo vigário de Petrolina Osmar Novais, na Catedral, as homenagens fúnebres pelos soldados mortos no combate.

A cerimônia religiosa teve numerosa assistência, comparecendo autoridades, associações religiosas, excelentíssimas famílias do tenente Ferraz¹²⁵ e soldados da brigada e a '21 de setembro'¹²⁶, estando presente o jornalista Azevedo Marques do 'O Estado da Bahia' e o enviado especial dos 'Diários Associados' para Pau de colher. (O PHAROL, 03/02/1938).

Na matéria consta ainda que os soldados aproveitaram a debandada dos fiéis para trazerem consigo do campo de batalha facões, chapéus de couro, cordões de São Francisco, cacetes lavrados e marcados com cruzes manchados de sangue. Esses objetos foram apresentados como troféus pela força policial, denotando como os símbolos podem ser utilizados em benefício

¹²⁵ Morto no combate.

¹²⁶ Banda Filarmônica.

próprio. De Petrolina seguiram telegramas para a capital, congratulando-se com a vitória da força pernambucana sobre o reduto de Pau de Colher. Lembremos que o Capitão Optato Gueiros entrou no Estado vizinho sem autorização do comando das operações, cuja base era em Juazeiro – BA. Talvez isso tenha motivado os comerciantes da cidade a enviarem tais telegramas ao secretário de segurança, apoiando a iniciativa e antecipando-se a uma possível retaliação ao comandante em chefe.

[...] temos congratular com vossencia pela brilhante vitória alcançada pelo contingente da brigada militar desse estado comandada pelos bravos oficiais capitão Optato Gueiros e tenente Manuel Souza Ferraz. Cumprimos o dever salientar que **referidos militares que atuaram com heroísmo invulgar libertaram a zona consagrada pelos jagunços agindo com máxima serenidade, disciplina**, deixando gravada coração cada habitante impressão de verdadeiros **paladinos da ordem pública**. (O PHAROL, 03/02/1938, grifos nosso).

As conclusões acerca dos motivos de tais embates de *O Pharol*, praticamente, eram as mesmas já publicadas pelas outras folhas pernambucanas: “a ignorância e a falta de assistência dos poderes públicos e as populações esquecidas dos sertões”. É preciso destacarmos que apareceu, pela primeira vez, nas colunas dos jornais pernambucanos, a informação da presença do beato Severino Tavares “Espírito Santo”, segunda pessoa de Zé Lourenço, e ‘Enviado’ do Padre Cícero para salvar o seu povo, onde se entregavam às estranhas ‘Práticas’ e ‘Penitências’, atraindo muita gente da vizinhança.”

No dia 08 de fevereiro, o *Diário de Pernambuco* publicou, na íntegra, o relatório do Capitão Optato Gueiros, que foi, por muito tempo, a fonte oficial da refrega entre a força policial pernambucana e os seguidores de José Senhorinho em Pau de Colher. Não vamos destacar muitas coisas desse relatório, pois muitas informações já foram confrontadas por outros pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto. Mas como já dissemos aqui que o Capitão tinha entrado no reduto sem autorização do comando em chefe, vale a pena destacar alguns trechos que estão em seu documento, referindo-se às congratulações que recebera de outras forças militares e dos moradores de Casa Nova, como que se antecipando às críticas sobre sua ação isolada, que poderiam vir à tona:

O sr. tenente coronel Maynard, comandante das forças em operação no vale do São Francisco, recebi, pelo telégrafo, as mais calorosas e entusiastas felicitações pela vitória de nossa tropa sobre os fanáticos.

Do capitão Benedito da Luz da força pública piauiense, recebi, em memorando, a seguinte ligação:

"Polícia militar do estado, - memorando. P.C. Em castanheira, 23 janeiro de 1938. - Sr. capitão Optato Gueiros, Ouricury. Acho-me de posse de sua ligação com as forças piauienses sob meu comando. Conforme nosso objetivo atingimos Pau-de-Colher hoje, às 8h da manhã e tivemos oportunidade constatar a eficiência do ataque das forças do vosso comando ao reduto dos fanáticos. [...] "Levo ao meu ilustre colega minhas felicitações pelo exito adquirido no ataque levado a efeito pela sua força ao reduto dos ditos facínoras, cuja perversidade está assinalado em todos os pontos onde temos passada. subscrevo-me com muito a preço e estima seu colega e amigo - (a) Capitão Benedito da Luz".

[...] Todos os moradores da cidade Casa Nova, tendo à frente o seu ilustre prefeito, primeiro tenente Zacarias Santos, apresentaram a tropa pernambucana as mais fraternas e calorosas felicitações pela vitória, tendo o sr. prefeito oferecido um banquete no edifício da prefeitura municipal, a mim e ao meu auxiliar, segundo o tenente Manuel de Souza Ferraz. Tive, nessa cidade baiano o mais generoso e nobre encolhimento por parte de todos seus habitantes. (GUEIROS apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/02/1938).

O Capitão tinha consciência do que fizera, podendo ser questionado não apenas pelo morticínio, como também por adentar numa área que não estava sobre sua jurisdição. Sua estratégia discursiva é uma tentativa de justificar-se ao ocorrido, com os elogios que recebera. Essa tática lembrou o que diz Orlandi (1999, p. 30) quando afirma que “às margens do dizer, do texto, também fazem parte dele”.

O Pharol do dia 03 de março voltou ao assunto para informar que estiveram em trânsito em Juazeiro dezoito prisioneiros do ajuntamento de Pau de Colher, que foram presos na localidade de Campo Alegre e eram chefiados por José Camilo, que mantinha relações comerciais com Petrolina. Camilo conversou com o jornalista daquele periódico e prestou algumas informações sobre o cotidiano do reduto, sendo inquirido principalmente, sobre a presença de José Lourenço e Severino Tavares no local. Como foi anunciado pelo Chefe de Política do Ceará, Lourenço não estivera em Pau de Colher, fato agora confirmado por Camilo. A pessoa que teria vindo de Caldeirão seria Joaquim de tal, possivelmente o Beato Quinzeiro, que, segundo Malvezzi (s/d, p. 8), tinha ido morar no Sítio com José Lourenço e era um artista em madeira. Para esse autor, conforme já citamos, ele moldou “as manifestações religiosas, econômicas e militares de Pau-de-Colher e conferiu-lhe os contornos de movimento social organizado.” O entrevistado do jornalista disse que, depois da chegada de Camilo em Pau de Colher, começaram os massacres dos que não queriam seguir a linha em que estavam, confirmando, também, a intenção do grupo em ir fazer uma visita ao Caldeirão.

O Pharol tinha colunas assinadas pelo jornalista Cid Carvalho¹²⁷, que, ao longo dos primeiros sete meses de 1938, escreveu alguns editoriais sobre o assunto. O primeiro deles foi em 12 de março e seguiu, praticamente as mesmas considerações e conclusões de muitos outros jornalistas, quando tratavam dos movimentos sociais e religiosos. O título do editorial “fanatismo dissolvente e destruidor” atentava para a ação do Beato Severino Tavares na região sanfranciscan, que, segundo ele, semeava entre a gente ingênua dos sertões,

o descrédito da religião, o achincalhe das autoridades e, como resumo a desonra atirada a face da sociedade, com a dissolução de muitos lares estupidamente maculados para a satisfação dos instintos bestiais dessa malta de aventureiros para quem a tolerância das nossas autoridades deixou livre para campo para explanação das suas ideias dissolventes e destruidoras, infelizmente aceitas e postas em prática por um sem-número de sertanejos cegos pelo analfabetismo e pela ignorância. (O PHAROL, 03/03/1938).

Cid Carvalho, além de atribuir a causa da crença da população interiorana ao analfabetismo, dizia não entender por que as autoridades de cidade, tais como Remanso, deixavam o beato a fazer as suas pregações. Esse fato, aumentava a popularidade do líder religioso, segundo o jornalista, que se aproveitava disso para solicitar aos criadores e proprietários sertanejos que se desfizessem de seus haveres e os entregassem, a fim de comprar “uma posse no céu” para quando chegasse a “hora da salvação”. Tendo em vista nossas observações, não existem depoimentos na literatura comentada que comprovem essa solicitação de Severino; provavelmente, deve ser verdadeira, em face das pregações de outros beatos e santos populares¹²⁸.

¹²⁷ Cid Almeida Carvalho nasceu em 25 de agosto de 1904 na cidade de Remanso, Bahia. Em 1923, mudou-se para Juazeiro, extremo norte da Bahia, trabalhou no jornal *O Direito* e foi diretor do jornal *O Eco*, ambos extintos. No ano seguinte, mudou-se para Petrolina, sertão pernambucano. E, antes de fundar o seu periódico, Cid foi admitido como tipógrafo no jornal *O Pharol* do jornalista João Ferreira Gomes, onde exerceu a função por 14 anos, o que o levou a se tornar sócio efetivo da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP). Ainda dentro do jornal *O Pharol*, assumiu de 1937 a 1944, o cargo de Redator-secretário. Depois de várias experiências na imprensa em Remanso, Juazeiro e Petrolina, Cid Carvalho lançou em 11 de dezembro de 1949, o jornal *O Sertão*. De circulação semanal e impresso na Gráfica Petrolina, de sua propriedade, o projeto tornou-se viável porque obteve apoio financeiro do comerciante local, Clementino de Souza Coelho. O jornal circulou ininterruptamente até 8 de maio de 1972, sob sua direção. Informação retirada do site: <https://pretonobranco.org/2017/09/21/especial-petrolina-122-anos-cid-carvalho-personagem-da-imprensa-petrolinense/>

¹²⁸ Na dissertação de Filipe Pinto Monteiro, existe um capítulo dedicado especialmente ao Beato Severino, importante fonte de pesquisa sobre a temática de Pau de Colher. MONTEIRO, Felipe Pinto. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

Para o jornalista de *O Pharol*, as ocorrências do município de Casa Nova valeram por um aviso de tão duras consequências, para o que poderá suceder ainda; já que existem muitas pessoas que acreditam em beatos naquela região e que “o fanatismo é o novo problema a desafiar a argúcia dos administradores, se não quiserem que o sertão sanfranciscano venha a servir de cenário a uma tragédia de consequências imprevisíveis.” Mais uma vez, vemos neste discurso, Canudos reverberar.

No mês de junho daquele ano, *O Pharol* voltou ao assunto para denunciar “de novo em ação os fanáticos do Beato Lourenço”. Mesmo já admitida oficialmente a não participação do líder do Caldeirão nos eventos de Pau de Colher, os jornalistas continuavam a citar o nome dele quando noticiavam qualquer assunto relacionado ao tema. A denúncia afirmava que remanescentes de Pau de Colher, armados de fuzis e rifles, aproximavam-se de Caboclo, terceiro distrito de Petrolina, bem próximo a Afrânio. O juiz de direito interino Vulpiano Machado teria levado o fato ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando reforço do destacamento policial daquela cidade, que, segundo ele, era insuficiente para atender a qualquer pedido de auxílio da população do interior do município. Como consta na notícia, o tenente Luiz Mariano Cruz, acompanhado de dez homens, soldados e civis, seguiram na tarde do dia dezesseis para Afrânio, a fim de travar conflito com os remanescentes. Porém, não os encontrou, pois eles teriam seguido em direção ao município de Ouricuri.

A notícia termina dizendo que está aguardando os acontecimentos e transcrevendo, “para conhecimento dos leitores, a curiosa saudação dos fanáticos: ‘Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo, alto celeste do amor. (resposta) e para sempre seja louvado, nossa mãe Maria Santíssima, sede deus onipotente e a luz de nosso senhor’”. (O PHAROL, 18/06/1938). No dia 24 do mesmo mês, Cid Carvalho, articulista do jornal publicou um editorial sobre o assunto, titulado: “Fanatismo: O maior pesadelo das populações sanfranciscanas na hora presente”. Motivado pela denúncia publicada dias antes, Carvalho afirma que não desapareceu, mesmo com a extinção de Pau de Colher, o perigo que, por muito tempo, ainda vai tirar o sossego das populações sanfranciscanas, compreendidas entre Juazeiro e Xique Xique.

Como era recorrente, a memória de Canudos, mais uma vez, foi reverberada nesse artigo de Carvalho, afirmando que, se as autoridades não tivessem desbaratado Pau de Colher desde o início, “aquele reduto transformar-se-ia, dentro de pouco tempo, no maior refúgio de fanáticos e bandidos, transformando-se num verdadeiro Canudos, com as mais assombrosas perspectivas

de intranquilidade para os municípios limítrofes, de perigo para a manutenção da ordem pública.” Numa quase repetição do seu pensamento, quando publicou outros artigos entre os meses de fevereiro e março, destacou que os fatos que se desenrolaram em Casa Nova serviram de aviso para as autoridades da “tragédia que se avizinhavam com todo seu hediondo cortejo de misérias”.

O jornalista acreditava que as ideias plantadas por Severino Tavares teriam germinado, criando raízes “no espírito ingênuo e facilmente impressionado os nossos sertanejos, a quem a ignorância e o analfabetismo transformam em simples autômatos da vontade repelente desses vis aventureiros, que aí vivem à sombra da suave tolerância das nossas autoridades civis, militares e eclesiásticas a explorar a boa-fé dos nossos incautos patrícios.” (O PHAROL, 24/06/1938). Não tivemos informação, mesmo nos jornais da época ou na literatura a que tivemos acesso, que outros pequenos movimentos eclodiram na região do vale do São Francisco, remanescentes do Pau de Colher ou de Caldeirão. Mas Carvalho insistia, no seu artigo, em afirmar que toda a zona que ia do rio Salitre no município de Juazeiro, interior de Sento-Sé e até as margens do Rio Verde, estariam repletas de seguidores dos beatos, que não tinham se convencido da derrota ocorrida em Casa Nova.

[...] ao primeiro sinal dos aventureiros remanescentes daquela hecatombe, estarão prontos a sacrificar a vida e o futuro próprio e da família em obediência às ordens do ‘Conselheiro’, codinome dado ao bandido Severino Tavares, emissário do famigerado José Lourenço, que há tempos percorreu, em romaria, toda a região em apreço, a praticar e aconselhar toda a sorte de infâmias contra a honra e dignidade dos pobres e laboriosas famílias sertanejas, vítimas inconscientes das suas lábias explorador contumaz e pervertido sexual. (O PHAROL, 24/06/1938).

Como vimos, os mesmos preconceitos se repetiam, mesmo que não houvesse testemunhas ou relatos das supostas perversões sexuais. Lembremos que foram vítimas dessas denúncias, sem comprovação, os dois principais beatos de Caldeirão: José Lourenço e Severino Tavares. Mais uma vez, o jornalista fez um apelo às autoridades, para que uma campanha de educação fosse realizada no interior, a fim de inibir tais casos, como o de Pau de Colher:

Torna-se necessária e inadiável uma campanha social de educação do povo, por parte do governo com a cooperação das autoridades eclesiásticas, encarregadas de velar pela educação cristã como base fundamental da moral, apanágio dos sãos princípios religiosos que norteiam o bem estar espiritual dos povos. A não ser isso, teremos, em futuro não longe, e com maiores e mais profundas consequências para a tranquilidade das populações sanfranciscana,

a reprodução dos graves acontecimentos verificados em Pau de colher e adjacências. (O PHAROL, 24/06/1938).

Vemos que o apelo partia do interior e não da capital. O jornalista, formado em espaços litorâneos, repetida a verve de seus colegas da grande imprensa sobre a falta de escolas e também sobre o fanatismo, que tinha como motivo a ausência de educação formal da população interiorana. No dia 25 de junho, *O Pharol* ratificou a informação de que o grupo de remanescentes que estavam em Caboclo, teria ido em direção ao município de Ouricuri e que o tenente, em telegrama ao juiz de direito interino, informara que fez um ataque no dia 19, tendo os remanescentes fugido e debandado completamente.

O *Diário da Manhã*, no dia 07 de julho, reproduzindo uma notícia da Bahia, publicou uma informação, que também não foi confirmada posteriormente nas pesquisas e literaturas consultadas por nós, de que remanescentes de Pau de Colher, sob a liderança de Quinzeiro organizavam grupos volantes, obrigando os sertanejos a ingressarem no ajuntamento e ameaçando invadir Casa Nova. Não encontramos outros detalhes sobre essa informação, mas lembramos que o beato, em questão, conseguiu escapar da refrega de Pau de Colher.

Estrela (1988), em sua obra, cita que, no início de julho, teria chegado a Casa Nova o tenente José Rodrigues, da polícia baiana, delegado especial, com a missão de formalizar novo inquérito destinado a processar os remanescentes que teriam escapado e que estariam cometendo assassinatos na região. Na investida que fizeram no interior, prenderam duas pessoas acusadas de mortes e recolheram algumas armas. Talvez esse fato tenha motivado a notícia do dia 07 n' *O Pharol*.

Pouco tempo dias depois, no dia 12, *O Pharol* anunciou que, em Mudubim, interior de Petrolina, um grupo de remanescentes ocupou o lugarejo matando seus habitantes, para lá seguindo uma força de vinte e nove policiais, comandada pelo Cabo Cafimfim. Dias depois, sob a manchete “as tragédias do sertão”, o jornal afirmava que foram vinte e três vítimas em Mudubim, incluindo uma criança de cinco meses. Nessa matéria, produzida com a estrutura narrativa de editorial, o jornalista voltou a indicar os mesmos motivos já elencados em editoriais anteriores: a falta de educação e acrescentou, ainda, que era necessário “doutrinar, pregar o evangelho e disseminar a doutrina cristã, isto é, preparar o espírito do povo com os santos ensinamentos da religião do amor e do perdão, que eleva e dignifica o homem”. (O PHAROL, 12/07/1938).

O texto apresentou os nomes das pessoas que foram mortas no combate, fornecidos, segundo o jornal, pelo Tenente Luiz Mariano, Delegado Regional. Sobre essa lista, Estrela (1988) acha estranho o fato de os nomes das pessoas que compunham o grupo que seguia em direção ao Caldeirão, apresentado no inquérito pelo Delegado Regional, não sejam os mesmos publicados pelo jornal.

Causa estranheza a lista dos nomes fornecida pela polícia e publicada, os nomes dos dados como mortos não coincidiam com os conhecidos militantes em Pau de Colher, em trânsito para o Ceará. Ao lado disso, fazem parte menores de dez, oito, cinco e três anos, e até lactentes, um de um ano e outro de cinco meses, que não foram mencionados como inclusos na comitiva de Quinzeiro. (ESTRELA, 1988, p. 78).

Continuaram as incógnitas sobre o Beato Quinzeiro, que, segundo *O Pharol*, teria se entregado à prisão, declarando que ele e seus companheiros teriam matado sessenta pessoas no interior de Casa Nova, sendo vinte e duas mulheres, prontificando-se, inclusive, a indicar as sepulturas e os nomes das vítimas. Sobre a estranheza de Raimundo Estrela quanto à divergência dos nomes, conforme citação acima, ele tem duas hipóteses: a primeira é a de que esse grupo seria oriundo desse mesmo espaço, não sendo remanescentes de Pau de Colher e a segunda que seriam remanescentes do acampamento localizado em Mata dos Cavalos, na Serra do Araripe, o que ele achava mais provável. Como não existiram relatos desses remanescentes, acreditamos que eram ou do interior de Casa Nova ou de São Raimundo Nonato, no Piauí. Geralmente, a rota utilizada pelos romeiros para visitarem Juazeiro do Norte - desses dois municípios - incluía o interior de Petrolina e Ouricuri, os mesmos locais onde aconteceram o combate referido. A perseguição a esses romeiros, nominaremos assim, porque não sabemos ao certo de qual ajuntamento vinham, rendeu uma divergência no seio das forças perseguidoras de Petrolina e de Ouricuri. A contenda ocorreu entre o Cabo Cafimfim e o Cabo Teófilo Malaquias.

No dia 09 de julho, *O Pharol* publicou um telegrama do Cabo Cafimfim ao Delegado Regional Tenente Luiz Mariano com a seguinte mensagem: “Comunico vossa senhoria que na pista fanáticos brigamos hoje ligeiramente caatingas água preta município Ouricuri, resultando em um fanático morto e diversos feridos gravemente. Prossigo pista mesma direção Barra São Pedro. Força em paz. Até o momento ignoro paradeiro força Ouricuri. Cabo Manoel Pereira – Cafimfim”. No dia 15, o Cabo Malaquias escreveu para a redação do jornal, com o intuito de

esclarecer as dúvidas, do que ele chamou de má interpretação, em relação ao telegrama do Cabo Cafimfim. Ele disse que o

citado telegrama, ou por distração do meu companheiro de farda, ou se porventura por querer bancar como muitos de ‘Pseudo heróis’, faltou com a expressão da verdade quando fez sentir o desempenho da tropa sob meu comando. [...] O cabo Cafimfim, chegou a informar em supracitada, telegrama ao tenente Luiz mariano, que no momento em que atacava os ‘Fanáticos’ não sabia do paradeiro do contingente de Ouricuri que obedecia ao meu comando. Ora, o meu companheiro de farda, parece que no momento de sua atuação no combate aos célebres ‘Fanáticos’, estava tão ávido de glória, que esqueceu-se, que por um com um acordo estabelecido entre nós antes do choque da fazenda água preta, a tropa de Ouricuri, ficaria estacionada entre as fazendas cara branca e jardineira, quando a tropa sob o comando dele, ficaria localizada entre as fazendas Pajeú e água preta, para que assim pudéssemos ter uma ação decisiva de envolvimento ao mencionado bando de ‘Fanáticos’. Dando-se todavia, que por coincidência a tropa sob o comando de ele cabo Cafimfim, deparou-se com os "fanáticos, ocasionando atacá-los, o que forçou bater-nos em retirada para o setor aonde me encontrava dando-se portanto encontro de minha tropa com os mesmos, isto é no dia 8. (O PHAROL, 15/07/1938).

A comunicação do Cabo Malaquias termina dizendo que o Cabo Cafimfim deve se penitenciar com os seus esclarecimentos, já que ele sabe que correspondem à verdade incontestes. O jornal não entrou na polêmica, e tratou o caso como “ecos da campanha contra os fanáticos”. Não era de se estranhar que, na época, fossem publicados fatos inverossímeis, já que, como afirmamos neste capítulo, a intenção da imprensa era causar parcialidade no leitor, especialmente quanto o resultado das contendas atingia centenas de pessoas, mesmo que não estivessem ligadas diretamente com os fatos. Já relatamos aqui a morte de mulheres, crianças, idosos e mesmo entre aqueles seguidores dos beatos, que não pegaram em armas para se defender ou atacar.

Os relatos de estórias cabulosas estão presentes nos vários movimentos pesquisados por nós e se reproduzem sempre depois do anúncio da hecatombe. Não foi diferente com o movimento de Pau de Colher, quando várias estórias foram sendo criadas. No dia 13 de julho, no calor das denúncias dos assassinatos de crianças, conforme já mostramos no relato de Estrela (1988), *O Pharol* publicou a seguinte estória:

A odisséia de um pequeno fanático! Elias perdeu o pai em ‘Caldeirão’ e, para não morrer, matou três criancinhas em Pau de Colher! Essa história dos fanáticos do ‘Beato’ Zé Lourenço, em nossos sertões, continua a fornecer registros impressionantes que dia-a-dia vão chegando ao conhecimento do público. Ainda agora temos aqui o menor Elias pereira da Silva, de 12 anos, natural de Carrapichel, Bahia, filho de Manuel Pereira da Silva e Rita Maria de Jesus, qual foi ouvido ontem no cartório do escrivão e tabelião Arnould

Sampaio pelo juiz Vulpiano Machado, que vai enviá-lo para Recife com o seu companheiro Agripino Antônio dos Santos. Declarou Elias que no ano passado deixou a terra natal com seu pai, rumando para o Ceará a fim de ganhar a vida. Lá, juntaram-se aos ‘Beatos’ do Caldeirão. Morto o pai na luta entre a polícia cearense os fanáticos, ficou em companhia destes, seguindo depois com José Lourenço para Pau de Colher, de onde teve de fugir para o mato, quando aquele reduto foi desbaratado pela força do capitão Optato. Ainda em companhia dos fanáticos foi para o ‘Mudubim’ de onde fugiu novamente ao ‘torrar das pipocas’ conforme as expressões, isto é, no último fogo que houve ali, seguindo para Carrapichel. Em Carrapichel juntou-se ao pretinho Agripino Antônio, que veio de Bahia, debaixo dos carros, nos trens da ‘Leste’ e seguiam para Recife o quando foram detidos pela polícia, em Boa Vista e trazidos para aqui. Afirmou Elias quem em Pau de Colher os ‘Beatos’ matavam homens, mulheres e crianças que não queriam entrar para o grupo deles e que, a mando de Zé Lourenço, para não morrer, matou de cacete, três criancinhas. Elias desfez da roupa preta com três cruces que usava, e do rosário, que conduzia, jogando-o no Rio.

Vejam como existem incongruência no relato da criança. Se o menino saiu de Carrapichel no ano anterior (1937), não conseguiu alcançar Caldeirão, que teria sido destruído em 1936. José Lourenço, conforme declaração do Chefe de Polícia do Ceará – que, inclusive, esteve em Petrolina - jamais permaneceu em Pau de Colher. Como o menor teria seguido de Mudubim para Carrapichel e desse lugar para Santa Maria da Boa Vista, num espaço de quatro dias, já que a refrega em Mudubim ocorrera no dia 08? A criança teria, realmente, assassinado de cacete três outras criancinhas a mando de José Lourenço? Nada se comprovava e a imprensa, com seu poder de persuasão, criava histórias para que os leitores pudessem apoiar de pronto o seu discurso e o seu compromisso com os interesses das classes dominantes. Era preciso extirpar qualquer movimento social religioso. É por isso que bem lembra Foucault (2006, p. 10): “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Pau de Colher foi mais um movimento debelado e as vozes oficiais soaram novamente para justificar o fato e impedir que novos Canudos pudessem ser vividos no sertão nordestino.

8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem”
(KOSELLECK, 2006, p. 167, 267).

Essa citação de Koselleck traduz, em muitos sentidos, o que percorremos nesta tese. Ao escolher a imprensa como o grande espelho para as análises propostas, sabíamos que estávamos diante de uma fonte rica de informações, sujeita a várias interpretações, percorrida por vários métodos. Não hesitamos, pois já havíamos experimentado o uso dos jornais em nossa Dissertação de Mestrado e um grande flanco de oportunidades nos foi aberto, legando este e outros trabalhos que poderão ainda surgir. Vários foram os atos de linguagem, transmitidos nas folhas impressas em linguagens próprias, por seus respectivos gêneros.

A atenção de quem pesquisa nos impressos precisa ser desdobrada, pois a cada ato, a cada enunciação, a cada figura de linguagem, é preciso ler não somente nas linhas, mas observar, sobretudo, as entrelinhas, numa missão a contrapelo, percorrendo textos e buscando indícios dentro e fora do contexto. As palavras devem ser vistas como difusoras de ideias, de sentidos e, como nos deparamos com o contexto político, a atenção foi redobrada.

É importante também destacar que não foram apenas jornalistas que escreveram sobre os fatos observados, mas articulistas de diversas matizes: médicos, bacharéis em Direito, professores, pessoas portadoras de capacidade de escritura, portanto, letrados, que faziam parte de uma pequena parcela da sociedade. Apesar de não termos focado na recepção, e seguindo o tempo histórico percorrido, acreditamos que não existia um público leitor considerável, mas as ideias propagadas pela imprensa, tornava-a espaço privilegiado de concatenação de juízos de valor e por que não dizer, da produção de um debate público.

Mariavalva Barbosa (2010) afirma que as publicações nos jornais, em panfletos e folhetos, ganham sentido, pois as discussões tornam-se mais perenes, agrupando pessoas que têm pensamentos comuns. Acreditamos que o debate junta, mas também divide, apesar de que, nos eventos pesquisados, houve mais interconexões do que divergências, haja vista se tratar de emissão de enunciados de letrados que têm cor, classe e lado nesta sociedade.

Apesar de não fazermos uma análise densa do discurso, optamos por essa metodologia, pois acreditamos ser a mais apropriada para apresentar os resultados da investigação. Do texto ao contexto e do contexto ao texto, as narrativas são parte da História, são fragmentos de História, como diz Foucault (2000), unidade e descontinuidade do processo, tendo seus limites, seus cortes, transformações e modos específicos de temporalidades. Não tivemos como analisar os acontecimentos investigados, sem os atos de linguagem, como afirma Kosselleck (2006, p. 167), e as experiências que adquirimos, a partir deles, não podem ser transmitidas sem uma linguagem.” Nesse sentido, realizamos uma articulação entre o dito e não dito, muitas vezes, optando por transcrições literais dos jornais, para, assim, compreendermos melhor os fatos.

Portanto, os textos analisados, e não foram poucos, estiveram para além do debate público, não apenas foram utilizados como fontes capazes de enunciar os contextos das épocas avaliadas e atuação dos segmentos envolvidos nos conflitos, especialmente os militares, que se tornavam porta-vozes da história elaborada, naquele momento, pelas colunas dos jornais. Sendo assim, acreditavam eles, estarem produzindo uma verdade sobre os fatos, sobretudo, por pertencerem a uma das esferas de poder. Foucault (2010, p. 12), já alertava para essa produção da verdade a partir do saber constituído, dizendo que a sociedade tem os “procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade” e o “estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

O que foi “verdadeiro” para os articulistas que escreveram sobre Canudos, Contestado, Caldeirão e Pau de Colher está bem explícito nas diversas colunas analisadas. As pessoas que fizeram parte desses movimentos são consideradas cangaceiras, beatas desajustadas, jagunças, fanáticas, monarquistas e, até mesmo, comunistas, que “necessitaram” da força coercitiva do Estado, justificada e legitimada pela imprensa dominante.

Nos eventos analisados, percebemos como foram predominantes as teorias raciais do século XIX e como o sertanejo foi considerado emocionalmente instável, com inclinações para o misticismo e o fanatismo. Vimos como foram criados signos e símbolos, que se perpetuam até hoje. É comum, nas narrativas da imprensa, geralmente localizadas no litoral, estabelecer-se um discurso do “nós” (civilizados) e os “outros” (incultos). É a interpretação biopsicológica dessa população, estigmatizada e condenada, segundo a expectativa da elite dominante, ao fracasso. Então, segundo essa perspectiva, não cabia outra alternativa, a não ser o aniquilamento quase que total das milhares de pessoas que fizeram parte desses movimentos. Eles se

constituíram nos inimigos da República, seja ela recém-instaurada, velha ou nova. A ação assassina e destrutiva de milhares de inocentes foi a mesma, independente de quem ou de qual modelo de governança estava no poder.

Canudos, Contestado, Caldeirão e Pau de Colher surgiram ao meio de transformações políticas, econômicas e sociais. Lembremos que o final do século XIX ainda convivia com a recente abolição da escravatura, o que impactou diretamente na formação populacional de alguns desses movimentos. O regime republicano estava em fase de consolidação e enfrentando não somente crises políticas, mas também, sem rumo, em relação à economia nacional. As estruturas de poder local também foram abaladas, mesmo existindo pactos dos coronéis, e a Igreja Católica enfrentando seu processo de romanização, alijada do poder momentaneamente na República e tentando, a todo custo, retomar as rédeas de suas estruturas físicas para controlar seus fiéis.

A jovem República queria se consolidar e, para isso, utilizou Canudos como grande espelho dessa consolidação. Ganhar a Guerra de Canudos era estabelecer-se enquanto regime que, na percepção das elites, deveria ter vida longa. Segundo Camargo (2004), essa primeira fase da República testemunha o triunfalismo das oligarquias, embaladas por acordos agrários, do tipo Café com Leite, e as vozes dos mais intensos protestos deveriam morrer, como a de Conselheiro, no Nordeste já empobrecido. Foi nesse cenário que eclodiu Canudos, fazendo o Brasil testemunhar no final do século XIX, pela primeira vez, uma das maiores coberturas jornalísticas diárias, acompanhadas diuturnamente por grandes e pequenos jornais, durante aproximadamente dez meses. O evento, na época, teve um número considerável de correspondentes, inaugurando uma prática a ser observada, num futuro bem próximo, pela imprensa brasileira. Podemos também afirmar, ainda, que as notícias transcorriam em rede, jornais transcrevendo jornais, tendo como eixos principais o do Rio de Janeiro e de São Paulo, não esquecendo as importâncias de Salvador e de Recife, que percorriam em termos de narrativa, caminhos semelhantes.

O ano da Guerra de Canudos foi singular, pois como o evento foi encarado como um mal à República, todo e qualquer movimento que envolvesse a religiosidade popular ia sendo debelado, como mostramos no primeiro capítulo desta tese. As observações que realizamos mostraram que os diversos movimentos foram efêmeros, juntaram poucas pessoas e, por isso, foram desmobilizados rapidamente. Não tivemos, nesses movimentos de 1897, a formação de cidades santas e bastava o encarceramento dos líderes para a comunidade ser desmobilizada. A

imprensa, ávida de informações e de suscitar apoio no debelamento de tais manifestações religiosas, tratou de incluí-las na pauta, iniciando uma narrativa, que tinha como pano de fundo Canudos, rememorado nestes e em todos os outros que analisamos.

Como Canudos se tornou pedra angular, decidimos verificar o pós-Canudos por alguns anos. Não foi nosso objetivo fazer uma análise de longa duração e perceber se houve mudanças significativas na narrativa. Porém, pudemos acompanhar, aproximadamente, cinquenta anos, já que os eventos analisados para a composição desta tese transcorreram até o final dos anos 30 do século XX. Ressaltamos que não traçamos uma linha entre lembrança e esquecimento, comum nas narrativas de eventos que têm fins traumáticos. Outras investigações podem preencher essa lacuna não almejada neste trabalho.

Todavia, foi importante, para nossas observações, verificar como Canudos foi comemorado e rememorado. Lima (2012) afirma que a comemoração é mais do que uma estratégia para inventariar ou atualizar o passado. O passado tornando-se presente. O que motivava a imprensa a trazer de volta a memória de Canudos? Denunciar os assassinatos cometidos pelas forças legais ou enaltecer a força coercitiva do Estado? Como a imprensa tem lado, tem cor e tem classe, os algozes das lutas foram os sertanejos. A rememoração serviu a um *status quo* dominante e não, como afirma Ricoeur (2007), a um retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido. “A marca temporal do antes constitui, assim, o traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo de recordação (RICOEUR, 2007, p. 73).” A rememoração não denunciou e nem foram construídos libelos contra os verdadeiros algozes da população exterminada.

No capítulo em que destacamos a rememoração do acontecimento, percebemos como foi importante a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Em tempos recentes, o livro não seria considerado um aporte histórico, devido estar mais para uma obra literária do que histórica. Porém, as novas tendências, incluindo a História Cultural, permitem outro olhar, determinado pelas considerações perpassadas na interconexão entre História e Literatura, configurando-se como obra importante na análise sobre a Guerra de Canudos. Euclides não foi, em nossa dissertação, referencial bibliográfico básico, como tem sido na vasta literatura sobre o conflito sertanejo. Mas a sua presença, no pós-fato, é inegável. Do lançamento da obra à sua morte trágica, ele foi uma presença constante na imprensa pernambucana. Recife era local de passagem para o Norte, lugar onde também Euclides fez História. Rememorar Canudos

registrando sua passagem na capital pernambucana, foi uma estratégia utilizada pela imprensa e trazida para nossa investigação. Por isso, dedicamos algumas páginas sobre ele, pois, como diz Orlandi (1998, p. 39), “a memória, o domínio do saber, os outros dizerem já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação.” Cunha foi para a imprensa de Pernambuco uma garantia à sustentação de um discurso sobre Canudos.

É preciso também destacarmos, nessas considerações, o contexto político de governança, tanto em nível estadual como federal. Na época em que ocorreu a Guerra de Canudos, já dominava o espectro político a oligarquia de Francisco de Assis Rosa e Silva, que tinha aderido ao regime republicano em 1890. Ele manteve influência sobre a política estadual até 1911, controlando lideranças locais de todo o estado, dando poder ao sistema de coronelato, que tinha interesses imediatos nos términos dos conflitos no sertão, pois, ao longo dos movimentos, foram perdendo a mão de obra quase escrava. Rosa e Silva foi alçado à liderança nacional, quando, em 1898, foi eleito vice-presidente da chapa de Campos Sales. Conhecido sob o codinome de “Leão do Norte, adquiriu, no fim do século XIX, o *Diário de Pernambuco*, para propagar ainda mais seu mando e suas ideias.

Seu poder foi sendo diminuído entre os anos de 1911 a 1930, cabendo destacar que se viu em quase estado de ostracismo na época da campanha salvacionista, apesar de ter apoiado o candidato Hermes da Fonseca, que venceu as eleições para Presidente da República em 1910. Sua liderança se ofuscou mais ainda com a subida ao poder central de Getúlio Vargas. Segundo Levine (2004), Pernambuco foi perdendo espaço, não só por causa do enfraquecimento de suas lideranças, mas também do declínio global do Nordeste, do isolamento geográfico, do atraso em termos de tecnologia e da capacidade de se unir para defender interesses comuns.

Sobre Hermes da Fonseca, destacamos que a sua vitória ensejou mais espaço no poder para as classes dominantes agrárias, que, cada vez mais, disputavam os espaços, bem como a direção do estado nacional. É por isso que vemos decair a importância do Norte e do Nordeste, em detrimento da agricultura mais diversificada, localizadas nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, onde ocorreu o grande conflito do Contestado. Para o grupo dirigente, era necessário modernizar o campo, institucionalizando a propriedade privada, padronizar os métodos de produção, construir estradas de ferro e subordinar o camponês a uma dependência cada vez mais do mercado. O conflito do Contestado, analisado nesta tese, não pode deixar de ser

compreendido nesse cenário, pois os camponeses, estavam completamente fora da curva, segundo os modernos padrões da agricultura almejada pelos grupos de poder.

A Guerra do Contestado, o conflito de maior duração entre os analisados nesta tese, envolve causas, desde as especificamente religiosas às causas econômicas e sociais. O Estado, ao se ver diante de um conflito, quase que sem fim, combateu incisivamente o ruralismo antigo, tentando subordinar os camponeses aos seus interesses imediatos. Foi uma guerra de classes, opondo visões de mundo diferenciadas, tendo os mais fracos se recusado a aceitar a subordinação que as forças dominantes queriam empreender. A resposta foi dura e violenta, não acatando tal determinação e promovendo, em curto espaço de tempo, uma nova sociedade, mesmo que breve, onde foram instaurados uma espécie de “monarquia sertaneja”, como seus “pares de França”, suas lideranças religiosas e seus capitães de guerra. Os novos valores morais religiosos foram acompanhados de uma distribuição de bens e de riqueza, aproximando-se de uma sociedade socialista. Não era esse o modelo de sociedade que o Estado e suas classes dominantes queriam, daí as bombas, o uso de aviões, os assassinatos em massa.

O Estado mobilizou recursos e enfrentou a massa descontente com aquela ordem de valores. Ao lado das classes dominantes, havia os enunciadores, que, através da imprensa, legitimavam o discurso do dominador. Elaborou-se uma violência simbólica, articulada e montada mediante as descrições minuciosas das mortes de militares, “vítimas dos vociferados sertanejos, incultos caboclos”. A guerra reforçou, portanto, a violência simbólica e terminou por justificar o extermínio de milhares de irmãos brasileiros, esquecidos nos valados túmulos do além “civilização”.

Não importava qual fosse o governo, todos tiveram a mesma conduta: a política de extermínio. Mesmo aqueles que se arvoraram em promulgar um tal de “estado novo”, como o governo de Vargas com suas políticas coercitivas, especialmente as instauradas a partir de 1937, e que foram decisivas para a destruição dos movimentos de Caldeirão e de Pau de Colher. O presidente, comandante em chefe das ordens emanadas para a destruição dos ajuntamentos civis, utilizou a máxima de Prudente de Moraes, quando mandou que, em Canudos, não ficasse pedra sobre pedra.

A aliança dos coronéis, dos donos de empresas ferroviárias, das classes políticas dirigentes, dos donos das fazendas de gados e cultura do café determinaram o curso dos fatos. Elaboraram

narrativas, indicando que, de um lado, estava o atraso e, de outro, a tal modernidade. O sertão daquela época não era moderno, tampouco sua população interessava-se pela novidade, que era sempre vista com desconfiança.

Foi assim na instauração da República, ano em que foi projetada uma das maiores lideranças do Nordeste do final do século XIX e primeiros anos do XX: Padre Cícero Romão Batista. A imprensa pernambucana o via como representante do atraso e seu cotidiano era acompanhado de perto. No ano da Guerra de Canudos, aconteceram algumas iniciativas, por parte da imprensa pernambucana, de fazer a ligação do sacerdote juazeirense a Antônio Conselheiro, sem sucesso. Vez por outras, nas memórias de Canudos, Cícero aparecia e tinha lugar central na narrativa dos articulistas e dos contadores das histórias do Nordeste. Nos eventos de Caldeirão e Pau de Colher, é uma das figuras centrais. Podemos afirmar que Caldeirão não existiria sem o movimento do Juazeiro do Norte e Pau de Colher, sem os dois. Recebendo romeiros de todos os Estados do Nordeste, a “meca sertaneja” exportou e importou hábitos religiosos inseridos na cultura popular. A religiosidade, a falta de oportunidades, as constantes secas e os desmandos dos coronéis fizeram com que José Lourenço, um típico representante dos negros recém-libertados, procurasse, naquele lugar, a parusia, encarnada na figura do Velho Padre.

Sua popularidade não era apenas por causa dos milagres operados desde a transformação da hóstia em sangue, operado na boca da Beata Maria de Araújo, em 1889. Sua liderança política e econômica contribuiu para que o Juazeiro fosse o lugar de convergência territorial. Lourenço recebeu uma missão do Velho Padre: cuidar de um sítio e abrigar os desesperados que chegavam por falta de alento. Não demorou muito para que o Sítio Baixa D’Antas prosperasse, provocando inveja nos arredores e sendo alvo de boatos, que foram responsáveis pela sua desarticulação. Mas não tardou e o Padre Cícero arranhou outro lugar, na Serra do Crato, no sítio Caldeirão. Lá, os desapossados poderiam, de novo, sonhar com a terra prometida.

Mas Caldeirão não teria, por muito tempo, a proteção do Padre Cícero. Sua morte, em 1934, marcou decisivamente o destino daquele grupo. As elites políticas, econômicas e religiosas se juntaram e planejaram acabar com aquela comunidade igualitária. Apesar de destacarem como motivo principal o testamento do sacerdote, que deixara a propriedade para os salesianos; o estilo de vida comum da comunidade despertava receio naqueles que viviam das desigualdades em todos os níveis.

A estratégia de convencimento da destruição daquele lugar se deu utilizando narrativas dos conflitos políticos recentes. Se, em Canudos e Contestado, a causa principal foi a restauração da Monarquia, em Caldeirão e Pau de Colher, era o medo da revolução comunista. Lembramos que, no Brasil dos anos 30, o comunismo era a “besta fera”, que tinha de ser combatida, especialmente depois de um fato singular, iniciado nas bandas do Rio Grande do Norte: a intentona comunista. Foi preciso plantar, nas narrativas do Sítio Caldeirão, que seus moradores estavam sendo treinados com armas vindas da Alemanha e que eles faziam parte do levante, que iria revolucionar o resto do país.

Não tardou para que, mais uma vez, aviões fossem utilizados em combate contra civis. Esse filme já havia sido passado no Contestado e se repete no Caldeirão, provocando centenas de mortes, inclusive, de pessoas que viviam ao largo da propriedade. Arrasar Caldeirão a ferro, a fogo e com as bombas de avião, fazia parte do roteiro da classe dominante, que não admitia ver seu sistema agrário atrasado, ser combatido. Mais uma vez, a imprensa teve cor, classe e lado, repetindo a mesma narrativa, apontando as mesmas causas, convergindo para o mesmo discurso, havia meio século, quando o tema eram os movimentos sociais religiosos.

Nem todas as pessoas foram assassinadas; o próprio Lourenço se mudou para Exú e não pôde mais continuar com a sua vivência coletiva. De acordo com Alves (2012, p. 184), a experiência desenvolvida no Sítio Caldeirão tinha deixado marcas profundas na memória popular, pois representou para o povo pobre do sertão “aquilo que poderia ter sido, ou seja, possibilidade da construção de outra história, a esperança e os sonhos de uma vida melhor e mais justa”.

Mas o “estado novo” precisa concluir sua face mais cruel no sertão: destruir de vez os resquícios do Caldeirão, ora instalado numa pequena comunidade do interior de Casa Nova, na Bahia. Inspirados na romaria que faziam a Juazeiro do Norte e com ajuda de beatos que faziam proselitismo para aquele lugar e para o Caldeirão, o ajuntamento de Pau de Colher sonhava em fazer a passagem. Não era apenas uma passagem de lugar, de um Estado para outro, mas de uma vida nova, temente a Deus e aos seus padrinhos, acreditando que a nova Jerusalém existia. Esses não tiveram tempo nem de estruturar sua comunidade. Logo surgiram os boatos, e o medo se espalhava numa região que tinha cidades fronteiriças, ligando Bahia, Pernambuco e Piauí. As elites de Petrolina, em Pernambuco e de Juazeiro, na Bahia lideraram as narrativas e impuseram, de pronto, a destruição do pequeno ajuntamento.

Numa guerra de vaidades militares, já que estavam envolvidos batalhões dos três Estados, o famoso caçador de Lampião chegou primeiro e metralhou quem encontrou pela frente, não se importando se eram crianças, mulheres ou, até mesmo, idosos. Outra carnificina fora cometida sem as letras críticas da imprensa pernambucana. Mais uma vez, boatos sobre liderança comunistas apareceram e o Estado, que se dizia novo, mandou novamente seus aviões, que deviam vociferar bombas se fosse preciso. Mas a sanha dos batalhões de polícia não esperou as bombas aéreas, varrendo a área e deixando insepultas dezenas de pessoas.

Um dos combatentes pernambucanos, o tenente Manoel de Souza Ferraz, em sua memória sobre o evento, abordando a carnificina realizada em Pau de Colher e defendendo a tropa da qual fez parte, afirmou que “o meio primitivo, a ignorância tendem a modificar a índole humana em algo embrutecido, sem temor e bom senso. O combate de Pau de Colher foi um palco típico do estudo da reação dos homens. Não lutávamos contra semelhantes, porém contra animais irracionais.” Mais uma vez, víamos repetir os argumentos dos articulistas do jornal *Gazeta da Tarde*, quando foram publicadas denúncias acerca dos assassinatos em Canudos. Na época, o jornal afirmara que a luta tinha sido não entre homens e homens e, sim, entre homens e feras e não havia outra alternativa, senão a faca.

Essas justificativas são recorrentes, não se acabaram com a destruição desses movimentos analisados nesta tese. Em manifestações recentes, por exemplo, a favor da reforma agrária, contra a invasão e grilagem das terras indígenas, nas reintegrações de posse de terras, nas manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da Liga dos Camponeses Pobres, ainda há grupos consideráveis, que atizam ódio e incentivam a carnificina. É o Brasil de outrora, reproduzido no tempo recente, através, por exemplo, de conflitos como o de Eldorado do Carajás. É a cultura do ódio contra as classes menos favorecidas se perpetuando, percorrendo tempos e deixando sinais.

Enfim, para concluir, lembramos que iniciamos esta tese problematizando a seguinte questão: De que maneira as formações discursivas, sobre a Guerra de Canudos, foram determinantes nas narrativas sobre os conflitos do Contestado, do Caldeirão e de Pau de Colher, na imprensa de Pernambuco, entre os anos de 1897 a 1940? Percorremos um longo caminho, buscando, nas estreitas colunas dos jornais, as estratégias que foram utilizadas pelos jornalistas, articulistas e até escritores, quando abordavam o tema Canudos. O discurso do “nós” contra os “outros” esteve sempre presente. O “nós” branco, do litoral, civilizado e “outro”, distante, na mesma

assertiva da palavra sertão, arcaico e tendente ao fanatismo exacerbado. Confirmamos a tese de que Canudos foi a experiência a ser combatida por meio das narrativas da imprensa de Pernambuco nos movimentos sociais religiosos ocorridos no Ceará como o Caldeirão de Santa Cruz; na Bahia em Pau de Colher e nas regiões contestadas de Santa Catarina e Paraná.

Ao longo desta pesquisa, pudemos perceber como é importante trabalhar com a fonte jornalística, e compreendemos que as letras, as colunas, os fatos, são também a História. Mas a história de alguns apenas, cabendo ao historiador situar o lugar da escrita para que os eventos possam ganhar novos significados. Mas nem todos leem a história contada pelo historiador, podendo ficar perpassados os fatos construídos pela imprensa, que produz os sentidos sobre misticismos, fanatismo, jaguncismo, violência e a imagem caricatural do sertanejo. Infelizmente, uma formação de opinião foi sendo construída, enraizando-se na cultura, produzindo sentidos que, nem sempre, são apagados facilmente.

Mas aqui estamos nós tentando, a partir da imprensa, dar outros sentidos aos fatos e tentando manter viva a memória do passado. Todorov (2000, p. 58) bem afirma que fazemos História, “não para pedir reparação pelos danos sofridos, mas para estar atentos a situações novas, mas semelhantes. O racismo, a xenofobia e a exclusão sofridos por outros hoje não são os mesmos que eram há cinquenta, cem ou duzentos anos; é precisamente em nome desse passado que não devemos agir menos no presente.” Que a memória e a História do povo assassinado, nesses movimentos analisados, jamais seja esquecida e que possamos seguir contando histórias e tentando dar novos sentidos aos fatos muitas vezes “esquecidos” pela oficialidade das grandes narrativas e até mesmo dos livros didáticos.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da Imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

AGUIAR, Cláudio. **Caldeirão**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1992.

ALENCAR, Raimundo Pereira. **A participação das camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiro. **Memória e História: o Caldeirão de Santa Cruz do deserto na narrativa histórica**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Moisés Diniz de. **Acalmar, intrigar e Persuadir: As lutas partidárias e as representações moderadas e sensacionalistas sobre a Guerra de Canudos na Imprensa de Pernambuco**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Pernambuco. Recife, 2001.

_____. **Canudos e a derrota dos jacobinos**. Perspectivas Latinoamericanas, v.01, n. 03, Centro de Estudios Latinoamericanos, Universidad Nanzan, Nagoya, Japón, 2006, p. 145-160.

_____. **Os primeiros anos da República Brasileira e sua conturbada estabilização: militares, civis e monarquistas**. Perspectivas Latinoamericanas, n. 01, Centro de Estudios Latinoamericanos, Universidad Nanzan, Nagoya, Japón, 2004, p. 193-206.

ARRUDA, J. **Canudos Messianismo e conflito social**. Fortaleza: UFC/SECULT, 1993.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERE, Ivanor Luiz. **A utilização da imprensa para a escrita da história: diálogos contemporâneos**. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 1, n. 2, p. 30-53, Ago/Nov., 2007. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=7>>. Acesso em: 10 de setembro de 2008.

ALVES, Tarcísio Marcos Alves. **A santa cruz do deserto: A comunidade igualitária do Caldeirão**. Recife: Néctar, 2007.

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (Clássicos da Comunicação).

AMORIM, José Américo. **A poesia de Canudos**. Salvador: Portfolium, 1997.

ASSIS, Francisco de. **Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos**. ALCEU, v. 11, n. 21, p. 16 a 33 – jul/dez. 2010. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf. Acesso em 22 jul. 2021.

AQUINO, Ivânia Campigotto. **Literatura e história em diálogo: Um olhar sobre Canudos.** Passo Fundo: UPF, 2000.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. **O processo investigativo do jornalista Nilson Mariano.** São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005. Dissertação de Mestrado.

AURAS, M. **Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla.** 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARDIN, Laurence. *A análise de conteúdo.* 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, José Góes de Campo. **A Ordem dos Penitentes: Exposição.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

BASTOS, Jose Augusto Cabral Barreto. **Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos.** Salvador: EDUFBA, 1995.

BLOCH, Didier (Org.). **Canudos 100 anos de produção: vida cotidiana e economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais.** Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997.

BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. **Canudos: História em versos.** São Paulo: Hedra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar que dizer.** Trad. Sérgio Miceli *et al.* 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998a.

_____. **O poder simbólico.** 2. ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

_____. **As regras da arte.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BRITO, Gilmário Moreira. **Pau-de-Colher: na letra e na voz.** Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 1996.

CAMARGO, Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Dir.). **III. O Brasil Republicano.** 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 121-224.

CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, Molambudos e Rabelistas: A revolta de 1914 no Juazeiro.** São Paulo: Maltese, 1994.

CANÁRIO, Eldon. **Cativos da terra: romance.** Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPELATO, M.H. e PRADO, M.L. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. **Canudos na música e poesia populares**. São Paulo: PUC/SP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

CARONE, E. **A República Velha: 1. Instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, TARCÍSIO MOTTA DE. **Coerção e consenso na Primeira República: A Guerra do Contestado (1912-19216)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1983.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

_____. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

_____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 91-110.

_____. Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 163-180.

CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Ed. Didática preparada pelo prof. Alfredo Bosi, cotejo e estabelecimento de texto pelo prof. Hersílio Ângelo. 2. ed. São Paulo: Cultrix; Brasília, 1975.

_____. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas: Casa de Pernambuco. 1994.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

DOBRORUKA, Vicente. **Antônio Conselheiro: o Beato endiabrado de Canudos**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

DUARTE, Raymundo. Um movimento messiânico no interior da Bahia. In: SCHADEN, Egon. **Homem, Cultura e Sociedade no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 326-340.

DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: **Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 166.

DURKHEIM, Emile. **Sociologia**. São Paulo. Ática, 2004;.

_____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. In: Os pensadores. Abril Cultural, SP. 1983. P. 2002 – 245.

ECO, U. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, Vol. VI. N. 2, jul./dez. de 2004. p. 101-166.

ESPIG, M.J. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado**. Estudos Ibero-Americanos, XXIV. 1998, p. 269-289.

ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher: um pequeno Canudos**. Salvador: ed. rev. Assembleia Legislativa, 1998.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e Mídia Impressa: um estudo sobre Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FERRAZ, Marilourdes. **O canto do Acauã: das memórias de Manuel Ferraz (Manuel Flor) um comandante das forças volantes**. Belém: 1978.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Apontamentos sobre as propriedades do campo da produção jornalística. In: **Pauta Geral**. Revista de Jornalismo, Salvador, 2002. p. 243-258.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Contribuições da Análise do Discurso ao Estudo de Jornalismo. In: FRANÇA, V. et al (Org.). **Estudos de Comunicação: Livro da Compós**. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: UESB, 2007. p. 11-37.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** Rio de Janeiro: Imago, 1997

_____. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: A Guerra de Canudos nos Jornais.** 4ª Expedição. São Paulo: Ática, 1994.

GARCIA, Simone Pereira. **Canudos Reconstruída:** Elementos para uma hermenêutica aplicada aos estudos históricos literários. Recife: UFPE, 1994. (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. **Relações de Força:** História, retórica, prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GRAZZIOTIN, Francine. **Imprensa:** considerações para seu uso como fonte histórica. Disponível em: <<http://www.semina.clio.pro.br/4-12006/Francine%20Grazziotin.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro de 2008.

GUEIROS, Optatos. **Memórias de um oficial ex-combatente de forças volantes – Lampeão.** São Paulo, 1953.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. **Morte e Progresso:** Cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: UNESP, 1998.

HELLER, Frederico. **Canudos símbolo de um conflito cultural.** São Paulo, 1942.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo.* Petrópolis: Vozes, 2007.

JAMBO, A. **Diário de Pernambuco:** História e jornal de quinze décadas. Recife: *Diário de Pernambuco*, 1975.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LAZARIN, Katiúscia Maria. **Lendo o Contestado:** Discurso e construção de sujeitos na bibliografia sobre a Guerra do Contestado – 1915-1960. In: *Esboços: História em contextos globais.* V. 11, n.12, p. 151-164, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.

LENHARO, A. **A sacralização da Política**. Campinas: Unicamp/Papirus, 1986.

LEVINE, M. Robert. **O regime de Vargas: Os anos críticos 1934-1938**

_____. **O sertão prometido: O massacre de Canudos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Pernambuco e a federação brasileira: 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **III. O Brasil Republicano**. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 122-152.

LIMA, José Américo: **Canudos: a maldição do excluídos**. Recife: Fundarpe, 1997.

_____. **Coronel Quelê: Adversidade e bonança**. Petrolina: Ed. Autor, 2010.

LOBO, Gustavo Adolfo d'Almeida. **A imprensa cearense e o caldeirão do Beato José Lourenço: O discurso da Imprensa em relação ao movimento camponês do Caldeirão**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

LOPES, Régis. **Caldeirão**. Fortaleza: Eduece, 1991.

MALVEZZI, Roberto. **Pau de Colher**. Biblioteca da Diocese de Juazeiro-BA. (Manuscrito).

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2007.

MARTINS, Paulo Emilio Matos. **A reinvenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MELO, Frederico Pernambucano. **Que foi a Guerra de Canudos**. Recife: Sthli, 1997.

MOCELLIN, Renato. **Os guerrilheiros do contestado**. São Paulo: Brasil, 1989. 48p.

MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

MOREIRA, Henrique Tavares. **A transição do jornalismo partidário para o jornalismo de informação e a formação dos impérios midiáticos no Brasil**. In: Universitas: Arquitetura e Comunicação Social. V.13, n.1. 2016. p. 49-57. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/arqcom/article/view/2594/2375>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar. **De Caldeirão a Pau de Colher: A guerra dos Caceteiros**. Vitória da Conquista, BA: R.B.B, 1998.

ORLANDI, Eni P. **As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

OTTEN, Alexandre H. **Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Loyola, 1990.

PÊCHEUX, M. **Hacia el análisis automático del discurso**. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

_____. **Formación social, lengua, discurso**. In: Arte, sociedad, ideología, N° 5. México, 1978.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas-SP: UNICAMP, 1995.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas-SP: Pontes, 1997.

PEREIRA, Demosthenes Guanaes. **Pau-de-Colher: Romance**. São Paulo: Comercial Safady.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. Acontecimento e Mídia: a Guerra de Canudos na imprensa contemporânea. In: **1º Colóquio de comunicação e sociedade: Comunicação Midiática, instituições, valores e cultura**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

POMPA, Maria Cristina. **Memória do fim do mundo: para uma leitura do movimento sócio-religioso de Pau de Colher**. São Paulo: Departamento de Antropologia da UNICAMP, 1995. Dissertação de Mestrado.

PORTO, José da Costa. **Os tempos de Dantas Barreto**. Recife: Universitária, 1973. 160 p.

_____. **Os tempos da República Velha**. Recife: Fundarpe, 1986.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Belo Monte: A construção do Sonho (o trabalho na comunidade de Antônio Conselheiro)**. Disponível em: <http://www.Portfolium.com.br/artigo-pemilio.htm>. Acesso em: 15 ago. 2000.

MELO, José Marque de. (Org.). **Gêneros e formatos na comunicação massiva parodística: um estudo do jornal A Folha de São Paulo e da Revista Veja**. São Paulo: Universidade Metodista, 1988.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom, São Paulo, v. 39, jan/abr., p. 39-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de jul. 2021.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil República**. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 39-92.

MONTEIRO, Felipe Pinto. **Santos e Peregrinos: aspectos da vivência religiosa no movimento messiânico-milenarista de Pau de Colher (Casa Nova, Bahia, 1934-1938)**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. **As Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, Denise. (Org.). **As Representações Sociais**. Eduerj. Rio de Janeiro, 2001.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa Pernambucana (1824-1945)**. VOL II, Diários do Recife: 1829 – 1900. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 1966.

_____. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821 – 1954**. Vol. III. Diários de Recife - 1901-1954. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 1967.

_____. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821 – 1954**. Vol. XIII. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: Brasil, 1993.

OLIVEIRA, L. L. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: A guerra sertaneja do contestado 1912 – 1916**. São Paulo: Ática, 1977.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Mobilizações socioreligiosas no Brasil: os surtos messiânico-milenaristas**. REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 132-149, setembro/novembro 2005.

RATNABALI, A. **A Campanha Salvacionista em Pernambuco: As articulações políticas nos primórdios da Primeira República**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1988.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Unicamp, 2007.

_____. **História e Verdade.** Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ROBIN, R. **História e Lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1985.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Um espectro ronda os sertões:** Contestado e Canudos e o trem da História. *História e Culturas*, v. 1, n. 2. jul. - dez. 2013.

RÜDIGER, F. R. **Tendências do Jornalismo.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Filigrana da memória:** História e Memória nas Comemorações dos Centenários de Canudos (1993-1997). Brasília: UNB, 2006. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Eurides de Souza. **A música em Canudos.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Fundação Cultural da Bahia, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SEGISMUNDO, Fernando. **Imprensa brasileira:** vultos e problemas. De Lacerda a Vargas. São Paulo: Alba, 1962.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão:** Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Francivaldo Mendes da. **Pau de Colher:** narrativas de luta e fé no sertão da Bahia. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora:** a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e História.** Natal: Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa: Caminho, 1989.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo.** A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** Tradução Vanise Dresch. São Leopoldo:

UNISINOS, 2004.

WOITOWICZ, Karina Jans. **Imagem contestada:** a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: UEPG, 2015. 327 p.